

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM SERVIÇO SOCIAL**

Aline Fernanda de Oliveira Fogaça

**SUPERVISÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL:
TESSITURAS E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO**

Doutorado em Serviço Social

**São Paulo
2025**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM SERVIÇO SOCIAL

ALINE FERNANDA DE OLIVEIRA FOGAÇA

DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Estudos Pós Graduated em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Serviço Social, sob a orientação da professora Dra. Mariangela Belfiore Wanderley.

São Paulo

2025

Autorizo exclusivamente para fins acadêmicos e científicos a reprodução total ou parcial desta Tese de Doutorado por processos fotocopiados ou eletrônicos:

Assinatura:

Data: 31/10/2025

E-mail: alinefhogassa@gmail.com

FICHA CATALOGRÁFICA

Sistemas de Bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -
Ficha Catalográfica com dados fornecidos pelo autor

F455 de Oliveira Fogaça, Aline Fernanda
Supervisão Profissional em Serviço Social : Tessituras e
Produção do Conhecimento . / Aline Fernanda de Oliveira
Fogaça. -- São Paulo: [s.n.], 2025.
258p. ; cm.
Orientador: Mariângela Belfiore Wanderley.
Dissertação (Mestrado)-- Pontifícia Universidade Católica de
São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço
Social.
1. . I. Wanderley, Mariângela Belfiore. II. Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-
Graduados em Serviço Social. III. Título.

CDD

BANCA EXAMINADORA

DEDICATÓRIA

*Para você e por você, Dudu – Eduardo Fogaça, meu sobrinho (in memoriam)
cheguei ao fim deste percurso.
Te honro e te dedico todas as melhores coisas que eu venha a viver até o
nosso
reencontro.*

AGRADECIMENTOS

Há travessias que só se faz de mãos dadas!

À minha família, em especial à minha irmã – Isabel e minha mãe – Edna, pela serenidade na travessia vivenciada por nós ao longo desse último um ano.

Ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social da PUC-SP e a CAPES-PSDE pela oportunidade de cursar o Doutorado e me apoiar para a realização do estágio doutoral no exterior através da *bolsa sanduíche*.

À professora Dirce Koga (in memoriam), que esteve como minha orientadora por alguns meses antes de sua partida. Dirce, obrigada por tamanha generosidade, afetividade e por acreditar em mim como pesquisadora.

À minha orientadora, professora Dra. Mariangela Belfiore Wanderley, que me acolheu, e me apoiou em todo o processo da pesquisa, na escolha das disciplinas, nos artigos apresentados em congressos, no desafio do *Doutorado Sanduíche* cursado na França, e sobretudo, nas dificuldades que enfrentei no último ano da pesquisa.

À Andreia Fazekas, secretária do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-SP, por seu olhar atento e cuidadoso ao me orientar sobre as demandas burocráticas da pós-graduação.

Ao Dr. Professor Emanuel Jovelin do *Conservatoire National des Arts et Métiers (CNAM)* de Paris, França, pelo aceite de supervisionar meu estágio de Doutorado Sanduíche no exterior, e pela confiança ao me deixar elaborar/ministrar aulas no Mestrado em Política Social e Intervenção Profissional do CNAM.

À toda equipe do Departamento de *Sociologie du Travail Social* do CNAM, pelas orientações sobre as demandas que envolvem a permanência de estudantes estrangeiros/as na França, e por terem me inserido em aulas, atividades e seminários diversos, que foram de grande valia para o meu processo de Doutorado.

Aos/Às colegas de trabalho da Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo/SP, que me apoiaram na luta travada para conseguir a licença para cursar parte do Doutorado na França entre 2023-2024, e pelo suporte que me deram para que eu pudesse cursar as disciplinas, sem que isso prejudicasse o atendimento da população.

Às/aos professoras/es da Graduação em Serviço Social do Unisalesiano Araçatuba/SP – Claudia, Graciela, Livia, Joyce, Marisa, Marilda, Luiz Carlos, e João Geraldo. Obrigada por terem apresentando um olhar crítico sobre o mundo para aquela jovem de dezoito anos cheia de rebeldia lá em 2011.

Às/aos queridos alunas/os com quem tive a honra de trocar saberes durante os anos de docência exercidos no curso de Graduação em Serviço Social na Universidade Paulista (UNIP) e na Pós Graduação em Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação (FAPCOM).

Às colegas da Pós Graduação pelos aprendizados compartilhados e pelo acolhimento do nosso grupinho – *“Existe amor em SP”*.

À Denyse Guedes, pelo apoio dado no período anterior à concessão da bolsa, sem você esse Doutorado não teria sido possível.

Aos/à queridos/a companheiros/a de luta/estudos que estão comigo há mais de uma década – Anabela Pavão, Guilherme Moraes e André Misaka – compartilhando sonhos, estudos e os desafios profissionais.

Às minhas amigas, Sara Izabeliza e Mariko Hanashiro, Daniela Alves, e Luciana Prates, por terem sido suporte emocional no decorrer das minhas vivências ao longo desses quatro anos, além de serem excelentes parceiras de escrita, de trocas de materiais e de ideias na produção do conhecimento.

Às minhas amigas, Marilene Massaro, Mariana Aguiar, Mariene Pereira, Cléo Hein, Camilla Montel, Ana Cléia, Gisele Milani, Ângela Martins, Simone Pestana, Juliana Cavalcanti, Jennifer Macena, Rebeca Batalha, e Waléria Menezes. Guardo vocês eternamente como minhas inspirações de vida e com enorme gratidão por nossos caminhos terem se cruzado.

À Márcia Alonso – profissional dos Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo/SP, e a Anisha Santana –psicóloga que me acompanha semanalmente há nove anos. Obrigada pelo cuidado e apoio diante das tempestades que vivi.

À todas as pessoas que seguraram minha mão na difícil travessia do luto, e que não ousei citar os nomes por receio de esquecer alguém.

Não há palavras que possam ser ditas a não ser que todos/as vocês ocupam um espaço especial em meu coração e em minha memória.

Muito Obrigada!

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – (CAPES) – Código de Financiamento 001- processo número 88887.655402/2021-00 e 88881.846319/2023-01

This study was financed in part by the *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES)* – Finance Code 001 – 88887.655402/2021-00 e 88881.846319/2023-01

Ce travail a été réalisé avec le soutien de *la Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES)* - Code de Financement 001 – 88887.655402/2021-00 e 88881.846319/2023-01

RESUMO

FOGAÇA, A.F.O. **Supervisão Profissional em Serviço Social: tessituras e produção do conhecimento**. 2025, 258 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2025.

A tese versa sobre a Supervisão Profissional em Serviço Social como instrumento de qualificação e mediação teórico-prático no exercício profissional de assistentes no âmbito de suas intervenções sob a base da Educação Permanente. Neste sentido, seu objetivo é elucidar as tessituras que compõem o debate e o fazer metodológico da Supervisão, levando em consideração a produção do conhecimento sobre a temática num marco temporal de 1972 a 2024. Como aporte teórico, a tese referenciou-se nas fontes analíticas envoltas ao desenvolvimento sócio-histórico da profissão ancoradas nos princípios ético políticos, teórico-metodológicos, técnico-operativos, na dimensão socioeducativa, e nas reflexões sobre os impactos das reconfigurações do mundo do trabalho e das novas requisições e demandas impostas aos/às profissionais do Serviço Social nos espaços sociocupacionais. A proposta metodológica baseou-se na revisão integrativa através do levantamento, análise e a interpretação de materiais publicados e extraídos de fontes abertas – Livros, Revistas científicas nos estratos qualis A1 a B4, teses e dissertações, legislações, e notas técnicas acerca do objeto. Os resultados da pesquisa indicam a existência de breves experiências de Supervisão Profissional no período demarcado, além de demonstrar o baixo número da sistematizações teóricas sobre o tema desde o Movimento de Reconceituação deflagrado em meados dos anos 1960, havendo o deslocamento das produções para o debate sobre a supervisão no contexto da formação de assistentes sociais em âmbito acadêmico, ou seja, a supervisão acadêmica de estágio. Ademais, verificam-se, estudos que dialogam com o campo da gestão de serviços socioassistenciais, de assistência técnica em programas e projetos, e da supervisão de casos individuais em algumas áreas de atuação.

Palavras-chave: Educação Permanente; Exercício Profissional; Supervisão Profissional; Serviço Social.

ABSTRACT

FOGAÇA, A.F.O. Professional Supervision in Social Work: weavings and knowledge production. 2025, 258 f. Thesis (Doctorate in Social Work) – Pontifical Catholic University of São Paulo, 2025.

This thesis examines Professional Supervision in Social Work as both an instrument for professional development and a mechanism for theoretical-practical mediation in social work practice, grounded in the principles of Continuing Education. The study seeks to elucidate the conceptual frameworks that inform the discourse and methodological practice of supervision, with particular attention to knowledge production on this subject spanning the period from 1972 to 2024. Theoretically, the dissertation draws upon analytical perspectives concerning the socio-historical development of the profession, anchored in its ethical-political, theoretical-methodological, and technical-operational dimensions, as well as the socio-educational foundations of practice and critical reflections on how transformations in the labor market have generated new demands and expectations for social work professionals across diverse occupational settings. Methodologically, the study employs an integrative review approach, encompassing the identification, analysis, and interpretation of published materials from open-access sources, including books, peer-reviewed journals (Qualis rankings A1 through B4), doctoral dissertations and master's theses, legislation, and technical reports pertinent to the research object. Research findings reveal limited documentation of Professional Supervision practices during the specified timeframe and demonstrate a notable paucity of theoretical systematization on this topic since the Reconceptualization Movement of the mid-1960s. The analysis further indicates a discernible shift in scholarly attention toward supervision within academic contexts—specifically, field practicum supervision in social work education—rather than professional supervision in practice settings. Additionally, the study identifies a body of literature addressing supervision in relation to social assistance service management, technical assistance for programs and projects, and case supervision within specialized practice domains.

Keywords: Continuing Education; Professional Practice; Professional Supervision; Social Work

RÉSUMÉ

FOGAÇA, A.F.O. **Supervision professionnelle en travail social : textures et production de connaissances**. 2025, 258 p. Thèse (Doctorat en travail social) – Université pontificale catholique de São Paulo, 2025.

Cette thèse aborde la supervision professionnelle en travail social comme outil de qualification et de médiation théorique et pratique dans la pratique professionnelle des travailleurs sociaux, dans le cadre de leurs interventions, en s'appuyant sur la formation continue. À cet effet, elle vise à éclairer les cadres qui sous-tendent le débat et la pratique méthodologique de la supervision, en considérant la production de connaissances sur le sujet de 1972 à 2024. Comme cadre théorique, la thèse s'appuie sur des sources analytiques relatives au développement socio-historique de la profession, ancrées dans des principes éthico-politiques, théorico-méthodologiques et technico-opérationnels, sur la dimension socio-éducative et sur des réflexions sur les impacts des reconfigurations du monde du travail et sur les nouvelles exigences imposées aux professionnels du travail social dans les espaces socioprofessionnels. La proposition méthodologique s'appuie sur une revue intégrative par l'étude, l'analyse et l'interprétation de documents publiés issus de sources ouvertes : ouvrages, revues scientifiques de niveaux A1 à B4, thèses et mémoires, textes législatifs et notes techniques sur le sujet. Les résultats de la recherche indiquent l'existence de brèves expériences en supervision professionnelle durant la période étudiée, ainsi que le faible nombre de systématisations théoriques sur le sujet depuis le mouvement de reconceptualisation, amorcé au milieu des années 1960. Ce mouvement a orienté la recherche vers le débat sur la supervision dans le contexte de la formation universitaire des travailleurs sociaux, c'est-à-dire la supervision de stages universitaires. De plus, des études ont été identifiées en interaction avec le domaine de la gestion des services d'aide sociale, l'assistance technique dans le cadre de programmes et de projets, et la supervision de cas individuels dans certains domaines.

Mots-clés : Formation continue, Pratique professionnelle, Supervision professionnelle et Travail social.

LISTA DE IMAGENS E FIGURAS

Imagem 1 - Conservatoire National des Arts et Métiers de Paris, França	32
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

ACNUR – Alto Comissariado das Organizações das Nações Unidas para Refugiados

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CNAM – Conservatoire National des Arts et Métiers

DEASS – Diplôme d’État d’Assistante de Service Social

EA – Estado da Arte

ENPESS – Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social

FAPCOM – Faculdade Paulus de Comunicação e Tecnologia

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

OBMIGRA – Observatório das Migrações Internacionais

ONU – Organização das Nações Unidas

PPGSS – Programa de Pós Graduação em Serviço Social

PSDE – Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior

PUCSP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

RI – Revisão Integrativa

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNB – Universidade de Brasília

UNIP – Universidade Paulista

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

PNEP/SUAS – Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Revistas Qualis Capes na área do Serviço Social (estratos A1 a B4)

Quadro 2 Artigos extraídos das revistas selecionadas (estratos Qualis A1 a B4)

Quadro 3 Teses e Dissertações sobre a temática da Supervisão Profissional em Serviço Social (1972-2024).

Quadro 4 Artigos publicados nos Anais (CBAS e ENPESS) sobre a temática da Supervisão Profissionais em Serviço Social.

Quadro 5 Livros, notas técnicas, legislações/ou materiais de apoio e/ou de orientações técnicas sobre a temática da Supervisão Profissional em Serviço Social.

Quadro 6 Histórico do CNAM – França

Quadro 7 Diplomas do Trabalho Social na França.

Quadro 8 Modelos de Supervisão (Vieira)

Quadro 9 Modelos de Supervisão (Oliveira)

Quadro 10 Modelos de Supervisão (Alarcão e Tavares)

Quadro 11 Análise Integrativa - Revistas Qualis Capes na área do Serviço Social (estratos A1 a B4)

Quadro 12 Análise Integrativa – Teses e Dissertações sobre a temática da Supervisão em Serviço Social (1972-2024)

Quadro 13 Análise Integrativa – Artigos publicados nos Anais (CBAS e ENPESS)

Quadro 14 Análise Integrativa – Livros, notas técnicas, legislações/ou materiais de apoio e/ou de orientações técnicas sobre a temática da Supervisão Profissional em Serviço Social.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1: PERCURSOS DA PESQUISA E PROPOSTA METODOLÓGICA	21
1.1 O Estado da arte da pesquisa: a produção do conhecimento sobre supervisão profissional no Serviço Social.....	21
1.2 A revisão integrativa como <i>lócus</i> de análise.....	28
1ª Fase: elaboração da pergunta norteadora.....	29
2ª Fase: busca ou amostragem na literatura.....	29
3ª Fase: coleta de dados.....	30
4ª Fase: análise crítica dos estudos incluídos.....	30
5ª Fase: discussão dos resultados	30
1.3 Notas sobre a realidade do Serviço Social no contexto Francês: a experiência do Doutorado Sanduiche no <i>Conservatoire National des Arts et Métiers – CNAM Paris, França</i>	32
CAPÍTULO 2: TRAMAS CONJUNTURAIS, TRABALHO PROFISSIONAL E OLEGADO SOCIOHISTÓRICO DA PROFISSÃO	41
2.1 O <i>sobrevoo</i> nas tramas conjunturais: breves apontamentos	41
2.2 As <i>teias</i> cotidianas do trabalho profissional de assistentes sociais.....	53
2.3 O desatar dos nós : um chamado ao legado sociohistórico da profissão.....	59
CAPÍTULO 3 : A SUPERVISÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL COMO CAMPO DE MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA DO FAZER COTIDIANO	63
3.1 Supervisão como <i>matéria</i> do Serviço Social.....	63
3.2 Modelos de Supervisão	70
3.3 Supervisão Profissional em Serviço Social: <i>um caminho em construção</i>	76
CAPÍTULO 4 – RESULTADOS DA PESQUISA NA PERSPECTIVA DA REVISÃO INTEGRATIVA	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	102
ANEXOS.....	110

*“Não me iludo
Tudo permanecerá do jeito que tem sido
Transcorrendo, transformando
Tempo e espaço navegando todos os sentidos
Pães de Açúcar, Corcovados
Fustigados pela chuva e pelo eterno vento
Água mole, pedra dura
Tanto bate que não restará nem pensamento
Tempo rei, ó, tempo rei, ó, tempo rei
Transformai as velhas formas do viver
Ensinaí-me, ó, pai, o que eu ainda não sei
Mãe Senhora do Perpétuo, socorrei
Pensamento
Mesmo o fundamento singular do ser humano
De um momento para o outro
Poderá não mais fundar nem gregos, nem baianos
Mães zelosas, pais corujas
Vejam como as águas de repente, ficam sujas
Não se iludam, não me iludo
Tudo agora mesmo pode estar por um segundo
Tempo rei, ó, tempo rei, ó, tempo rei
Transformai as velhas formas do viver
Ensinaí-me, ó, pai, o que eu ainda não sei
Mãe Senhora do Perpétuo, socorrei
Tempo rei, ó, tempo rei, ó, tempo rei
Tempo rei, ó, tempo rei, ó, tempo rei
Tempo rei, ó, tempo rei, ó, tempo rei
Tempo rei, ó, tempo rei, ó, tempo rei”*

CANÇÃO “TEMPO REI” - GILBERTO GIL, 1984

INTRODUÇÃO

PÉS-QUIS-AR
Pés-quis-ando
Pés que querem andar
Pés que zanzam
Que pés andam?
Por onde?
Que pé sabe?
A que pé?
Por onde anda pesquisando?
– Por onde quis
(Ana Cristina de Moraes)

A trajetória da pesquisa perpassou por caminhos e andanças diversificadas, dando novos tons às suas incitações iniciais até chegarmos à sua efetivação ora apresentada.

Nossas incitações iniciais previam segmentar a pesquisa sobre a Supervisão voltada a assistentes sociais atuantes em áreas específicas – assistência social, judiciário e saúde mental, as quais em nossas análises ainda pouco maturadas ao adentrar o Doutorado, se colocavam com experiências empíricas de Supervisão mais solidificadas.

Além disso, pretendia-se realizar entrevistas, grupos com os/as profissionais vinculados aos espaços socio ocupacionais referidos, e até mesmo, disparar um formulário com o intuito de identificar /situar “o lugar” da Supervisão no fazer profissional de Assistentes Sociais.

Contudo, foi preciso recalcular a rota e recomeçar, o que de primeiro momento, causou receio e estranhamento, haja vista o avanço do tempo e a densidade do que pretendíamos alcançar.

Recomeçar a pesquisa delineando-a sobre outros contornos, nos desafiou, mas também nos apresentou um mundo de possibilidades acerca do objeto e de seu redimensionamento nos contextos teóricos-metodológicos ao longo da história do Serviço Social brasileiro.

Diante disso, esta tese tem como objeto, a busca pela compreensão de **como têm se dado as tessituras da Supervisão Profissional em Serviço**

Social, levando em consideração a produção do conhecimento sobre a temática no marco temporal de 1972 a 2024.

Ao que concerne à justificativa pela escolha do tema, este se apresentou para nós a partir da experiência docente no curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Paulista – UNIP (modalidade presencial) onde estivemos de 2020 a 2023, e no qual fomos responsáveis pela disciplina de Supervisão Acadêmica de Estágio.

Com o intuito de promover a aproximação entre os supervisores/as dos campos de estágio e a universidade através da supervisão acadêmica, muitas inquietações se fizeram presentes, em que nosso foco se direcionou às inúmeras demandas trazidas pelos/as profissionais da ponta dos espaços socio ocupacionais onde os/as estudantes se inseriram para cumprir a exigência da carga horária prevista pelas normativas.

Entre as demandas principais advindas deste processo estavam: a busca por um espaço de escuta e aprimoramento, fatores que sempre eram trazidos pelos/as profissionais supervisores/as de campo durante os encontros realizados.

Assim, fomos compreendo que havia uma lacuna da produção acadêmico-científica sobre a temática da Supervisão voltada para assistentes já graduados, em que se pesem, alguns breves estudos produzidos nas últimas décadas, além de haver certa confusão sobre o uso deste instrumento, e de como ele poderia ser aplicado na prática.

Deste modo, pontuamos a relação entre escolher/ser escolhida pelo objeto, em que em nossa visão, este se impôs diante de nossos olhos e do nosso próprio fazer profissional, naquele momento, no âmbito da docência, mas não somente, haja vista, que fomos recapitulando as diversas vezes que fomos convidadas a prestar orientações a profissionais sobre o desdobrar de suas demandas e vivências no cotidiano institucional.

A partir desse movimento, já com o objeto geral definido, passamos aos objetivos específicos, os quais se situam em:

- Identificar as pesquisas produzidas sobre a temática da Supervisão Profissional em Serviço Social nos marcos de 1972 a 2024;
- Elucidar a trajetória do tema em suas conformações teórico, políticas e metodológicas;

- Compreender as percepções sobre a Supervisão Profissional em Serviço Social na atualidade;
- Conhecer os modelos de Supervisão construídos por pesquisadores/as pioneiros/as que abordaram o tema;
- Pautar o redimensionamento da Supervisão para o de *intervisão*

Sobre o percurso metodológico, tomamos por referência o debate proposto por Marx (1974, p.939) ao referir que “o *método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico prático, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto*”. Em suas *palavras* “*toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação (aparência) e a essência das coisas coincidissem imediatamente*”.

Neste sentido, ir além da aparência é atingir o nível do abstrato, e consequentemente, chegar ao concreto dos fatos.

Com base nessa reflexão, compreendemos que a história constitui um princípio metodológico fundamental nesse processo do abandono factual. Ao analisar a trajetória histórica do objeto, o/a pesquisador/a apreende o seu desenvolvimento, não porque ao conhecer sua gênese ele será capaz de explicar o objeto em si mesmo, mas porque recorrendo ao passado torna-se possível compreender os elementos do presente para se aproximar da essência do objeto.

Apoiando-se nessa análise, desenvolvemos a pesquisa através da metodologia da **revisão integrativa** como lócus central da busca pelo diálogo com nosso objeto e suas derivações mais específicas.

Segundo Botelho et al, (2011):

Pode-se entender a revisão integrativa como um recurso metodológico que possibilita a sistematização do conhecimento científico (seja ele desenvolvido teórico ou empiricamente) e a visualização de novas perspectivas para novas pesquisas. A partir de uma visão interpretativa das evidências, este tipo de estudo de revisão permite incluir estudos que adotam diferentes metodologias tanto com abordagens qualitativas quanto quantitativas.

Deste modo, realizamos amplo levantamento bibliográfico de artigos, teses, dissertações, normativas, materiais de apoio, e livros correlacionados ao tema e ao período demarcado de nossa investigação com vistas à identificação da produção do conhecimento, bem como, seus limites, lacunas, estratégias e possibilidades.

A hipótese de nosso estudo é que a Supervisão Profissional em Serviço Social ganhou engendrou novos rumos no âmbito em sua concepção e aplicabilidade prática no fazer cotidiano de assistentes sociais ao longo das últimas décadas.

Com relação aos capítulos da tese, estes estão estruturados sob o seguinte percurso:

CAPÍTULO 1 - Perspectivas da pesquisa e proposta metodológica : abordamos o estado da arte da pesquisa, detalhamos a revisão integrativa como locus de análise, e apresentamos a experiência do Doutorado Sanduíche no Conservatoire National des Arts et Métiers, de Paris – França, onde estivemos por 10 meses, entre outubro de 2023 a julho de 2025.

CAPÍTULO 2- Tramas conjunturais, trabalho profissional e o legado sócio-histórico da profissão: procedemos à breve análise da conjuntura, debatemos as *teias* cotidianas do trabalho profissional de assistentes sociais, e por fim, articulamos reflexões sobre o desatar dos nós na contemporaneidade com um chamado ao legado do Serviço Social brasileiro.

CAPÍTULO 3: A Supervisão Profissional em Serviço Social como campo de mediação pedagógica do fazer cotidiano: apresentamos a Supervisão como *matéria* do Serviço Social, seus conceitos e modelos, bem como, seus desdobramentos ainda em construção.

CAPÍTULO 4: Resultados da Pesquisa na perspectiva da revisão integrativa explicitamos os achados da pesquisa, dirimindo nossas percepções e o diálogo com o objeto deste estudo.

Posteriormente, procedemos às considerações finais, colocando em evidência as reflexões gerais apreendidas no contexto da pesquisa.

CAPÍTULO 1: PERCURSOS DA PESQUISA E PROPOSTA METODOLÓGICA

1.1 O Estado da arte da pesquisa: a produção do conhecimento sobre supervisão profissional no Serviço Social

A elaboração de um estudo é composta por múltiplos desafios, entre eles, o ato de se debruçar sob o objeto, amadurecê-lo, e construí-lo a partir de um olhar aguçado para subsidiar interpretações, indagações e identificar possíveis respostas e/ou lacunas.

Construímos a tese ora apresentada, a partir do *“tecer dos fios”* que sustenta seu **objeto** central, isto é: **“A supervisão profissional em Serviço Social e suas tessituras no contexto da produção do conhecimento”**, tendo como pergunta disparadora : **De que maneira têm se configurado as tessituras da supervisão profissional em Serviço Social?**

Para isto, lançamos mão, inicialmente, da estratégia metodológica do “Estado da Arte” da pesquisa, em que consiste no mapeamento de estudos envoltos à temática.

Sobre o pressuposto metodológico do “Estado da Arte” (EA) e/ou “Revisão de Literatura” (RL), o/a compreendemos como uma possibilidade de constituir profunda reflexão diante do que foi pesquisado por autores/as que utilizam ferramentas, estratégias e conteúdos sobre um mesmo tema, porém sob olhares e prismas distintos, abrindo espaço às mediações a serem construídas ao dialogar com pesquisas anteriores, e assim, criar um percurso próprio apoiando-se na interlocução com demais estudiosos da área.

Creswell (2010) chama atenção para a importância da Revisão de Literatura em pesquisas. Segundo o autor:

[...] Quem elabora uma proposta também precisa rever a literatura acadêmica sobre o tópico de seu interesse. Essa revisão da literatura ajuda a determinar se vale a pena estudar esse tópico e proporciona insight sobre as maneiras em que o pesquisador pode limitar o escopo para uma área de investigação necessária [...] A revisão de literatura cumpre vários propósitos. Compartilha com o leitor o resultado de outros estudos que estão intimamente relacionados àquele que está sendo realizado. (CRESWELL, 2010, P. 48-49)

Diante dessa reflexão, e com o intuito de realizar uma revisão do tipo “Estado da Arte” no tocante à Supervisão Profissional em Serviço Social, nos direcionamos ao amplo levantamento de referencial bibliográfico através das/dos:

- I) Teses e dissertações em Serviço Social disponíveis no banco da CAPES,
- II) Artigos indexados nas principais revistas da área nos estratos de A1 a B4, sendo o índice – B4 – o último estrato avaliado pela CAPES no contexto da produção acadêmica no Serviço Social,
- III) Anais disponíveis por meios digitais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)
- IV) Livros e/ou notas técnicas produzidas pelas entidades representativas da profissão – Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)

Para isto, selecionamos os conteúdos obtidos delimitando-os com as seguintes palavras-chave:

- I) Supervisão Profissional em Serviço Social,
- II) Supervisão Profissional e Educação Continuada no Serviço Social,
- III) Supervisão Profissional e Educação Permanente no Serviço Social,
- IV) Supervisão Técnica em/e Serviço Social,
- V) Supervisão Técnica e Assessoria Técnica em Serviço Social
- VI) Supervisão Profissional em Serviço Social e Política Social,
- VII) Supervisão Profissional em Serviço Social e Instrumentalidade, Supervisão em Serviço Social e Identidade Profissional.

É importante mencionar, que a pesquisa foi direcionada num marco temporal para que pudéssemos compreender como o debate da temática tem se apresentado no âmbito acadêmico ao longo da história. Assim, foram escolhidas as últimas cinco décadas, mais especificamente, o período de 1972 a 2024.

A escolha por construir a pesquisa no período em destaque, foi em decorrência do início dos cursos de pós graduação em Serviço Social no Brasil (PUC/SP – 1972), fator que possibilitou a disseminação da produção de conhecimento na área, bem como, a deflagração do Movimento de Reconceituação ocorrido segunda metade da década de 1960¹, o qual tivera inúmeros desdobramentos para a profissão nas décadas subsequentes. Já ao que se refere à escolha de finalizar o levantamento bibliográfico no ano de 2024,

¹ O marco inicial da Reconceituação foi o "I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social", realizado em maio de 1965 em Porto Alegre, com a presença de 415 participantes do Brasil, Uruguai e Argentina. (Netto, 2005, p. 09).

esta se deu pelo fato de, neste ano, ter sido realizada a última avaliação quadrienal da CAPES¹, e, portanto, as informações das produções acadêmicas estejam atualizadas.

Apresentamos a seguir, as bases de dados/estudos utilizadas/os, e que nos deram suporte na construção do Estado da Arte da pesquisa, e que embasam o construto metodológico da revisão integrativa elaborada nas conclusões do nosso estudo.

I) os artigos acadêmicos publicados pelas revistas na área da produção do conhecimento em Serviço Social dentro do parâmetro – Qualis Capes nos estratos de A1 a B4.

II) as teses e dissertações extraídas do banco de teses e dissertações da Capes cujo o objeto situa-se na Supervisão Profissional em Serviço Social,

III) os artigos acadêmicos, ensaios, e relatos de experiência, publicados (e que se encontram disponíveis para acesso digital) nos Anais do Congressos Brasileiro de Serviço Social (CBAS) e do Encontros Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), respectivamente,

IV) livros, notas e/ou orientações técnicas publicados/as ao longo das últimas cinco décadas, em que o debate/reflexão se centra na análise da Supervisão Profissional em Serviço Social,

Ademais, é importante mencionar que as escolhas por referenciar o Estado da Arte da pesquisa embasado pelos referidos periódicos e bancos de produção acadêmica, deu-se de modo a situar o debate da Supervisão Profissional em Serviço Social, com acesso à produção teórica dos principais meios de divulgação científicos da área.

A seguir apresentamos o quadro síntese da produção científica na área do Serviço Social as quais usamos como base para nossas buscas de artigos relacionados à temática pesquisada.

¹ Em 06 de maio de 2025, foi publicada pelo Ministério da Educação (MEC) a Portaria nº 109/2025 com as novas diretrizes para avaliação quadrienal da Capes para o ciclo de 2025 a 2028, em que as principais alterações dizem respeito ao impacto da Pós Graduação na sociedade, à classificação de artigos publicados e aos critérios para reconhecimento do PPG como excelência, considerando um olhar multidimensional (Fonte: <https://www.gov.br/capes/ptbr/assuntos/noticias/capes-divulga-diretrizes-para-o-ciclo-avaliativo-2025-2028>).

Quadro 1- Qualis da área de Serviço Social

Revista	Estrato
Serviço Social & Sociedade https://www.scielo.br/j/sssoc/	A1
Katálýsis (Impresso) http://www.katalysis.ufsc.br/conteudo.php	A1
Textos e Contextos (PUC-RS) https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/issue/archive	A1
Argumentum (Vitória) http://periodicos.ufes.br/argumentum/	A2
Sociedade em Debate (UCPEL) https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/about	A2
Em Pauta (Rio De Janeiro) http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta	A2
Revista Emancipação (UEPG) https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/issue/archive	A2
Oikos: Família e Sociedade em debate (UFV) https://periodicos.ufv.br/oikos/issue/archive	A2
Ser Social (UnB) https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social	A2
Praia Vermelha (UFRJ) https://praiavermelha.ess.ufrj.br/revista/	A3
Social em Perspectiva (UNIMONTES) https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/	A3
Temporalis http://periodicos.ufes.br/temporalis	B1
Libertas (UFJF) https://periodicos.uff.br/index.php/libertas/index	B2
O Social em Questão (PUC-Rio) http://osocialemquestao.ser.pucrio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home	B2
Serviço Social em Revista http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista	B2
Serviço Social & Realidade http://periodicos.franca.unesp.br/index.php/SSR	B3
Revista Humanidades em Perspectiva (Uninter) https://www.revistasuninter.com/revista-humanidades/index.php/revista-humanidades	B4

Fonte: Plataforma Sucupira (CAPES),2025

Quadro 2 - Artigos extraídos das revistas selecionadas
(estrato Qualis A1 a B4)

Ano	Título/autoria	Revista
1984	Considerações sobre a supervisão em Serviço Social Autoria: Laisa di Maio Campos Toledo	Serviço Social e Sociedade
1988	Assistência Técnica e supervisão de programas em Serviço Social Autoria: Vera Maria Ribeiro Nogueira	Serviço Social e Sociedade
2016	Supervisão em Serviço Social diante da precarização do mundo do trabalho: uma perspectiva helleriana Autoria: Gleny Terezinha Duro Guimarães/Paulo Roberto Martins	Katálisis
2002	Supervisão em Serviço Social: a formação do olhar ampliado Autoria: Alzira Maria Baptista Lewgoy/Maria Lúcia Amaral Scavoni	Textos e Contextos
2009	Uma experiência de supervisão na área psicossocial: desafios teórico-práticos Autoria: Vicente de Paula Faleiros	Katálisis
2016	Supervisão Profissional em Serviço Social: uma experiência de supervisão externa a coordenadores de serviços domiciliários para pessoas idosas Autoria: Maria Irene Lopes B. de Carvalho	Textos e Contextos
2019	A supervisão técnica em serviços do SUAS: uma competência profissional em construção no Serviço Social Autoria: Rafael Garcia Carmona, Daraci Rosa dos Santos	Humanidades em Perspectivas
2020	Supervisão técnica e assessoria a instituições de acolhimento de crianças e adolescentes: construindo as bases teóricas de uma matriz de supervisão Autoria: Rafaela Pereira da Rocha, Dorival da Costa, Gisele Ransckoski Gomes, Willem Van Erven Sigaud Fráguas Nobre, Adriana Pinheiro Café de Souza	Humanidades em Perspectivas
2022	Estratégias de Supervisão Técnica no âmbito da proteção social básica Autoria: Maira Ribeiro de Souza	Oikos
2024	Supervisão técnica com assistentes sociais do INSS: considerações para o Serviço Social Autoria: Gênese de Oliveira Pereira	Em Pauta

Fonte: elaboração própria, 2025

Quadro 3 – Teses e Dissertações sobre a temática da Supervisão em Serviço Social (1972-2024)

Ano	Título	Nível	Instituição
1990	A assistência técnica em Serviço Social: as propostas práticas da secretaria de Estado da Promoção Social 1967-1987 autoria: Vera Maria Nogueira Ribeiro	Mestrado	PUC-SP
1992	A supervisão em Serviço Social na formação profissional do Assistente Social Autoria: Marta Alice Feitten Buriolla	Doutorado	PUC-SP
1998	As configurações do Processo de Supervisão em Serviço Social nos Anos 90 Autoria: Necilda de Moura Santana	Mestrado	PUC-RJ
2000	Supervisão em Serviço Social: algumas problematizações a partir de um olhar construtivista Autoria: Elvis Ceroni Ribeiro	Mestrado	PUC-RS
2009	A supervisão em Serviço Social e a mercantilização do ensino superior: as condições de trabalho do supervisor de campo Autoria: Nirciene Quintão de Assis Correa	Mestrado	UERJ
2014	O assistente social na supervisão técnica de convênios entre o poder público e as organizações privadas de assistência social Autoria: Maria Helena Célia Cardoso	Mestrado	PUC-SP
2018	A gestão da parceria/supervisão técnica em serviço socioassistencial contratado na cidade de São Paulo Autoria: Estefani Clementino Rocha	Mestrado	PUC-SP

Fonte: elaboração própria, 2025

Quadro 4 – Artigos publicados nos Anais do Congresso Brasileiro de Serviço Social (CBAS) e Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)

Ano	Título/autoria	Evento
2016	Supervisão técnica de serviços socioassistenciais na cidade de São Paulo: um debate necessário Autoria: Carina Moreira Medeiros, Deisy Ribeiro dos Santos, Edileuza Shirley Cirino de Almeida, Elizabete Nascimento de Souza, Fernanda Caldas de Azevedo, Glécia Morena Duarte, Vanessa Helvécio	CBAS
2022	Grupo de Supervisão Técnica com assistentes sociais do INSS: consideração para o Serviço Social Autoria: Gênesis de Oliveira Pereira	ENPESS
2022	O significado da supervisão técnica para o Serviço Social na socioeducação Autoria: Ney Luiz Teixeira de Almeida, Carolina Alves de Oliveira, Anne Caroline de Almeida Santos, Verônica Valença dos Santos, Fernanda Carneiro Soares	ENPESS
2022	A supervisão técnica dos serviços socioassistenciais na cidade de São Paulo Autoria: Najila Thomaz de Souza	ENPESS
2024	Supervisão Profissional em Serviço Social: reflexões a partir da experiência no tribunal de justiça de São Paulo Autoria: Camille Soares de Aguiar	ENPESS

Fonte: elaboração própria, 2025.

Quadro 5 – Livros, notas, legislações e/ou material de apoio e/ou de orientações técnicas sobre a temática da Supervisão Profissional em Serviço Social

Ano	Título	Autoria
1979	Supervisão em Serviço Social Livro	Balbina Ottoni Vieira
1982	Modelos de Supervisão em Serviço Social Livro	Balbina Ottoni Vieira
1993	Lei Regulamentação da profissão de Assistente Social Legislação	BRASIL
1996	Supervisão em Serviço Social: o supervisor, sua relação e seus papéis Livro	Marta Alice Feiten Buriolla
2009	Supervisão em Serviço Social Artigo publicado em livro	Yolanda Guerra/ Maria Elisa Braga
2012	Política de Educação Permanente Material de Apoio Técnico	CFESS- CRESS/
2013	Política Nacional de Educação Permanente do SUAS Legislação	MDS
2016	Resolução nº 06 de 13 de abril de 2016 Legislação	CNAS

Fonte: elaboração própria, 2025

Tomando por base a amplitude do levantamento bibliográfico e a análise de cada um dos segmentos – artigos, teses, dissertações, anais dos principais eventos acadêmicos existentes na área do Serviço Social (CBAS e ENPESS), livros, legislações, notas e materiais de orientação técnica - vislumbra-se a compreensão do processo histórico de pesquisas realizadas com diferentes metodologias e uso de referenciais teórico-políticos no tocante à temática da Supervisão.

Assim, buscamos estabelecer no decorrer desta tese, e mais especificamente nas análises conclusivas, o diálogo com o objeto estudado por nós – isto é : ***as tessituras da Supervisão Profissional em Serviço Social no período demarcado***, com vistas à construção de uma análise integrativa, levando em consideração o aporte técnico-instrumental, as tendências, o uso desse instrumento enquanto estratégia de mediação pedagógica no cotidiano profissional de assistentes sociais nos espaços sociocupacionais, suas contribuições, e suas lacunas/limitações a serem ultrapassadas apoiando-se nas bases elementares do projeto profissional construído ao longo das últimas décadas no País.

1.2 A revisão integrativa como *locus* de análise

O crescimento da produção e difusão do conhecimento no Serviço Social Brasileiro e Latino Americano, propiciou acúmulo sobre diversas temáticas ao longo das últimas décadas, processo este, situado como campo frutífero para a construção de políticas públicas, para a criação de análises reflexivas com base no pensamento crítico, e de interações no âmbito das intervenções cotidianas realizadas por assistentes sociais nos mais diversos espaço sociocupacionais.

Neste sentido, lançamos mão da **revisão integrativa** como *locus* de análise, sendo esta, inicialmente, circunscrita às pesquisas da área da saúde, quando em 1904 um artigo de revisão sobre a vacina contra a febre tifoide foi publicado no *British Medical Journal*. (Da Silva; Brandão; Ferreira, 2020).

A Revisão Integrativa (RI), é fundamentada pela Revisão de Literatura (RL), a qual se divide em técnicas aplicáveis a pesquisas : a revisão bibliográfica tradicional, também conhecida como revisão de narrativa (RN), a revisão de literatura sistematizadas (RLS) e propriamente, a revisão integrativa (RI).

A RL tem como objetivo problematizar novas demandas investigativas e sinalizar desenhos metodológicos que possam ser aplicados nas diferentes subáreas do conhecimento (Vosgerau e Romanowski, 2014).

No que se refere à metodologia, o processo de revisão exige estudos em diferentes fontes bibliográficas que permitam ampliar a compreensão sobre determinado tema, constituindo-se na primeira etapa do processo de construção do conhecimento científico. Nessa lógica, a pesquisa, que tem a RL como única fonte investigativa e/ou mesmo como etapa inicial, preocupa-se em realizar uma ampla análise e uma rigorosa elaboração de síntese com vista a ampliar e aprofundar a compreensão científica do objeto em estudo.

A revisão integrativa (RI) emerge como uma bússola indispensável. Pode-se compreendê-la como um método sistemático que combina abordagens qualitativas e quantitativas; agrega estudos de desenhos e métodos diferentes, sendo propício para agregar, analisar, avaliar e interpretar dados dispersos na literatura científica, proporcionando uma visão panorâmica das evidências disponíveis dos inúmeros campos do saber (Whittemore; Knafl, 2005; Grant; Booth, 2009).

A destarte da base elementar da metodologia – RI –apresentamos os passos utilizados para o construção da pesquisa em evidencia, isto é : A análise acerca da produção do conhecimento sobre a temática da Supervisão Profissional em Serviço Social, com o intuito de apreender suas tessituras, lacunas, e suas concepções no fazer cotidiano de assistentes sociais.

Para isto, nos referenciamos ao do artigo – ***Revisão integrativa: o que é e como fazer?*** – elaborado por pesquisadores/as no campo das ciências médicas, e que corroborou com nossas aspirações metodológicas.

1ª Fase: elaboração da pergunta norteadora

A definição da pergunta norteadora é a fase mais importante da revisão, pois determina quais serão os estudos incluídos, os meios adotados para a identificação e as informações coletadas de cada estudo selecionado. Logo, inclui a definição dos participantes, as intervenções a serem avaliadas e os resultados a serem mensurados. Deve ser elaborada de forma clara e específica, e relacionada a um raciocínio teórico, incluindo teorias e raciocínios já aprendidos pelo pesquisador.

Assim, como pergunta-problema norteadora temos: **De que modo têm se dado as tessituras da Supervisão Profissional em Serviço Social no contexto da produção do conhecimento?**

2ª Fase: busca ou amostragem na literatura

Intrinsecamente relacionada à fase anterior, a busca em base de dados deve ser ampla e diversificada, contemplando a procura em bases eletrônicas, busca manual em periódicos, as referências descritas nos estudos selecionados, o contato com pesquisadores e a utilização de material não-publicado. Os critérios de amostragem precisam garantir a representatividade da amostra, sendo importantes indicadores da confiabilidade e da fidedignidade dos resultados. A conduta ideal é incluir todos os estudos encontrados ou a sua seleção randomizada; porém, se as duas possibilidades forem inviáveis pela quantidade de trabalhos, deve-se expor e discutir claramente os critérios de inclusão e exclusão de artigos. Desta forma, a determinação dos critérios deve ser realizada em concordância com a pergunta norteadora, considerando os participantes, a intervenção e os resultados de interesse.

- Neste aspecto, construímos amplo levantamento do referencial teórico elucidado no quadro síntese apresentado no item anterior, em que as

fontes estudadas se atrelaram à produção do conhecimento no âmbito do Serviço Social acerca do objeto estudado.

3ª Fase: coleta de dados

Para extrair os dados dos artigos selecionados, faz-se necessária a utilização de um instrumento previamente elaborado capaz de assegurar que a totalidade dos dados relevantes seja extraída, minimizar o risco de erros na transcrição, garantir precisão na checagem das informações e servir como registro.

- A síntese será apresentado nas conclusões deste estudo, situando-as a partir das análises do material avaliado, construído com ênfase nos critérios : Seleção da pesquisa, Descritores, Base de dados, Busca nos resumo, artigos (objetivos, resultados, conclusão), Representação das características da pesquisa original, Interpretação dos resultados e apresentação da revisão.

4ª Fase: análise crítica dos estudos incluídos

Análoga à análise dos dados das pesquisas convencionais, esta fase demanda uma abordagem organizada para ponderar o rigor e as características de cada estudo. A experiência do pesquisador contribui na apuração da validade dos métodos e dos resultados, além de auxiliar na determinação de sua utilidade na prática.

- A partir da síntese direcionada na etapa anterior, será apresentada a análise teórico-crítica acerca das abordagens sobre a temática da pesquisa. Este é um momento privilegiado para resgate do conteúdo histórico sobre o tema da Supervisão no Serviço Social nas últimas cinco décadas com vistas à exponenciar aquilo que fora apreendido.

5ª Fase: discussão dos resultados

Nesta etapa, a partir da interpretação e síntese dos resultados, comparam-se os dados evidenciados na análise dos artigos ao referencial teórico. Além de identificar possíveis lacunas do conhecimento, é possível delimitar prioridades para estudos futuros. Contudo, para proteger a validade da revisão integrativa, o pesquisador deve salientar suas conclusões e inferências, bem como explicitar os vieses.

A etapa adjacente contempla a visualização dos dados, ou seja, a conversão dos achados em uma forma visual de subgrupos. Os modos de

visualização podem ser expressos em tabelas, gráficos ou quadros, nos quais é possível a comparação entre todos os estudos selecionados e, logo, a identificação de padrões, diferenças e a sublocação desses tópicos como parte da discussão geral.

Todo discernimento de relações ou conclusões requer constatação com a fonte primária, para que não haja conclusões prematuras ou exclusão de evidências pertinentes durante o processo.

- Na etapa final, debateremos a *tese*, ou seja, aquilo que fora obtido a partir da sistematização no campo teórico, com quadro expositivo sobre os achados da pesquisa, e nossas compactações reflexivas acerca do objeto.

Cabe enfatizar, que a RI deve ser pautada pela ética para evitar a distorção no âmbito das análises construídas ao se debruçar aos estudos anteriores que o/a pesquisador/a se referencia.

Assim, a RI tem o potencial de promover os estudos de revisão em diversas áreas do conhecimento, mantendo o rigor metodológico das revisões sistemáticas. O método nasce como alternativa para revisar rigorosamente e combinar estudos com diferentes metodologias e integrar os resultados científicos.

Neste sentido, esperamos que o uso da RI possa contribuir não somente ao que se refere a busca pela apreensão e sistematização de nosso objeto, mas também que esta metodologia possa ter maior referência em pesquisas na área do Serviço Social, haja vista sua amplitude e capacidade de interlocução com diversos campos da produção do conhecimento.

1.3 Notas sobre a realidade do Serviço Social no contexto Francês: a experiência do Doutorado Sanduíche no *Conservatoire National des Arts et Métiers* – CNAM Paris, França



Foto : Conservatoire National des Arts et Métiers (CNAM) de Paris, França (acervo pessoal)

A descoberta da existência do Doutorado em Sociologia do Trabalho Social no *Conservatoire National de Arts et Métiers* de Paris – França, se deu de uma forma um tanto quanto curiosa.

Desde a entrada no Doutorado em 2021, o sonho de realizar estágio da pesquisa no exterior se fazia presente, no entanto, havia a incógnita sobre qual Universidade contemplaria as perspectivas a que o estudo em construção se propunha.

A única certeza estava no fato de que a França seria o país escolhido, dadas as experiências vivenciadas durante o Mestrado nos anos de 2017-2019.

Desta maneira, as buscas por professores/as e por um espaço acadêmico que contemplasse nossas aspirações, nos levou a muitas dúvidas sobre o processo de formação de assistentes sociais no contexto francês, até que nos deparamos com o livro organizado pelas professoras Maria Carmelita Yazbek e Marilda Vilela Iamamoto, intitulado – “**Serviço Social na História: América Latina, África e Europa**”, e uma pequena nota de rodapé nos chamou a atenção sobre a pós graduação nos níveis de Mestrado e Doutorado em Sociologia do Trabalho Social existente no CNAM, Paris, cujo o representante –

o Prof. Dr. Emmanuel Jovelin, atendeu prontamente aos nossos e-mails quando o procuramos, colocando-se disponível para supervisionar nosso estudo caso a bolsa do PSDE Capes nos fosse dirigida, fato que se concretizou.

As fases posteriores indicaram que o cruzar das fronteiras para a realização do Doutorado Sanduíche começa muito antes da chegada de ao país de destino. Isso porque, existem os desafios de ordem técnico-burocrática que envolvem todo o processo, como a obtenção do visto no consulado, as instabilidades dos sistemas de informação do Ministério da Educação (MEC), e as convenções que devem ser firmadas e assinadas entre as universidades a que os/as estudam estão vinculadas.

Esses processos não eram novos, haja vista o percurso do Mestrado entre os anos de 2017-2019, em que tivemos a oportunidade de cursar a Dupla Diplomação no *Master 2 em Gestão e Avaliação de Políticas*, através do convênio firmado entre o Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PPGSS/PUC-SP, e a Universidade de Grenoble Alpes - UGA/Grenoble França, onde permanecemos por pouco mais de um semestre.

As novas conformações do mundo do trabalho, levou o estudo para o campo das reflexões sobre o cotidiano profissional de assistentes sociais, tendo como centralidade as tessituras envoltas à temática da Supervisão Profissional em Serviço Social.

Deste modo, o *Conservatoire National des Arts et Métiers (CNAM)* de Paris, França, fundado no ano de 1794, e situado no 3º *arrondissement* da capital francesa insurgiu para nós como o local possível para elucidar as indagações presentes no decorrer da pesquisa.

Fundado em plena Revolução Francesa pelo decreto da Convenção de 10 de outubro de 1794, o CNAM é um estabelecimento de ensino com grande destaque pelo seu patrimônio arquitetônico e intelectual, pela importância de sua rede de cooperação nacional e internacional, bem como, pela existência de inúmeros cursos de formação inicial e de pós graduação nas áreas das ciências exatas, biológicas, humanas e sociais, e tecnológicas.

Com a evocação de sua relevância, resgatamos as datas-chave ao que concerne aos principais momentos de sua história até chegarmos à criação da cátedra do curso de formação, do mestrado e do doutorado voltado para

“*Assistentes de Service Social*”, nome dado à formação de assistentes sociais na França.

Quadro 6 – Histórico do CNAM - FRANÇA

1794: o CNAM é criado sob a liderança do Abbade Henri Grégoire.
1819: o CNAM torna-se o local de ensino técnico e industrial superior. Três cursos são criados por decreto real: mecânica, química e economia industrial.
1952: o conhecimento é descentralizado para as províncias com a criação da rede CNAM.
1958, 1960 e 1962, o CNAM se estabeleceu gradualmente em Le Mans, Angers e depois Laval.
Em 1980, 1984, 1985 e 1986 nasceram os centros de Nantes, Saint-Nazaire, Cholet e La Roche-sur-Yon.
1986: a associação regional do CNAM des Pays de la Loire é criada para reunir o treinamento dos sete centros CNAM da região.
1994: celebração do bicentenário do CNAM.
2000: Criação da cátedra de Trabalho Social, com o apoio da Direção-Geral de Ação Social e do setor profissional, a fim de promover a expertise e as habilidades de pesquisa de trabalhadores/as sociais.
2002: É criado o <i>Master Travail Social et Intervention Sociale</i> - (Mestrado em Trabalho Social e Intervenção Social), em que teve Brigitte Bouquet como a primeira professora titular.
2013: início do Doutorado em Trabalho Social, com uma visão profissionalizante e pluridisciplinar.
2016: obtenção do selo Lucie, o primeiro selo francês e europeu em termos de Responsabilidade Social de Empresas (RSE).
2021: obtenção da certificação de qualidade Qualiopi (para atividades de formação, serviços de avaliação de competências e validação de experiência adquirida, atividades de formação de aprendizagem) e renovação do selo Lucie, de Responsabilidade Social das Organizações (RSO).

Fonte: CNAM

Ao trazer o quadro síntese cabe, também, breve mergulho ao conteúdo do desenvolvimento histórico da formação e intervenção de assistentes sociais no cenário francês.

Bouquet (2003) assinala que a época pioneira do Serviço Social na França teve duas fases situadas, a primeira de 1900-1918 (origem) e de 1920 a 1939 (institucionalização e unificação).

Foi no contexto das emergências sociais advindas dos processos e transições sociais, econômicas e políticas no início do século XIX, que nasceu o trabalho social através da criação das primeiras obras de caridade às quais se juntaram as associações filantrópicas com vistas a um padrão reconciliatório naquele período.

Profissão essencialmente feminina em seus primórdios, em que uma primeira análise mostra o fechamento do seu papel social a um único campo admitido pela sociedade da época: a beneficência ou a atividade paramédica em

virtude da sua "natureza feminina" e das correspondentes qualidades a qual corresponde a simbólica "maternidade social" (Bouquet, 2003).

Estes ramos da intervenção social coexistiram até 1938 delimitado às enfermeiras visitadoras e as trabalhadoras sociais.

As enfermeiras visitadoras são o produto de uma nova concepção da profissão de enfermeira e da corrente higienista. No que se refere as enfermeiras, a França apresenta um claro atraso em relação aos países anglo-saxônicos. Aqui também, algumas mulheres farão valer o seu próprio modelo de formação. No que se refere a orientação higienista e política de saúde, um número crescente de mulheres aproveitarão da grande mutação dos dispensários para aí ingressarem e desempenharem o papel de auxiliares de higiene. Por outra parte, as devastações da primeira guerra mundial aceleram o desenvolvimento e fazem reconhecer um papel fundamental as enfermeiras-visitadoras graças a intervenção americana em França e a uma série de leis que favorecem igualmente esse progresso. Faltava apenas a consagração deste ramo profissional com a criação de um diploma de Estado. O decreto de 27 de junho de 1922, e completado no período seguinte, dará origem ao diploma de enfermeira hospitalar e ao de enfermeira visitadora de higiene social (especializada em tuberculose) em puericultura ou em venereologia. [...] Progressivamente, o seu papel não cessará de tender para um papel polivalente pondo cada vez mais em relevo o aspecto social. Paralelamente, o outro ramo profissional das trabalhadoras sociais desenvolvia-se mais lentamente, empregando a expressão *o social puro*, mostrando assim a vontade de se demarcar dos aspectos médico-sociais. Este ramo subdivide-se esquematicamente em três correntes distintas: as residências sociais, o serviço social de tipo familiar e as superintendentes de fábrica. (Bouquet, 2003, p. 47)

No momento em destaque, verifica-se a incidência de inúmeras dissonâncias entre o corpo profissional das trabalhadoras sociais, com a existência de poucos espaços de formação, e com o debate ainda embrionário, sobre a necessidade da criação de um Diploma de Estado a ser reconhecido por toda a sociedade francesa.

O ano de 1924 marca a primeira ingerência para tal reconhecimento, pois houve forte oposição do Conselho Superior de Assistência Pública o qual compreendia que o *serviço social* não podia ser considerado uma profissão propriamente dita, remetendo-o mais uma vez ao seu lastro histórico vinculado à benemerência filantrópica.

Somente no ano de 1932, é criada a licença de capacidade profissional que permite o uso do título de *assistente de serviço social* diplomado pelo Estado Francês. Este diploma era obtido em quatro anos e diferenciava-se do das enfermeiras hospitalares e das enfermeiras visitadoras (Bouquet, 2003).

É importante ressaltar, que tal processo não se constituiu de maneira isolada dos acontecimentos do período, em que há a criação de legislações no âmbito da proteção social, e posteriormente, de sua ampliação com a emergência do Estado de Bem Estar Social no cenário pós segunda guerra mundial, fatores que provocaram o desenvolvimento de políticas sociais mais abrangentes em relação às demandas da população, e por consequência, incidiu no aumento do número de profissionais.

Diante do cenário dos chamados “30 anos gloriosos”, isto é : 1945-1975, em que o Estado assumiu para si a responsabilidade na construção e intervenções no campo das políticas sociais, é também constituído o momento crucial para o desenvolvimento do trabalho social, haja vista que as dinâmicas sociopolíticas, econômicas, e culturais são intrinsicamente vinculadas a todo este processo de mudanças ocorridas ao redor do mundo.

Do ponto das modificações experimentadas pelo trabalho social na França, com ênfase nos processos formativos, a década de 1980 foi crucial pois gerou questionamentos de segmentos na categoria, manifestados, por exemplo, através de ações grevistas reivindicando a homologação do diploma de nível II (o serviço social não tinha o reconhecimento satisfatório de profissão de nível superior) e melhores condições de trabalho (Bouquet, 2003).

Em 1986 fundam-se os Institutos Regionais de Serviço Social (*Instituts Régionaux du Travail Social*), IRTS, com a competência legal de desenvolver pesquisas, ainda que de forma muito tímida, pois os estímulos financeiros para o desenvolvimento de pesquisas só seriam aprovados, em 2008 (RULLAC, 2014).

O trabalho social na França, nunca foi fácil de ser compreendido, desde as pioneiras, ele é realizado em diversos níveis: profissionais de nível superior com o enquadramento administrativo social; profissionais de nível intervencionista como chefes de projetos e agentes de inserção ligados a mediação, habitação e *delinquência* (considerados de nível I); os profissionais de níveis de apoio, os que realizam pequenos trabalhos como os mediadores interculturais (considerados de níveis II, III, IV e V) (Bouquet 2003; Finodhers, 2007).

Explicitamos abaixo os Diplomas que compõem as formações na área do trabalho social Francês:

Quadro 7 – Diplomas trabalho social, França.

Formação/Diploma	Competência	Duração
Acompanhante Educativo e Social	Nível V ou IV	De 9 a 24 meses
Monitor Educador	Nível IV	2 anos
Técnico em Intervenção Social e Familiar	Nível IV	De 18 a 24 meses
Educador Especializado	Nível II	3 anos
Assistente de Serviço Social	Nível II	3 anos
Conselheiro em Economia Social e Familiar	Nível II	1 ano
Educador de Jovens e Crianças	Nível II	3 anos
Engenharia Social	Nível I Gestão/coordenação	1 ano

Fonte: CNAM – Paris, 2025

O sistema de ensino superior Europeu está organizado em três ciclos, durante cada ciclo, diplomas são emitidos por órgãos públicos ou por estabelecimento privados que atestem os conhecimentos, aptidões e qualificação profissional.

O ingresso aos estudos universitários de graduação ocorre mediante aprovação no exame nacional designado “Baccalauréat” (BAC), equivalente ao ENEM/Exame Nacional do Ensino Médio no Brasil. A nomenclatura adotada é a LMD (Licence, Master, Doctorat), em que a licence considerada o primeiro ciclo é o equivalente ao bacharelado ou licenciatura no Brasil, que deve ser concluída em três anos; o Master considerado o segundo ciclo seria equivalente ao mestrado e tem a duração de dois anos seguidos da licenciatura, no segundo ano do mestrado o estudante faz a escolha pelo Master Recherche, que corresponde ao Mestrado acadêmico pré-requisito para o doutorado, ou pelo Master Professionnel, que corresponde a uma especialização com a necessidade de realizar estágio de três a seis meses no último semestre.

Quanto ao Doctorat, considerado o terceiro ciclo, este seria o doutorado adquirido no período de três anos em que a tese não seria obrigatoriamente

individual e inédita como assim é exigido no Brasil (RÉPUBLIQUE FRANÇAISE, 2018b; DUGUÉ, 2009 apud NASCIMENTO, 2022).

Na tentativa de apreender a maneira como os diplomas de Serviço Social são deliberados pelo Ministério da Educação da França, nos dirigimos às reflexões apontadas por Nascimento (2022, p.07):

A nomenclatura e forma de aquisição dos diplomas na França é totalmente diferente da adquirida no Brasil, quem realiza o trabalho social são profissionais de diversos níveis de formação, de nível médio, superior e pós-graduados, formados ou treinados em diversas instituições que não necessariamente são universidades. A nomenclatura dada aos assistentes sociais, é assistente de serviço social (l'assistant de service social) considerado um profissional de serviço social que intervém de forma individual ou coletiva nas instituições visando a melhoria de condições de vida dos indivíduos e famílias em termos sociais, de saúde, familiares e econômicos, cultural e profissional, que vai desde o nível médio com a formação tecnológica ou profissional, até o nível de pós graduação .

Além das fraturas entre as profissões que compõe o trabalho social no contexto Francês, o desenvolvimento de pesquisas nesta área, e mais, o reconhecimento deste como um campo possível de produção de estudos científicos, ainda apresenta grande fragilidade, sendo a pós graduação criada somente em 2002 com o início do *Master en Travail Social et Intervention Sociale* - (Mestrado em Trabalho Social e Intervenção Social), e em 2013 com a abertura do Doutorado profissionalizante e pluridisciplinar, ambos geridos pelo CNAM Paris.

Neste processo, o questionamento acerca da cientificidade do serviço social, seu saber produzido, e seu vínculo epistemológico e institucional se coloca de modo não vislumbrado desde o seu surgimento. É neste momento que embates metodológicos e referencias teóricos começam a ser submetidos a críticas, e quando surge de fato a dicotomia entre saber teórico e prático. Contestam-se os pesquisadores do serviço social como cientistas na procura de reconhecer o doutor em serviço social com o mesmo brio de um doutor em sociologia (Rullac, 2014), discussões já superadas no Brasil.

Inúmeras tensões estão colocadas na atualidade sobre o trabalho social na França em decorrência da publicação do decreto de 14 de outubro de 2025, que versa sobre as mudanças nos processos de admissão de estudantes nas Escolas de Formação de Trabalhadores/as Sociais, além de reformular a grade

de disciplinas, a carga horária, extinguir a obrigatoriedade do *mémoire*, que traduzidos para os termos brasileiros seria o equivalente aos trabalhos de conclusão de curso (TCC), possibilitar o ensino na modalidade à distância (EAD) e por fim, instituir uma prova nacional da com o intuito de validar o conhecimento adquirido.³

Diante disso, novamente tem sido colocada em pauta a questão da *universitarização* do currículo, percorrida desde a década de 1980.

Essas discussões levaram a uma nova reforma curricular em 1980. Isso ocorreu em paralelo à criação dos IRTS (Institutos Regionais de Serviço Social, que ofereciam programas multidisciplinares e interdisciplinares), ao estabelecimento de departamentos de "serviço social" nos IUTs (Institutos Universitários de Tecnologia) e à criação do DSTS (Diploma Avançado em Serviço Social), fomentando as colaborações iniciais entre centros de formação e universidades e estabelecendo um campo profissional mais amplo dentro dos serviços sociais: o "serviço social". Embora continuassem a defender um "mestrado" em nível universitário, as organizações profissionais enfrentaram a oposição das autoridades públicas, que defendiam um programa mais curto, de dois anos. (Iori Ruggero, 2018, p. 05).

Revisitar a "integração universitária" do currículo de serviço social revela que esse processo está ligado, em particular, às lutas e mudanças no equilíbrio de poder entre as autoridades públicas — nacionais e europeias —, os provedores de formação, os profissionais de serviço social e as instituições acadêmicas. A integração gradual do serviço social com as universidades deve, portanto, ser situada no contexto das mudanças que afetaram a visão tradicional das universidades da Europa continental (Charle e Soulié, 2007), com o questionamento da aprendizagem e da produção de conhecimento por meio da pesquisa e o foco em estratégias de integração profissional, e não como uma mera "academização profissional" (Iori Ruggero, 2018, p. 04).

Nesta quadra, verifica-se grande diferença no trato da profissão em relação à formação em Serviço Social na França e no Brasil, no entanto, há que se considerar os elementos mais amplos atravessados pela sociedade francesa, como as guerras, a emergência e o declínio do Estado de Bem Estar Social, e os tratados internacionais no âmbito das reformas universitárias.

Nossa passagem pelo Doutorado em Sociologia do Trabalho ofertado pelo CNAM de Paris, se apoiou nas disciplinas do *Master em Travail Social*

³ <https://www.legifrance.gouv.fr/jorf/jo/2025/10/14/0242> (acesso em 20/10/2025)

(Mestrado em Trabalho Social) – *Méthodologie de la Recherche dans le domaine de l'action sociale* (Metodologia de Pesquisa no Campo da Ação Social) e *Politiques publiques et intervention sociale* (Políticas públicas e intervenção social)⁴ – em que estivemos presentes sistematicamente, e inclusive, apresentamos a pesquisa em desenvolvimento, ministramos algumas aulas com os temas : Serviço Social no Brasil e na América Latina, e Concepções da Proteção Social no Brasil.

A destarte dessa explanação, ressaltamos os aprendizados obtidos ao longo dos 10 meses que passamos no CNAM - outubro de 2023 a julho de 2025 – que nos levou a experiências ímpares, como os momentos em que ministramos aulas no *Master em Travail Social e Intervention Social*, nas idas às bibliotecas dos Institutos Regionais de Trabalho Social em Paris e na região metropolitana, da participação nos colóquios e seminários de pesquisa, nas trocas promovidas nas orientações coletivas direcionadas pelo Prof. Dr. Emanuel Jovelin a seus/as orientandos/as, e por fim, na participação em manifestações gigantescas no tocante às pautas em voga no cenário Francês/Europeu.

CAPÍTULO 2: TRAMAS CONJUNTURAIS, TRABALHO PROFISSIONAL E O LEGADO SOCIOHISTÓRICO DA PROFISSÃO

2.1 O *sobrevo*o nas tramas conjunturais: breves apontamentos

Guerras, crises migratórias, emergências climáticas, propagação de notícias falaciosas – *fake news*, culto ao negacionismo, perseguições aos movimentos populares e a partidos políticos do campo progressista inclinados às lutas representativas da classe trabalhadora, intensa regressão no campo das políticas sociais, e disputas de narrativa com forte apelo ao irracionalismo.

Estes são alguns dos fatores centrais instituídos ao cenário contemporâneo, em que as forças políticas aliadas aos interesses do bloco capitalista, vêm submetendo populações inteiras, com o uso de artimanhas cada vez mais ferozes.

A trama conjuntural é composta por múltiplas determinações, as quais requerem rigor teórico-político para analisá-la de modo a ultrapassar a superficialidade dos fatos.

Iasi (2022) refere que:

A conjuntura é uma totalidade inserida em totalidades mais determinantes: o período histórico, a particularidade histórica de uma formação social e as características de um modo de produção. É difícil captar a totalidade no momento de sua concretização, de sua mediação histórica na conjuntura. Estamos convencidos que essa mediação está na luta de classes, uma vez que é nela que se encontram concretizadas as determinações mais profundas da formação sócio-histórica e do modo de produção (Iasi, 2022, BLOG DA BOITEMPO)

Acerca desta reflexão, compreendemos que decifrar a conjuntura não se constitui em tarefa de caráter simplório, isso porque os elementos que compõem o presente, são, em sua grande maioria, fruto dos desdobramentos de aspirações históricas precedentes, que não podem ser desconsideradas. Soma-se a isso, a ausência de linearidade dos acontecimentos e as contradições inerentes e próprias desta sociabilidade.

Para proceder a análise, é imprescindível o breve resgate das transformações societárias experienciadas em nível mundial a partir de meados da década de 1970, com o fim dos chamados “Trinta anos gloriosos” ou “A idade de ouro do capitalismo”, oriundos do pós Segunda Guerra Mundial, e que teve como consequência o triunfo da agenda neoliberal e a degradação do

“*welfarismo*” (Dardot; Laval, 2016), que ainda na atualidade impactam os

contextos – social, econômico, político, cultural e ideológico em todas as esferas da vida.

Ainda nesse sentido, há que se elucidar outros importantes demarcadores no transcorrer da história, como as disputas entre os blocos ocidental e oriental durante a Guerra Fria, da corrida armamentista, dos conflitos geopolíticos e das experiências de lutas sociais localizadas – como a Guerra do Vietnã (1955 -1975) e a Revolução Cubana, que obtivera seu triunfo em 1959, a queda do Muro de Berlim em 1989, e a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) no ano de 1991, que indiscutivelmente, alteraram a cena política global. Essas modificações exponenciaram as novas engrenagens do capitalismo, baseando-se na acumulação flexível, e na descontinuidade do chamado “*Estado de Bem Estar Social ou Welfare State*” – temática amplamente debatida em pesquisas nas áreas das ciências humanas e sociais⁶ – em que os Estados nacionais passaram a operar na contenção da queda da taxa de lucros, em detrimento da proteção social voltada às populações, irrompendo relações fronteiriças com vistas à “mundialização do capital” no contexto da ascensão neoliberal.

Nas palavras de Harvey (1993):

Vem ocorrendo uma mudança abissal nas práticas culturais, bem como, político-econômicas, desde mais ou menos 1972. Essa mudança abissal está vinculada à emergência de novas maneiras dominantes pelas quais experimentamos o tempo e o espaço. Embora a simultaneidade das dimensões mutantes do tempo e do espaço não seja prova de conexão necessária ou causal, podem-se aduzir bases a priori em favor da proposição de que há algum tipo de relação necessária entre a ascensão de formas culturais pós modernas, a emergência de modos mais flexíveis de acumulação de capital, e um novo ciclo do tempo-espaço na organização do capitalismo. Mas essas mudanças quando confrontadas com as regras básicas de acumulação capitalista, mostram-se mais como transformações da aparência superficial do que como sinais do surgimento de alguma sociedade pós-capitalista ou mesmo pós industrial inteiramente nova. (HARVEY, 1993, p.07)

Assim, o capital internacionalizado em amplo movimento de concentração e centralização da propriedade das empresas expande sua face financeira e

⁶ Para maior aprofundamento ver BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2009.

especulativa, com irrestrita liberdade de operar sem regulamentações. É acompanhado da redução da capacidade contratual da força de trabalho, do aprofundamento das distâncias e desigualdades entre países do centro e periferia. Referendado e apoiado pelas políticas imperialistas ditadas pelos organismos multilaterais, o capital subordina, aos seus fins de valorização, toda a organização da vida em sociedade: a economia, a política e a cultura. Potencia as mistificações – o mundo dos seus fetichismos –, tornando opacas as relações de exploração e subordinação política que mantém com os trabalhadores (e suas lutas), que nutrem o processo de acumulação e desagregação (Iamamoto, 2007, p. 53)

Nestes moldes, a falaciosa mediação entre avanço e retrocesso interpostos por mecanismos capitalistas se esvai adquirindo contornos predatórios permanentes, cumulativos e crônicos ancorado na ideia de uma “nova crise”.

Mézáros apresenta quatro importantes elementos para a compreensão do caráter desta “crise” ao referir que:

- 1) Seu caráter é universal, ou seja, não é restrita a uma esfera particular do sistema capitalista; 2) Sua abrangência é global, e não limitada à alguns países; 3) Em relação ao aspecto temporal, é extensa, contínua e permanente, em detrimento das crises cíclicas e limitadas anteriores; 4) Possui um modo progressivo de desdobramento, em contraste com os colapsos das crises não estruturais (Mézáros, 2022, p. 796)

O produto dessa ofensiva se espalha, atingindo as bases e necessidades elementares da vida cotidiana, fatores que consideramos imperioso deslocarmos nossas reflexões com vistas à compreensão de sua escalada, em que as consequências nas periferias – de onde falamos e partimos – se impõe pela via da barbárie.

Entre os fatos subsumidos à quadra histórica contemporânea, estão as **guerras e conflitos geopolíticos**, justificados por razões diversificadas, e que damos ênfase às violações dirigidas, historicamente, contra o povo palestino na Faixa de Gaza, acentuadas entre os anos de 2023-2025.

O ataque promovido pelo Hamas em 07 de outubro de 2023, e que culminou na morte milhares de civis, escancarou um dos episódios mais dramáticos vivenciados na modernidade, em que as causas se constituem nas

disputas em torno da ocupação do território palestino desde a fundação do Estado de Israel pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948.

Mais que um episódio isolado, este conflito remonta um contexto específico da história contemporânea, mais precisamente o mundo que emerge de duas guerras mundiais no qual as potências imperialistas partilham o planeta em áreas de influência. É neste contexto que a população judaica, espalhada pelo mundo, reivindica a formação do Estado de Israel. (Iasi, 2022)

Com relação ao desenvolvimento e reconhecimento do Estado de Israel em contraposição aos mandos ingleses no território, cabe ressaltar que:

A luta contra a dominação inglesa culminou com a independência do Estado de Israel em 14 de maio de 1948. Em seguida, os países árabes vizinhos atacaram o recém-nascido Estado de Israel e provocaram uma guerra que se alastrou por um ano, definindo fronteiras e já incluindo áreas ocupadas por Israel naquilo que se tornaria a Cisjordânia. Para que fique claro, não existe uma fronteira definida para o que seria ou não Israel. O mapa, como toda fronteira contemporânea, foi traçado à força e sangue através de guerra e conquista. (Iasi, 2023, BLOG DA BOITEMPO).

A ocupação israelense, incidiu no deslocamento forçado do povo palestino do território, e já naquela época, tropas de Egito, Líbano, Síria, Iraque e Jordânia iniciaram uma grande ofensiva contra o recente Estado criado, porém perderam a guerra, que ficou conhecida como a Primeira Guerra Árabe- Israelense, forçando a saída de 700 mil palestinos da região, conforme dados da ONU. (Akcelrud,1986).

Distante de reverenciar os atos terroristas, a barbárie televisionada contra o povo palestino ao longo do tempo, e mais precisamente, após as reações do Hamas em 2023, aponta para um genocídio perpetrado pelas mãos de Benjamin Netanyahu e de seus aliados, como explicitado no Relatório da *Human Rights Watch*⁷:

“As autoridades israelenses cortaram o fornecimento de serviços essenciais da população de Gaza, incluindo água e eletricidade, e bloquearam entrada de quase tudo [...] Esses atos de punição coletiva equivalem a crimes de guerra e estavam em curso no momento em que este relatório foi escrito. Ataques aéreos israelenses incessantemente bombardearam Gaza, atingindo escolas e hospitais e reduzindo grandes partes dos bairros a escombros. As forças

⁷ A *Human Rights Watch* é uma organização internacional de direitos humanos, não-governamental, sem fins lucrativos, contando com aproximadamente 400 membros que trabalham em diversas localidades ao redor do mundo. (Fonte: <https://www.hrw.org/pt>)

israelenses ordenaram a evacuação de todas as pessoas do norte de Gaza e deslocaram cerca de 85% da população de Gaza – 1,9 milhões de pessoas – até 11 de dezembro de 2024. Mais de 18.700 palestinos, a maioria civis, incluindo mais de 7800 crianças, foram mortas, segundo as autoridades de Gaza” (Human Rights Watch, 2025).

Enquanto isso, lideranças mundiais costuram acordos para um cessar fogo que ainda patina entre dissonâncias político-religiosas, econômicas, ideológicas, com interesses múltiplos que não somente a efetiva pacificação das tensões no local. Há que se considerar também, o debate sobre a legítima reivindicação a respeito da criação de um Estado Palestino que o reconheça como direito deste povo que vive sob a égide do massacre há décadas.

A escalada de tensões geopolíticas não se circunscreve apenas ao conflito em Gaza, em que podemos citar a Guerra da Ucrânia iniciada no ano de 2022, cujas as razões inferem-se ao avanço da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) sob o Continente Europeu, colocando em evidência o embate entre os eixos Rússia-China e os Estados Unidos.

Outro fato relevante inserido à contemporaneidade, diz respeito à **questão migratória**, a qual não pode deixar de ser citada como um dos fenômenos mais alarmantes da atualidade.

Dados divulgados através do relatório do Alto Comissariado das Organizações das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) indicou que até o fim de 2024, 123,1 milhões de pessoas em todo o mundo foram forçadas a se deslocar devido a perseguições, conflitos, violência, violação de direitos humanos, e eventos que perturbaram a ordem pública. (Acnur, 2025).

O relatório indicou ainda, que entre as pessoas deslocadas à força estão aquelas que foram obrigadas a se deslocar dentro de seus próprios países devido a conflitos – cujo número, no final de 2024, havia alcançado 73,5 milhões, após um forte aumento (de 6,3 milhões de pessoas) – e os refugiados que foram forçados a deixar seus países (42,7 milhões de pessoas). O Sudão, com 14,3 milhões de refugiados e deslocados internos, tornou-se o país com o maior número de pessoas deslocadas à força no mundo, superando tristemente a Síria (com 13,5 milhões). Em seguida vêm o Afeganistão (com 10,3 milhões) e a Ucrânia (com 8,8 milhões).

No contexto dos deslocamentos forçados nas Américas, a dinâmica de deslocamento afeta profundamente as Américas, onde a população deslocada à

força e assistida ou protegida pelo ACNUR, no final de 2024, alcançava 21,9 milhões de pessoas, ou seja, 17,6% do total mundial.

Globalmente, 60% das pessoas forçadas a fugir nunca cruzam as fronteiras de seus próprios países. Nas Américas, o crime e a insegurança tornaram-se as principais causas do deslocamento interno, desde a violência indiscriminada de gangues no Haiti até o impacto do conflito nas comunidades da Colômbia. O deslocamento interno no Haiti triplicou em 2024, passando de 313,9 mil para mais de 1 milhão de pessoas, enquanto a Colômbia possui uma das maiores populações de deslocados internos do mundo, com aproximadamente 7 milhões de pessoas. (OBMigra, 2024).

Sem dúvida, esses movimentos impactam diretamente o cenário brasileiro, conforme elucidado na 10ª edição do relatório “*Refúgio em Números*”, divulgado pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra)⁸ no ano de 2025. Segundo o relatório, entre 2015 e 2024, o Brasil recebeu solicitações de reconhecimento da condição de refugiadas de pessoas oriundas de 175 países, totalizando 454.165 pedidos.

A respeito das **emergências climáticas**, os efeitos da atividade irresponsável sobre a natureza em nome do progresso, têm trazido impactos nunca antes vistos na história da humanidade.

Sobre isso, (Marengo, 2007) pontua que:

O aquecimento global recente tem impactos ambientais intensos (como o derretimento das geleiras e calotas polares), assim como em processos biológicos (como os períodos de floração). Conforme o artigo ‘Alpes perdem 10% do gelo em um ano’, publicado na Folha de São Paulo em 1/12/2005, as temperaturas na Europa, por exemplo, vêm subindo mais rapidamente que a média do planeta e, só no ano de 2003, 10% das geleiras dos Alpes derreteram, de acordo com relatório publicado em novembro de 2005 pela agência ambiental da União Europeia. Os climas mais quentes provocados pelo aquecimento global podem aumentar a incidência de casos de peste bubônica, a epidemia que matou milhões de pessoas ao longo da história e exterminou um terço da população da Europa no século XIV. Assim como aumentar o número de doenças tropicais, como a malária, a dengue e a disenteria. Seja por causa da piora nas condições de saúde, devido à disseminação destas enfermidades, ou por causa da

⁸ O Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) é um projeto de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação da Universidade de Brasília (UnB) em parceria com o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). Criado em 2013, o OBMigra vem ampliando a produção o conhecimento sobre os fluxos migratórios internacionais no Brasil. (Fonte: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/observatorio>)

diminuição do suprimento de água, os países da África subsaariana, da Ásia e da América do Sul são os mais vulneráveis às consequências do aquecimento da Terra. Muitas das principais moléstias que atingem os países pobres, das já citadas, malária e diarreia, passando pela subnutrição, são extremamente sensíveis às condições climáticas. (MARENGO, 2007, p. 19)

A análise elaborada no ano de 2007 demonstra sua atemporalidade, haja vista os acontecimentos subsequentes, tendo como um dos maiores expoentes, a pandemia de Covid-19.

Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS), em razão da velocidade da propagação do novo coronavírus (SARS-COV-2), responsável pela disseminação da COVID-19 em todos os continentes, declarou oficialmente pandemia global.

A COVID-19 acarretou mudanças na condição de vida da população mundial ocasionando impactos econômicos e sociais. No entanto, segundo Antunes (2020) a pandemia teve um caráter discriminatório em relação a sua propagação e letalidade visto que afetou de forma mais brutal a classe que sobrevive da venda de sua força de trabalho, e que em sua maioria não possuía condições de defesa naquele contexto; como por exemplo a possibilidade de realizar o isolamento social, condições dignas de habitação, recursos hospitalares acessíveis.

A pandemia ampliou os impactos causados pela crise econômica global em curso desde 2007-2008 com efeitos retardados no Brasil, e sentida com maior densidade a partir de 2010-2013. Neste período houve o aumento do desemprego, da informalidade, e de políticas de austeridade fiscal em consonância com o avanço ultraliberal fomentado pelo golpe jurídico-político-midiático de 2016 que depôs a ex-presidente Dilma Rousseff, reeleita democraticamente em 2014.

O avanço dessas tensões políticas, conferiu à pandemia um “*status*” danoso e perverso que recaiu majoritariamente sobre os segmentos mais vulneráveis – trabalhadores (as) do setor de serviços, informais, autônomos e desempregados – demandatários de proteção social pela via estatal. Somado a esses fatores, a pandemia foi transformada em justificativa à regressão da economia, ausência de estabilidade dos mercados nacionais, e das ingerências nos âmbitos externos e internos promovidos pelo (des) governo de Jair Messias Bolsonaro (2018-2022).

As **tendências regressivas das políticas sociais**, teve num curto espaço de tempo que vai dos anos de 2016 a 2020, inúmeros entraves e derrotas postas ao segmento dos trabalhadores, dentre as quais podemos citar com maior ênfase : a reforma trabalhista de 2016, que prevê o fim da contribuição sindical obrigatória atribuindo ao trabalhador a responsabilidade de negociação direta com o empregador; a flexibilização de contratos e terceirizações (Lei nº 6787/2016); a Emenda Constitucional (EC 95/2016) que limita o teto dos gastos públicos por 20 anos e a Reforma da Previdência de 2019 (EC 103/2019), sendo essas condensadas à redução de postos de trabalho, de vínculos informais, do sucateamento da seguridade social, da restrição de acesso a direitos, da fragilização da oferta de serviços e benefícios voltados aos/às mais vulneráveis.

Desta maneira, verifica-se que as respostas apresentadas pela hegemonia ultraliberal, se pauta no discurso de que os atendimentos às necessidades da população devem ser secundarizados pelo “bem da economia”. Souza (2020) aponta que temos uma gestão da crise orquestrada em ao menos 5 eixos: **1)** pela prioridade dada à esfera econômica, inclusive com apoios indiscriminados ao capital financeiro , **2)** a fragilização dos sistemas de saúde : com forte projeto de privatização do SUS em curso desde os anos 1990, **3)** a contradição constituída no âmago do neoliberalismo também se reproduz no âmbito da assistência social e previdência : com o subfinanciamento e a restrição persecutória para o acesso à direitos, **4)** o individualismo burguês é o resultado mais concreto do processo de individuação em face do antagonismo de classe: pautado na lógica do mérito e das vontades individuais, fortalecendo a lógica da competitividade, **5)** a intensa disseminação de informações falsas na mídia, em especial via internet, o que costumeiramente se chama de **fake news**: tentativa brutal de primar pelas **disputas de narrativas** – que nada mais é do que a disputa de projetos societários antagônicos – a exemplo das inverdades amplamente disseminadas pelo viés do **negacionismo irracionalista** sobre a importância das vacinas, a distribuição de mamadeiras em formato de genitália masculina e do “*kit gay*” nas escolas e do uso de mediações comprovadamente ineficazes para o tratamento da infecção por Covid.

Fruto desse processo, a **perseguição aos movimentos sociais e a partidos políticos** aliados às lutas da classe trabalhadora, se coloca na quadra histórica como uma das maiores guinadas ao conservadorismo reacionário e à

extrema direita no Brasil e no mundo, em que embora nossas reflexões se pautem sob o solo brasileiro, há uma correlação intrínseca ao que têm sido vivenciado ao redor do globo diante da expansão e do conteúdo predatório capitalista.

Como marco central dessa guinada, situamos às chamadas “Jornadas de Junho” de 2013, quando o Movimento Passe Livre tomou as ruas do país com o intuito de se contrapor ao aumento das passagens do transporte nos grandes centros urbanos do País.

O Movimento do Passe Livre (MPL) se tornou o ícone das manifestações e dos protestos de junho de 2013, como a expressão de uma nova forma política de agir. Porém temos que lembrar que o MPL já tinha uma articulação nacional desde meados dos anos 2000, em várias cidades, com ideários políticos coletivamente definidos por seus participantes. Suas pautas não se reduziam ao preço da passagem dos ônibus, ainda que essa tem sido uma estratégia política relevante. Esse movimento tem se referido mais amplamente aos direitos do cidadão no que diz respeito à mobilidade urbana de uma forma geral, a qual deveria ser considerada como um direito fundamental, tal como o direito à educação, à saúde, etc. Assim, propunham, já historicamente, a desmercantilização do transporte coletivo, alicerçando-se num ideário de transformação sistêmica, como outros movimentos estudantis tiveram no passado ou têm no presente. (Scherer-Warren, p.417)

No decorrer dos dias, os desdobramentos das manifestações tomaram proporções que extrapolaram a pauta do transporte público, apresentando assim, a tônica de um descontentamento geral sobre várias impostas à vida das populações nas cidades, como renda e desemprego, questões de ordem urbana e habitacional, saúde e educação.

Na dinâmica dos protestos de junho a pluralidade de grupos e pautam se impuseram, abarcando grande número de adeptos e a apresentação da face mais cruel da violência policial através da repressão direcionada aos manifestantes, sendo a pauta recondicionada e apropriada pelos apelos da imprensa.

É diante deste quadro que se iniciou a *virada*, isto é: direita mostrou uma face dupla: grupos neonazistas serviam para expulsar uma esquerda desprevenida, enquanto inocentes “cidadãos de bem” de verde-amarelo aplaudiam. O movimento que começara apartidário se tornava então antipartidário. (Lincon Secco, 2013, p.125)

Os desdobramentos deste processo incidiram na recomposição da direita e da esquerda no campo político nacional, culminando, naquele momento, no culto à caça as bandeiras de partidos a quem ousasse utilizar roupas vermelhas. Outro aspecto a ser considerado como marco crucial das manifestações de junho de 2013, situa-se na ascensão do extremismo religioso de base neopentecostal, cujo os valores e princípios não se assemelham à vida cristã em sua forma elementar.

Sobre isso, a reflexão trazida por Žizek (2009), é certa:

” (...) a única autoridade é o próprio texto, e a aposta está no contato direto de cada crente com a Palavra de Deus, conforme entregue no texto; o mediador (o Particular) desaparece, retira-se à insignificância, capacita o crente à adotar a posição de “singular universal”, o indivíduo em contato direto com a Universalidade divina, perpassando o papel mediador da instituição em particular. Essa reconciliação, no entanto, só é possível após a alienação ser levada ao extremo: em contraste com a noção católica de um Deus carinhoso e amoroso com o qual se pode comunicar, até mesmo negociar, o protestantismo começa com a noção de Deus sem qualquer “medida comum” compartilhada com o homem, de Deus como um impenetrável além que distribui a graça de maneira totalmente contingente.” (Žižek 2009, p.28).

Assim, ao encontrar vasão diante da realidade, esta “nova” formatação da ordem religiosa, assumiu o caráter mais ostensivo no âmbito de pautas conservadoras a respeito de temas comuns e urgentes da sociedade, a exemplo da descriminalização das drogas e do aborto, e das questões sobre identidade de gênero, além de se colocarem sob o manto do discurso antissistema, mesmo que muitos de seus representantes estejam alocados nas cadeiras do parlamento.

Remontando ao início desta breve análise das tramas conjunturais, em que foi colocada a importância de compreendê-la em sua totalidade baseando-a nos aspectos sócio-históricos e nas contradições que a compõem, não podemos deixar de registrar as sequências de golpes orquestrados na América Latina – Honduras (2009), Paraguai (2012) e no Brasil (2016) que culminou no impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, e posteriormente, na eleição e no (des) governo de Jair Messias Bolsonaro em 2018.

O sobrevoo percorrido nestas páginas, mediado por nossas reflexões, apresenta a face mais perversa da ode à forma capitalista contemporânea, cuja a sua imponência adquire força através de novas tendências trazendo impactos em escala mundial, seja por via de guerras, impactos ambientais, de crises

migratórias e deslocamentos forçados, na redução de investimentos em políticas sociais e em reformas progressivas no campo de direitos trabalhistas, seja nas disputas de narrativas, no reacionarismo e nas multifacetadas formas de irracionalismo.

Entretanto, ainda que esses processos se apresentem pelo viés do “*fim da história*”, é no bojo de suas contradições que podem irromper lutas e mudanças sociais, pautadas na derrocada de todas as formas de exploração e domínio.

Assim parafraseando Bertold Brecht – em ***Nada é impossível de mudar***:

*Desconfiai do mais trivial,
na aparência singelo.
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.
Suplicamos expressamente:
não aceiteis o que é de hábito
como coisa natural.
Pois em tempo de desordem sangrenta,
de confusão organizada,
de arbitrariedade consciente,
de humanidade desumanizada,
nada deve parecer natural.
Nada deve parecer impossível de mudar.*

2.2 As *teias* cotidianas do trabalho profissional de assistentes sociais

“A vida cotidiana é, em grande medida, heterogênea; e isso sob vários aspectos, sobretudo no que se refere ao conteúdo e à significação ou importância de nossos tipos de atividade. São partes orgânicas da vida: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação” (Agnes Heller, 2008, p.32)

Com base no pensamento de Heller, entende-se que a vida cotidiana é composta por heterogeneidades, e por hierarquias, as quais são mutáveis em função das diferentes estruturas econômico-sociais.

Deste modo, a atualidade nos convoca ao enfrentamento das tendências disruptivas entre a ação profissional e a esfera institucional, em que tomamos por base os elementos advindos da correção de forças entre o saber profissional e o poder institucional⁹.

Neste contexto, as *teias* impostas ao cotidiano profissional de assistentes sociais apoiam-se na lógica da racionalidade administrativa e burocrática com vistas à atribuição de metas e resultados cunhados na produtividade, e esvaziado de sentido.

Faleiros (2015) refere que as “instituições modernizadas” buscam a eficiência pela otimização da relação objetivos-meios e a eficiência pela maximização da relação custos-objetivos, acrescentando que as crises de recursos e as crises políticas propiciaram o ambiente para essas modificações.

Nesta direção, as ações e intervenções profissionais de assistentes sociais cujo o campo majoritário situa-se na esfera institucional nos serviços públicos de administração direta e/ou indireta, tem sido confrontadas a assumir posturas que nos remontam à culpabilização dos indivíduos, ao não acesso a direitos sociais básicos pela via dos instrumentos que lhes são impostos, entre eles: a avaliação socioeconômica e avaliação das situações de descumprimento de critérios e condicionalidades no âmbito de benefícios, e como bem pautado pelo autor, a produção de provas em situações de conflito familiar, como é o caso das disputas judiciais de tutelas e curatelas, e/ou a produção de documentos técnicos como o exame criminológico, que pode dar subsídios para juízes definirem as progressões de pena de sujeitos sob privação de liberdade (CFESS, 2022).

A interferência do espectro institucional no fazer profissional de assistentes sociais perpassa pelo discurso do controle, pois conforme pontua

Foucault (1996, p. 18): “o discurso instituído controla, seleciona, organiza e redistribui certo número de procedimentos”. Temos como afirmativa a reflexão de Foucault, haja vista os mecanismos dirimidos pelo Estado na organização de suas formas de ação junto às populações que demandam massivamente de sua intervenção, de modo a dar concretude às estratégias de controle, seleção, e de procedimentos burocráticos.

O aparato político-ideológico estatal enquanto estratégia de dominação, atua no discurso do verdadeiro e do falso como âncora para a busca da verdade, sendo sustentada pelo discurso institucional.

[...] existem os rituais da palavra, as sociedades do discurso, os grupos doutrinários e as apropriações sociais que se ligam uns aos outros e constituem espécies de grandes edifícios que garantem a distribuição dos sujeitos que falam nos diferentes tipos de discurso e apropriação dos discursos por certas categorias de sujeitos (Foucault, 1996, p. 44)

Disputa, conflito, e narrativa, são partes constitutivas da realidade social vivida e representada por todos os indivíduos sociais, e possuem nas instituições um dos maiores expoentes utilizando-se destes mecanismos para a materialização de arbitrariedades. Ao nos remetermos à prática profissional de assistentes sociais no âmbito institucional, faz-se necessário situar as contradições inerentes à própria profissão do Serviço Social e aos/às profissionais que a operacionaliza, no âmbito de sua correlação com os espectros da sociabilidade capitalista, e por consequência, do processo de acumulação.

Faleiros (2015, p.31) aponta que:

A reflexão sobre este processo de acumulação levou a considerar o Serviço Social como uma forma de reprodução do capital através da reprodução da força de trabalho. As condições sociais em que se repõem as energias do trabalhador foram vistas como forma de manter e acelerar o processo de acumulação. A lógica da acumulação passou a ser vista nos mínimos detalhes da vida cotidiana, e em realidade ela aí está presente. A questão é vê-la como um processo contraditório e não como um complô ou fruto de uma fusão íntima entre Estado e capital. (Faleiros, 2015. p. 31)

É no âmbito da adoção do marxismo como referência analítica que se torna hegemônica no Serviço Social no país a abordagem da profissão como componente da organização da sociedade inserida na divisão social e técnica do

trabalho, na dinâmica das relações sociais, participando do processo de reprodução dessas relações (Iamamoto, 1982, p.10-11).

Trata-se, portanto:

[...] de uma interpretação da profissão que pretende desvendar suas particularidades como parte do trabalho social coletivo, o que supõe a análise articulada do trabalho de assistentes sociais em sua dupla dimensão: de um lado como trabalho concreto, é expressão do valor de uso dotado de qualidade específica que atende a necessidades sociais a partir de necessidades intelectuais e materiais para sua realização, cujo exercício profissional passa a ser mediado pelo mercado, dentro de uma crescente divisão do trabalho social. De outro lado, como trabalho abstrato – expressão do valor de troca abstraído de sua qualidade-, que representa uma fração do trabalho social total pensado em sua quantidade, como dispêndio de força de trabalho (Raichellis, 2018, p. 156)

O trabalho profissional de assistentes sociais adquire, então, a característica de trabalhador assalariado que vai sofrer com os mesmos impactos do conjunto geral da classe trabalhadora, tendo na via institucional um de seus – senão o maior – entraves.

Isso porque o “lugar” privilegiado da atuação possui estreita relação com o Estado por intermédio da operacionalização/gestão de políticas sociais.

Contudo, diante das reformas progressivas perpetradas pelo Estado no âmbito das políticas sociais, observa-se uma clara tendência de deslocamento das ações governamentais públicas – de abrangência universal – no trato das necessidades sociais em favor de sua privatização, instituindo critérios de seletividade no atendimento aos direitos sociais. (Iamamoto, 2007, p. 197).

Apoiando-se nesta reflexão, é inegável que as demandas, requisições, e condições de trabalho a que assistentes sociais são submetidos, alteram-se substancialmente dada sua indissociabilidade das contrarreformas promovidas pelas ingerências do Estado regido sob a égide neoliberal.

Sobre as demandas inseridas no cotidiano profissional de assistentes sociais, Vasconcelos (2015) as elucida da seguinte maneira:

- *Demandas espontâneas*: apresentadas à instituição/Serviço Social diretamente pelos usuários, por vezes relacionadas à política social que busca oferecer respostas às necessidades identificadas pelo usuário/família como mais urgentes;

- *Demandas referenciadas*: demandas que derivam de referências/encaminhamentos, internos ou externos à instituição, realizados por gestores, profissionais ou serviços;

- *Demandas aparentes*: demandas que se prendem e/ou estão relacionadas à aparência dos fatos; demandas cuja aparência não corresponde à realidade; demandas supostas, sem base na realidade;

- *Demandas burocráticas e/ou burocratizadas*: demandas relacionadas à inserção na burocracia institucional ou à explicação dessa burocracia. Aqui há uma clara e rara relação entre demandas dos usuários e requisições institucionais, na medida em que se a instituição burocratiza por um lado, trabalhadores/usuários e profissionais necessitam enfrentar essa burocracia por outro;

- *Demandas explícitas*: demandas que também podem ser aparentes e espontâneas, demandas declaradas, claras, manifestadas e/ou explicadas pelos trabalhadores/usuários; demandas que se revelam naturalmente, identificadas, explicitadas e apreendidas com facilidade pelos assistentes sociais, demais profissionais e pelos próprios usuários na medida em que são patentes, visíveis, evidentes, percebidas, reveladas a partir das preferências e prioridades das por cada um dos sujeitos envolvidos nos processos socioassistenciais;

- *Demandas implícitas*: contidas, subentendidas nas manifestações dos usuários, mas não admitidas nem percebidas por eles, e frequentemente pelos profissionais, e que se revelam, ao assistente social, através da análise teórico-crítica das manifestações e de situações concretas vivenciadas que expressam as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores/usuários;

- *Demandas ocultas*: obscurecidas, escondidas, encobertas, postergadas, frente a necessidade da exploração do trabalho e dos interesses de acumulação e dominação, por parte da burguesia, e, por isso, desconhecidas e/ou ignoradas pelos usuários (as) e por parte dos profissionais/equipes; requerem análise e estabelecimento de mediações e conexões complexas, necessárias para serem reveladas, percebidas, apreendidas, elucidadas, descobertas, visto que resultam da lógica e do movimento complexo do sistema capitalista e de suas estratégias para encobrir sua natureza, origem, desenvolvimento e predisposição a crises. Em sua maioria, são demandas que se revelam como demandas substantivas e históricas da classe trabalhadora;

- *Demandas potenciais*: resultam tanto da não atenção às demandas do presente, como do desenvolvimento do ser social que impõe novas necessidades e interesses aos indivíduos sociais; podem advir de demandas históricas que são atualizadas e reatualizadas em busca tanto de modernização como de respostas necessárias;

- *Demandas imediatas*: do “aqui agora”, mais ou menos claras, mas impositivas frente a necessidades urgentes e emergenciais; demandas que apreendidas e enfrentadas de forma isolada e fragmentada revigoram, favorecem o status quo, visto que seu verdadeiro enfrentamento depende da atenção aos interesses e demandas que lhe dão origem (mediatas, remotas), justamente as demandas que, para serem percebidas e enfrentadas, exigem qualificação teórico-metodológica dos profissionais e consciência de classe por parte dos trabalhadores/usuários;

- *Demandas mediatas*: demandas intermediárias, que são condicionadas por demandas substantivas, como condicionantes de demandas imediatas. Estão entre as demandas imediatas e as demandas de fundo, ou seja, as demandas que condicionam e determinam as demais.

- *Demandas condicionantes, determinantes, causais, substantivas, remotas, por isso mesmo, procrastináveis*. São as demandas decorrentes da impossibilidade histórica na sociedade do capital do desenvolvimento de homens livres e emancipados, do desenvolvimento de subjetividades ricas, do desenvolvimento de homens e mulheres completos, plenos, a partir do trabalho associado e da apropriação individual e coletiva, como herdeiro que cada indivíduo social é, do patrimônio histórico da humanidade, o que traz como consequência e possibilidade a participação individual – e coletiva, no desenvolvimento e usufruto da sociedade em que vive e no desenvolvimento do ser social; a participação como sujeito consciente e participante ativo da vida pública.

Mais do que uma apresentação meramente descritiva das demandas colocadas aos/às profissionais do Serviço Social na dinâmica do trabalho cotidiano, as bases referidas pela autora, situa-se como eixo fundamental para a compreensão, análise e intervenção no chão realidade com vistas à construção de mediações pautadas na amplitude dos fatos, de modo a se deslocar da aparência do *fenômeno* e/ou da captura por protocolos institucionais.

É nesse intenso mar que o Serviço Social, percorrendo caminhos que vai da mediação do Estado até a ponta cotidiana das políticas sociais, se vê diante da necessidade de ampliação da capacidade crítico-reflexiva, com vistas às ações que ultrapassem o âmbito administrativo-burocrático e atinja o cerne das demandas trazidas pelos usuários/as dos serviços geridos pelo Estado, e mais profundamente, provoque mudanças de ordem estrutural nesta sociedade.

2.3 O *desatar dos nós* : um chamado ao legado sociohistórico da profissão

O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia-a-dia no horizonte de tempos mais humanos, mais justos, mais solidários. (Marilda Vilela Iamamoto, 2007, p.17)

Pensar o “*desatar dos nós*” no tempo presente se faz fundamental diante das modificações estruturais a que não só a profissão, mas o conjunto geral das classes trabalhadores têm experienciado.

Nesse contexto, é evidente que a atual quadra sócio-histórica não se situa como um simples ou ocasional pano de fundo no qual assistentes sociais realizam suas mediações técnico operacionais.

Assim, pensar o Serviço Social na contemporaneidade requer:

[...] Os olhos abertos para o mundo contemporâneo para decifrá-lo e participar de sua recriação. Um grande pensador alemão do século XIX dizia o seguinte “a crítica não arranca flores imaginárias dos grilhões para que os homens suportem os grilhões sem fantasia e consolo, mas que se livrem deles e possam brotar flores vivas”¹⁰. É esse o sentido da crítica: tirar as fantasias que encobrem os grilhões para que se possa livrar deles, libertando os elos que aprisionam o pleno desenvolvimento dos indivíduos sociais. É nessa perspectiva que se inquire a realidade buscando, pelo deciframento de um trabalho pautado no zelo pela qualidade dos serviços prestados, na defesa da universalidade dos serviços públicos, na atualização dos compromissos ético-políticos com os interesses coletivos da população usuária. (Iamamoto, 2007, p.19-20)

Em seu construto histórico, o Serviço Social brasileiro assumiu um ideário pautado na luta das classes trabalhadoras, calcada no fim de todas as formas de opressão, dominação e no acesso a direitos, com vistas à superação de um modelo fragmentado e orientado para o campo da individualidade, no entanto, as adversidades do tempo presente, nos convoca ao *desatar dos nós* impostos à profissão por variadas estratégias e amarras, seja no campo do fazer institucional, seja nas bases teórico-políticas e ideológicas cunhadas ao longo de mais de oito décadas de existência.

Para isto, na disputa teórico-política de projetos contra-hegemônicos para o país — construídos de baixo para cima — estão envolvidos partidos e forças de esquerda e movimentos sociais. A eles unimos nossas forças: a de nossa

¹⁰ MARX, K. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel.

organização profissional, a de nossa produção acadêmica e a do trabalho profissional em suas dimensões materiais e educativas (Iamamoto, 2017, p. 19).

O quadro atual da profissão após 80 anos de existência pode ser assim sintetizado segundo os dados do CFESS, MEC, e da Plataforma sucupira:

a) O contingente de assistentes sociais brasileiros é o segundo no cenário mundial, com 160 mil profissionais ativos, conforme dados do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), apenas superado pelos Estados Unidos. Na América Latina, a International Federation of Social Workers (IFSW) estima um total de 200 mil profissionais congregados em onze associações nacionais. Na Europa, são 170 mil assistentes sociais em 35 países.

b) Temos uma sólida organização acadêmica e profissional, com entidades politicamente fortes, representativas e articuladas entre si, abrangendo todo o território nacional: Conselho Federal e 26 Conselhos regionais de Serviço Social (CFESS-CRESS), órgão responsável pela normatização e fiscalização do exercício profissional; Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), organismo político-acadêmico e associação científica que integra a formação nos níveis de graduação e pós-graduação, tendo a pesquisa e a produção acadêmica como eixos articuladores do desenvolvimento científico do Serviço Social; Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO). Nas últimas décadas foram expandidas as relações internacionais, estimulando a organização do Serviço Social latino-americano e mundial.

c) A Lei n. 12.317/2010 reconhece a condição de trabalhador assalariado do assistente social e normatiza uma carga semanal de trinta horas de trabalho sem redução do salário, fruto de ampla mobilização da categoria. Hoje ela requer a defesa de sua implementação.

d) Os(as) assistentes sociais vêm construindo uma nova imagem social da profissão relacionada aos direitos, apoiando a participação qualificada dos sujeitos sociais em defesa de suas necessidades e direitos.

e) A formação em Serviço Social é de nível superior desde suas origens, sendo que a partir da década de 1970 foi inscrita no circuito universitário. Dispõe de diretrizes curriculares nacionais para o ensino de graduação propostas por nossas entidades representativas em 1996, aprovadas e reguladas pelo Estado. Elas norteiam os 567 cursos de graduação autorizados em agosto de 2012, 518

dos quais são privados (91,4%) e 49, públicos (8,6%). Os 230 cursos à distância são exclusivamente privados e correspondem a 44,4% do conjunto dos cursos privados, enquanto os presenciais somam 288, ou seja, 55,6% dos cursos privados.

f) A pós-graduação *stricto sensu* na área de Serviço Social encontra-se consolidada com 52 cursos de pós-graduação em 2016, sendo 34 de mestrado e dezoito de doutorado, todos de caráter acadêmico, com ênfase em Serviço Social, políticas públicas e políticas sociais, segundo dados da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento do Ensino Superior (CAPES). Não existem mestrados profissionais reconhecidos. Aliam-se cursos de especialização de nível de pós-graduação *lato sensu*.

g) O Serviço Social é reconhecido como área de conhecimento no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas pelas agências públicas oficiais de fomento à pesquisa e inovação tecnológica, conquista pioneira no Serviço Social latino-americano.

h) A maturidade de significativo contingente de pesquisadores na área de Serviço Social — com rica interlocução junto às Ciências Sociais e Humanas — adensa o mercado editorial especializado. O Serviço Social agrega à condição de profissão a dimensão de disciplina científica — uma importante conquista —, como vem salientando Mota (2016) —, afirmando o estatuto teórico da profissão e sua contribuição à produção de uma massa de conhecimento crítico na formação de cultura contra-hegemônica.

Esses dados revelam a maturação da profissão ao longo de sua existência no País, em que devem ser ressaltados os esforços realizados pelas entidades representativas — CFESS/CRESS, ABEPSS/ENESSO, bem como pelas universidades que vêm produzindo pesquisas pautadas na dimensão crítica.

Ao lançar os olhos sobre tais processos, uma constatação se impõe: o Serviço Social latino-americano tem mais tempo em sua aproximação do pensamento histórico-crítico do que a prevalência exclusiva do pensamento liberal/conservador (Iamamoto, 2017, p. 15). Temos, portanto, mais tempo de luta do que de exclusiva convivência com os centros de poder. Afirmam-se afinidades eletivas entre o Serviço Social e as necessidades, interesses e iniciativas políticas de distintos segmentos das classes subalternas e, em especial, os/as trabalhadores/as.

Entender o *lugar* de onde viemos, falamos e partimos, se coloca como fundamental para nos rumos do trabalho profissional, das *teias* nele instituído, e os caminhos possíveis para o *desatar dos nós* diante de um cenário de imensas contradições no âmbito das relações cotidianas.

Pois, conforme Heller (2008), o cotidiano tem como característica a espontaneidade que não contradiz o ritmo fixo, a repetição, a rigorosa regularidade da vida cotidiana. O pensamento cotidiano é orientado para a realização de atividades cotidianas que não exigem elevação ao nível da teoria. A característica do pensamento cotidiano é a ultrageneralização, que produz juízos provisórios que a prática confirma, ou não refuta, durante o tempo em que servem de orientação. A vida cotidiana favorece a alienação, no entanto é possível empenhar-se em sua superação.

CAPÍTULO 3 : A SUPERVISÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL COMO CAMPO DE MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA DO FAZER COTIDIANO

A vida inventa! A gente principia as coisas, no não saber por que, e desde aí perde o poder de continuação, porque a vida é mutirão de todos, por todos remexida e temperada.
Guimarães Rosa

3.1 Supervisão como *matéria* do Serviço Social

Não, não se trata de uma pesquisa sobre Supervisão Acadêmica de Estágio!

Aquela desenvolvida ao longo da formação voltada a estudantes no processo de formação universitária, e delineada através das Diretrizes Curriculares da ABPESS (1996) e da resolução nº 533/2009 do CFESS, as quais regulamentam a supervisão direta de estágio no Serviço Social. Isto posto, não significa que esta não se correlacione ao debate mais amplo a que nos propomos ao trazer para o centro de nosso estudo - Supervisão Profissional em Serviço Social no contexto socioinstitucional.

A primeira manifestação da temática se deu através da Lei de Regulamentação da Profissão de 1957¹¹ e atualizada em no de 1993¹², as quais colocaram a supervisão como um dos elementos conferidos ao âmbito do trabalho profissional.

No entanto, ainda que com a previsibilidade normativa, nota-se que no decorrer do desenvolvimento da profissão, há uma grande lacuna acadêmico-científica sobre a temática havendo apenas algumas vivências no campo empírico, conforme apresentaremos no decorrer das sínteses elaboradas pelos materiais analisados ao longo da pesquisa.

Recorrendo à gênese da Supervisão, situam-se algumas autoras pioneiras que se debruçaram sobre a temática no Brasil:

- Helena Iracy Junqueira, com dez produções sobre Supervisão em Serviço Social, realizadas entre 1947 e 1962;
- Nadir Gouveia Kfoury, com dez produções sobre o assunto entre 1949 e 1969;

¹¹ Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957.

¹² Lei nº 8662, de 07 de junho de 1993.

- Balbina Ottoni Vieira, com dezoito produções escritas sobre o tema de 1961 a 1981.

A supervisão iniciou-se no Brasil, com base no acompanhamento e avaliação da relação de ajuda desenvolvida com os “clientes”, isto quando a direção social da profissão esteve atrelada ao debate do Serviço Social de Caso associado ao modelo norte americano, e do outro lado, uma supervisão relacionada com o processo pedagógico estabelecido entre um supervisor e os alunos no âmbito de estágios acadêmicos em instituições sociais e de saúde (Buriolla, 1999; Vieira, 1981) numa perspectiva de aprender fazendo.

Diante desta análise, em que se pese as divergências no campo teórico-político e metodológico ao contextualizarmos as ações profissionais nas décadas em que tais indagações foram constituídas, nos posicionamos de modo a situar que a supervisão permite ao/à profissional que a oferta e a recebe; ser agente produtor de saberes específicos, que quando compartilhados, podem ser aplicados de modo à intervir na realidade cotidiana, pois a supervisão é um processo que O’Donoghue (2002: 6-8), caracteriza como plural, onde estão incluídos, as formas, os modelos, as modalidades e os tipos de supervisão cruzados com as práticas e os praticantes – e o seu nível de desenvolvimento profissional e pessoal –, as organizações, a cultura e os princípios e valores de um determinado contexto social.

Com relação à lacuna de produções acadêmico-científicas, a análise de Buriolla (2011), refere que:

A situação sócio-político-cultural brasileira (universo social ligado ao modo de produção capitalista, as implicações de expectativas e de compromissos assumidos pelos profissionais que trabalham com as questões da sociedade), que, de certa forma, vem determinando o modo de ser do Serviço Social, trouxe exigência ao nível teórico que implicam o fato de a Supervisão ter ficado estagnada e não ter feito um avanço, tanto em, sua produção, quanto em sua execução, a um nível real, viável, adequado às exigências atuais, bem como às exigências de uma práxis do Serviço Social (Buriolla, 2011, p. 25-26)

Ainda segundo a autora:

Na medida em que o movimento de reconceituação deu um salto teórico-metodológico, que não foi acompanhado por uma concretização ao nível da prática, privilegiou-se a busca pela explicação científica e política do Serviço Social, pela via do discurso, deixando a intervenção prática em plano secundário (Buriolla, 2011, p. 26)

Sobre esta análise, não estamos convencidas de que a fratura no campo das intervenções profissionais de assistentes sociais, e consequentemente, da ausência de estudos sobre o *fazer* operacional no cotidiano das instituições, se reverberaram pela ausência de reconhecimento da importância do Movimento de Reconceituação, haja vista, a maturação perseguida pelo Serviço Social nas últimas décadas, no contexto da intrínseca relação entre a teoria e a prática, bem como, de sua capacidade de desvelar das transformações societárias e suas repercussões no corpo profissional.

No entanto, alguns aspectos acabam por serem evidenciados diante do modelo gerencial imperado no âmbito das intervenções das/os profissionais no cenário contemporâneo, como a prática mecanicista, tarefaira, pragmática e assistencialista, as quais refletem a importância da Supervisão e sua razão de ser em termos de Educação Continuada para além de uma ação pontual descolada do concreto.

Na atualidade, verifica-se empiricamente que algumas das modalidades de supervisão encontram-se em decadência ou se metamorfoseiam, tais como a supervisão de políticas sociais, programas e projetos, e a supervisão técnica de equipes e de profissionais. Estas parecem ter sido banidas do horizonte das atribuições, mas isso é mera aparência. Muitas vezes assumindo uma conotação de assessoria, a supervisão em serviço, de programas, políticas, projetos, equipes e profissionais continua sendo uma atribuição socioprofissional das mais requisitadas.

Neste sentido coloca-se a indagação sobre “ *Como as entidades da categoria vêm investindo na construção das bases legais, institucionais e teórico-metodológicas da supervisão e quais investimentos ainda precisam ser feitos no sentido de subsidiar o exercício profissional competente, crítico e comprometido com um projeto societário que aponte para a ruptura com o conservadorismo e na direção da construção de uma nova sociedade? Como a supervisão pode fornecer os elementos necessários a uma formação continuada que capacite profissionais na perspectiva de qualificar os serviços prestados? Em que medida a supervisão pode ser conduzida na perspectiva da democratização das decisões e emancipação dos sujeitos envolvidos?* (BRAGA; GUERRA, 2009, p. 01).

Situamos assim, a Supervisão como *matéria* do Serviço Social em que nosso embasamento se dá por meio das reflexões propostas por Guerra (2007) ao indagar *por quais meios e/ou mediações é possível assistentes sociais objetivarem suas intenções em ações profissionais técnicas e politicamente qualificadas?*

Deste modo, afirmamos que a Supervisão Profissional em Serviço Social é um importante instrumento para a construção de estratégias reflexivas e interventivas, pautando-a no referencial teórico-metodológico, ético-político, técnico operativo e na dimensão socioeducativa do trabalho profissional, num contexto marcado por requisições profissionais diversas, as quais não são passíveis de respostas imediatas dadas às suas complexidades.

Além disso, Supervisão direcionada a assistentes sociais deve ser compreendida e evidenciada em seu caráter mais amplo, ultrapassando visões reducionistas, individualizadas e/ou até mesmo psicologizantes, pois conforme afirma (BRAGA, GUERRA, 2009):

A supervisão é expressão da unidade entre teoria e prática. Uma unidade dialética e interdependente que pressupõe a contradição, aproximações sucessivas e a construção de saberes. A supervisão comporta a diversidade, ou seja, constitui-se num processo de síntese entre teoria/prática, entendendo-a enquanto unidade indissolúvel, na qual, a partir de um determinado referencial teórico, no enfrentamento das condições concretas do real, serão construídas alternativas e respostas profissionais. Trata-se de um processo dialético, que incorpora um conjunto de atividades e procedimentos, que mantém uma certa continuidade e que apresenta certa unidade, organicidade, exigindo particulares modos de fazer, metodologias e procedimentos adequados, ainda que não definidos a priori, mas a partir de reflexões e problematizações, os quais dependem da clareza acerca dos objetivos, da convicção nos valores e princípios e da escolha e utilização de um conjunto de estratégias e instrumentos adequados.

Assim, nosso referencial de Supervisão se apoia na seguinte elucidação:

a) A supervisão é a expressão da indissociabilidade entre trabalho e formação profissional. Nela as duas dimensões da profissão se articulam, de modo a realizar uma síntese de múltiplas determinações que envolvem o exercício profissional na sua totalidade: as condições objetivas que se operam no mercado de trabalho, as condições subjetivas relativas ao sujeito e a necessidade de qualificá-las permanentemente. Nessa perspectiva, a supervisão, na condição de atribuição profissional, contempla uma dimensão formativa. Aqui, pensa-se tanto a supervisão de estágio quanto a supervisão de

equipes, políticas, programas e projetos. Em todas as suas modalidades, a supervisão detém o potencial de cumprir com os princípios de compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população, bem como com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional, expressa no nosso projeto ético-político profissional.

b) A supervisão é expressão da unidade entre teoria e prática. Uma unidade dialética e interdependente que pressupõe a contradição, aproximações sucessivas e a construção de saberes. A supervisão comporta a diversidade, ou seja, constitui-se num processo de síntese entre teoria/prática, entendendo-a enquanto unidade indissolúvel, na qual, a partir de um determinado referencial teórico, no enfrentamento das condições concretas do real, serão construídas alternativas e respostas profissionais. Trata-se de um processo dialético, que incorpora um conjunto de atividades e procedimentos, que mantém uma certa continuidade e que apresenta certa unidade, organicidade, exigindo particulares modos de fazer, metodologias e procedimentos adequados, ainda que não definidos a priori, mas a partir de reflexões e problematizações, os quais dependem da clareza acerca dos objetivos, da convicção nos valores e princípios e da escolha e utilização de um conjunto de estratégias e instrumentos adequados.

c) A supervisão não pode ser compreendida desvinculada dos seus componentes teórico, ético e político, da compreensão do significado social do Serviço Social na sociedade brasileira, dos valores que privilegia, de um projeto profissional que se conecta (ainda que por meio de muitas mediações) a projetos de sociedade.

d) A supervisão, qualquer que seja sua modalidade, não pode ser realizada independentemente do caráter e modelo de políticas sociais seja público ou privado e das formas particulares de enfrentamento da chamada “questão social” pelo Estado, bem como da sua relação com a dinâmica do mercado de trabalho. Assim, a supervisão será sempre mediada por questões que particularizam as políticas sociais, seja a de educação superior, especialmente no caso da supervisão de estagiários, sejam as demais políticas sociais setoriais, no que se refere às modalidades de supervisão de políticas sociais, entidades, programas e projetos, equipe, assistentes sociais e estagiários.

e) Na supervisão se realiza a unidade entre ensino e aprendizagem: trata-se da inserção de sujeitos sociais numa relação dialética, a partir do engajamento em situações concretas, cujo objeto de conhecimento é o próprio movimento da realidade, permitindo a análise concreta de situações concretas. Ensinar e aprender são experiências indissociáveis do processo de Supervisão, que se materializam na relação intrínseca entre estágio, supervisão acadêmica e de campo e supervisão profissional. No processo de aprendizagem, os sujeitos envolvidos: estudantes, equipes profissionais e o/a supervisor/a, ao discutir e materializar a profissão no exercício profissional, se constroem e se reconstróem como sujeitos, elaboram saberes conjuntos em um processo deliberado de favorecer o aprimoramento ético e intelectual, por meio de um espaço didático-pedagógico privilegiado.

A destarte dos elementos apresentados, nos valem também, das pautas que se fundem com a Supervisão em Serviço Social, entre elas: a supervisão de casos, assistência técnica e a orientação profissional, as quais não compreendemos pelo mesmo cariz metodológico haja vista as próprias transformações das “razões de ser” de cada uma dessas ações.

Cabe observar que o que parametrizou a supervisão nesse período foram ações de planejamento, organização, orientação e controle direcionadas pela racionalidade administrativo-burocrática que prioriza a relação custo-benefício e a otimização de recursos, estabelecendo vínculos diretos com o alcance dos objetivos, metas e resultados definidos a priori, sem a problematização sobre os interesses subjacentes aos mesmos. Muitos investimentos foram feitos na tentativa de construção de modelos e supervisão (BRAGA e GUERRA, 2009, p. 08).

A Supervisão tem como premissa, o debate sobre o cotidiano profissional de assistentes sociais em seus mais diversos espaços sociocupacionais, com vistas ao uso desta ferramenta enquanto confronto, ação, mudanças e rupturas aos padrões institucionais estabelecidos à guisa da autonomia (ainda que relativa).

Busca-se, portanto, com a Supervisão em Serviço Social, como uma das estratégias possíveis de qualificação das intervenções profissionais, o que Guerra (2013, p. 39) aponta sobre o rompimento com o imediatismo conferido aos/às profissionais do Serviço Social em suas intervenções cotidianas:

“No âmbito do cotidiano, o imediatismo, o espontaneísmo, e o ponto de vista da consciência comum predominam. Ação e pensamento estão organizados para responderem às demandas imediatas, na perspectiva de não colocar em risco à própria sobrevivência do sujeito, e, conseqüentemente, sua reprodução social [...] Como qualquer visão de homem e de mundo, o pragmatismo constitui-se em um tipo de pensamento que sustenta a prática cotidiana, já que incorpora uma determinada racionalidade que consiste no modo de pensar a realidade na sua imediaticidade e de agir sobre ela.” (Guerra, 2013, p.39).

Dito em outras palavras, o tempo presente nos impõe a superação do culto ao pragmatismo, ao espontaneísmo, e à dominação pressuposta ao fazer profissional, baseado em métodos e técnicas que deem respostas imediatistas às situações complexas vivenciadas pelos sujeitos.

Assim, a Supervisão profissional em Serviço Social constitui-se como uma ferramenta capaz de interromper e/ou reposicionar os/as profissionais diante da lógica coercitiva no campo das políticas sociais, utilizando-se da troca de experiências e saberes coletivos como estratégia de revisão de processos de trabalho, de modo a ultrapassar o miúdo do cotidiano ao que se refere às discussões de casos, produção de documentos técnicos, encaminhamentos, fluxos de rede, entre as tantas outras demandas que tendem a ser sucumbidas pelo rito procedimental.

3.2 Modelos de Supervisão

“A consciência da modificação das circunstâncias com a atividade humana ou alteração de si próprio só pode ser apreendida e compreendida racionalmente como práxis revolucionária. (Marx, 1996, p. 12)”

A reflexão trazida por Marx ao pontuar que as ações de modificação nas atividades humanas devem ser compreendidas pela via da práxis revolucionária situa-se como a base para conduzir a pauta da Supervisão em Serviço Social proposta por este estudo.

Isto porque, compreende-se que o desenvolvimento sócio-histórico da profissão, e consequentemente, de suas matrizes teórico-políticas e ideológicas, são atravessadas por diversos fatores, entre eles, a vertente que o compreendia como instrumento de submissão às dinâmicas do capital em suas expressões multifacetadas, em que o projeto profissional, cunhado desde a década de 1960 se posiciona contrário.

Nosso posicionamento leva em consideração as mediações a serem adotadas para pensar e interferir nas complexas tramas que envolvem o *modus operandi* do capitalismo e a profissão em sua dimensão histórica.

De acordo com o debate proposto por Iamamoto (2017, p. 18)

O Serviço Social brasileiro assumiu um ideário emancipatório, herdeiro da história da luta mundial dos trabalhadores, calcada na grande política e em valores que dignificam o gênero humano. O nosso projeto está fundado nos valores maiores da liberdade, da igualdade, da radicalidade democrática, da cidadania, da ausência de preconceitos, do respeito aos direitos humanos, da qualidade dos serviços prestados. Ele representa o antídoto para enfrentar a alienação do trabalho indissociável do estatuto do assalariado. Dotado de “caráter ético-político, dispõe de uma dimensão de coletividade ou, sem termos gramscinianos, da “grande política”, como momento de afirmação da teleologia e da liberdade na práxis social.

O desenvolvimento das matrizes teóricas e da concepção política a que a profissão se vinculou nas últimas décadas é de fundamental relevância para compreender os caminhos da Supervisão, seus elementos, contradições, e as dinâmicas que a compõem.

Como matriz teórico-metodológica, essa teoria – a teoria social crítica - apreende o ser social a partir de determinações e mediações. Ou seja, a partir da suposição de que a natureza relacional do ser social não é percebida em sua imediatez. (Yazbek, 2018, p. 66).

Deste modo, entender a Supervisão em Serviço Social para além da imediatividade e daquilo que é aparente enquanto demanda/prática socioinstitucional, requer conhecimento dos elementos que a fundamenta com sólido referencial ético, teórico, político e instrumental.

O'Donoghue (2008) caracteriza a Supervisão como plural onde estão incluídos, as formas, os modelos, as modalidades e os tipos de supervisão cruzados com as práticas e os praticantes – e o seu nível de desenvolvimento profissional e pessoal –, as organizações, a cultura e os princípios e valores de um determinado contexto social.

Neste sentido, há que se considerar, as divergências de posição extraídas de nossos estudos, no que diz respeito às formatações de “modelos e/ou tipologias” de Supervisão, que que entendemos se fazer necessário sua explanação neste momento.

Kadushin, 1992; Ramirez, 2006; Seller, 2010, referem que existem vários tipos de supervisão sendo as mais conhecidas a supervisão administrativa, a supervisão pedagógica ou educativa e a supervisão de apoio, as quais se definem da seguinte forma:

- a) **Supervisão administrativa:** entendida como um processo sistemático de controle, seguimento, avaliação orientação, assessoria e formação, de carácter administrativo e educativo, levada a cabo por uma pessoa em relação com outras sobre as quais tem uma certa autoridade dentro da organização (chefe ou coordenador). Supervisionar, nesse sentido, significa exercer uma inspeção e vigilância sobre uma tarefa, olhar sobre as tarefas desde cima, “ver” o trabalho de uma pessoa, por parte de outras pessoas que têm essa responsabilidade, assim como observar algo com uma visão global e a uma certa distância. Trata-se de um método de trabalho secundário, pois aborda os procedimentos profissionais, por meio do controle e avaliação, cujo objetivo é melhorar a prática profissional e a satisfação do exercício da profissão, assim como ensinar a formação permanente, oferecer serviços de qualidade aos clientes, socializar a profissão e elevar o nível teórico e prático das suas atuações.
- b) **Supervisão pedagógica ou educativa:** a supervisão profissional é um “processo em que um profissional, em princípio mais experiente e

mais informado, orienta outro profissional tendo como referência o desenvolvimento humano e profissional” (Alarcão e Tavares, 2007: 16 e segs.). Tem como principal objetivo o desenvolvimento profissional e pessoal e implica uma orientação da prática. A orientação da prática decorre dos cenários teóricos ou práticos prosseguidos pelo supervisor, das características do supervisando e do contexto onde a prática ocorre, área e instituição onde a prática profissional tem lugar, a exemplo de crianças, jovens, idosos e/ou pessoas com demandas de saúde. Segundo Ramirez (2006), esta supervisão tem como finalidade melhorar o conhecimento dos profissionais e dos alunos. Oferece recursos que aliam o pensamento e a ação, permitindo aos supervisandos realizar o seu trabalho com eficácia e construir e desenvolver uma identidade profissional (cf. Alarcão e Roldão, 2010: 25).

- c) **Supervisão de apoio:** Esta é mais centrada no que se sente do que no como se faz. Oferece apoio aos profissionais para melhorarem as suas tensões e conflitos internos geradores de stress, que interferem negativamente no exercício das suas funções. Pode também, ter características mistas de supervisão, entre a ação profissional e a atenção ao que se sente relativamente à ação com clientes. Presentemente, a supervisão envolve a construção e o desenvolvimento profissional, inclui a auto implicação, é referenciada à ação e aos saberes constituídos e está em permanente construção (Alarcão e Roldão, 2010: 26).

Segundo os autores, a supervisão pode ser concebida como um processo socioconstrutivista, pois é apoiado por supervisores e colegas; é analítico-reflexivo, ao envolver observação de si e dos outros, reflexão, feedback e organizadores mentais (mapas conceituais); e abrange o contato com a realidade, ao utilizar textos diversificados, lógica projetual, dimensões questionadoras da prática, mobilização de saberes e pesquisa. É um processo em permanente construção, através da consciência das necessidades, autoformação e mudança de posicionamento teórico e prático. É também intemporal, pois tem a influência de saberes já adquiridos, revistos nas

disciplinas da formação em serviço social e as suas atualizações, e possibilitam novas perspectivas ao exercício profissional futuro.

Ainda no sentido dos Modelos de Supervisão consideramos válido reportar as construções elucidadas por Vieira (1981); Oliveira (2002), e Alarcão e Tavares (2003), respectivamente, ao definirem os Modelos de Supervisão a partir dos seguintes quadros esquemáticos:

Quadro 8 – Modelos de Supervisão

Artesanal	Coloca os futuros profissionais a praticar com outros profissionais que revelam maior saber – passagem do saber de geração em geração. É um modelo mecanicista que se reduz a estímulos e respostas
Tutorial	Promove o encontro entre o profissional e o grupo reduzido de supervisandos, tornando possível a conversa e o debate individual. O trabalho é efetuado pelo supervisando e valoriza-se o seu trabalho escrito, de modo a aferir até que ponto este é sustentado e defendido. Estimular a capacidade de leitura reflexiva é o objetivo deste modelo.
Ideal-tipo	Os tipos ideais são construídos a partir de observações empíricas extraídas da realidade e da qual são retirados os elementos principais. Este modelo representa uma nova abordagem que deixa de lado o método de intervenção para dar ênfase ao método educativo (ideal tipo), cujo objetivo é levar o supervisando a agir conscientemente, aproveitar as experiências anteriores, integrar-se no grupo, dar continuidade ao progresso profissional, centrando-se em cada supervisando e nas suas necessidades individuais e coletivas
Psicodinâmico	As teorias psicanalíticas, tal como este tipo de supervisão, dão ênfase à formação da personalidade. Procura-se saber as experiências do passado, o negativo e o positivo dessas experiências e as bases da motivação da profissão e identificar o grau de segurança e de ambivalência diante de situações de aprendizagem.
Não diretivo	A não diretividade é mais um comportamento do que uma teoria. Esta perspectiva foi aceita na supervisão em serviço social por influência dos princípios de aceitação e respeito adotados pelo serviço social. Toma-se como base o potencial de crescimento e criatividade da pessoa. Neste modelo, interessam o supervisando, o relacionamento entre o supervisor e o supervisando, o conteúdo da prática, as pressões institucionais e o meio.
Gestaltista	Baseia-se no desenvolvimento da percepção da realidade. A realidade é entendida não como algo objetivo, mas como resultado da percepção sensorial. A aprendizagem depende das capacidades naturais, da diversidade de situações sociais que ocasiona mudanças comportamentais. A motivação e a compreensão e a transferência da aprendizagem são as bases deste modelo.

Topológico/campo	Baseia-se num método de construção composto por um conjunto de elementos relacionados e dotados da mesma dimensão conceitual, que podem ser expressos da mesma forma: a dinâmica dos fenómenos, a perspectiva psicológica e não física, a visão da situação como um todo e a distinção entre o passado e o presente. A partir do momento em que se questiona o facto empírico em função de uma perspectiva teórica, ele passa a ter valor científico. Ao supervisor interessa compreender como o supervisando vê o mundo, as coisas, as aspirações, esperanças, expectativas e como pretende satisfazê-las ou dar-lhes resposta
Assessoria	Assessoria não é o mesmo que supervisão. A assessoria é temporal e a supervisão é contínua. Mas o assessor é um agente de mudança, pois permite a interiorização de novos conhecimentos que levam a uma mudança de mentalidade e de comportamento, assim como a uma maior eficiência no trato de situações problema

Fonte: Vieira, 1981

Quadro 9- Modelos de Supervisão

Tomada de decisões	O supervisor analisa dados recolhidos na observação da sessão, o comportamento dos supervisionados, e verifica se estão de acordo com um conjunto específico de princípios de ensino e de aprendizagem. Esta análise é utilizada para desenvolver um plano de ação no sentido de modificar esses comportamentos.
Supervisão clínica	Apresenta as bases da teoria cognitiva e da Humanísticoexistencialista. A tomada de decisão desempenha um papel importante na orientação do comportamento.
Técnico/ didático	Os supervisores incentivam os supervisandos a prestarem atenção e a monitorizarem comportamentos específicos, como a gestão e a utilização do tempo e a serem compreensivos através da participação ativa.
Desenvolvimental reflexivo	Parte do pressuposto de que o ensino e a aprendizagem são influenciados pelos contextos pessoal, social, organizacional, histórico, político e cultural dentro dos quais operam. Os supervisandos são decisores envolvidos em práticas contextualizadas.
Mediação	Mediar significa intervir entre o supervisando e o seu ambiente, salientando dados potencialmente relevantes a partir dos quais aquele constrói novos significados. A linguagem verbal é o instrumento fundamental para esta supervisão de mediação. O seu objetivo é transportar informação que se encontra na estrutura profunda e na estrutura de referência para um local de interação e influência na estrutura de superfície (consciência crescente). A mediação permite construir uma ligação entre a abordagem construtiva desenvolvimentista e a abordagem sistémica.
Ecologia social	Atualmente há um novo papel para o supervisor, o de ecologista social. A aplicação da teoria sistémica para o desenvolvimento pessoal e organizacional altera o

	foco das interações mediadoras, agora concebidas como um todo, e não como soma das partes. O supervisor torna-se um ecologista social associado aos recursos da organização, cujo objetivo é aumentar a capacidade do sistema no que respeita a readaptações e aprendizagem contínua.
--	---

Fonte: Oliveira, 2002

Quadro 10 – Modelos de Supervisão

Artesanal	Coloca os futuros profissionais a praticar com outros profissionais com mais conhecimentos – passagem do saber de geração em geração.
Aprendizagem pela descoberta guiada	Pressupunha que o futuro profissional conhecia os modelos teóricos e tinha a oportunidade de observar diferentes práticas e técnicas profissionais.
Comportamental	Observa o comportamento do profissional numa situação real. Pode ser feito no local de trabalho ou por gravação vídeo para posterior discussão. Centra-se nos objetivos, na responsabilidade, na individualização e nas competências.
Clínico	Não tem tanto que ver com problemas psíquicos e seu tratamento, mas antes com as atitudes, sentimentos e emoções que se podem gerar em determinadas situações profissionais. O supervisor adopta uma postura de atenção e apoio às necessidades do supervisando
Psicopedagógico	Dá ênfase à capacidade de resolver problemas e tomar decisões conscientes que permitam uma adaptação e acomodação às exigências da vida e do meio ambiente
Pessoalista	Os profissionais com um grau conceptual mais elevado utilizavam modelos de ação mais variados e tinham mais facilidade em adaptar as planificações aos problemas dos clientes
Reflexivo	O supervisor encoraja a reflexão na ação e sobre a ação. As duas primeiras permitem refletir sobre o que se faz e a última remete para uma dimensão meta cognitiva que permite ao supervisando adquirir capacidade de refletir por si próprio.
Ecológico	Dá importância às dinâmicas sociais e ao processo sinérgico que se estabelece na interação que se cria entre a pessoa e o meio, ambos em constante desenvolvimento.
Dialógico	Os profissionais são agentes sociais e a supervisão funciona como instrumento de emancipação social.

Fonte: Alarcão e Tavares (2003)

Embora reportemos as concepções dos autores acima, nos posicionamos de modo a contestar algumas dessas abordagens e formatações sobre os “modelos de Supervisão”. Isto porque, a direção político-profissionais adotada pelo Serviço Social em sua fase madura, se contrapõe a abordagens psicoterapêuticas ou como aparelho de diluição da racionalidade burocrático-administrativa e/ou hierarquizadas.

3.3 Supervisão Profissional em Serviço Social: *um caminho em construção*

Redescobrir a dimensão política é redescobrir o encanto da profissão em oposição ao desencanto. É articular realismo com utopia. É ver que o conhecimento e o trabalho podem ser uma alegria. E que a luta tem momentos de êxtase. A dimensão política nos revela que construir uma nova civilização é uma fascinante aventura através da qual nós descobrimos o movimento consciente e nos redescobrimos como sujeitos. (Joaquina Barata Teixeira – VI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 1989 – Congresso Chico Mendes)

As travessias da produção do conhecimento nem sempre é amena, lenta ou moderada, pelo contrário, na grande maioria das vezes, os caminhos percorridos e trilhados são intensos, turbulentos e até mesmo barulhentos.

É neste movimento que o Serviço Social tem se (re) construído ao longo de sua existência em todas as suas dimensões e frentes interventivas, e de suas concepções políticas e acadêmica.

A trajetória da Supervisão Profissional é estreitamente ligada às concepções americanas do *Case Work* – ou Serviço Social de Caso (Vieira, 1989), em que seus fundamentos iniciais foram instruídos a partir da publicação do livro de Mary Richmond – *Social Diagnosis* (Diagnóstico Social), em 1922, o qual se dirigiu à conceituação das fases do processo: estudo, diagnóstico, e tratamento, aparecendo entre supervisor e supervisionado a discussão do plano de tratamento. Inicia-se, a partir de então, uma nova era para a Supervisão: o supervisor como orientador da metodologia.

Neste momento, o contexto da crise norte americana atingia patamares exponenciais, o que resultou na contratação de grande número pessoas para atuar nos serviços assistenciais públicos, haja vista que naquela época o Serviço Social ainda não era profissão, mas sim, “vocação”, e sua ação começava por um treinamento no campo prático. (Vieira, 1986, p. 29).

Além da publicação realizada por Richmond, outros livros descreveram a ideia que o Serviço Social tinha da Supervisão: *Supervision in Case Work* (Supervisão de Caso), de Virginia Robinson, editado em 1936, pela University of North Carolina Press e *Learning and Teaching Social Work* (Aprendizagem e Ensino do Serviço Social), de Bertha Reynolds, sendo a primeira e mais antiga definição de Supervisão atribuída ao pensamento de Virgínia Robinson (1936), em que para ela – “*Supervisão é o processo educacional pelo qual uma pessoa*

possuidora de conhecimentos e experiência prática toma a responsabilidade de treinar outra possuidora de menos recursos técnicos”.

Outra definição de Supervisão aparece em 1949 no livro - “*Social Group Work Practice*” (Prática de Trabalho Social em Grupo) de e Gladys Ryland e Gertrude Wilson, sendo esta:

“ A Supervisão é uma relação entre o supervisor e o Assistente Social, na qual o primeiro, pelo conhecimento e compreensão que tem de si mesmo, dos outros seres humanos, das condições sociais e das finalidades da instituição, ajuda os Assistentes Sociais a desempenhar as funções que lhes competem na execução de fins comuns. (Ryland; Wilson apud Vieira, 1986, p. 30)

Na conceituação brasileira sobre Supervisão em Serviço Social, temos o pensamento de Balbina Ottoni Vieira, que a definiu como:

Supervisão é um neologismo formado pelo prefixo “super” - sobre “visão - olhar; significa olhar de cima, olhar de conjunto. Consiste na “tomada de conhecimento global de uma atividade coletiva complexa, a fim de descobrir valores positivos, bem como as falhas existentes para correção das distorções dos planos de trabalho e sua reformulação em linhas mais adequadas. (Vieira, 1986, p.34)

O pensamento de Balbina Ottoni Vieira, se revela como um dos maiores expoentes do debate sobre Supervisão Profissional em Serviço Social no Brasil entre as décadas de 1960 a 1980.

Suas elaborações tiveram como produtos principais os livros: *Modelos de Supervisão em Serviço Social -1981*, e “*Supervisão em Serviço Social*” – 1986, os quais delinearam as seguintes proposições acerca da Supervisão:

- 1) *levar o supervisionado a um agir consciente* diante de situações novas da vida, isto é, resolver os problemas identificados na prática. Não é o tratamento de um caso social, orientação daquele grupo, assessoramento daquela comissão de vizinhança, mas “capacitar para ajudar os clientes em dificuldades, orientar grupos e comunidades que precisarem do Serviço Social; portanto, não é preparar para repetir”, mas “formar para perceber” as situações, a sua realidade;
- 2) *aproveitar as experiências anteriores* e “refletir sobre estas”, embora em situações diferentes e percebendo a analogia entre elas. Não se trata apenas de experiências profissionais que o Supervisado tenha tido em

estágios ou trabalhos anteriores, mas também as de sua vida pregressa na família, na escola, na universidade, no trabalho, no meio social. “O aproveitamento das experiências anteriores é feito no sentido de tornar mais eficiente a resposta à dificuldade presente, aplicando o comportamento que se revelou útil em experiências anteriores, modificando-o, entretanto, segundo peculiaridades da nova situação;

- 3) *integrar-se no seu grupo profissional*, levando o supervisionado a identificar-se com as preocupações e aspirações de seu ambiente, do seu grupo, de sua comunidade; sentir e querer o que o seu grupo quer; assumir responsabilidades e participar do seu grupo e da comunidade;
- 4) *dar continuidade ao progresso profissional*, ou seja, possibilitar a transmissão do patrimônio profissional, a fim de que as gerações passadas ofereçam um ponto de partida às gerações futuras. Estes, porém “não recebem passivamente o legado... pelo contrário, depuram-no dos elementos ineficientes e o enriquecem em extensão e profundidade a fim de ser atendidas as novas necessidades sociais, decorrentes das modificações que a sociedade sofre no seu processo de evolução”;
- 5) *enfocar a realidade de cada supervisionado* e as necessidades individuais e coletivas. A Supervisão não pode deixar que todos os supervisionados produzam a mesma coisa, mas produzam o melhor e o máximo que lhes permitem suas potencialidades, e assim formar o profissional, incentivando-o a ser “o que é”, proporcionando-lhe satisfações pessoais e preparando-o para assumir um papel no seu grupo profissional e na comunidade.

É evidente que tais definições e proposições não compactuem com o debate contemporâneo acerca da Supervisão, no entanto, estas não podem deixar de serem consideradas como fruto do desenvolvimento intelectual e profissional instituídos à época em que foram escritos/pensados.

Os desdobramentos oriundos das transformações societárias, impuseram novas perspectivas e tendências profissionais aos/às assistentes sociais, como bem pontuamos no decorrer de nosso estudo, e que neste momento as situaremos na quadra contemporânea, mais precisamente, a partir da década de 1990.

Neste contexto, Mattos (2009) registra que:

Os anos de 1990 apresentam um *boom* da temática assessoria, que está ligado a duas questões. A primeira pela conjuntura de reestruturação produtiva e reforma do aparelho do Estado que exigiu a reorganização das instituições. Nesse processo, o conhecimento do Serviço Social foi solicitado (o que demonstra o reconhecimento acadêmico da profissão) e disponibilizado, tanto na perspectiva da busca da garantia dos direitos da população usuária, como ao contrário com vistas a contribuir para aprofundamento da redução de direitos que a citada reforma e a reestruturação produtiva promoveram. (Mattos, 2009, p.03)

O debate sobre assessoria em serviço social é aqui inserido para que sejam diluídas as recorrentes confusões entre assessoria e supervisão em serviço social, pois segundo (Mattos, 2010. p.36):

Percebemos que há uma confusão na categoria profissional de se compreender a supervisão profissional como assessoria, sendo que Vieira (1981) já alertava que a diferença está no grau de autonomia que a assessoria pressupõe, pois, a supervisão profissional, por mais democrática que seja, tem — pelo local que ocupa na organização — um poder de mando.

Colocadas as devidas diferenciações entre assessoria e supervisão, voltemos ao enfoque da supervisão – temática central de nossa pesquisa – em que novas conformações lhes têm sido atribuídas na atualidade, as quais rompem com o lugar do “mando”, dos ajustes de profissionais às demandas institucionais, e de suas visões hierarquizadas.

Nesta direção, nota-se novas concepções acerca da Supervisão, agora direcionadas por ritos normativos dirimidos nas políticas sociais, em que aqui situamos a Resolução nº 06 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), a qual estabelece parâmetros para Supervisão Técnica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em consonância com a Política de Educação Permanente do SUAS – PNEP/SUAS.

Antes de nos debruçarmos à análise sobre como essa normativa pauta a Supervisão, cabe um parêntese no tocante à correlação dessa resolução com o nosso objeto – *A Supervisão Profissional em Serviço Social* – pois a *Supervisão Técnica* – assim nomeada no contexto do SUAS, não se restringe aos/às assistentes sociais atuantes nesta política pública, mas nos dá indícios do deslocamento do tema para uma compreensão ampliada.

A Resolução nº06 do CNAS, define a Supervisão Técnica nos artigos 3º e 4º:

¹⁴ Ver mapeamento das ações de Supervisão Técnica no SUAS nos anexos.

Entende-se por Supervisão Técnica no SUAS um tempo na organização do trabalho que deve mobilizar gestores e trabalhadores para reflexão e estudo coletivo acerca de questões relacionadas aos seus processos cotidianos de trabalho, às suas práticas profissionais, às articulações com o território, na perspectiva institucional e intersetorial. (Art. 3o).

A Supervisão Técnica tem por objetivo geral fornecer subsídios teóricos, metodológicos, técnicos, operativos e éticos para a construção crítica e criativa de novas alternativas de intervenção aos trabalhadores do SUAS e elevar a qualidade do provimento dos serviços, programas, projetos, benefícios socioassistenciais e transferência de renda e da gestão do Sistema, contribuindo para a resignificação das ofertas da Assistência Social e potencializando o pleno cumprimento de suas funções e seguranças afiançadas, na perspectiva da garantia de direitos. (Art. 4o).

A Resolução instituiu também, as seguintes diretivas no artigo 2º

A Supervisão Técnica deve ser orientada e efetivada a partir das suas diretrizes e princípios, atendendo a perspectiva político-pedagógica da educação permanente com foco:

- I - na centralidade dos processos de trabalho e práticas profissionais;
- II - na interdisciplinaridade;
- III - na aprendizagem significativa;
- IV - na historicidade, na diversidade sociocultural e territorial;
- V- no desenvolvimento de capacidades e competências requeridas pelo SUAS.

Deste modo, ainda que não se configure um instrumento técnico-reflexivo específico voltado a profissionais do Serviço Social, e sim na composição e na articulação com outras categorias inseridas no SUAS, pautar a Supervisão Técnica direcionadas aos trabalhadores/as dos serviços socioassistenciais, nos convoca a pensar a Supervisão como campo de mediação e de qualificação técnica em todos os espaços sócioocupacionais em que assistentes sociais estão inseridos na atualidade

Assim, entende-se que este instrumento-ferramenta, hoje em (re) construção acerca de suas perspectivas, deve servir para qualificar às ações no âmbito do fazer cotidiano, ultrapassando visões segmentadas, individualizadas, hierarquizadas, e/ou como “correção do trabalho” executado, de modo a se colocar no panorama da totalidade das relações sociais.

CAPÍTULO 4 – RESULTADOS DA PESQUISA NA PERSPECTIVA DA REVISÃO INTEGRATIVA

A síntese extraída de nossas reflexões é apresentada neste momento, retomando os princípios elucidados na revisão integrativa, a qual nos apoiamos para construir nossa pesquisa.

Assim, objetivamos mostrar as evidências, lacunas e/ou possibilidades estratégicas acerca dos achados da pesquisa, em que vislumbramos encontrar respostas ou elementos conclusivos sobre nossa pergunta central, isto é – **De que maneira têm se configurado as tessituras da supervisão profissional em Serviço Social?**

Direcionar nossa investigação baseando-a na revisão integrativa nos permitiu reunir, organizar, e interpretar um conjunto de estudos que se correlacionam com a temática abordada, a qual é apresentada nos quadros-síntese a seguir.

Quadro 11 – Análise Integrativa “Artigos revistas qualis A1 a B4”

Autoria/Ano	Título do artigo	Objetivo	Principais resultados/achados/ limitações/lacunas e contribuições
Laisa di Maio Campos Toledo 1984	Considerações sobre a supervisão em Serviço Social	O artigo busca refletir sobre o processo de supervisão no âmbito do Serviço Social — ou seja, problematiza a forma como a supervisão é concebida e executada no exercício profissional.	O artigo aponta que a supervisão no Serviço Social deve articular não apenas procedimentos técnicos, mas também dimensão ética, política e formativa da profissão — fenômeno que se confirma em trabalhos posteriores na área. Ele contribui à discussão de que supervisão não é apenas “acompanhar” estagiário ou profissional, mas envolve mediação entre teoria-prática, formação profissional, identidade e projeto ético-político. os achados são importantes para compreender a supervisão como espaço formativo e crítico, e não apenas técnico-operativo.
Vera Maria Ribeiro Nogueira 1988	Assistência Técnica e supervisão de programas em Serviço Social	Analisar a natureza, o papel e os limites da assistência técnica e da supervisão de programas desenvolvidas por assistentes sociais em instituições públicas, discutindo como essas atividades se articulam com o projeto profissional, a formação teórica e a prática institucional.	A assistência técnica é apresentada como uma função de assessoria, acompanhamento e orientação na gestão e execução de programas sociais, integrando o assistente social às estruturas institucionais do Estado. A supervisão não é mera atividade administrativa, mas um processo de orientação técnica e política, que visa garantir a coerência entre os objetivos dos programas e os princípios ético-políticos do Serviço Social. A autora evidencia que a supervisão de programas envolve planejamento, monitoramento e avaliação, articulando o trabalho técnico com a reflexão crítica sobre as políticas sociais. Destaca as contradições entre o papel técnico-burocrático e o compromisso ético-político da profissão, apontando o risco de a assistência técnica se reduzir a uma função instrumental, desvinculada da crítica social.
Gleny Terezinha Duro Guimarães/Paulo Roberto Martins 2016	Supervisão em Serviço Social diante da precarização do mundo do trabalho: uma perspectiva helleriana	O artigo aborda a questão da precarização das condições de trabalho no contexto da supervisão de campo em Serviço Social, especialmente no cotidiano dos supervisores de estágio, diante das	Identificação de que, na supervisão de campo, muitos indicadores de precarização se manifestam — por exemplo: falta de tempo para planejar, para supervisionar individualmente, acúmulo de funções, sobrecarga de trabalho. Utiliza a perspectiva de Agnes Heller para conceituar o “contato cotidiano” com seu duplo sentido — dividido entre uma relação decorrente da divisão social do trabalho e uma dependência provisória entre sujeitos, como atividade crítica/política. Conclui que muitos aspectos de precarização permanecem invisíveis, expressos primeiramente como “falta de tempo”. Os achados apontam articulações entre o mundo do trabalho (produção capitalista, reorganização pós-1970) e a supervisão de estágio/campo no Serviço

		transformações no mundo do trabalho	Social — uma articulação relevante para a profissão. A introdução de uma lente teórica (Helleriana) agrega profundidade analítica.
Alzira Maria B. Lewgoy & Maria Lúcia A. Scavoni. 2002	Supervisão em Serviço Social: a formação do olhar ampliado	O artigo propõe pensar a supervisão como processo formativo que vai além da simples correção de prática, isto é, formar “o olhar ampliado” do assistente social, capaz de entender as condições sociais, institucionais e profissionais em que atua	As autoras afirmam que supervisão deve constituir-se como espaço de formação e reflexão, e não apenas de controle ou correção de práticas. (Ideia de “olhar ampliado”) A supervisão, então, exige que o assistente social desenvolva consciência crítica sobre o contexto institucional, as demandas sociais e as contradições da profissão — integrando dimensões técnico-operativas, teórico-metodológicas e ético-políticas. Ressaltam que a supervisão, se limitada ao técnico-operativo, deixa de contribuir para a autonomia profissional e reflexão sobre a intervenção social. Contribuição para formação profissional: o artigo aponta que supervisão é um momento educacional e formativo no percurso profissional do assistente social, contribuindo para o desenvolvimento de saberes mais amplos.
Vicente de Paula Faleiros 2009	Uma experiência de supervisão na área psicossocial: desafios teórico-práticos	O estudo se propõe a analisar a experiência de supervisão de profissionais no setor psicossocial judicial, sob a luz de paradigmas de “disputa” e “conflito”, articulando teoria e prática, bem como identificando contradições institucionais e de poder no contexto da intervenção com pessoas idosas.	Identificação de que a supervisão no contexto psicossocial e judicial se dá sob forte influência das estruturas de poder do Judiciário, com o setor psicossocial frequentemente em posição de “assistente” ou “suporte” institucional mais do que agente de intervenção autônoma. Evidencia que a supervisão funcionou como espaço de auto-formação e de troca de saberes entre supervisor e supervisionando, mas que essa formação se dá em meio a contradições: por exemplo, demandas de “produtividade”, “quesitação” (relatórios formais exigidos pelo Judiciário) versus mediação de conflitos e defesa de direitos. Aponta para a diferença entre paradigma da disputa (justiça como imposição, autoridade) e paradigma do conflito (justiça como mediação, reconhecimento de desigualdades) — e mostra como essas formas impactam o trabalho psicossocial e a supervisão. Destaca ainda que as políticas públicas relacionadas à pessoa idosa, e a rede de atenção, apresentam falhas ou lacunas, o que configura desafios práticos e simbólicos para os profissionais supervisionados. O estudo contribui para uma compreensão mais aprofundada da supervisão em contextos institucionais complexos (justiça, setor psicossocial, idoso), o que amplia o escopo habitual da supervisão em Serviço Social ou Psicologia. Evidencia que a supervisão não é somente técnica ou operacional, mas atravessada por relações de poder, exigências institucionais e pelo desafio de articular teoria e

			prática de forma crítica. Isso enriquece a discussão teórica sobre supervisão profissional. Para a prática profissional: oferece um modelo de “supervisão como auto formação” e de troca de saberes, que pode ser replicado ou adaptado para outros contextos de supervisão em Serviço Social ou Psicologia. Para a formação profissional: aponta para a necessidade de preparar supervisores e supervisionandos para lidar não apenas com casos técnicos, mas com dimensões ético-políticas, institucionais, simbólicas da prática.
Maria Irene Lopes B. de Carvalho 2016	Supervisão Profissional em Serviço Social: uma experiência de supervisão externa a coordenadores de serviços domiciliários para pessoas idosas	O artigo apresenta um projeto de supervisão profissional desenvolvido por assistentes sociais docentes, a assistentes sociais profissionais responsáveis pela coordenação dos serviços domiciliários para pessoas idosas.	O processo de supervisão externa contribuiu para o desenvolvimento pessoal e profissional dos coordenadores, por meio de reflexão crítica da prática, articulação entre teoria e prática, melhoria das intervenções domiciliárias para idosos. Enfoque em temáticas como: enquadramento institucional, relações de poder na organização, ética da intervenção com idosos, dilemas no apoio domiciliário (ex: condições domiciliares, autonomia dos idosos, recursos limitados). A Supervisão em grupo favoreceu partilha, suporte mútuo, aprendizagem colaborativa entre os coordenadores. A supervisão externa — conduzida por professores universitários — permitiu distanciamento crítico, questionamento das práticas organizacionais e institucionalizadas, contribuindo para reconfiguração do papel profissional.
:Rafael Garcia Carmona, Daraci Rosa dos Santos 2019	A supervisão técnica em serviços do SUAS: uma competência profissional em construção no Serviço Social	o objetivo é explorar e problematizar a supervisão técnica em serviços do SUAS como parte da construção de competências do assistente social	Supervisão técnica no SUAS é identificada como competência profissional em construção, ou seja: não algo já plenamente consolidado, mas em processo de definição, organização e implementação. A supervisão técnica deve permitir mediações entre formação e capacitação profissional — ou seja, entre o que o/a assistente social aprendeu no curso e o que exerce no cotidiano da política de assistência social. Alguns destaques finais do artigo: apoio técnico, incentivo à troca de experiências, construção de parcerias e articulações, estímulo à busca de novos conhecimentos, socialização de diferentes saberes entre profissionais. A supervisão técnica, portanto, aparece como eixo potencial de fortalecimento da profissão no SUAS, tanto para a prática quanto para a identidade profissional.

Rafaela Pereira da Rocha, Dorival da Costa, Gisele Ransckoski Gomes, Willem Van Erven Sigaud Fráguas Nobre, Adriana Pinheiro Café de Souza 2020	Supervisão técnica e assessoria a instituições de acolhimento de crianças e adolescentes: construindo as bases teóricas de uma matriz de supervisão	Objetiva explorar e apresentar contribuições acerca da orientação, assessoria e supervisão técnica a entidades de acolhimento institucional de crianças e adolescentes, com vistas à melhoria e qualificação do trabalho realizado e ao desenvolvimento de novos postulados, conceitos e paradigmas”.	Aponta a distinção entre assessoria técnica e supervisão técnica é enfatizada, bem como a necessidade de delimitar conceitualmente a supervisão técnica voltada para instituições de acolhimento de crianças/adolescentes. A construção de uma matriz de supervisão como resultado-chave: instrumento norteador que visa organizar processos de supervisão/assessoria, considerando legislação, função profissional, especificidades das instituições de acolhimento. Problematização de que a supervisão técnica para esse tipo de instituição requer atenção às normativas legais, aos direitos da criança/adolescente, aos processos institucionais, e não apenas ao controle técnico-operativo. A supervisão técnica ideal é vista como prática educacional, formativa, crítica — não meramente corretiva ou normativa. (Citação da supervisão como processo educativo e emancipatório) O artigo desenvolve categorias de análise como: função da supervisão em instituição de acolhimento, assessoria vs supervisão, legislação e normativas, matriz de supervisão, qualificação do trabalho social nessas instituições.
Maira Ribeiro de Souza 2022	Estratégias de Supervisão Técnica no âmbito da proteção social básica	O estudo objetivou apresentar as estratégias adotadas pela gestão da Proteção Social Básica para a realização de ações de supervisão técnica junto às equipes dos CRAS em um município da Zona da Mata Mineira, no período de 2017 a 2020.	As práticas realizadas contribuíram para a qualificação dos serviços ofertados pelos CRAS. A supervisão técnica, através das estratégias descritas, ajudou a gestão a desenvolver estratégias mais coerentes com a realidade vivida pelos profissionais no cotidiano de trabalho. Identificação de quatro estratégias principais: (1) estruturação de procedimentos de trabalho; (2) grupos de capacitação; (3) intervenções nos processos grupais das equipes; (4) monitoramento e avaliação das estratégias. Consideração de que a supervisão técnica não se reduz à tarefa de “acompanhar” ou “verificar”, mas que atua como parte da gestão, formação permanente e qualificação institucional das equipes da Proteção Social Básica. O estudo abre caminho para investigações que avaliem a eficácia dessas estratégias, comparações entre municípios, ou aprofundamento em como tais práticas se relacionam com indicadores de qualidade dos serviços do CRAS. Oferece subsídios para gestores e assistentes sociais que atuam no SUAS/Proteção Social Básica conhecerem modos organizados de implementar supervisão técnica, com estratégias de capacitação e intervenção em processos grupais.

			Formação/teoria: A adoção de Psicologia Social Comunitária como referencial permite refletir sobre o trabalho em equipe, processos grupais, intervenção comunitária e supervisão à luz de práticas de formação e desenvolvimento de coletivos. Para a pesquisa: O estudo abre caminho para investigações que avaliem a eficácia dessas estratégias, comparações entre municípios, ou aprofundamento em como tais práticas se relacionam com indicadores de qualidade dos serviços do CRAS.
Gênesis de Oliveira Pereira 2024	Supervisão técnica com assistentes sociais do INSS: considerações para o Serviço Social	O artigo parte do problema de que o trabalho dos/as assistentes sociais no INSS está inserido num contexto de aprofundamento das contradições do mundo do trabalho, marcado por formas de precarização, exigências de produtividade, normatização rígida, e se pergunta sobre o papel da supervisão técnica nesse cenário.	O artigo destaca que a supervisão técnica no INSS pode ser vista como espaço de “apropriação crítica da realidade”, capacitando os/as assistentes sociais a problematizarem as condições de trabalho, as formas de normatização, a produtividade e as pressões institucionais. Identifica formas de precarização do trabalho no INSS — cortes de recursos, normatizações rígidas, intensificação de tarefas, controle de desempenho — e argumenta que a supervisão pode ajudar a enfrentar essas contradições. O texto sugere que a supervisão técnica, quando estruturada com base crítica, pode fortalecer o Projeto Ético-Político do Serviço Social e articular teoria, prática e ética profissional no âmbito público previdenciário. Os achados acrescentam à literatura da supervisão em Serviço Social ao trazer o contexto da previdência social (INSS), que é menos frequentemente estudado sob a ótica da supervisão técnica. Eles permitem construir categorias relevantes para uma revisão integrativa, como “supervisão técnica em previdência social”, “precarização do trabalho profissional”, “fortalecimento ético-político”. Amplia a compreensão da supervisão técnica como prática profissional crítica, sobretudo em ambientes públicos de grande escala (INSS) e sob condições adversas de trabalho. A experiência organizada pelo autor mostra que é possível pensar supervisão técnica no contexto do INSS, e que essa supervisão pode se tornar instrumento de qualificação profissional e de resistência frente à precarização. Para o Serviço Social: O estudo reforça que a função de assistente social na previdência – e sua supervisão – deve estar vinculada ao projeto ético-político da profissão e não apenas ao ato técnico-operativo.

Fonte: elaboração própria, 2025.

Quadro 12– Análise Integrativa - Teses e Dissertações sobre a temática da Supervisão em Serviço Social (1972-2024)

Autoria/Ano	Título da tese/dissertação	Objetivo	Principais resultados/achados/limitações/lacunas e contribuições
Vera Maria Nogueira Ribeiro 1990	A assistência técnica em Serviço Social: as propostas práticas da secretaria de Estado da Promoção Social 1967-1987	O estudo busca investigar as propostas práticas de assistência técnica no âmbito institucional da Secretaria de Estado da Promoção Social, durante o período 1967-1987, e compreender como estas se estruturaram, quais estratégias foram adotadas, e qual o papel desempenhado pelos assistentes sociais nesse contexto.	A assistência técnica no Serviço Social, no contexto da Secretaria de Estado da Promoção Social entre 1967-1987, foi estruturada como parte da ação pública de assistência social, com propostas práticas que envolviam a intermediação entre Estado, institutos de promoção social e intervenção profissional. O trabalho sinaliza que a assistência técnica ainda estava em processo de construção profissional e institucional, não totalmente estabilizada como prática padronizada, e enfrentava tensões entre visão técnica-operativa e projeto profissional crítico do Serviço Social. Avaliação: Esses achados são valiosos para a revisão integrativa porque ajudam a localizar o desenvolvimento histórico da função de assistência técnica, a evolução institucional e o papel do profissional de Serviço Social nesse processo. A dissertação contribui para a compreensão da origem, consolidação e desafios da assistência técnica no âmbito público, oferecendo um panorama de quase duas décadas (1967-1987), o que permite situar como a intervenção profissional se organizou naquele período. Teoria/produção de conhecimento - permite que pesquisadores e profissionais do Serviço Social identifiquem elementos estruturantes e históricos da intervenção técnica — o que favorece reflexão sobre a função profissional, formação, supervisão e assessoria técnica. Para a revisão integrativa: Este estudo serve para compor a categoria “assistência técnica em Serviço Social – trajetória histórica/práticas institucionais”, ajudando a mapear o “quem”, “quando”, “onde” da prática profissional, e a identificar lacunas que persistem (por exemplo: supervisão, formação, institucionalização).

			Implicações práticas: A compreensão das propostas práticas daquele período pode fornecer subsídios para a reflexão contemporânea sobre supervisão, assistência técnica, assessoria, gestão de política social, e a função do assistente social.
Marta Alice Feitten Buriolla 1992	A supervisão em Serviço Social na formação profissional do Assistente Social	Investigar como a supervisão em Serviço Social contribui para a formação profissional do assistente social — ou dito de outra forma: entender o papel da supervisão (supervisor, suas relações e papéis) na formação profissional, e identificar quais são os problemas, desafios e possibilidades desse processo.	A supervisão é concebida pela autora como processo que vai além da mera verificação de tarefas de estágio ou campo — é um espaço de formação profissional, de articulação entre teoria e prática, de desenvolvimento da identidade profissional do assistente social. A autora distingue diferentes enfoques da supervisão: administrativo, educativo, operacional. Por exemplo: “Administrador” ligado ao controle de serviços; “Educativo” à formação profissional; “Operacional” à área do agir/fazer profissional. O estágio supervisionado aparece como “locus” privilegiado para construção da identidade profissional — e a supervisão neste contexto assume papel central no fortalecimento desta identidade e da prática profissional qualificada. A relação supervisora-supervisionado é problematizada, com ênfase em que não seja apenas hierárquica/vertical, mas que permita reflexão, autonomia, articulação entre teoria e prática, crítica das condições institucionais, construção conjunta de saberes. O estudo constrói uma base sólida para reflexão sobre supervisão em Serviço Social, oferecendo categorias e enfoques (administrativo, educativo, operacional) que podem ser utilizadas por pesquisadores e educadores na área de formação profissional. Ajuda a repensar o lugar da supervisão (de estágio/campo) nos cursos de Serviço Social — enfatizando que não basta cumprir horas ou tarefas, mas que há um processo formativo, reflexivo e constitutivo da identidade profissional.

			Permite que cursos de Serviço Social, supervisores de campo e supervisores acadêmicos vejam a supervisão como componente estratégico da formação, e não apenas como requisito burocrático. Embora contribua para formação profissional, o foco pode estar mais nos cursos e no estágio supervisionado do que em outros tipos de supervisão (supervisão institucional, supervisão técnica, supervisão de programas).
Necilda de Moura Santana 1998	As configurações do Processo de Supervisão em Serviço Social nos Anos 90	mapear e analisar como o processo de supervisão em Serviço Social foi se configurando nos anos 90 — considerando mudanças históricas, profissionais, institucionais. Por exemplo: “As configurações do processo de supervisão em serviço social nos anos 90.	Identificação de que, na década de 1990, a supervisão em Serviço Social começou a assumir novas configurações — por exemplo, com maior valorização da supervisão de estágio, da articulação entre formação e prática, da reflexão crítica, fruto das mudanças na profissão e nas políticas sociais brasileiras. Também evidencia que a supervisão ainda mantinha forte componente técnico-operativo ou de controle, em tensionamento com a dimensão formativa/reflexiva da profissão. O estudo ajuda a traçar a evolução da supervisão no Serviço Social, identificando marcos, rupturas, continuidades e transformações desse processo nos anos 90. Fornece base para entender as configurações da supervisão no período de transição dos anos 90 — momento importante da profissão de Serviço Social no Brasil (reformulação curricular, políticas sociais, novo perfil profissional).
Maria Helena Célia Cardoso	O assistente social na supervisão	Tem como objeto de estudo a atuação dos assistentes sociais na supervisão técnica de	O estudo caracteriza os serviços socioassistenciais supervisionados, supervisionadores (assistentes sociais), o

2014	técnica de convênios entre o poder público e as organizações privadas de assistência social Maria Helena Célia Cardoso	serviços socioassistenciais, ofertados pelas organizações privadas da área de Assistência Social sob convênio com o poder público pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS	número de CRAS/CREAS por distritos administrativos (na capital paulista) – mapeando a abrangência territorial e institucional da supervisão técnica. As condições de trabalho do supervisor técnico: questões como capacitação, ritmo de trabalho, recursos humanos aparecem como desafios reais O estudo contribui para visibilizar a supervisão técnica nos convênios entre poder público e organizações privadas de assistência social — área que muitas vezes é menos investigada em comparação à supervisão de estágio ou supervisão institucional interna. Fornece subsídios para reflexão sobre papel do assistente social como supervisor técnico: funções, desafios, mediações, instrumentos, condições de trabalho. Ajuda a fundamentar a supervisão técnica como componente estratégico da política de assistência social, da qualidade dos serviços socioassistenciais e do fortalecimento do projeto ético-político da profissão.
Estefani Clementino Rocha 2018	A gestão da parceria/supervisão técnica em serviço socioassistencial contratado na cidade de São Paulo	O estudo investiga a gestão da parceria ou supervisão técnica em serviços socioassistenciais contratados junto a Organizações da Sociedade Civil (OSC) na cidade de São Paulo.	A identificação de tensões entre formalização normativa e prática real de supervisão/gestão — importante para o campo do serviço social e da política pública. A crítica ao modelo burocrático/documental, à centralização, ao acúmulo de funções, que permite problematizar o que está em jogo nas parcerias Estado-OSC. Contribui para a reflexão sobre como a supervisão/gestão do contratado pode se (ou não) converter em garantia de direitos aos usuários.

Fonte: elaboração própria, 2025

Quadro 13 – Análise Integrativa – Teses e Dissertações sobre a temática da Supervisão em Serviço Social (1972-2024)

Autoria/Ano	Título do artigo	Objetivo	Principais resultados/achados/limitações/lacunas e contribuições
Gênesis de Oliveira Pereira 2022	Grupo de Supervisão Técnica com assistentes sociais do INSS: consideração para o Serviço Social	O artigo foca na supervisão técnica desenvolvida com assistentes sociais do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), no Brasil, por meio de projeto de extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).	O estudo articula que a supervisão técnica representa um espaço fundamental para reflexão do trabalho profissional e enfrentamento das transformações no contexto neoliberal. Problematisa que o trabalho dos assistentes sociais no INSS está submetido a determinações do assalariamento, produtividade, intensificação, precarização, desvios de função, controle gerencial — dimensões que afetam a autonomia profissional. Defende que a supervisão, ao funcionar como espaço crítico, pode auxiliar os profissionais a compreenderem a realidade social com a qual se deparam, articular teoria e prática, estar mais alinhados ao Projeto Ético-Político do Serviço Social. O artigo aborda um tema pouco explorado — supervisão técnica no âmbito do INSS e serviço social previdenciário. Apresenta reflexão crítica de relevância para a profissão de assistente social no Brasil, especialmente num contexto de transformações do Estado e das políticas sociais.
Ney Luiz Teixeira de Almeida, Carolina Alves de Oliveira, Anne Caroline de Almeida Santos, Verônica Valença dos Santos, Fernanda Carneiro Soares 2022	O significado da supervisão técnica para o Serviço Social na socioeducação	o presente artigo tem como objetivo problematizar a supervisão técnica em Serviço Social como processo de produção do conhecimento, visando o fortalecimento do projeto ético-político da profissão. Para isso, buscamos a compreensão das determinações que incidem sobre o trabalho de supervisão e das contradições que conformam os espaços sócioocupacionais na socioeducação, numa perspectiva de totalidade	A supervisão técnica deve se estabelecer, onde, a partir das singularidades e particularidades apresentadas, é preciso produzir experiências modificadas, capazes de pressionar a consciência estruturante, propondo novas questões e produzindo intelectualmente a respeito desse trabalho. O processo de supervisão é uma tarefa de fortalecimento do projeto ético-político do Serviço Social, como estratégia que resguarda, confronta e articula as dimensões ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas. No acompanhamento dado aos/às profissionais, é possível identificar como cada particularidade pode contribuir para a construção de um projeto comum, respeitando-se a diversidade e autonomia das ações.

			A supervisão técnica não está relacionada ao controle/fiscalização do trabalho do/a outro/a, mas se constitui enquanto um suporte, um direcionamento para a construção crítica coletiva, considerando-se a especificidade de cada unidade (espaço sócio-ocupacional), fortalecendo, desse modo, a dimensão políticopedagógica do trabalho desenvolvido pela gestão
Najila Thomaz de Souza 2022	A supervisão técnica dos serviços socioassistenciais na cidade de São Paulo	O Trabalho apresenta uma análise acerca da supervisão técnica dos serviços sócio assistenciais da cidade de São Paulo, a partir da relação entre as servidoras públicas, e as trabalhadoras das Organizações da Sociedade Civil. Esta reflexão faz parte de uma pesquisa de dissertação de mestrado com os sujeitos desse processo. Verifica-se o quão desafiador é garantir a construção relações solidárias horizontais e não autoritárias entre as trabalhadoras do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).	A supervisão técnica formalizada no município de São Paulo, mas também enfrenta tensões e desafios — por exemplo, a grande predominância de serviços contratados/privatizados, terceirização, desafios de articulação da rede, obstáculos à “precedência estatal” no SUAS. Problematiza que a supervisão técnica assume funções que vão além da mera fiscalização, estando imbricada com a gestão da parceria, gestão do trabalho, vigilância socioassistencial (norma municipal).

Camille Soares de Aguiar 2024	Supervisão Profissional em Serviço Social: reflexões a partir da experiência no tribunal de justiça de São Paulo	O artigo focaliza a supervisão profissional no campo do Serviço Social, especificamente a partir de uma experiência implementada no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) com vistas à explorar a supervisão profissional no Serviço Social como espaço de resistência contra a mercantilização da educação e a precarização do trabalho” no contexto da experiência no TJSP.	A supervisão profissional é vista como “espaço de resistência contra a mercantilização da educação e a precarização do trabalho” Refere que a supervisão, a partir da perspectiva crítico-dialética do Serviço Social, pode se posicionar como prática emancipadora — não apenas técnica/fiscalizadora. Denuncia que no contexto neoliberal, o trabalho do assistente social sofre intensificação, precarização, e que a supervisão perde força se for apenas técnica/fiscalizadora — o que representa um achado importante. Para a parte da experiência no TJSP, o estudo sugere que a supervisão pode contribuir para que os profissionais do Serviço Social reflitam sobre suas práticas, as contradições que vivenciam e o Projeto Ético-Político da profissão.
----------------------------------	--	---	---

Fonte: elaboração própria, 2025.

Quadro 14– Análise Integrativa- Livros, notas, legislações e/ou material de apoio e/ou de orientações técnicas sobre a temática da Supervisão Profissional em Serviço Social

Autoria/Ano	Título do artigo	Objetivo	Principais resultados/achados/limitações/lacunas e contribuições
Balbina Ottoni Vieira 1979	Supervisão em Serviço Social	O livro aborda supervisão no campo do Serviço Social, tratando de fundamentos teóricos, objetivos, funções e metodologias de supervisão. Contexto histórico: publicado em 1979, quando o Serviço Social brasileiro ainda estava fortemente influenciado por modelos de supervisão norte-americanos e pelas discussões sobre racionalidade técnica e ética profissional.	Principais contribuições do livro: Função da supervisão: como instrumento de desenvolvimento profissional, reflexão sobre a prática e melhoria da intervenção. Tipos de supervisão: individual, de grupo e administrativa, com discussão de objetivos e metodologias. Dimensão ética e profissional: supervisão como espaço de qualificação ética e técnica do assistente social. Relação com contexto institucional: ainda que generalista, o livro discute supervisão em diferentes tipos de instituições sociais e governamentais. Livro pioneiro na sistematização do conceito de supervisão no Serviço Social no Brasil. Fornecer categorias conceituais que podem ser extraídas em revisões integrativas sobre supervisão profissional. Apoia análises históricas e teóricas do tema, sendo referência clássica para estudantes e pesquisadores.
Balbina Ottoni Vieira 1982	Modelos de Supervisão em Serviço Social	O livro dá continuidade ao debate sobre os diferentes modelos de supervisão no Serviço Social, iniciados em sua produção anterior, destacando funções, objetivos, estratégias e contextos institucionais de aplicação.	Trata-se de um aprofundamento do trabalho anterior da autora (1979), focando na tipologia de supervisão e nas abordagens metodológicas possíveis para a prática profissional. Principais contribuições do livro: Tipologia de supervisão: detalha modelos técnicos, administrativos e formativos, incluindo vantagens e limitações de cada abordagem. Função profissional da supervisão: enfatiza a importância da supervisão para desenvolvimento ético, técnico e reflexivo do assistente social. Contexto institucional: discute como os modelos de supervisão podem ser aplicados em diferentes tipos de instituições, considerando estrutura organizacional e cultura institucional.

			Formação e qualificação: destaca o papel da supervisão no aprimoramento profissional e na promoção de práticas socialmente comprometidas.
BRASIL 1993	Lei Regulamentação da profissão de Assistente Social	A Lei nº 8.662/1993 regulamenta a profissão de Assistente Social no Brasil, definindo atribuições, princípios éticos e o campo de atuação. A análise da supervisão profissional no contexto da lei envolve: Reconhecimento da necessidade de supervisão técnica/formativa. Estabelecimento de parâmetros éticos e profissionais para o exercício da função	Principais achados da legislação: O exercício da profissão deve observar padrões técnicos e éticos, com responsabilidade e competência profissional, implicando a necessidade de supervisão. Em alguns serviços socioassistenciais e programas públicos, a supervisão é prevista como mecanismo de garantia da qualidade técnica e proteção do/a usuário/a. A lei cria o marco legal que fundamenta políticas institucionais de supervisão, mas não detalha modelos, frequência ou instrumentos Contribuições: Fornece base legal e ética para implementação da supervisão profissional. Estabelece parâmetros de responsabilidade e competência técnica do assistente social. .
Marta Alice Feiten Buriolla 1996	Supervisão em Serviço Social: o supervisor, sua relação e seus papéis Livro	O livro aborda a supervisão profissional no Serviço Social, com ênfase em três dimensões: 1. O supervisor: suas funções, competências e responsabilidades. 2. A relação supervisor-supervisionado: vínculo, comunicação e desenvolvimento profissional.	*A análise permite extrair categorias conceituais e funcionais, como: Funções do supervisor: orientação técnica, acompanhamento, avaliação e desenvolvimento de competências. Dimensão relacional: vínculo de confiança, comunicação eficaz, feedback e mediação de conflitos. Papéis da supervisão: técnica, ética, formativa, administrativa e de controle. Principais achados:

		3. Os papéis da supervisão: técnica, ética, formativa e de controle. Contextualiza a supervisão como prática essencial para a formação e qualificação do assistente social, enfatizando reflexão crítica e ética profissional.	O supervisor atua como facilitador da reflexão crítica, orientando decisões éticas e técnicas do profissional supervisionado. A relação supervisor-supervisionado é central, pois influencia aprendizagem, motivação e desenvolvimento profissional. A supervisão desempenha múltiplos papéis, incluindo: Formativa: desenvolvimento de competências. Técnica: orientação em casos e procedimentos. Ética: mediação de dilemas éticos e promoção da responsabilidade profissional. Administrativa: organização do trabalho e controle de qualidade. Destaca a importância de treinamento do supervisor, garantindo que possua habilidades de liderança, comunicação e análise crítica.
Yolanda Guerra/Elisa Braga 2009	Supervisão em Serviço Social		O artigo aborda como as entidades da categoria vêm investindo na construção das bases legais, institucionais e teórico- metodológicas da supervisão e quais investimentos ainda precisam ser feitos no sentido de subsidiar o exercício profissional competente, crítico e comprometido com um projeto societário que aponte para a ruptura com o conservadorismo e na direção da construção de uma nova sociedade.

MDS 2013	Política Nacional de Educação Permanente do SUAS Legislação	O documento trata da Política de Educação Permanente no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), enfocando capacitação contínua de profissionais e gestores da assistência social no Brasil. Destaca a formação profissional integrada à prática, incluindo supervisão, acompanhamento técnico e desenvolvimento de competências como estratégias centrais.	Estabelece diretrizes para integrar educação, supervisão e monitoramento institucional, fortalecendo a qualidade e efetividade do SUAS. Serve de base para programas de capacitação e supervisão profissional, alinhados às diretrizes do SUAS. Apoia a criação de estratégias institucionais de supervisão formativa e ética, promovendo desenvolvimento profissional contínuo. Contribui para a qualidade dos serviços socioassistenciais, garantindo que a prática esteja alinhada à política pública e princípios do SUAS.
CNAS 2016	Resolução nº 06 de 13 de abril de 2016	Trata de diretrizes e normas sobre gestão, supervisão e acompanhamento técnico no âmbito do SUAS, incluindo práticas de supervisão profissional e avaliação de serviços.	A Resolução CNAS nº 06/2016 articula supervisão profissional, gestão de serviços e desenvolvimento técnico e ético dos profissionais do SUAS. Serve de base para programas institucionais de supervisão e capacitação, alinhados às políticas públicas. Orienta gestores e supervisores sobre responsabilidades técnicas, éticas e formativas. Contribui para a qualidade e efetividade dos serviços socioassistenciais, garantindo alinhamento com a legislação e princípios do SUAS.

Fonte: elaboração própria, 2025.

Ao que se demonstra nos quadros-síntese apresentados, algumas considerações são notáveis no que diz respeito à produção do conhecimento no contexto das tessituras que compõe o desenvolvimento histórico das pesquisas relacionadas à temática da Supervisão Profissional em Serviço Social nos marcos definidos – 1972 a 2024.

Os principais se situam, segundo nossas análises, a partir dos seguintes elementos:

- a) na quadra histórica do Serviço Social tradicional, ancorado no pensamento conservador e nas bases teóricas norte-americanas, e que tinha como fonte de construção dos processos de Supervisão a lógica individual, psicologizante e de ajustamento dos sujeitos envolvidos no processo;
- b) nas novas formatações do Serviço Social ocorridas a partir do Movimento de Reconceituação, com impactos consideráveis na produção do conhecimento sobre a temática da Supervisão Profissional, embora se deva considerar os livros elaborados por Balbina Ottoni Vieira, que foram precursores para a análise do período referendado;
- c) na transição ocorrida a partir da década de 1990, com a emergência das assessorias e consultorias no campo do Serviço Social, as quais incidiram nos aspectos mais gerais dos espaços sociocupacionais em que assistentes sociais realizam suas intervenções, estas passaram também, a serem confundidas com a supervisão, sendo direcionadas como capacitações, especializações, e cursos de formação continuada;
- d) no cenário atual, verifica-se a emergência da pauta da Supervisão sob um novo viés, em que agora esta é concebida pela reflexão crítica de modo a ultrapassar o mero encontro hierarquizado entre supervisor/a e o/a supervisando.

Verifica-se assim, a mudança de paradigma da Supervisão em Serviço Social desde o Movimento de Reconceituação da Profissão até os dias atuais, pois sua base se desloca do pensamento condicionado à dinâmica

socioinstitucional como mero lugar do fazer, situando-a enquanto lugar privilegiado de se pensar e construir estratégias junto às populações usuárias das políticas sociais.

Ademais, fica evidente o redimensionamento da Supervisão, agora compreendida pelo viés da teoria social crítica, em que formas hierarquizadas não devem se sobrepor a este instrumento, direcionando-o outros termos, o qual pautamos aqui – a *intervisão* – isto é: uma forma pedagógica de direcionar as ações na dinâmica do concreto, na escuta sensível, e na interrupção das formas “de mando”, a que historicamente, esta ferramenta esteve vinculada.

Intervisão é, portanto, para nós, mais ampla, mais densa, e delineada pela troca de saberes, de experiências, e de análise reflexiva sobre os rumos do trabalho profissional, ultrapassando o lugar do/a “super-visor/a” – erroneamente compreendido como aquele/a profissional dotado/a de conhecimentos “superiores” capazes de dar respostas imediatas às equipes e/ou atuar como mero corretor/a das intervenções.

Outro aspecto relevante trata-se do lugar “institucional” em que os espaços de supervisão são pautados e/ou direcionados, sendo, na maioria das vezes, proposto por gestores/as do campo das políticas sociais, o que coloca a supervisão na relação delicada entre as demandas e incertezas dos/as trabalhadores e as imposições da gestão.

Nesse sentido, defendemos a supervisão profissional como um elemento que propicie autonomia, qualificação e direcionamento técnico ao que concerne as complexidades de situações vivenciadas cotidianamente por assistentes sociais dos mais diversos espaços sociocupacionais.

Cabe ainda, o debate sobre as nomenclaturas e/ou possíveis confusões sobre *Supervisão*, as quais podem ser compreendidas como:

- I) **Supervisão Técnica** – muito utilizada no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e constitutiva da Política de Educação Permanente do SUAS,
- II) **Supervisão de Casos** – bastante difundida na área sociojurídica, em que se discute situações envoltas às demandas atendidas no sistema de justiça, os laudos sociais, perícias e pareceres sociais;
- III) **Supervisão em Serviço** – difundida no campo da administração pública com vistas à pensar processos de trabalho, rotinas, fluxos, e demandas burocráticas;
- IV) **Supervisão Profissional em Serviço Social** – direcionada à supervisão individual e/ou de pequenos grupos de assistentes

sociais, sendo esta ainda pouco utilizada em comparação com as áreas como a psicologia, em que se pese as diferentes perspectivas de ambas as profissões aqui citadas, em que novamente reafirmamos o “lugar” do Serviço Social enquanto profissão regulamentada e com especificidades particulares.

Por fim, mais do que segmentar tipos e/ou nomenclaturas sobre Supervisão voltada a assistentes sociais, compreendemos que este instrumento deve servir para *desacortinar* as demandas e requisições profissionais que vêm sendo impostas aos/às profissionais na cotidianidade das instituições e de suas intervenções, com ênfase nos pilares do projeto profissional construído nas últimas décadas, pautado pela crítica, pela luta a acesso a direitos sociais e pela ética.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Tenho uma espécie de dever de sonhar sempre, pois sendo mais que um espectador de mim mesmo, tenho que ter o melhor espetáculo que posso. Assim me construo a ouro e sedas, em salas supostas, invento palco, entre luzes brandas e músicas invisíveis”. (Fernando Pessoa, livro do desassossego)

Esta tese é fruto de um processo investigativo amplo, cujo objeto situa-se nos eixos – Supervisão Profissional em Serviço Social e na produção do conhecimento no contexto do desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre o tema.

Nesse sentido, buscamos dimensionar as problematizações teórico-práticas da Supervisão no Serviço Social, por meio de um olhar cuidadoso e atento da história da profissão, de suas produções, das correntes teóricas que a compõem arraigada ao objeto aqui estudado, e das tramas conjunturais que impõem tensões e rearranjos no seio das relações sociais, e portanto, impacta o cotidiano do trabalho na esfera institucional.

As análises demonstram que no percorrer de seu desenvolvimento e (re) formulações, o Serviço Social se constitui na atualidade a partir das bases da realidade histórico-concreta, sendo estas permeadas por contradições, ramificações, e na correlação de forças entre projetos societários opostos.

O tema da Supervisão em Serviço Social, para nós, é concebido a partir da espinha dorsal que engendra a profissão às expressões das demandas das classes trabalhadoras. Isso porque, entendemos que o debate sobre o *fazer* profissional imprimido nas “miudezas” do cotidiano, não se retira da totalidade e da luta por novas formas de sociabilidade.

Nota-se que as instituições, agora “modernizadas” buscam a eficácia pela otimização da relação objetivos-meios e a eficiência pela maximização da relação custos-objetivos, difundindo o discurso de crise, da ausência de recursos, e da intensificação da exploração da força de trabalho,

Neste contexto, assistentes sociais passam a ser recrutados para atuar nos processos de viabilização de acesso a políticas sociais fragmentadas, seletivas, compensatórias, e por vezes persecutórias, e culpabilizadoras.

Assim, a investigação aponta que a Supervisão não pode ser situada como ferramenta esvaziada de sentidos e/ou regida sob o manto do

conservadorismo ou por via de ações que se dirijam à interpretação da realidade sob o viés individual em detrimento do coletivo.

Ao se que se refere aos **principais achados/resultados da pesquisa**, temos:

- As novas concepções acerca da supervisão, agora nomeadas como técnica, socioinstitucional ou profissional, as quais são pautadas por bases teóricas críticas;

- A ultrapassagem de modelos de supervisão engessados ou hierarquizados;

- A emergência de normativas específicas no âmbito da supervisão a serem direcionadas no campo de políticas públicas, como no caso do SUAS, que além de atingir aos/às assistentes sociais, também vislumbra a interação com outras categorias, pautando-se assim a interdisciplinaridade; e

- A necessidade de colocar em movimento a construção de pesquisas sobre o tema, a fim de construir percursos metodológicos mais sólidos.

Com relação às lacunas, verifica-se que:

- Ainda que a Supervisão tenha avançado sob novos panoramas teóricos, é preciso estudá-la profundamente para não recair aos “modelos” instituídos no passado

- É urgente que a profissão se dedique à produção de conhecimento sobre a temática com vistas a fazer da Supervisão um instrumento reconhecido e potencializado;

Ademais, faz-se necessário que a Supervisão seja **permanente, contínua e sistematizada** de acordo com as realidades de cada espaço sociocupacional, cuja as trocas de saberes devem estar no centro de suas ações, finalizando o lugar de “mando” ou de poderes entre o/a supervisor/a e o supervisando.

Tais considerações obtidas a partir das análises e dos resultados da tese, não se constitui como “*fim*”, mas como o começo , ou melhor o (re) começo deste importante e potente instrumento que é a Supervisão direcionada aos/às profissionais do Serviço Social, ou até mesmo, na perspectiva de integração com outras áreas do conhecimento no âmbito da interdisciplinaridade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. Política Nacional de Estágio em Serviço Social. São Paulo: ABEPSS, 2010. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/legislacao/view/544/politica-nacional-de-estagio-em-servico-social-da-abepss-maio-de-2010>. Acesso em: 08/03/2025.

AKCELRUD, Isaac. **O Oriente Médio**: origem histórica dos conflitos; imperialismo e petróleo; judeus, árabes, curdos e persas. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1985.

AGUIAR, Camille Soares de. **Supervisão profissional em Serviço Social: reflexões a partir da experiência no Tribunal de Justiça de São Paulo**. 2024. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 2024, Fortaleza.

ALARÇÃO, Isabel; TAVARES, José. **Supervisão da Prática pedagógica**: uma perspectiva de desenvolvimento e aprendizagem. 2. ed. Rio de Janeiro: Almedina Brasil, 2007. 166 p.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de; OLIVEIRA, Carolina Alves de; SANTOS, Anne Caroline de Almeida; SANTOS, Verônica Valença dos; SOARES, Fernanda Carneiro. **O significado da supervisão técnica para o Serviço Social na socioeducação**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 2022, Rio de Janeiro.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). *Tendências Globais – Deslocamento Forçado em 2024*. Genebra: UNHCR, 2025. Disponível em: <https://www.unhcr.org/sites/default/files/2025-06/global-trends-report-2024.pdf>. Acesso em: [18/10/2025].

BRASIL. Ministério da Educação. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Portaria CAPES nº 109, de 25 de abril de 2025. Disciplina o processo de Avaliação de Permanência dos Programas de Pós-Graduação stricto sensu no país**. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, n. 79, p. 55, 28 abr. 2025. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/legislacao/portaria-capes-no-109-de-25-de-abril-de-2025/>. Acesso em: 12/05/2025

BRASIL. Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993. **Regulamenta a profissão de Assistente Social e dá outras providências**.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). **Política Nacional de Educação Permanente do SUAS**. Brasília: MDS, 2013.

BRASIL. Resolução nº 533, de 29 de setembro de 2008. Regulamenta a Supervisão Direta de Estágio em Serviço Social. **Resolução CFESS Nº 533/2008**. Brasília, 29 set. 2008. Disponível em: <<https://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). **Resolução nº 06, de 13 de abril de 2016. Estabelece parâmetros para Supervisão Técnica no**

âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Lei nº 3.820, de 7 de setembro de 1957. **Regulamenta a profissão de Assistente Social e dá outras providências.** Diário Oficial da União: Brasília, DF, 9 set. 1957. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3820.htm. Acesso em: 02 de julho de 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). **Resolução nº 06, de 13 de abril de 2016. Estabelece parâmetros para Supervisão Técnica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS),** em consonância com a Política de Educação Permanente do SUAS – PNEP/SUAS.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil e na redemocratização.** In: SALVADOR, E. S. *et al* (orgs.). Crise do Capital e Fundo Público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social. São Paulo: Cortez, 2019, p. 43-65.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma:** desestruturação do estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 304 p.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social:** fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 213 p. (Biblioteca Básica de Serviço Social v. 2).

BRECHT, Bertolt. **Nada é impossível de mudar.** In: Antologia Poética de Bertolt Brecht. [S.l.]: [s.n.]

BOUQUET, R. **História do Serviço Social na França.** São Paulo: Cortez, 2003.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. de A.; MACEDO, M. **O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais.** Gestão e Sociedade, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 121-136, maio/ago. 2011.

BURIOLLA, Marta Alice Feitten. **A supervisão em Serviço Social na formação profissional do Assistente Social.** Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1992.

BURIOLLA, Marta Alice Feiten. **Supervisão em Serviço Social: o supervisor, sua relação e seus papéis.** São Paulo: Cortez, 1996

CARDOSO, Maria Helena Célia. **O assistente social na supervisão de convênios entre o poder público e as organizações privadas de assistência social.** Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

CARMONA, R. G.; SANTOS, D. R. dos. A supervisão técnica em serviços do SUAS: uma competência profissional em construção no Serviço Social. **Humanidades em Perspectivas**, São Paulo, v. 2, n. 1, 2019. Disponível em: <<https://www.revistasuninter.com/revista-humanidades/index.php/revista-humanidades/article/view/24>>. Acesso em: 19 out. 2025.

CAETANO VELOSO. **Tempo rei.** Intérprete: Caetano Veloso. *Totalmente Demais* (trilha sonora da minissérie). Rio de Janeiro: Som Livre, 1986. 1 faixa, sonora.

CHARLE, C.; SOULIÉ, D. **Histoire des universités européennes: XIXe-XXe siècles**. Paris: Presses Universitaires de France, 2007

CARVALHO, Maria Irene Lopes B. de. **Supervisão profissional em Serviço Social: uma experiência de supervisão externa a coordenadores de serviços domiciliários para pessoas idosas / Professional Supervision in Social Work: an external supervisory experience the home care service coordinators for elderly**. *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, v. 15, n. 1, p. 212-224, 2016

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **Código de Ética do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/portal/codigo-de-etica/>. Acesso em: 05/02/2025

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Resolução nº 533, de 25 de novembro de 2009**. Dispõe sobre as normas e diretrizes para o estágio supervisionado em Serviço Social. Brasília: CFESS, 2009. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/legislacao/view/533/resolucao-cfess-n-533-de-25-de-novembro-de-2009>. Acesso em: 10 de novembro de 2025.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Gestão pública contemporânea: teorias, práticas e desafios**. São Paulo: Atlas, 2015.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber profissional e poder institucional**. São Paulo: Cortez, 2015.

FALEIROS, Vicente de Paula. Uma experiência de supervisão na área psicossocial: desafios teórico-práticos. **Revista Katálýsys**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 258-267, jul. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802009000200016/11155>>. Acesso em: 30 out. 2025.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber Profissional e Pode Institucional**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2015. 200 p.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Uma experiência de supervisão na área psicossocial: desafios teórico-práticos**. *Revista Katálýsis*, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 258-267, dez. 2009

FINODHERS, M. **Le travail social en France: pratiques et perspectives**. Paris: Éditions L'Harmattan, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no collège de france, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOURASTIÉ, Jean. **Les trente glorieuses ou la révolution invisible de 1946 a 1975**. France: Fayard, 1975. 299 p.

GRANT, M. J.; BOOTH, A. **A typology of reviews: an analysis of 14 review types and associated methodologies.** *Health Information & Libraries Journal*, Oxford, v. 26, n. 2, p. 91-108, 2009.

GUIMARÃES ROSA, João. **Grande Sertão: Veredas.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1956.

GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro; MARTINS, Paulo Roberto. **Supervisão em Serviço Social diante da precarização do mundo do trabalho: uma perspectiva helleriana.** Katálysis, Florianópolis, 2016.

GUERRA, Yolanda; BRAGA, Maria Elisa. **Supervisão em Serviço Social.** In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (org.). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.* Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 519-527.

GUERRA, Yolanda. **Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares.** R. Katálysis., Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 39-49, 2013

GUERRA, Yolanda. **O projeto profissional crítico:** estratégias de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. In **Serviço Social & Sociedade**, n. 91. São Paulo, 2007.

GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro; MARTINS, Paulo Roberto. **Supervisão em Serviço Social diante da precarização no mundo do trabalho: uma perspectiva helleriana.** Revista Katálysis, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 370-379, dez. 2016.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo: Loyola, 1993.

HELLER, Agnes. **A vida cotidiana: elementos para uma teoria da vida cotidiana.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Extermination and acts of genocide: Israel deliberately depriving Palestinians in Gaza of water.** Nova Iorque: Human Rights Watch, 19 dez. 2024. Disponível em: <https://www.hrw.org/report/2024/12/19/extermination-and-acts-genocide/israel-deliberately-depriving-palestinians-gaza-water>. Acesso em: [12 de junho de 2025].

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** São Paulo: Cortez, 1982

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007. 496 p.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão.** São Paulo: Cortez, 2017.

IASI, Mauro Luís. **Razão e desrazão de uma guerra.** Blog da Boitempo / Combate Racismo Ambiental, 18 out. 2023. Disponível em:

<https://blogdaboitempo.com.br/2023/10/18/razao-e-desrazao-de-uma-querra/>.

Acesso em: [26 de maio de 2025].

IASI, Mauro Luis. **O desejo, a conjuntura e a luta de classes**. 2022. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2022/05/04/o-desejo-a-conjuntura-e-a-luta-de-classes/>. Acesso em: 20 out. 2025.

IOLI, Roggero. « Vers une universitarisation » de la formation initiale en travail social en france ? . Disponível em : <https://ceet.cnam.fr/publications/connaissance-de-l-emploi/vers-une-universitarisation-de-la-formation-initiale-en-travail-social-en-france--1178793.kjsp>

MARENGO, José Antônio. *Aquecimento global: causas e impactos*. In: **Observatório Nacional de Mudanças Climáticas**. Rio de Janeiro: INPE, 2007.

LEWGOY, Alzira. **Supervisão em Serviço Social: a formação do olhar ampliado**. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, 2022.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A ideologia alemã**. 35. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. 574 p.

MATOS, Maurílio Castro BRAVO, Maria Inês Souza (orgs.). **Assessoria, consultoria & Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. 2. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. 2. ed. ver. e ampliada. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011. 136 p. (Mundo do Trabalho). Tradução Francisco Raul Cornejo *[et al]*.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8. Ed – São Paulo: Cortez, 2011. 176 p.

NETTO, José Paulo. **Marxismo impenitente**: contribuição à história das ideias marxistas. São Paulo: Cortez, 2011. 256 p.

MORAES, Ana Cristina de. **Pés-quis-ar**. [Poema]. s.l.: s.n., [s.d]

NETTO, José Paulo. **40 anos da virada e a contribuição da Serviço Social & Sociedade na disseminação da produção intelectual**. In: *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, v. 136, et./dez. 2019.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. **Assistência Técnica e supervisão de programas em Serviço Social**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, 1988.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. **Assistência Técnica em Serviço Social**. 1990. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1990.

Observatório das Migrações Internacionais; **Refúgio em Números: 10ª edição**. Ministério da Justiça e Segurança Pública, Brasília, DF: OBMigra, 2025.

O'Donoghue, Kieran (2002). **Global-Vision, local-vision, personal-vision and social work supervision**, a conference paper presented to Aotearoa New Zealand Association of social workers conference, Local and global vision held in Christchurch, 31 October, 2 November, 2002.

OIM, **Relatório Mundial sobre Migração de 2024**. Disponível em: <https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd1496/files/documents/2024-05/world-migration-report-2024.pdf>

PEREIRA, Gênesis de Oliveira. **Supervisão técnica com assistentes sociais do INSS: considerações para o Serviço Social**. *Revista Em Pauta*, Rio de Janeiro, 2024.

PEREIRA, Gênesis de Oliveira. **Grupo de Supervisão Técnica com assistentes sociais do INSS: consideração para o Serviço Social**. In: **Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, Rio de Janeiro, 2022.

PESSOA, Fernando. **Livro do desassossego**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

RAICHELLIS, Raquel. **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

RAICHELLIS, Raquel. Atribuições e competências profissionais revisitadas: a nova morfologia do trabalho no serviço social. In: SOCIAL, Conselho Federal de Serviço. **Atribuições privativas do/a assistente social em questão - Volume 2**. Brasília: CFESS, 2020. p. 11-44.

RÉPUBLIQUE FRANÇAISE. **Code de l'éducation**. França, 2018b. Disponível em: <https://www.legifrance.gouv.fr>. Acesso em: 16 de setembro de 2025.

RIBEIRO, Vera Maria Nogueira. **A assistência técnica em Serviço Social: as propostas práticas da Secretaria de Estado da Promoção Social 1967-1987. 1990**. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1990.

RIBEIRO DE SOUZA, Maira. **Estratégias de supervisão técnica no âmbito proteção social básica**. Oikos: Família e Sociedade em Debate, Viçosa – MG, Disponível em: <<https://periodicos.ufv.br/oikos/article/view/14742>>. Acesso em: 31 out. 2025.

RICHMOND, Mary. **Social Diagnosis**. New York: Russell Sage Foundation, 1922.

RYLAND, Gladys; WILSON, Gertrude. **Social Group Work Practice**. New York: Association Press, 1948.

ROCHA, Estefani Clementino. **A gestão da parceria/supervisão técnica em serviço socioassistencial contratado na cidade de São Paulo**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

ROCHA, Rafaela Pereira da; COSTA, Dorival da; GOMES, Gisele Ransckoski;

NOBRE, Willem Van Erven Sigaud Fráguas; SOUZA, Adriana Pinheiro Café de. **Supervisão técnica e assessoria a instituições de acolhimento de crianças e adolescentes: construindo as bases teóricas de uma matriz de supervisão.** *Revista Humanidades em Perspectivas*, Curitiba, 2020.

ROBINSON, Virginia. **Supervision in Case Work.** New York: Russell Sage Foundation, 1936.

RULLAC, S. **O Serviço Social na França: história, evolução e desafios contemporâneos.** Paris: Éditions L'Harmattan, 2014.

SANTANA, Necilda de Moura. **As configurações do Processo de Supervisão em Serviço Social nos Anos 90.** Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1998.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política.** CADERNO CRH, Salvador, v. 27, n. 71, p. 417-429, Maio/Ago. 2014

SECCO, Lincoln. **As jornadas de junho.** In: MARICATO, Hermínia et al. (org.). *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.* São Paulo: Boitempo /Carta Maior, 2013. p. 71-78.

SOUZA, Najila Thomaz de. **A supervisão técnica dos serviços socioassistenciais na cidade de São Paulo.** In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, Rio de Janeiro, 2022.

SOUZA, Maira Ribeiro de. **Estratégias de Supervisão Técnica no âmbito da proteção social básica.** *Revista Oikos*, Viçosa, 2022.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. **Palestra** In: VI CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS – Congresso Chico Mendes, 1989.

TOLEDO, Laisa di Maio Campos. **Considerações sobre a supervisão em Serviço Social.** São Paulo. Cortez, 1984

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A/O Assistente Social na Luta de Classes: projeto profissional e mediações teórico-práticas.** São Paulo: Cortez, 2015

VIEIRA, Balbina Ottoni. **Supervisão em Serviço Social.** São Paulo: Agir, 1979.

VIEIRA, Balbina Ottoni. **Modelos de Supervisão em Serviço Social.** São Paulo: Agir, 1982.

VOSGERAU, D. S. R.; ROMANOWSKI, J. P. **Revisão da literatura: conceitos e estudos que a fundamentam.** *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 14, n. 2, p. 165-189, 2014.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social. In: GUERRA, Yolanda (org.). **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica.** Campinas - SP: Papel Social, 2018. p. 47-84.

ŽIŽEK, Slavoj. *Em defesa das causas perdidas.* Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

WHITTEMORE, R.; KNAFL, K. ***The integrative review: updated methodology.*** *Journal of Advanced Nursing*, Oxford, v. 52, n. 5, p. 546-553, 2005.

ANEXOS



Escola do **SUAS**
Simone Albuquerque

ENTRE DISTANCIAMENTOS E APROXIMAÇÕES

Mapeamento sobre a realização de ações de
Supervisão Técnica no âmbito do SUAS de
acordo com a Resolução do CNAS Nº 6 de 2016



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME



Ficha Técnica

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Wellington Dias

Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

André Quintão Silva

Secretário Nacional de Assistência Social

Clara Carolina de Sá

Diretora do Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social

Marcílio Marquesini Ferrari

Coordenador-Geral de Gestão do Trabalho e Educação Permanente

Elaboração

Consultor: Everaldo Lauritzen Lucena Filho

Revisão

Marcílio Marquesini Ferrari

Colaboração Técnica

Camila Pinheiro Medeiros

Cinthia Barros dos Santos Miranda

Kelvia de Assunção Ferreira Barros

Equipe gestora do contrato de consultoria:

Suelene Henrique Gomes

Marcílio Marquesini Ferrari

Este produto foi elaborado no âmbito do contrato: Inter-American Development Bank

Projeto: Supervisão técnica - Assistência BID (Cooperação Técnica BR-T1550)

Data de início: Maio 2024,

Data de Término: Janeiro 2025

Brasília-DF

Projeto gráfico e diagramação

Thiago Sousa (ASCOM/MDS)

Entre Distanciamentos e Aproximações:

Mapeamento sobre a realização de ações de
Supervisão Técnica no âmbito do SUAS de acordo
com a Resolução do CNAS Nº 6 de 2016

Brasil, 2024

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APT – Apoio Técnico
CF – Constituição Federal
CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
NOB/RH/SUAS - Norma Operacional Básica de Recursos Humano do SUAS
NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do SUAS
NUEP – Núcleo Estadual de Educação Permanente
NUNEP - Núcleo Nacional de Educação Permanente
PEP – Plano de Educação Permanente
PNAS – Política Nacional de Assistência Social
PNEP/SUAS – Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social
PP – Projeto Pedagógico
PSB – Proteção Social Básica PSE - Proteção Social Especial
PSE - Proteção Social Especial
SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SVT - Supervisão Técnica
SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	09
1. DAS DISCUSSÕES TEÓRICAS SOBRE A SUPERVISÃO TÉCNICA NO ÂMBITO DO SUAS	12
1.1 Histórico das discussões sobre as ações de Supervisão	13
1.2 Conceituação da Supervisão Técnica	16
1.3 Características da Supervisão Técnica	19
1.4 O Supervisor	22
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DO MAPEAMENTO	25
2.1 Objetivos do produto	26
2.2 Instrumentos e coleta de dados	27
2.2.1 Formulário de Mapeamento de Experiências de Supervisão Técnica no SUAS	27
2.2.2 Entrevista semiestruturada	28
2.3 Universo	30
2.4 Procedimentos de análise dos dados	30
3. PERFIL DOS ENTES FEDERADOS	32
4. ANÁLISE DOS DADOS	39
4.1 Análise das entrevistas dos estados que não realizaram ação de SVT	40
4.1.1 Motivos que impossibilitaram a realização de SVT no Estado	40
4.1.2 Como pode a união contribuir para a realização da SVT no Estado	43
4.1.3 Como é que o estado tenta compensar a não realização de supervisão técnica frente às demandas de capacitação que aparecem no estado	45
4.1.4 Compreensão do que é SVT	46
4.1.5 Diferença entre SVT e outras ações de capacitação	48
4.1.6 Desafios para realizar supervisão técnica	50
4.1.7 Potências do estado para realizar supervisão técnica	52
4.1.8 Existência de PEP? Como foi construído?	53
4.1.9 Previsão de realização de ações de SVT no PEP	55
4.1.10 Capacitação da equipe sobre SVT	55
4.1.11 Planos do estado a respeito da supervisão técnica	55
4.1.12 Algo mais?	56
4.2 Análise dos formulários a respeito da operacionalização da atividade denominada pelo estado como de supervisão	57
4.2.1 Categorização das atividades realizadas pelos entes federados	57
4.2.2 Forma de execução	58
4.2.3 Âmbito da oferta	59
4.2.4 Duração	59
4.2.5 Periodicidade da ação de Supervisão	60
4.2.6 Perfil do mediador	61
4.2.7 Número de participantes	62

4.2.8 Supervisão técnica destinada a quais equipes de profissionais?	63
4.2.9 Atribuições das equipes de profissionais envolvidas.	64
4.2.10 Aspectos do trabalho social desenvolvido pela(s) equipe(s) que motivaram a realização SVT.	65
4.2.11 Limitações, dificuldades e desafios identificados ao trabalho da(s) equipe(s)	66
4.2.12 Potencialidades e habilidades identificadas que favorecem o trabalho social das equipes de profissionais	68
4.2.13 Instrumentos de levantamento das demandas/temas	70
4.2.14 Temas e demandas levantadas	71
4.2.15 Principais temas trabalhados	73
4.2.16 Principais desafios (técnicos, éticos, políticos, financeiros, etc.) para tratar dos temas	74
4.2.17 Procedimento de análise dos dados levantados na SVT	75
4.2.18 Objetivos a serem alcançados com a SVT	76
4.2.19 Metodologias utilizadas na SVT	77
4.2.20 Relato sobre o processo de execução das ações	79
4.2.21 Estratégias de monitoramento – formulário	80
4.2.22 Mudanças com relação ao fazer profissional das equipes após a supervisão técnica	82
4.2.23 Meios e Recursos identificados durante o processo da Supervisão Técnica como necessários para a construção coletiva de superação e respostas aos desafios diagnosticados no processo de trabalho da(s) equipe(s)	83
4.2.24 Limites e entraves identificados para a resolução de problemas e desafios diagnosticados no processo de trabalho da(s) equipe(s) e que se mantêm após o processo de Supervisão Técnica	84
4.2.25 Formas de acompanhamento e avaliação dos resultados alcançados	84
4.2.26 Monitoramento dos resultados	85
4.2.27 Rotina de acompanhamento de implementação de respostas identificadas na Supervisão Técnica	86
4.2.28 Replicabilidade e certificação	86
4.3 Análise das entrevistas com os estados que realizaram algum tipo de Supervisão	87
4.3.1 O que é SVT?	87
4.3.2 Diferenças entre a SVT e outras modalidades de capacitação	89
4.3.3 Diferença entre SVT e APT	91
4.3.4 A SVT compõe ou compunha o PEP do estado na época	93
4.3.5 Objetivo da SVT – Entrevista	94
4.3.6 Momentos ou situações nas quais a supervisão técnica serviu de espaço, de escuta entre as equipes ou entre as trabalhadoras	95
4.3.7 Levantamento das competências que eram necessárias à SVT	96
4.3.8 Estratégias para o fomento das competências	99
4.3.9 Monitoramento frente aos objetivos - entrevistas	101
4.3.10 Avaliação geral	102
4.3.11 Efeito da supervisão técnica no exercício das atribuições dos (as) servidores (as)	103
4.3.12 Efeito dessa supervisão técnica na execução dos serviços	105
4.3.13 Decisão sobre a escolha do material bibliográfico usado na SVT	107
4.3.14 Produção novas ferramentas e novas tecnologias a partir da SVT	108
4.3.15 Planejamento dos momentos pedagógicos da supervisão	109
4.3.16 Execução dos momentos pedagógicos	110

4.3.17 Produção de autorreflexão sobre processos de discriminação e estigmatizadores.....	112
4.3.18 Troca de experiência e de trabalho colaborativo	113
4.3.19 Reconhecimento do território	114
4.3.20 Fortalecimento de vínculos dessas trabalhadoras com a comunidade	116
4.3.21 Participação de diferentes profissionais e gestores	117
4.3.22 Avaliação das trabalhadoras da SVT.....	118
4.3.23 Dimensões éticas trabalhadas com a SVT.....	119
4.3.24 A Interdisciplinaridade.....	120
4.3.25 Historicidade	121
4.3.26 Houve a aprendizagem significativa	122
4.3.27 Integração da SVT com outras ações de capacitação ou formação da PNEP.....	122
4.3.28 Facilidades em desenvolver SVT	123
4.3.29 Dificuldades em desenvolver SVT - entrevistas	124
5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	126
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	134
Apêndice A – Formulário de Mapeamento	137
Apêndice B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	142
Apêndice C - Roteiro de entrevistas para estados que não realizaram ações de SVT.....	143
Apêndice D - Roteiro de entrevista semiestruturada supervisão técnica para estados que realizaram alguma ação de Supervisão.....	144
Anexo 1 – Ofício de Circular Apresentação do Consultor	146

APRESENTAÇÃO

Em um país de dimensões continentais “navegar” em mares turbulentos da Assistência Social não parece ser uma tarefa plana e simples. Logo, descrever, caracterizar, categorizar ou mesmo quantificar ações de Supervisão Técnica executadas no âmbito da Assistência Social demanda lembrar que tal ação de capacitação é muito complexa em seus objetivos e acontece mediante um cenário de inúmeras outras demandas postas e sobrepostas aos entes que participam de gestão compartilhada do Sistema Único de Assistência Social.

Agrega-se a esse cenário o discernimento de que mediante ter objetivos tão audaciosos, almejados sob a égide de um Sistema Capitalista Neoliberal que não para de produzir novas formas de manifestação da questão social, a Assistência Social como política pública vai, através de produções de normativas e técnicas, tentando paramentar as ações que devem acontecer no SUAS e mitigar tais manifestações.

Se isso deve acontecer no âmbito do provimento de Serviços e Benefícios Socioassistenciais, na gestão e no controle social do SUAS, logo se entende que também na Educação Permanente isso deva se repetir.

A verdade é que desde a Constituição Federal de 1988, passando pela publicação da LOAS em 1993, ganhando estrutura na PNAS em 2004 e demais normativas que se sucederam, o SUAS vai sendo delineado e determinados os seus princípios, diretrizes, bases legais, através de normativas técnicas, guias de orientação e demais vias de orientação que tentarão garantir os mínimos sociais e proteção social para quem da assistência social precisar.

Diversas são as frentes que, perfiladas em distintos serviços, programas e ações das diferentes vias de execução da proteção social, enfrentam as múltiplas formas de manifestação da questão social postas ao SUAS.

A Política Nacional de Educação Permanente do SUAS, publicada em 2013, tenta dentro da Assistência Social e como via de tentativa de execução dos próprios objetivos da PNAS, “estabelecer os princípios e diretrizes para a instituição da perspectiva político-pedagógica fundada na educação permanente na Assistência Social.” Se concretiza como via de “contribuição ao processo de aprimoramento da gestão do Sistema Único da Assistência Social e da qualificação dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.”

Nessa política são apresentados além do mencionado acima, outras questões como os tipos de capacitação que podem e devem acontecer nos municípios, estados e Distrito Federal, ou seja, que podem ser executados por todos os entes federados.

Além das capacitações introdutórias com carga horária entre 20 e 40 horas, das Capacitações de Atualização concebidas, ofertadas e realizadas como ações com carga horária entre 40 e 100 horas de duração, a PNEP do SUAS (2013) aponta para a ação de Supervisão Técnica como: “ações de capacitação em serviço, que tenham por finalidade apoiar e acompanhar as equipes de trabalho no desenvolvimento das funções de gestão do SUAS e de provimento de serviços e benefícios socioassistenciais”.

No ano de 2016 através da Resolução Nº 6 de 2016 publicada pelo CNAS, vemos o estabelecimento de “parâmetros nacionais para implementação, desenvolvimento e certificação da Supervisão Técnica, como ação de capacitação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, em consonância com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS – PNEP/SUAS.”

São apresentados o foco dessa ação, seus objetivos específicos, sua caracterização no sentido de duração, periodicidade e processos de planejamento, execução e certificação dessa ação. Passaram-se oito anos e até o presente instante nada mais sobre o tema pelo CNAS ou pela União foi publicado e ínfimas publicações científicas em território nacional se apresentam.

A pouca publicação normativa ou científica sobre o tema da Supervisão Técnica no âmbito do SUAS faz da Resolução Nº 6 de 2016 um instrumento valioso de norteamento sobre como executar essas ações, ou seja, uma bússola no direcionamento da execução de ações de SVT.

Contudo, voltando a repetir a proposição inicial desse texto de que em um país de dimensões continentais “navegar” em mares turbulentos da Assistência Social não parece ser uma tarefa plana e simples. Assim, compreender como está sendo executada a SVT torna-se uma tarefa necessária e imperativa para a produção de novos norteamentos sobre o tema e novos norteamentos de “navegação em mares turbulentos” da assistência social.

O presente documento é fruto de um mapeamento de execução de ações de Supervisão Técnica no âmbito do SUAS de acordo com a Resolução Nº 6 de 2016 do CNAS.

Para a obtenção desse objetivo buscou-se compreender primeiramente as produções sobre o histórico de processos de supervisão, bem como uma definição do que seria Supervisão Técnica no âmbito do SUAS, a caracterização de supervisão técnica e as discussões científicas sobre os supervisores.

Após esse primário momento e tomando a resolução acima mencionada como bússola normativa, o pesquisador percorreu “caminhos desconhecidos” da Supervisão Técnica, tentando compreender como as diferenças e as semelhanças de cenários diversos, vivenciados pelos entes federados em algumas dimensões e instantes, os distanciaram ou os aproximaram da possibilidade de execução de uma ação de SVT paramentada pelas normativas do SUAS.



Passada a discussão acadêmica sobre as publicações científicas que possam contribuir para as reflexões sobre o processo de SVT na Assistência Social, o presente mapeamento apresenta os aportes metodológicos que puderam contribuir para coleta e análise dos dados, ferramentas que auxiliaram na caminhada nas terras ignotas da SVT para o reconhecimento desses cenários.

Segue-se nessa pretensa “cartografia” da Supervisão Técnica a apresentação dos dados advindos das entrevistas realizadas com os estados que não executaram ações de supervisão técnica.

Já para conhecermos as ações de supervisão dos entes federados que as executaram ou estão executando, apresentaremos os dados advindos dos formulários sobre a operacionalização dessas ações e depois os dados coletados nas entrevistas realizadas com os representantes desses entes federados. Essas entrevistas foram importantes na categorização dessas ações de supervisão, tendo os parâmetros da resolução Nº6 de 2016 do CNAS como norte, mas foram importantes principalmente na coleta de ideias e ações inovadoras que estão sendo produzidas, mesmo com uma série de desafios enfrentados por tais entes federativos.

Por fim, são apresentadas algumas considerações mediante a produção desse mapeamento e os documentos apêndices e anexo. É válido pontuar que nesse documento pensamos que o trabalho de quem mapeia é compreender as diferenças de cada pedaço que compõe o cenário, não atribuir juízo de valor a elas.

As experiências relatadas pelos participantes desse trabalho demonstraram como os estados brasileiros e o Distrito Federal vivenciam os desafios postos ao cotidiano de trabalho da Educação Permanente do SUAS, que por vezes os distanciam da realização de SVT, mas também de como eles reconhecem suas potências que os aproxima da execução da supervisão, de acordo com as normativas do SUAS.

Em um mapeamento de experiências frente à uma normativa com parâmetros de uma ação que se mostra imperativa para a qualificação do trabalho no SUAS, todos os trechos e textos são achados importantes, toda descrição de cenário é bem vinda para contribuir no entendimento de novas caminhadas na implantação da SVT. Sendo assim, sigamos e conheçamos!

Das discussões teóricas sobre a Supervisão Técnica no âmbito do SUAS



1.1 Histórico das discussões sobre as ações de Supervisão

O documento que se segue é fruto de um trabalho de descobertas sobre expectativas e situações de adversidades vivenciadas por entes federativos no que diz respeito a execução da Supervisão Técnica no âmbito do SUAS.

Entretanto, pensar sobre a execução dessas ações e arriscar-se em uma tentativa de mapeamento de execução de Supervisão Técnica (STV) no âmbito do SUAS, demanda inicialmente refletir sobre as intervenções no espaço de trabalho que pudessem ser antecessoras e influenciadoras dessa ação de capacitação.

De início, podemos nos arriscar em pensar que os processos de trabalho demandam cotidianamente a mobilização de conhecimentos, habilidades e atitudes próprias de cada fazer profissional. No campo do trabalho coletivo, o reconhecimento de tais elementos, bem como a tentativa de coadunação deles, parecem se revelar como condições *si ne qua non* para o agenciamento de ações efetivas e possibilitadoras de mitigação de sofrimentos tecidos no contexto laborativo.

Quando refletimos sobre a proposição acima contextualizada no âmbito da Assistência Social, podemos perceber a importância de momentos de reflexão e análise sobre tais dimensões, na tentativa de se lograr êxito frente à efetivação da Assistência Social como política pública.

Não por acaso, desde a sua promulgação a Política Nacional de Assistência Social (2004) aponta quais direitos são por ela afiançados, bem como para a constante necessidade de produções de situações e ações que mobilizem aprendizagens necessárias ao desenvolvimento de competências profissionais pertinentes às trabalhadoras (es) da Assistência Social no nosso país.

É dentro desse contexto que surge a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS (2013) que aponta para os princípios e diretrizes a serem norteadores de processos de capacitação desenvolvidos junto às equipes operadoras da PNAS. Na PNEP (2013), dentre outras tipologias de capacitação, vemos a Supervisão Técnica ser apresentada como uma estratégia de capacitação a ser desenvolvida com as(os) trabalhadoras (es) do SUAS.

Subsequente a esse documento vemos a Resolução nº 6 de 13 de abril de 2016 do CNAS estabelecendo parâmetros para a realização da Supervisão Técnica no SUAS, mas tais documentos parecem ainda não serem suficientes para o empoderamento dos entes federados na tentativa de implantação dessas ações junto às Secretarias de Assistência Social.



Logo, um longo caminho ainda precisa ser traçado, norteado e percorrido na produção de ferramentas técnicas que viabilizem a sua execução de maneira coadunada com os documentos acima citados e as façam efetivas em relação às necessidades das equipes. Mas, tal cenário adverso posto aos processos de compreensão e execução da Supervisão não se inicia na Assistência Social. Segundo Freitas (2013) a Supervisão no geral, como processo de formação e capacitação, ainda tem insuficiente espaço de atenção e reflexão na comunidade científica, ao que nos faz pensar no pouco destaque e na ínfima relevância atribuídos a esses processos. Camona e Santos (2019) parecem coadunar com a presente argumentação quando nos sinalizam que temos pouca produção bibliográfica sobre a temática.

Ainda em 2007, Saraiva e Nunes, já sinalizavam a existência mínima de estudos sobre o tema da Supervisão, especialmente em formatos empíricos. De semelhante maneira, afirmavam que os estudos existentes em território nacional não traziam caracterização de competências de um supervisor, por exemplo. Tal cenário não se alterou até as publicações dos autores, elencados no parágrafo anterior, tampouco até os dias atuais, quando caracterizamos a Supervisão como a ação de produção de aprendizagem que ocorre durante o processo de trabalho, objetivando a formação de um trabalhador cidadão, como advoga Melo-Silva (1999).

Mas a utilização da Supervisão não parece ter poucos anos de existência, para Cariaga e Silva (2016) a supervisão acontece desde a Grécia antiga, atravessando a Idade Média, e sofrendo alterações durante a Idade Moderna, essas mudanças se referem à capacitação dos indivíduos. Para os autores citados, a Supervisão vai ganhando contornos distintos a partir do cenário social de cada época e de cada área profissional, sendo no nosso país muito influenciado pelas publicações norte-americanas sobre o tema.

Saraiva e Nunes (2007) reiteram a marca da historicidade da Supervisão quando afirmam ser ela um dos padrões mais remotos de promoção de aprendizagem de um fazer profissional, ainda que para esses estudiosos do tema, a Supervisão necessite de discussões e pesquisas que a organizem e a estruturem, especialmente quando pensamos nas variantes possíveis que incidem nesse processo e como podemos qualifica-lo.

Nessa mesma perspectiva, Guerra e Braga (2018) propõem que a Supervisão caracterizada como promotora de ações educativas, mobilizadoras de competências socioprofissionais, éticas e políticas, principalmente diante de um cenário sócio-histórico da crise contemporânea que reverbera na relação entre Estado e Sociedade, traz a marca da vacância, mas que essa característica pode ser dirimida pela produção teórico-bibliográfica sobre o tema.

Pescaru, Dumitrescu e Pescaru (2020) na tentativa de traçar um panorama da entrada da Supervisão como ferramenta de promoção de ações efetivas junto à populações que necessitam do apoio socioeconômico do Estado, afirmam que o conceito dela surge no âmbito



da psicoterapia e passa a ser utilizada na Assistência Social nas décadas de 1960/1970 no Reino Unido e nos Estados Unidos, objetivando tal Supervisão o monitoramento e padronização dos trabalhos desenvolvidos.

Propõem os autores que em uma parte considerável dos países nos quais há políticas públicas de Assistência Social, a supervisão ganha o status de ferramenta inerente para a boa execução das ações, estando ela correlacionada à averiguação da eficácia da gestão social dos programas, ações e serviços prestados aos usuários dessa política pública. Uma vez que, como bem lembram esses pesquisadores, ao passo que se produz processos de Supervisão teríamos uma maior possibilidade de qualificação do desempenho de profissionais que atuam com a população usuária dos serviços de Assistência Social.

Em Neves (2007) vemos tal perspectiva quando o presente autor afirma ser a Supervisão, de maneira em geral, essencial ferramenta para a construção de um profissional reflexivo, que pensa sobre seu trabalho no contexto de sua execução e produtora de uma melhoria na qualidade das práticas profissionais.

No mesmo ano, Campos e Gracia provocando reflexões sobre a Supervisão, afirmam que ela apresenta-se de maneira muito imperativa a partir do instante que distintas políticas públicas tomam como alvo de suas ações as famílias. A partir daí elas passam ser norteadas por construtos sociais como cidadania, prevenção e proteção.

Em um documento produzido pela Universidade de Pretória no ano de 2022, sobre os processos de Supervisão em ações desenvolvidas por trabalhadores que tem como público alvo famílias e indivíduos que se beneficiariam da Assistência Social, as transformações nos serviços de bem-estar público, agenciados em tal região, apontaram para a necessidade da Supervisão no desenvolvimento desses serviços. Tal elemento de capacitação aparece como ferramenta importante na promoção de eficiência e de produtividade dos trabalhadores nesse documento.

No ano de 2008, discutindo os mecanismos da Supervisão Profissional na Assistência Social, assim chamada pela Moldávia, o Ministério da Proteção Social, Família e Criança desse país, afirma que o bom funcionamento dessa política pública implica na implementação de práticas de Supervisão Profissional e na avaliação de desempenho dos funcionários da Assistência Social. Nesse documento a Supervisão Profissional se configura como uma ferramenta importante da Assistência Social, sendo ela possível de ser trabalhada com o pessoal diretamente executor da prestação de “serviços sociais”. Uma das tarefas básicas da Supervisão, nesse documento, é capacitar os trabalhadores em nível local para resolver os casos dos usuários na comunidade.

Cruesl (2014) afirma que a Supervisão no Trabalho Social oferta as equipes possibilidades de qualificar suas competências profissionais por meio de reflexões sobre os seus trabalhos, bem como sobre suas ações de autocuidado. O cenário atual marcado pelas incertezas precisa ser enfrentado, de acordo com esse autor espanhol, por profissionais que a eles se adapte,

através de uma cultura organizativa baseada na confiança, no compromisso e na capacidade de aprendizagem. Por isso a Supervisão contribui para o fomento de habilidades e competências capazes de lograr maior eficiência nas ações de Assistência Social, de acordo com esse estudioso do tema.

Carpenter e Webb (2012) discutindo sobre a importância da Supervisão na Assistência Social, afirmam que nos anos 2000 ela passa a ser valorizada na Inglaterra e que nos EUA, pois o desenvolvimento da Supervisão nesses espaços possibilitou o aumento da satisfação no trabalho, diminuindo estresse e esgotamento dos trabalhadores. A partir da apresentação de pesquisas transversais e relatórios os autores tentam evidenciar a correlação entre a execução de Supervisão e a satisfação no trabalho por parte dos profissionais. Da perspectiva da gestão das ações de Assistência Social, os autores apontam alguns estudos que sugerem que a Supervisão pode contribuir para melhor atendimento. Mas afirmam eles, que os impactos da Supervisão nos resultados das ações ofertadas aos usuários nesses serviços que tiveram Supervisão raramente são estudados.

Quando pensamos no cenário nacional vemos que a discussão sobre a SVT no âmbito da Assistência Social ainda precisa trilhar longos caminhos, pois mesmo tendo uma Política Nacional de Educação Permanente e uma Resolução publicada especificamente para apresentar os parâmetros para a sua execução os entes federativos carecem de mais documentos que possam nortear como pode se dar a sua execução, conforme evidenciaremos com dos dados coletados nesse mapeamento.

Mediante esse cenário, fica evidente que é necessário compreender se há práticas de supervisão junto aos entes federados e como elas se configuram. Nesse sentido precisamos nesse instante problematizar a definição de Supervisão técnica no SUAS, sua caracterização nessa política pública, bem como o papel do supervisor técnico.

1.2 Conceituação da Supervisão Técnica

Para chegarmos a uma possibilidade de definição do que seria a Supervisão Técnica no âmbito do SUAS precisamos nos reportar a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS (2013) quando ela descreve os tipos de ações de capacitação que podem ser desenvolvidas por municípios, estados, Distrito Federal e União. Tal política elenca a Supervisão Técnica como pertencentes à essas ações, mas distinta das demais por ser realizada exclusivamente em e no serviço. A definição dessas ações e sua distinção frente às demais se tece por sua finalidade de acompanhamento, apoio e promoção de aprendizagem com as equipes do SUAS nos processos cotidianos de trabalho e para o desenvolvimento de suas funções laborativas.

Tal perspectiva de Supervisão Técnica pode ser considerada uma reverberação do reconhecimento da Supervisão como espaço de aprendizagem de competências a serem utilizadas no âmbito do trabalho e que conduzem ao desenvolvimento pessoal e profissional, como define Supervisão no geral, Oliveira (2019).

Podemos perceber que pensar em processo de Supervisão Técnica no SUAS demanda problematizar primeiro sobre o que pode ser definido como Supervisão. Em Freitas (2013), vemos que a ela se define como um processo de formação e de identidade profissional. Passeando por grandes nomes da temática, o autor vai acrescentando à essa definição suas multiplicidades de vias de convocação à compreensão da sociedade e da realidade do trabalho e, propõe ele, a Supervisão como espaço de produção de autonomia, de criatividade, de ensino-aprendizagem para o enfrentamento da realidade social.

Neves (2007) tentando definir essa ação de produção de aprendizagem, a aborda no sentido de que ela é orientada por alguém supostamente mais experiente e mais informado que aqueles que serão alvo do desenvolvimento dessa ação. Logo, falar em supervisão torna imperativo pensar em papel do supervisor, o que tentaremos logo mais em seguida.

Indo ao encontro da ideia acima, mas se aproximando mais da realidade do SUAS, Campos e Garcia (2007) definem a Supervisão como a ação educativa operacionalizada por profissionais especializados que objetiva a qualificação de ações de um determinado programa social. Tais profissionais podem ou não fazer parte do quadro de funcionários da organização e, *a priori*, possuem competências técnicas para o desenvolvimento de tais atribuições. Não estão então ligadas à Supervisão as funções de controle, exame ou fiscalização de serviço, ainda que afirmem os autores que a história da Supervisão aponta que muitas vezes ela ganhou exatamente esse indesejado contorno. Mas, como bem nos lembra Saraiva e Nunes (2007), a supervisão é um processo complexo e um tipo essencial de acesso à aprendizagem no trabalho.

A Supervisão também pode ser definida como uma atividade com múltiplos objetivos organizacionais, de produção de competências profissionais e pessoais, bem como uma via de apoio profissional e aconselhamento que envolvem componentes com responsabilidades diferentes. Ela pode ganhar formas de instrumento de ajuda, acompanhamento e avaliação da atividade do trabalhador, podendo promover garantia de padrões profissionais para o exercício da atividade em consonância com a descrição do trabalho, buscando eficiência para trabalhadores iniciantes ou mesmo já experientes. (Modávia, 2008).

Para Carpener e Webb (2012) a aprendizagem com a prática da Supervisão é essencial na formação de trabalhadores de programas sociais. Segundo esses autores, por meio de ações de supervisão regulares e estruturadas, os supervisionados podem aplicar teoria na prática e refletir sobre seu próprio desenvolvimento profissional, podendo ela produzir algum apoio frente à realização de ações que muitas vezes podem ser estressantes.

Com trabalhadores que atuam com ações de Assistência Social, a Supervisão parece esta imbricada com o desenvolvimento de competências profissionais e qualificação do trabalho na sua prática cotidiana, ou seja “no chão” do trabalho, como propõe Cruells (2014). Para esse autor a Supervisão pode ser definida como um metatrabalho, um trabalho sobre o trabalho e ela ajuda problematizar os marcos teóricos e conceituais com a prática cotidiana.

A discussão de Guerra e Braga (2018) sobre o processo de Supervisão no Serviço Social pode trazer algumas ponderações interessantes a respeito da Supervisão Técnica no SUAS. Para essas autoras a Supervisão pode contribuir com a qualidade dos serviços e ações ofertadas ao cidadão, especialmente por possibilitar o surgimento da contradição, das aproximações sucessivas e a construção de saberes. Para essas autoras, a Supervisão é importante à formação não só acadêmica, mas também para capacitação profissional contínua, uma vez que ela possibilita a qualificação da intervenção profissional nas políticas sociais (Guerra e Braga, 2018).

Carmona e Santos (2019) ecoam que a Supervisão no trabalho como ferramenta capaz de viabilizar o compromisso com a qualidade dos serviços que devem ser prestados aos usuários e como produtora de qualificação intelectual e de fomento às competências necessárias ao exercício técnico, uma vez que ela agencia mediações fundamentais à prática laborativa.

Para Pescaru, Dumitrescu e Pescaru (2020) a Supervisão em serviço é um instrumento de enorme relevância ao bom funcionamento da Assistência Social, ao passo de que é destinada aos profissionais que estão envolvidos na prestação de serviços para os usuários dessa política, devendo ela acontecer em intervalos regulares. Ela é, por esses autores, definida como uma intervenção desenvolvida pelo supervisor para desenvolver habilidades e competências em programas sociais específicos junto à trabalhadores com menos experiências profissionais.

Ainda de acordo com os autores acima citados, a ideia do fomento e da materialização das competências profissionais advindas de processos de Supervisão reaparece como vias de agenciamento de qualidade dos serviços prestados, produzindo naturalmente mudanças na situação dos usuários dos serviços e de seus familiares.

Para Souza (2022) a definição de Supervisão Técnica demanda perpassar pela noção de compreende-la tal qual uma prática profissional relacional, tecida a partir de processos de trabalho e do próprio trabalhador que articulará em sua participação em tal Supervisão dimensões técnicas, teóricas e emocionais do seu cotidiano de atuação.

Podemos perceber que a Supervisão Técnica se materializa como processo de aprendizagem estruturada, possibilitando no supervisionado o desenvolvimento de suas competências profissionais, sendo o seu objetivo maior a garantia de direitos socioassistenciais prestados através de serviços eficientes.

Não diferente do definido acima, vemos na PNEP (2013) e na Resolução do CNAS nº 06 de 13 de abril de 2016 a Supervisão Técnica sendo conceituada como um tempo na organização do trabalho que deve mobilizar gestores e trabalhadores para reflexão e estudo coletivo acerca de questões relacionadas aos seus processos cotidianos de trabalho, às suas práticas profissionais, às articulações com o território, na perspectiva institucional e intersetorial, trazendo características bem específicas que contribuem para a sua diferenciação junto à outras ações de capacitação, como será melhor explicitado no item a seguir.

1.3 Características da Supervisão Técnica

Se a princípio tentamos refletir sobre o histórico dos processos que possibilitaram o reconhecimento da Supervisão Técnica no âmbito da Assistência Social como ferramenta de atuação nessa política pública, bem como buscamos delimitar alguma definição do que ela seria, no presente instante interessa-nos caracterizar essa ação para o melhor dela extrair.

Para Távora (2002) ela tem como objetivo transmitir ensinamentos básicos e de acordo com Neves (2007) ela busca agenciar e nortear a aprendizagem das habilidades importantes para o desempenho profissional, uma vez que ela fomenta reflexões sobre a qualificação das práticas e solidifica o desenvolvimento profissional e o desenvolvimento organizacional.

Campos e Garcia (2007) nos alertam para a Supervisão Técnica como processo benéfico ao trabalho coletivo pois, quando bem realizada, contribui para aperfeiçoar o trabalho da equipe e para a qualificação dos serviços prestados nas políticas sociais, já que ela pode reverberar na concretização das ações do trabalho e na tomada de decisões nas atividades realizadas, alertam os estudiosos que para que seja efetiva a Supervisão ela deve levar em consideração os serviços e os profissionais envolvidos nela.

Para Carpenter e Webb (2012), a Supervisão pode contribuir para a reflexão e aprendizagem com a prática, para a mediação, na qual o supervisor atua como uma ponte entre o membro individual da equipe e a organização, bem como estimula o desenvolvimento profissional. De acordo com os autores, a função da Supervisão é tentar fornecer o melhor suporte possível para atender os usuários de acordo com responsabilidades da organização.

Podemos afirmar que a Supervisão, a partir do discutido até o presente momento, contribui para o desenvolvimento de competências profissionais, para a garantia dos objetivos da Assistência Social, para a qualificação dos serviços prestados em nível comunitário e para disponibilização dos recursos técnicos necessários ao eficiente desempenho das funções dos trabalhadores em nível comunitário, possibilitando a compreensão dos papéis de todos os atores envolvidos na gestão e execução dos serviços socioassistenciais (Moldávia, 2008).

Para Caparrós, Beneyto e Soto (2013) é característica da Supervisão tornar-se um espaço no trabalho para a expressão dos conflitos e dificuldades próprios do exercício profissional. Pode se configurar como um espaço privilegiado de análise de como as questões pessoais do trabalhador podem influenciar na sua prática, como um espaço de ajuda para a superação de tensões que se apresentam na prática profissional e como um espaço de reflexão sobre as dificuldades na hora de se aproximar da complexidade e dos problemas próprios do cotidiano do trabalhador da Assistência Social, como propõe Freitas (2013), ela busca a emancipação com vista à justiça social e à cidadania. Tudo isso através da estimulação às habilidades que favoreçam a articulação das competências teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, de acordo com Cariaga e Silva (2016).

Às voltas com a Supervisão no âmbito do Serviço Social Guerra e Braga (2018), nos apontam algumas questões pertinentes ao nosso tema. Para esses autores a Supervisão que é tecida a partir de dimensões que caracterizam as políticas sociais se materializa como ação estruturada norteada por diretrizes ou procedimentos operacionais antecipadamente postos e que merecem ser atingidos. Ela demanda em políticas sociais que se determine seus objetivos a partir de um conhecimento aprofundado da Política Social e de seus nós problemáticos. Demanda reflexões constantes sobre o papel do Estado e seus interesses em relação as demandas da sociedade, especialmente dos sujeitos impactados pelas diversas manifestações da questão social.

Para os autores acima citados, a Supervisão precisa ser lida como influenciada pelas incoerências e complexidades da realidade social, na qual mergulhados estão a instituição promotora da Supervisão e os sujeitos sociais e políticos que dela participarão, coexistindo nela instâncias e demandas incompatíveis e destoantes. Logo, se não houver a constante problematização dos objetivos da Supervisão ela pode ganhar contornos de controle, divergentes de sua função emancipatória. Por meio dessa ideia, pode a Supervisão contribuir para ações que garantam a universalidade dos direitos sociais e que sejam fundamentadas em princípios de democratização das decisões.

Em um documento produzido pela Universidade da Pretoria (2022), que discute a Supervisão prática em serviços que atuam com comunidade em vulnerabilidade social, algumas características são elencadas sobre essa ação: ela contribui para o monitoramento e direcionamento das atividades que a equipe deve desenvolver, possibilita que os serviços prestados pela equipe procedam de maneira condizente com a necessidade da população e permite ao trabalhador desempenhar eficazmente o seu trabalho.

Ora, com os autores acima citados vamos compreendendo as características da Supervisão a partir dos seus objetivos, mas no que tange as marcas dessa ação de capacitação no âmbito do SUAS, precisamos voltar a Resolução nº6 de 13 de abril de 2016 do CNAS que afirma que tal ação será caracterizada como ação de capacitação, compreendida no âmbito da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB-SUAS e da Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social (2013). Em tais legislação a Supervisão Técnica deve ser orientada e efetivada a partir das suas diretrizes e

princípios, atendendo à perspectiva político-pedagógica da educação permanente com foco:

- I. na centralidade dos processos de trabalho e práticas profissionais;
- II. na interdisciplinaridade;
- III. na aprendizagem significativa;
- IV. na historicidade, na diversidade sociocultural e territorial;
- V. no desenvolvimento de capacidades e competências requeridas pelo SUAS

Podemos pensar que tais marcas podem ser compreendidas e almejadas a partir de diversas reflexões produzidas por autores que discutem o tema da supervisão e por trabalhadoras (es) que atuam no cotidiano dos serviços do SUAS.

Nesse contexto, Cruels (2014) propõe que interdisciplinaridade é bem vinda junto à processos de Supervisão com trabalhadores que tentam atender demandas de comunidades e que atuam mediante a complexidade dos problemas dessas pessoas. Torna-se evidente então, que propor ações que tentem manejar esses problemas demanda de um enfoque interdisciplinar.

Podemos afirmar de semelhante maneira que a Supervisão Técnica, como propõe a Resolução nº 6, tem por objetivo maior a produção de elementos teóricos, metodológicos, técnicos, operativos e éticos para o fomento de novas possibilidades de intervenção aos trabalhadores do SUAS e a qualificação do provimento dos serviços, programas, projetos, benefícios socioassistenciais e transferência de renda e da gestão do Sistema, possibilitando a reelaboração das ofertas da Assistência Social e o pleno cumprimento de suas funções e seguranças afiançadas, na perspectiva da garantia de direitos.

Como advoga o Art. 5º São objetivos específicos da Supervisão Técnica no SUAS:

- I. promover um espaço de escuta e de diálogo entre membros da(s) equipe(s);
- II. contribuir para o aperfeiçoamento profissional, técnico e ético-político dos trabalhadores do SUAS, buscando, de forma contínua e permanente, a qualidade e a efetividade no exercício de suas atribuições;
- III. fomentar entre os trabalhadores do SUAS a reflexão e o estudo conjunto das questões relacionadas ao seu cotidiano de trabalho e práticas profissionais, na perspectiva de melhor desenvolver as capacidades e competências coletivas;
- IV. produzir subsídios para a proposição de novas práticas e técnicas profissionais, metodologias e novos processos e rotinas de trabalho, visando a superação de desafios, limitações e dificuldades enfrentadas pelas equipes profissionais do SUAS;
- V. aprofundar e aprimorar os conhecimentos teóricos e práticos sobre os fenômenos, contextos e dinâmicas sociais dos territórios, de forma a superar visões reducionistas da realidade brasileira e dos sujeitos destinatários dos direitos sociais;

- VI. promover processos de reflexão e autorreflexão que contribuam para o rompimento com práticas preconceituosas, assistencialistas e estigmatizadoras, e para a ampliação da percepção sobre si e seu papel, sobre o outro e sobre a sociedade brasileira, na perspectiva do direito e do respeito à diversidade;
- VII. desenvolver capacidade de trabalho colaborativo, horizontal e interdisciplinar entre os membros da(s) equipe(s), proporcionando o compartilhamento de experiências e conhecimentos entre as diferentes equipes profissionais do SUAS;
- VIII. estimular a construção de ações voltadas ao território como meio de ampliar o conhecimento sobre as necessidades, demandas sociais e potencialidades da população e do território para o fortalecimento do vínculo comunitário e de sua capacidade protetiva.

São ainda características da Supervisão Técnica no âmbito do SUAS, de acordo com o documento acima citado: trata-se de uma ação contínua de qualificação profissional que deve ser desenvolvida de maneira estruturada por um período de, no mínimo, 06 (seis) meses, sendo, 04 (quatro) horas mensais, pelo menos, deve ser desenvolvida para cada grupo de trabalho, com no máximo 20 profissionais, com periodicidade, preferencialmente, quinzenal.

É partir desses parâmetros que o presente documento intenta analisar as experiências de execução de Ações de Supervisão Técnica no âmbito do SUAS promovidas pelos estados e o Distrito Federal.

1.4 O Supervisor

Antes da análise das experiências desenvolvidas pelos estados, independente de terem sido ofertadas no âmbito local, regional ou estadual, como caracteriza o Art 7º da Resolução 06/2016 interessa trazer uma breve reflexão sobre o executor dessas ações. O Supervisor é um dos principais atores envolvidos na execução da Supervisão Técnica no SUAS e seu papel vem sendo problematizado anteriormente a sua própria participação nessa política pública.

Távora (2002) propõe o perfil e as ações do supervisor como plásticas, mediante as próprias características do grupo que será alvo das ações de supervisão, para esse autor o papel dele é aprimorado durante a ação de supervisão, já que ela produzirá a aprendizagem partilhada por todos os envolvidos.

Saraiva e Nunes (2007) advogam que ao longo da história, os supervisores, em sua maioria, são profissionais com uma bagagem intelectual e vivencial significativa. No texto proposto pelos autores acima, o supervisor acumula algumas funções: fomenta a aprendizagem, tenta compreender a realidade do supervisionado, identifica os conflitos vivenciados, faz-se mediador entre o grupo supervisionado e a instituição, já que seu trabalho deve atender as demandas de ambos os lados. Os supervisores devem envolver-se em práticas reflexivas garantidas pela problematização de como suas próprias atitudes têm impacto na relação de supervisão.

Para Cruells (2014) o supervisor gera um espaço de favorecimento da reflexão do grupo e com o grupo, na tentativa de produção de trocas e construção de conhecimentos críticos, já que pra ele tal ação melhora a capacidade de manejo das intervenções sociais. A supervisão e o supervisor podem e devem detectar conflitos individuais, dos grupos e das organizações na tentativa de mitiga-los, bem como podem promover ações de autocuidado frente aos encargos institucionais.

O exercício do supervisor demanda capital intelectual especializado e vivência prática fundamentada em aportes teórico-metodológicos, tornando imperativo ao supervisor um preparo profissional e reflexão constante sobre o papel da supervisão como nos alertam, Cariaga e Silva (2016).

Campos e Garcia (2007) acreditam que é função do supervisor a transmissão de sua experiência e competências profissionais, podendo ele estar vinculado com o órgão que contrata ou advindo de outra instituição.

O papel do supervisor ganha contorno de motivador à equipe para Pescaru, Dumitrescu e Pescaru (2020), pois, segundo eles, promove potencialização no desenvolvimento profissional, acúmulo de novos conhecimentos, facilita o trabalho da equipe, reverberando na prevenção do estresse e ainda promove uma compreensão do usuário, qualificando os serviços.

Na Resolução 06/2016 do CNAS, apesar de não haver uma definição explícita sobre as ações a serem desenvolvidas pela figura do supervisor, quando são descritos os objetivos da Supervisão Técnica, infere-se sobre o fazer prático desse sujeito, sendo ele responsável então pela mobilização de distintas ferramentas teóricas e pedagógicas para o alcance dos objetivos dela.

Vemos no Art. 12 da Resolução 06/2016 a descrição do perfil desse profissional quando na hora de uma seleção, podendo ele ser membro interno ou externo do órgão executor da ação de Supervisão Técnica.

I. supervisor interno:

- a) ser trabalhador da assistência social, preferencialmente efetivo, com mais de cinco anos de atuação na política de Assistência Social e experiência na gestão e no provimento de serviços e benefícios;
- b) dominar conhecimentos teóricos sobre as ações cotidianas, tais como legislações e orientações técnicas;
- c) apresentar perfil de liderança democrática de equipe;
- d) apresentar capacidade de escuta qualificada e compartilhamento de experiências;
- e) apresentar capacidade de promover a organização dos processos, pelo diálogo e levantamento de situações do cotidiano a serem superados coletivamente.

II. supervisor Externo:

- a) ser profissional com expertise sobre determinada área, preferencialmente integrante de Instituições de Ensino credenciada na Rede Nacional de Educação Permanente do SUAS – RENEPSUAS, convidado a partir das necessidades de aprendizagem identificadas pela equipe;
- b) apresentar capacidade de identificar e propor soluções para superação de problemas e dificuldades, visando ao aprimoramento dos processos de trabalho;
- c) possuir experiência prática e pedagógica articulada com conhecimento teórico;
- d) ser especialista sobre determinado tema do cotidiano dos processos de trabalho, incluindo questões de natureza educacional, psicológica, interrelacional e técnica.

Podemos pensar que o supervisor precisa está muito apropriado das legislações que norteiam o trabalho a ser desenvolvido no âmbito do SUAS, bem como dos aportes teóricos interdisciplinares que tentam produzir compreensões e vias de manejo para a mitigação das expressões da questão social, tudo na tentativa de garantir aprendizagem significativa, tendo como fundamento também a historicidade própria da construção das ações de assistência social em nosso país, levando em consideração as realidades loco regionais nas quais estão mergulhadas as equipes que serão alvo da ação de Supervisão Técnica.

Procedimentos metodológicos do mapeamento



Uma vez apresentado o aporte teórico normativo para a compreensão do que é a SVT no âmbito do SUAS e anterior à apresentação dos procedimentos metodológicos é importante relembrar que o documento que se segue compõe um conjunto de produtos de consultoria realizada junto ao MDS referente à temática da Supervisão Técnica no âmbito do SUAS.

2.1 Objetivos do produto:

Geral:

- Mapear e estudar iniciativas de capacitação em serviço na modalidade de Supervisão Técnica adotadas no SUAS a partir do levantamento de experiências realizadas na esferas estaduais e do distrito federal.

Específicos:

- Realizar levantamento bibliográfico, documental, normativo e de regras de caracterização sobre a Supervisão Técnica no âmbito do SUAS;
- Caracterizar a operacionalização das ações de supervisão técnica realizadas por entes federados, utilizando um instrumental de coleta de informações produzido por Grupo de Trabalho do NUNEP em 2022.
- Enviar instrumental para que os entes possam preenchê-los e fornecer feedback sobre a operacionalização das ações;
- Construir roteiro de entrevista semiestruturada tendo como base a Resolução Nº6 de 2016 do CNAS para a coleta de informações sobre a respeito do cumprimento dos parâmetros desse documento no desenvolvimento das ações de Supervisão Técnica;
- Realizar entrevista semiestruturada, em formato individual ou em grupo focal, com responsáveis pela execução da Supervisão Técnica nas esferas estadual e do distrito federal.
- Tabular resultados e categorizar respostas utilizando a Análise de Conteúdo de Bardin (2016);
- Avaliar as ações de Supervisão Técnica na tentativa de produção de um relatório de execução dessas intervenções que possam subsidiar a elaboração de documento técnico de orientação em nível nacional.
- Reunir-se com representantes da SNAS para a apresentação dos dados;
- Encontrar elementos que possam distinguir ações instrumentais de monitoramento, acompanhamento e coordenação do trabalho desenvolvido pelas equipes de ações de Supervisão Técnica a partir do mapeamento e das orientações já existentes.

2.2. Instrumentos e coleta de dados

2.2.1. Formulário de Mapeamento de Experiências de Supervisão Técnica no SUAS

Na tentativa de compreendermos quais entes federativos (estados e distrito federal) conseguiram realizar alguma ação de Supervisão Técnica no SUAS seguindo os parâmetros da PNEP (2013) e Resolução do CNAS Nº6 de 2016, foi enviado um Formulário de Mapeamento de Experiências de Supervisão Técnica no SUAS que buscava através de seus questionamento compreender em um primeiro momento quais estados realizaram SVT de acordo com as normativas, quais não conseguiram ainda realizar e quais estão realizando mas apresentado alguma distinção dos parâmetros da resolução acima mencionada.

É importante informar que o Formulário de Mapeamento de Experiências de Supervisão Técnica no SUAS foi produzido por um grupo de trabalho instituído a partir das temáticas discutidas pelo NUNEP no ano de 2022. Ele foi construído pela Coordenação-Geral de Gestão do Trabalho e Educação Permanente do SUAS (CGGTEP), do DGSUAS/SNAS, em parceria com o CONGEMAS, o FONSEAS, o Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social, da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, e a Faculdade Pitágoras de Medicina de Eunápolis. Na ocasião houve o interesse de oportunizar a estados e municípios o compartilhamento de experiências de Supervisão Técnica no SUAS. O formulário segue como Apêndice A.

O formulário buscava identificar e sistematizar experiências de Supervisão Técnica, alinhadas ao preconizado na Política Nacional de Educação Permanente do SUAS (PNEP/ SUAS) e à Resolução CNAS nº 06 de 13 de abril de 2016, que estabelece parâmetros para a Supervisão Técnica no SUAS.

Foi orientado que o formulário deveria ser preenchido por instituições e/ou pessoas responsáveis diretamente pela execução da supervisão técnica nos estados ou distrito federal, caso tenha sido realizado alguma ação dessa natureza.

Dividido em 4 grandes blocos, solicita-se que em cada item o(s) respondente(s) busque (em) detalhar o processo de Supervisão Técnica desenvolvido, contribuindo para um diagnóstico nacional sobre esta ação.

O primeiro bloco de apresentação geral, buscava coletar informações sobre o ente federativo, forma de execução da SVT, numero de participantes, periodicidade, perfil do Supervisor e âmbito da oferta.

No segundo bloco foram demandadas informações sobre o processo de produção do diagnóstico da equipe que participou da ação de SVT, logo perfil desses (as) trabalhadores (as), atribuições, aspectos do trabalho social desenvolvido pela(s) equipe(s) que motivaram a realização da supervisão técnica a partir do diagnóstico foram solicitados.

O terceiro bloco tratou das ações desenvolvidas, desde os instrumentais utilizados para coleta de dados, metodologias utilizadas até estratégias de monitoramento. O quarto bloco buscou informações sobre resultados e conclusões da ação. Nele foram solicitadas informações sobre alterações ocorridas no cotidiano de trabalho, desafios não superados a partir da execução da SVT que serão apresentadas na análise dos dados.

Alguns questionamentos trazidos no formulário são retomados nas entrevistas na tentativa de aprofundar algumas reflexões e suplementar a qualificação de outras informações. Busca-se correlacionar essas respostas advindas das duas ferramentas de coleta de informações na tentativa de melhor compreender a execução dessa tão complexa ação de capacitação.

2.2.2 Entrevista semiestruturada

Uma vez realizada a aplicação dos formulários com os entes federados foi marcada uma reunião virtual com os representantes dos setores responsáveis pela execução das ações da Gestão Trabalho e Educação Permanente dos estados e do Distrito Federal.

O objetivo dessa reunião era a realização de uma entrevista semiestruturada, previamente elucidada em contato por e-mail, tendo os endereços eletrônicos de tais representantes dos entes federativos sido fornecidos pela Secretaria Nacional de Assistência Social.

Após a apresentação pessoal do consultor, uma vez que os estados já tinham acesso ao ofício circular Nº 5/2024/SNAS/DGSUAS/CGGTEP/MDS (Anexo A), que apresentava formalmente o consultor, era solicitado que os representantes dos entes federados se apresentassem, era lembrado o objetivo da atividade e lido um termo de consentimento livre e esclarecido, no qual era explanado o objetivo do mapeamento e a disponibilidade de responder livremente e não responder alguma questão, sem que houvesse qualquer problema para o participante ou para o ente federado que ele representava. O texto na íntegra segue como Apêndice B.

As entrevistas que aconteceram com os 26 estados e o Distrito Federal ganharam contorno distintos mediante o número de participantes representando cada ente federativo. Todas elas foram gravadas e transcritas para fins de categorização das respostas elencadas pelos participantes.

Na realização desse mapeamento aspectos importantes vão se apresentando ao pretense trabalho de “cartografia” da Supervisão Técnica. Alguns estados tinham realizado ações de

supervisão, outros não, o que demandava dois tipos de roteiro de entrevista semiestruturada para cada realidade. E, alguns entes federados tinham enviado apenas um representante para a entrevista que ganharia o contorno de individualizada, outros tinha enviado equipes com até pessoas necessitando que os dois anteriores roteiros também pudesse ter a flexibilidade de ganhar contornos exequíveis em formato de grupo focal.

Silva e Viveiros (2017), são pesquisadores que advogam ser a entrevista semiestruturada utilizada de maneira individual uma ferramenta complementar de aprofundamento de estudos caracterizados como qualitativos, como é o caso do presente mapeamento.

Caracteriza-se esse mapeamento como uma pesquisa qualitativa, uma vez que tal como propõe Richardson (2009) ser esse tipo de investigação uma tentativa de entendimento detalhados dos significados e características de uma ação ou situação apresentada pelos entrevistados. Nesse tipo de investigação estuda-se fenômenos humanos atribuído de características que podem ser descritas e analisadas por pessoas, como afirma Chizzotti (2003), no caso desse mapeamento: a execução de atividade de Supervisão Técnica no âmbito do SUAS de acordo com a resolução Nº6 de 2016 do CNAS.

A entrevista semiestruturada individual, segundo Richardson (2009) permite ao entrevistado desenvolver suas opiniões e crença do jeito que ele acredita ser mais interessante, nesse caso o entrevistador é um estimulador das reflexões sobre o tema da entrevista.

Nas ocasiões que tínhamos mais de um representante do ente federado foi optado pela utilização da técnica de Grupo Focal. Para autores como Minayo (1993), Richardson et al. (2009) e Alvarega esse procedimento se mostra muito efetivo para coleta de dados em investigações coletivas. Tal procedimento contribuiu para a caracterização das percepções e informações produzidas pelos representantes dos entes federativos sobre a SVT.

O roteiro de entrevista semiestruturada para estados que não realizaram SVT e o roteiro de entrevista semiestruturada para estados que realizaram SVT estão no final do mapeamento como Apêndice C e Apêndice D, respectivamente.

O roteiro de entrevista semiestruturada para estados que não realizaram SVT é composto por dez perguntas que intentaram compreender as motivação para a não realização da SVT, qual a expectativa de apoio a ser fornecido pela União para a realização dessas ações, a compreensão do que seria SVT, sua diferenciação de outras modalidades de capacitação, desafios e potenciais dos entes federados para a execução de ação de SVT e quais os planos desse estado frente a temática.

O roteiro de entrevista semiestruturada para estados que realizaram SVT foi composto de mais perguntas, completando o total de vinte e nove questionamentos.

Na tentativa de compreender o nível de compreensão dos responsáveis pela execução da SVT sobre o que seria essa ação e sua diferenciação de outras ações de capacitação e apoio técnico, foram produzidos alguns questionamentos.

Os objetivos específicos determinados no artigo 5º e nos seus oito incisos da Resolução Nº 6 de 2016 do CNAS foram base para a produção de alguns questionamentos sobre a execução da SVT, bem como os focos propostos pela perspectiva político-pedagógica da educação permanente e descritos nos cinco incisos do artigo 2º da mesma normativa. Intentou-se com esses questionamentos perceber o quão alinhada estava ação de supervisão desenvolvida pelo ente de federativo com o parâmetros proposto por tal documento norteador. De semelhante maneira outros artigos da resolução foram contemplados em demais perguntas trazidas no roteiro acima citado.

2.3 Universo

De acordo com Vergara (1997) universo é agrupamento de componentes que carregam características comuns frente a um objeto a ser pesquisado. O universo desse mapeamento é composto pelos 26 estados brasileiros e o Distrito Federal, aqui representados pelos responsáveis pela execução das ações de Gestão do Trabalho e Educação Permanente do SUAS e que responderam as entrevistas e formulários sobre a Execução de Supervisão Técnica no âmbito do SUAS de acordo com a Resolução Nº 6 de 2016 do CNAS.

2.4 Procedimentos de análise dos dados

Na tentativa de analisar o material qualitativo advindo do preenchimento dos formulários e das reuniões, ou seja, as respostas abertas escritas e frases e narrativas enunciadas durante as entrevistas, foram selecionados procedimentos específicos.

Dessa maneira, a partir dos instrumentos que foram utilizados, formulário com questões abertas, entrevistas semiestruturadas individuais e em grupos focais, utilizou-se a técnica de Análise de Conteúdo de Bardin (1979).

Segundo essa autora tal procedimento é efetivo mediante a escolha da entrevista como ferramenta de coleta de dados. Segundo Bardin (1979), esse procedimento caracteriza-se como “um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens. (Bardin, 1979, p.42).



Alguns passos merecem ser considerados, de acordo com Bardin (1979) durante a realização da análise de conteúdo de material coletado: Pré-Análise (organização), Exploração e Tratamento dos resultados (inferência e interpretação).

De acordo com Krippendorff (1990), nas mensagens escritas ou faladas, podemos contabilizar letras, palavras e expressões e dessa maneira é possível concatenar categorias de frases, descrever a estrutura lógica das expressões, verificar as associações, denotações e conotações.

Minayo et al. (2007) propõem a execução da análise de conteúdo a partir de realização de alguns procedimentos: categorização, inferência, descrição e interpretação dos dados. Segundo esses pesquisadores, começamos com a decomposição das frases coletadas, distribuindo-as por classes de dimensões semânticas apresentadas nos enunciados. Depois vamos para descrição dos resultados após a categorização e, por fim iniciamos a interpretação utilizando-se da fundamentação teórica utilizada, no caso do referido mapeamento a Resolução Nº 6 de 13 de abril de 2016 do CNAS e PNEP do SUAS (2013).

Os dados categorizados serão apresentados em tabelas que trarão em cada uma a matriz de síntese das dimensões semânticas categorizadas de cada questionamento feito mediante a utilização da Análise de Conteúdo de Bardin (1979).

Perfil dos entes federados

03

A caracterização dos entes federativos no presente mapeamento de realização de Supervisão Técnica no âmbito do SUAS de acordo com a Resolução Nº 6 de 2016 do CNAS, não se dará por área geográfica, localização no mapa do República Federativa do Brasil, nem tão pouco pela densidade demográfica ou índices de presença de bolsões de pobreza.

A presente “cartografia” tenta se materializar a partir da relação do ente federado com a execução de Supervisão Técnica no âmbito do SUAS. Muito longe de tentar classificar, impor limites e aferições de rótulo, esse mapeamento busca ouvir os diversos atores da Gestão do Trabalho e Educação Permanente do SUAS espalhados nos quatro cantos de nosso país. Ouvi-los na sua relação com a SVT e compreender como suas realidades impactam nessa ação, bem como quais contribuições eles têm a dar sobre o tema.

Ao serem aplicados os questionários e durante a realização das entrevistas podemos perceber que as respostas iam aglutinando os estados em três grandes grupos, os dos estados que não conseguiram realizar nenhuma ação de SVT, os que conseguiram realizar ação de supervisão, mas que ao longo da execução distanciaram-se de alguns parâmetros postos pela resolução que aqui tomamos como bússola normativa e o estado que conseguiu assim fazer.

Apesar de em cada um dos grupos termos algumas distinções, não nos interessa aqui identificar entes federados, mas sim práticas e contribuições que sejam pertinentes a produção de materiais de orientação de como superar os desafios postos à execução de tais ações e contribuir para a qualificação dos serviços socioassistenciais através dessa modalidade de capacitação.

Dos vinte e seis estados e o distrito federal de nosso país, 70,3% deles não desenvolveram nenhuma ação de Supervisão Técnica no âmbito do SUAS, por motivações e razões legítimas, mediante a complexidade dessa modalidade de capacitação.

Aproximadamente 22,2% dos entes federados de nossa nação ainda que vivenciando todos os desafios que os demais estados experimentaram e outros próprios de seus territórios, arriscaram-se tentando desbravar as terras da SVT.

Outros 7,4% dos estados estão nesse momento de produção do presente mapeamento, executando ações por eles denominadas de Supervisão Técnica, norteados por suas compreensões e tentativas de enfrentar os desafios postos à execução dessa modalidade de capacitação, norteados pela Resolução Nº6 de 2016 do CNAS.

Tabela 1 - Descrição de realização de SVT por região do país

Dimensão	Realizaram com algum nível de distanciamento da normativa (p=5)	Estão realizando (p=2)	Realizou a partir da normativa. (p=1)	Não realizou SVT (p=19)	TOTAL por região

Na tabela acima podemos perceber a realização ou não de SVT nas regiões o país. Na região norte 57,1% dos estados não realizaram nenhuma ação de SVT, 28,5% dos estados realizaram ações de supervisão técnica nas quais a sua forma de execução distanciou-se de alguns dos parâmetros posto pela Resolução Nº 6 de 2016 do CNAS e 14,2% está desenvolvendo alguma ação de SVT.

Na região nordeste 66,6% dos estados ainda não conseguiram realizar nenhuma ação de SVT, 22,2% realizaram com algum nível de distinção das normativas aqui discutidas e 11,1% esta a desenvolver tal ação de capacitação nesse momento.

Na região centro-oeste temos 50% dos entes federativos que compõem esse território do Brasil ainda não realizaram ações de SVT, 25% realizou sua Supervisão Técnica no âmbito do SUAS seguindo todos os parâmetros propostos pela PNEP do SUAS (2013) e pela Resolução Nº 6 de 2016 do CNAS e 25% ainda não o fizeram.

Nas regiões sudeste e sul todos os estados preferiram se declarar como entes federados que ano realizaram a SVT ainda. Ainda ne tentativa de descrição das situações dos estados frente a realização da SVT, sem expor a classificação, uma vez que esse não é o grande objetivo desse mapeamento, é importante pontuar as seguintes situações:

Dos estados que não realizaram ações de SVT podemos apontar a existência de um estado, que aqui chamaremos de A. Tal ente federativo afirma que ano de 2002 quando foi promovido o Mapeamento de Experiências de Supervisão Técnica no SUAS da Coordenação-Geral de Gestão do Trabalho e Educação Permanente do SUAS (CGGTEP), do DGSUAS/SNAS chegou inscrever uma ação por ele classificada como de SVT, mas que na presente gestão da Secretaria do Estado não há informações suficiente por parte de quem é responsável pelo setor, decidindo esse ente federado se posicionar como um que não realizou essa ação.

Outro estado, chamado de B nesse mapeamento, faz essa mesma opção por ter sido realizada, segundo seus representantes, uma ação de SVT no ano de 2016, mas que a atual gestão do Governo do Estado não possuindo informações não pode fornecer dados.

Esses cenários servem de apontamentos sobre a importância de produção de registros da execução dessas ações para que elas possam ser materializar como política de estado e não de governo.

Ainda entre os estados que se posicionam como não realizadores temos o estado C, o qual chegou a produzir um documento a respeito da temática, mas que os atuais representantes da Gestão do Trabalho e Educação Permanente preferem se posicionar como estado que não desenvolveu ação de SVT.

Podemos afirmar que temos seis entes federados que realizaram ações de supervisão, nos quais em um dos estados é capaz essa ação ser categorizada como Supervisão Técnica realizada no âmbito do SUAS, a partir dos parâmetros da PNEP SUAS (2013) e da Resolução Nº6 de 2016 do CNAS.

Os outros cinco entes federados que realizaram supervisão apresentam, ao longo da descrição de suas ações no formulário de operacionalização e/ou ao longo da entrevista, que intencionou compreender o nível de acompanhamento dos parâmetros postos pela Resolução Nº 6 de 2016 do CNAS na ação de capacitação, algumas características que distanciam sua ação de distintos parâmetros postos pela Resolução Nº 6 de 2016 do CNAS.

É importante pontuar que ainda que algumas dimensões apresentem possíveis diferenças, os entes federados não deixam de reconhecer os benefícios extraídos dessas ações, apresentam contribuições e ferramentas importantes e sempre tiveram a compreensão da Resolução Nº6 de 2016 do CNAS como bússola nessas aproximações de ações de supervisão, bem como o compromisso de qualificar os serviços e garantir os direitos socioassistenciais aos usuários do SUAS se fez presente em todas elas.

Ouvir esses entes federados é testemunhar a potência do compromisso de operadores do SUAS que, mesmo em face da ínfima orientação sobre uma tarefa tão complexa, decidiram pela tentativa. Os seus relatos apresentam ferramentas valiosíssimas que podem ser utilizadas em ações de Supervisão Técnica no âmbito do SUAS. Seus anseios e seus possíveis distanciamentos de alguns objetivos ou artigos e incisos da Resolução Nº6 de 2016 do CNAS dão pistas que podem servir de orientação para quem é comprometido com o eterno qualificar dos serviços, tão necessários à uma política pública com objetivos tão audaciosos como os da Assistência Social.

Sem o objetivo de apontar quais entes fizeram o “correto” ou aonde “erraram” não será aqui tratado os nomes de tais entes, ainda que eles estejam em qualquer tempo autorizados a buscar o consultor para saber sobre os pontos nos quais percebeu-se algum distanciamento dos parâmetros da Resolução Nº6 de 2016 do CNAS.

A título de caracterização dos pontos de marcação do presente mapeamento, aos cinco entes federados que realizaram suas ações de supervisão com presença de características diferentes das propostas pela Resolução Nº6 de 2016 do CNAS, o denominaremos nesse instante das letras D à G, do nosso alfabeto.

O ente federado D, realiza sua ação de supervisão com trinta trabalhadores quando é apontado no parágrafo 2º do artigo 6º da Resolução Nº6 de 2016 do CNAS que as ações de SVT devem “§ 2º Devem ser previstas, no mínimo, 04 (quatro) horas mensais para Supervisão Técnica para cada grupo de trabalho, com no máximo 20 profissionais, com periodicidade, preferencialmente, quinzenal”. Quem participa da entrevista aponta algumas fragilidades na avaliação do impacto da SVT nos exercícios das atribuições das servidoras, bem como na execução dos serviços, seja por falta de instrumento específico ou equipe reduzida para aferir esses impactos, tal situação produz algum nível de afastamento dessa ação com a Resolução Nº6 de 2016 do CNAS.

O ente federado E não marca com clareza no planejamento da sua supervisão o que propõe ser objetivo específico do inciso VI do artigo 5º da Resolução Nº6 de 2016 do CNAS. “promover processos de reflexão e autorreflexão que contribuam para o rompimento com práticas preconceituosas, assistencialistas e estigmatizadoras, e para a ampliação da percepção sobre si e seu papel, sobre o outro e sobre a sociedade brasileira, na perspectiva do direito e do respeito à diversidade;”. Tal ente não apresenta clareza ter posto no planejamento e nem quando houve a garantia dessa discussão. Sobre essa ação também desenvolvida por esse ente federado, o inciso V do Artigo 2º da Resolução Nº 6 aponta que a SVT tem que ter como foco a historicidade, na diversidade sociocultural e territorial, contudo quando perguntado sobre essa dimensão é afirmado que foi contemplado nos relatórios da atividade, das viagens feitas e na alimentação dos sistemas. A historicidade aparece como dado da atividade, mas não necessariamente foco da ação a ser executada como proposto pela perspectiva político-pedagógica da educação permanente. Na descrição do número de participantes são afirmados que foram feitos grupos de 30 municípios cada e que por vezes eram realizadas ações em conjunto, o que garante o número máximo de 20 participantes como paramentado pelo parágrafo 2º do artigo 6º da mesma resolução.

Ainda sobre o ente federado E, a terminologia assessoramento é em muitos momentos utilizada na entrevista com os representantes desse ente como sinônimo das ações de supervisão técnica por ele prestada e por vezes como ferramenta complementar da SVT. É válido pontuar que nas normativas do SUAS há a publicação da Resolução Nº 27 de 2011 do CNAS que caracteriza as ações de assessoramento e defesa e garantia de direitos no âmbito da Assistência Social, mas quando analisamos essa normativa vemos que ela trata de outro tipo de ação e não de ação de Supervisão Técnica no âmbito do SUAS Segundo o documento de 2017 em seu inciso 2 do Art. 2º “– de assessoramento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei nº 8.742, de 1993, e respeitadas as deliberações do CNAS.” É possível percebermos algumas possíveis similaridades entre assessoramento à entidades e Supervisão Técnica com trabalhadores (as) do SUAS, mas há muitas diferença também que merecem ser consideradas para qualificação de ambas ações do SUAS. Não exatamente essa última situação, mas tal cenário dificultou a consideração de que esse ente federativo tenha realizado ação de SVT seguindo todo os parâmetros da Resolução Nº 6 de 2016.

O ente federado aqui chamado de F, os seus representantes afirmam que a sua ação de SVT foi diferente da Resolução Nº 6 de 2016 do CNAS e advogam que sua ação foi mais pontual, que não foi realizado um diagnóstico ao que distancia essa ação do artigo 8º da resolução em questão. “A implementação das ações de Supervisão Técnica no SUAS deve estar respaldada no diagnóstico de problemas e levantamento de necessidades de capacitação e de formação identificados no Plano de Educação Permanente de cada ente federado.” Também esse estado teve dificuldades em avaliar os efeitos de sua ação de supervisão na execução dos serviços, fragilizando a análise dos impactos dessa ação.

O ente federado G apresenta um número expressivo de participantes, 156 em sua ação de supervisão, mas a inexistência de um NUEP impossibilitou que “O planejamento e execução das ações de Supervisão Técnica no SUAS devem ser coordenados pela Gestão do Trabalho do SUAS, com a participação do Núcleo de Educação Permanente, e, quando houver, articulados e integrados com os cursos disponíveis no âmbito do Programa Nacional de Capacitação do SUAS – CapacitaSUAS” fosse cumprido. A certificação também não aconteceu como paramentado pela resolução o que distanciou essa ação da Resolução Nº6 de 2016 do CNAS.

O ente federado H, traz na delimitação de seus participantes a perspectiva que muitas equipes supervisionadas ao mesmo tempo podem gerar várias pequenas turmas, o que junto a uma equipe de supervisoras reduzida impossibilita o cumprimento das cargas horarias e períodos de duração postos pela Resolução Nº6 de 2016 do CNAS. A equipe que participa da entrevista pontua a impossibilidade de garantir a agenda mensal posta pela resolução que norteia a ação da SVT, bem como fornecer apoio técnico às equipes nesse espaço temporal. Um outro fator apontado pela equipe de supervisão é a necessidade dela ter uma supervisão, ou consultoria, uma vez que percebem que seus processos de monitoramento e avaliação poderiam ser qualificados. Ainda não há processos de certificação aqui nesse ente federado.

Novamente é muito importante sinalizar que foram honrosos os esforços empreendidos por esses entes federados, que de maneira direta realizaram essas ações, ainda que com direcionamento teóricos e metodológicos limitados e todas as outras adversidades postas ao desenvolvimento de qualquer ação de política pública. As descobertas, os caminhos trilhados, os desafios vivenciados, relatados e analisados por esses entes federados frente ao terreno fértil e pouco conhecido da SVT, contribuem ricamente para pensarmos sobre a execução dessa ação de capacitação;

Um estado consegue realizar a SVT de maneira análoga à Resolução Nº 6 de 2016 do CNAS. A execução de deu de maneira indireta pela contratação de uma IES que executou junto a equipe da Secretaria Estadual uma SVT com os temas Organização e identidade do SUAS; Fluxos e processos de Trabalho interno da SAAS; Competências profissionais requeridas ao trabalhador do SUAS; Princípios éticos dos trabalhadores do SUAS; Interdisciplinaridade; Historicidade, Diversidade sociocultural e territorial; Dimensão técnica-operativa e ético-política do trabalhador do SUAS. A análise dos dados fornecidos por esse estado no preenchimento



do formulário sobre a operacionalização dessa ação de SVT e na entrevista semiestruturada possibilitaram a compreensão de que todas as ações estiveram condizentes com a resolução em tela. Ao longo da apresentação dos dados apresentados pelos respondentes, daremos especial atenção nas respostas trazidas por esse estado na tentativa de perceber quais aspectos apresentam pistas de replicabilidade.

Dois estados, no momento da realização desse mapeamento de ações de SVT, estão desenvolvendo suas supervisões ao que os ouvimos na tentativa de apontar contribuições de quem mergulhados se encontra na cartografia da SVT no âmbito do SUAS

Análise dos dados

04

A partir desse instante do presente documento iniciaremos a apresentação dos dados coletados nas entrevistas e aplicação de formulários junto a todos os entes federativos do Brasil. A apresentação dos dados será fornecida a partir das categorizações de realizadas através do método da Análise de Conteúdo de Bardin (1979) e aqui representadas pelas matrizes de síntese referentes a cada questionamento feito dos entes de representantes dos estados e do Distrito Federal.

As matrizes de síntese apresentam-se em formato de tabela, as colunas representado as dimensões semânticas criadas no processo de categorização e a quantidade de entes federativos que trouxeram algum relato, alguma opinião ou crença que pudesse ser naquela dimensão categorizada. Novamente é importante aqui saber o que foi dito que pode ser utilização para orientar novas ações de Supervisão Técnica no SUAS.

4.1 Análise das entrevistas dos estados que não realizaram ação de SVT

Como foi outrora afirmado 73,3% dos estados brasileiros afirmaram não ter realizado nenhuma ação de Supervisão Técnica no Âmbito do SUAS, contabilizado 19 entes federativos.

No presente momento apresentamos a análise dos dados coletados nas entrevistas dos estados que não realizaram ação de SVT, uma vez que no formulário de operacionalização da SVT eles responderam apenas a primeira questão negando a realização de tal ação de capacitação.

4.1.1 Motivos que impossibilitaram a realização de SVT no Estado

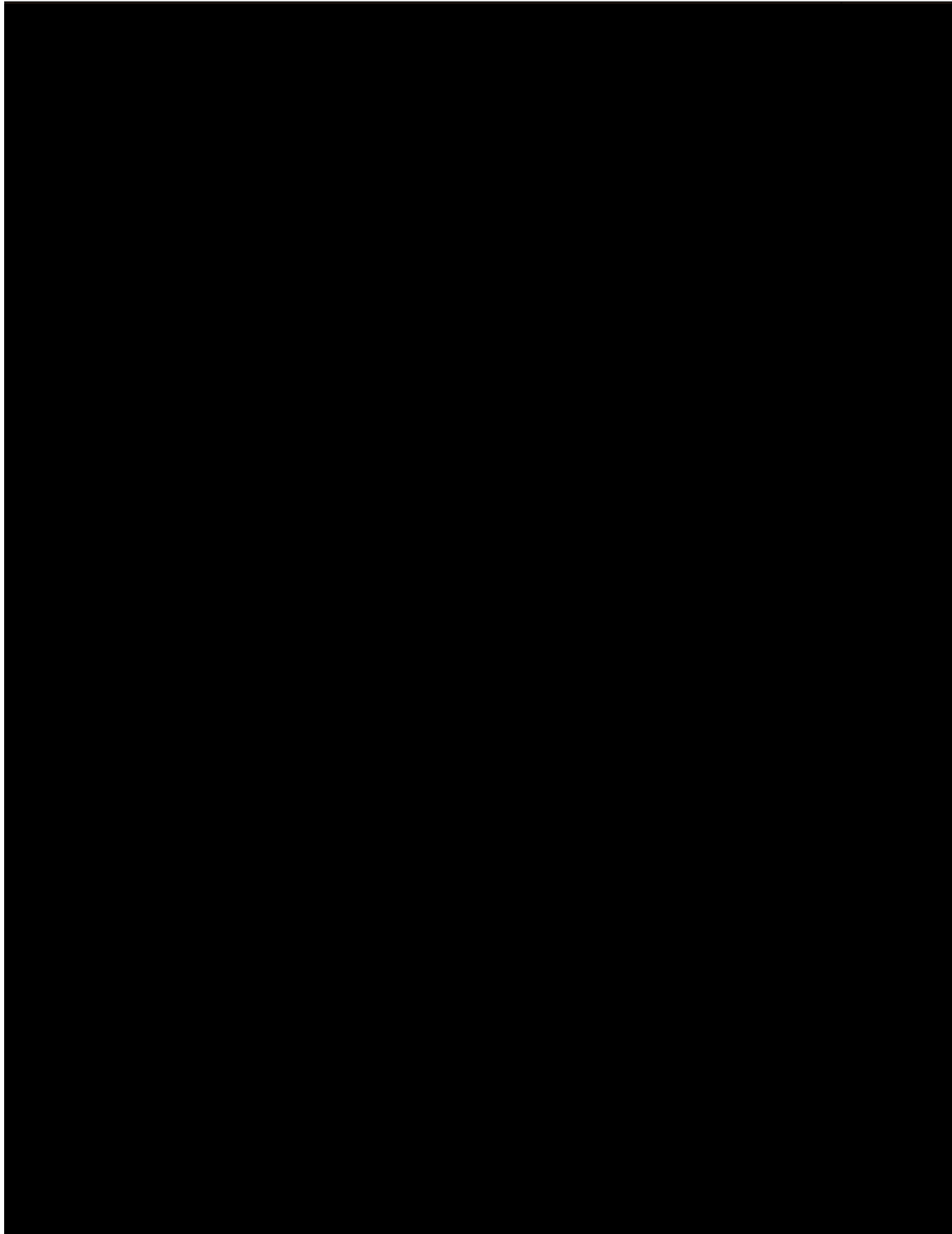
O Mapeamento de realização de Ações de Supervisão Técnica no SUAS, mediante a pouca idade da PNAS (2004), da PNEP do SUAS (2013) e ainda mais da Resolução Nº 6 de CNAS (2016) apontava para uma grande possibilidade de nos levar a entes que não desenvolveram tais ações até o presente momento.

Esse cenário se confirma quando dezenove estados respondem ao formulário enviado na ocasião da apresentação do consultor, afirmando não terem realizado uma ação de SVT no SUAS.

De acordo com os responsáveis pela Gestão do Trabalho e Educação Permanente dessas unidades federativas não foi realizado em seu estado qualquer ação de Supervisão Técnica que seguisse orientações da Resolução do CNAS Nº 6 de 2016.

Convergem as respostas de 12 estados quando apontam para a necessidade de mais conhecimento da Resolução como fator que impossibilitou a realização de uma ação de SVT em tal local. Apesar das normativas acima mencionadas e da realização de outras ações de capacitação os estados que não realizaram coadunam com a ideia que eles necessitam de mais informações e direcionamentos sobre como pôr em prática essa ação e capacitação.

Tabela 2 – Matriz de síntese motivações para a não realização da SVT





O motivo que aparece sequente ao não conhecimento suficiente para a realização de SVT é a equipe reduzida, sete estados trazem tal afirmação. Fica evidente que para algumas Secretarias de Estado o quantitativo de funcionários presentes na Gestão do Trabalho e Educação Permanente não conseguem dar conta da sua execução, ao que apostar em processos licitatórios que possibilitem a execução dela de maneira indireta pode ser uma via de concretização dessas ações.

A rotatividade de trabalhadores que poderiam ser os responsáveis pela execução ou coordenação de ações de supervisão técnica aparece nas entrevistas de seis estados.

Aqui é importante lembrar que tal cenário de fragilidade de vínculos empregatícios se repete nos equipamentos de execução dos serviços socioassistenciais, independente no nível de Proteção Social, como nos lembram Cordeiro e Sato (2017), Pereira, Tassigny e Bizarria (2017) Santos e Jesus (2018), entre outros autores.

A rotatividade aqui discutida merece ser nesse instante correlacionada com os dois estados que apontam que um dos motivos que impossibilitaram essa ação foi a rotatividade dos servidores que poderiam se beneficiar de processos de SVT e cabe uma breve reflexão sobre a rotatividade como relacionada a não realização da SVT, uma vez que cinco dos estados apontem que a rotatividade dos gestores relacionados a execução dessa ação impactou na não realização dela.

O fenômeno da rotatividade aparece também como desafio na realização de ações de SVT entre os entes federativos que executaram ações de SVT, sendo esse fenômeno transversal a todas as ações da Assistência Social fragilizando-a de maneira considerável na busca pelos seus objetivos.

Seis estados, que não realizaram a SVT, afirmam que a não realização dessa ação se deu pelo fato de que esses estados estão priorizando a realização do Capacita SUAS. Ademais é importante lembrar que prazos dados para a reprogramação dos recursos do Capacita SUAS estão na agenda nacional.

Três estados afirmam que outras demandas postas à Gestão do Trabalho e Educação Permanente motivam a não realização da SVT. Esse cenário pode provocar o preterimento da SVT a ser executada em detrimento de outras ações pontuais de capacitação. A não garantia de presença dessas ações nos Planos de Educação Permanente ou mesmo nos Planos de Assistência Social podem ir produzindo processos de invisibilização dessa ação de capacitação por sua complexa paramentação.

Dois estados que afirmam que a publicação da Resolução do CNAS Nº 6 de 2016 não se apresentou para essas equipes como norteamento suficiente para a execução da SVT ao que poderá ser melhor compreendido no item tratado posterior à presente reflexão. O mesmo número de estados afirma que chegaram a desenvolver alguma ação próxima ao que seria SVT, mas que não seguiram os parâmetros da resolução Nº 6 de 2016.

Em menor representatividade aparecem as seguintes motivações: falta de internet em municípios, a priorização de ações monitoramento em detrimento da SVT e a necessidade de a equipe do estado ter uma SVT sobre o tema.

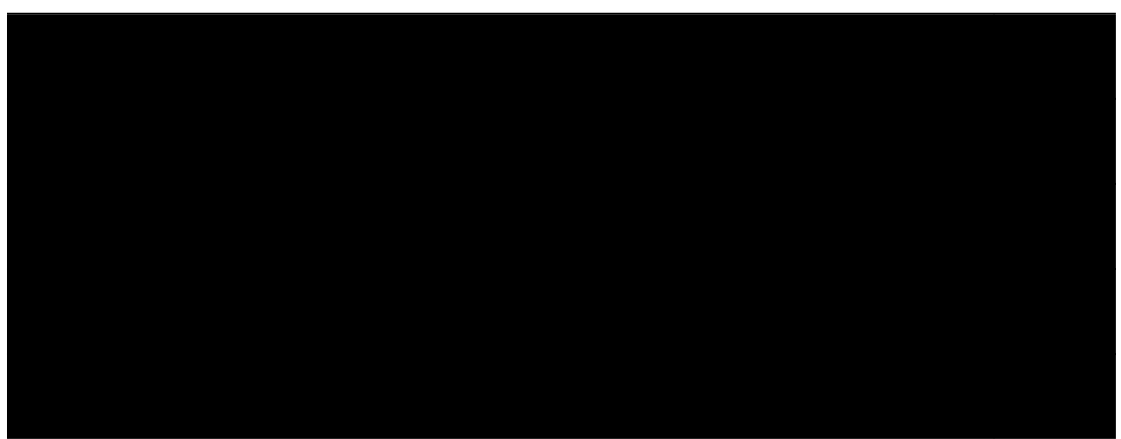
4.1.2 Como pode a união contribuir para a realização da SVT no Estado

Na tentativa de compreender como pode o MDS contribuir para a realização da SVT nos estados foi solicitado que os seus representantes sugestionassem como poderia se dar tal aporte.

Dezesseis estados afirmam que o MDS pode fornecer orientações, para além das existentes, sobre como pode se concretizar a realização de uma ação de SVT. É importante ressaltar que o termo orientação é o que mais se repetiu. Ainda que com características distintas de orientação, tal terminologia presentifica se como necessária em quase todas as entrevistas, deixando evidente a carência da maioria dos estados sobre a compreensão necessária para implantação e ações de SVT no âmbito do SUAS.

Tabela 3 – Matriz de Síntese – Expectativa do tipo de apoio que o MDS pode fornecer

Dimensão de categoria	TOTAL (p=19)



Ao passo que vão respondendo essas perguntas os representantes dos estados vão revelando suas expectativas sobre como podem se concretizar tais orientações. Dez estados acreditam que a contribuição do MDS pode ser no formato de capacitação sobre o tema a ser ofertado às equipes estaduais.

Para nove estados é na produção de Manuais e Guias de Orientação Técnica que o MDS pode contribuir para a realização dessa ação de capacitação por parte das Secretarias Estaduais que se responsabilizam pela operacionalização do SUAS.

Quatro estados acreditam que o MDS deve garantir recurso específico para a realização de SVT. Já para três é no nível do acompanhamento sobre a SVT nos estados que o MDS pode estimular a realização de tal ação. Dois estados acreditam que o MDS deveria garantir concursos e/ou processos seletivos para pessoas que pudessem realizar SVT.

Esse quantitativo de estados possibilita-nos pensar que é para além de uma capacitação, com caráter mais pontual, que poderá o MDS contribuir junto aos estados da federação que ainda não realizaram nenhuma SVT a reverter esse quadro.

Dois estados falam que o MDS deve articular-se com o MEC e com as Universidades Públicas para garantir a SVT nos estados e em uma das entrevistas aparecem a sugestão de instaurar um grupo gestor para o acompanhamento dessas ações nas Secretarias de Estado, o MDS fazer apresentação de estudos de caso sobre o tema, garantir logística para a execução estadual, o MDS garantir que a gestão do Trabalho faça o que lhe é de competência, o MDS realizar a presente pesquisa, bem como estimular os municípios a realizarem SVT.

4.1.3 Como é que o estado tenta compensar a não realização de supervisão técnica frente às demandas de capacitação que aparecem no estado

Quando perguntados sobre como tentam dar conta das demandas de capacitação mediante a não realização de SVT, quinze estados afirmam que o fazem realizando cursos de capacitação, como os mais variados temas, formatos e públicos alvo no SUAS.

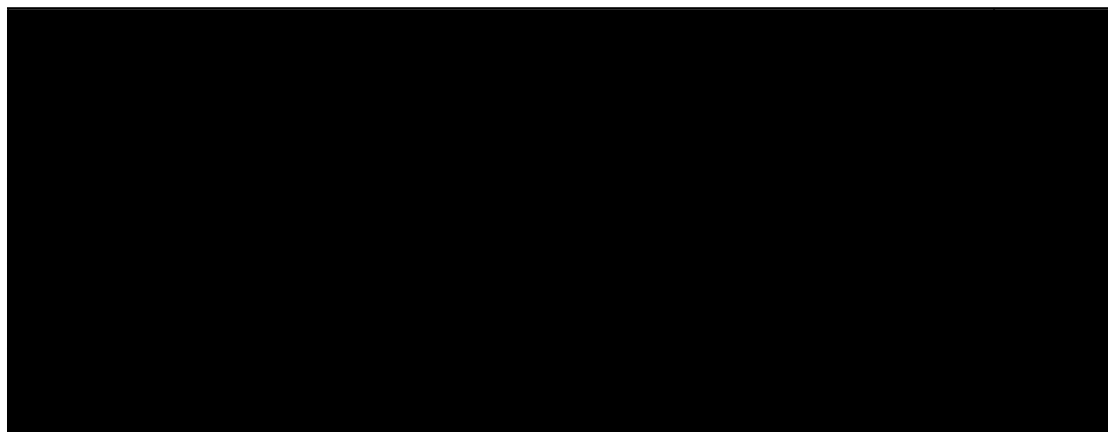
Oito estados afirmam que é na realização de apoio técnico e nas suas diversas vias de execução que se daria a compensação desses estados frente a não realização de SVT.

Sete estados apontam as reuniões com as equipes como vias de enfrentamento à situação mencionada. Seis estados afirmam que usam os cursos do CAPACITA SUAS como via de compensação à não realização da SVT. Tal fato pode se dar nesse instante pela agenda nacional estipulada para a reprogramação de saldo desse programa.

Cinco estados apontam as visitas aos municípios como vias de produção de compensação pela não realização da SVT. Esses encontros processuais podem, de alguma maneira, uma vez bem planejados, serem incorporados em processos de SVT.

Tabela 4 – Matriz de síntese: tentativa de compensação da não realização da SVT

Dimensão de categoria	TOTAL (p=19)



Quatro afirmam que produzem orientações técnicas e o mesmo número afirma que mitiga tal situação acompanhando as ações de capacitação e três afirmam que compensam a não realização de SVT tentando compreender as necessidades dos municípios, e mesma porcentagem, mas estados diferentes, afirma que o fazem monitorando os municípios, processos que também podem compor ações de SVT.

Estratégias como compartilhamento de informações, criação de múltiplos canais de comunicação, elaboração de PEP e uso da escola do estado aparecem nas falas dos representantes de pelo menos um dos estados.

4.1.4 Compreensão do que é SVT

Quando perguntado sobre a compreensão do que seria SVT para os representantes dos estados vemos que eles evidenciam características distintas dessa ação de capacitação de acordo com a PNEP do SUAS (2013). Mas nove elencam a expressão processos de trabalho para relacionar com a ação de SVT. Para esses gestores a SVT está articulada, é produzida e executada a partir de situações e ações próprias do cotidiano de trabalho na Assistência Social.

A PNEP do SUAS (2013) já aponta como característica dessa ação de capacitação a reflexão sobre o dia a dia dos processos de trabalho e práticas em busca de alternativas de solução e superação dos problemas motivadores da SVT.

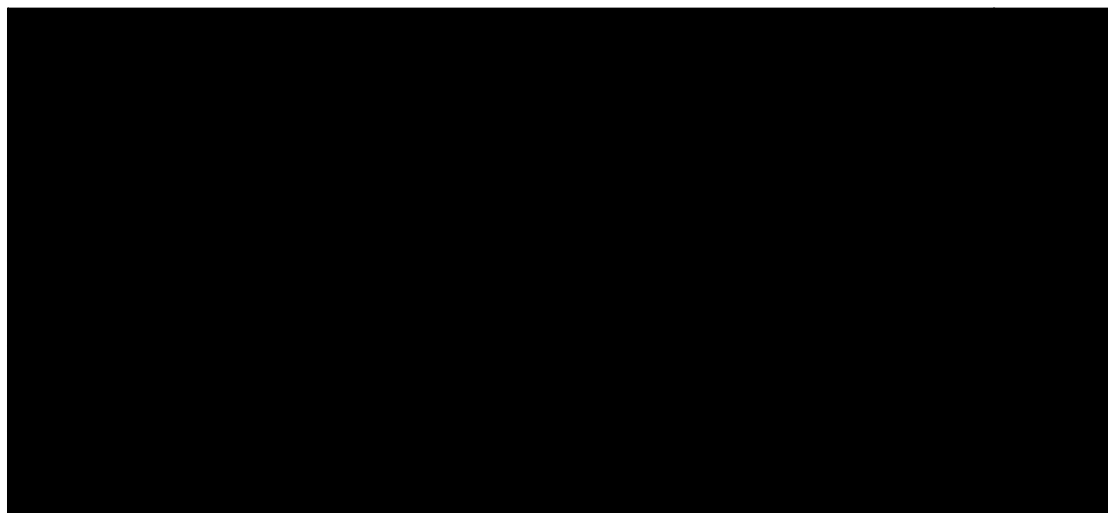
Sete estados acham que a SVT tem um espaço temporal maior e outros sete estados coadunados com as ideias que PNEP (2013) e Resolução do CNAS Nº06 de 2016, descrevem a SVT como comprometida com a qualificação dos serviços os estão sendo refletidos e problematizados nessa ação de capacitação.

Sete estados relacionam a SVT como articulada a um produto final, que contribui para resolução da demanda do trabalhador. Seis estados propõem que a SVT deve ser pensada a partir do reconhecimento das demandas apresentadas pelos trabalhadores, ao que nos lembra que tal cenário é o ideal para a produção de qualquer ação que componha o Plano de

de Educação Permanente de um ente federado. É nos levantamentos de demandas e na produção de diagnósticos que teremos ações de Educação permanente mais efetivas. O mesmo se repete no que diz respeito as situações nas quais a SVT é compreendida como uma ação de capacitação planejada.

Tabela 5 – Matriz de síntese: Compreensão de SVT

Dimensão de categoria	TOTAL (p=19)



Em seis das entrevistas vemos a SVT como ser descrita como sinônimo de ações de acompanhamento dos municípios.

Para dois estados SVT é um espaço de reflexão. Também para dois a SVT é uma modalidade de educação continuada. Em mesmo percentual aparece a compreensão dela uma capacitação mais aprofundada, como relacionada a avaliação e monitoramento dos serviços, bem como sendo maior sua temporalidade. Nesse mesmo percentual aparece a noção de que ela demanda maiores custos que outras modalidade de capacitação.

Em uma entrevista aparece compreensões como o supervisor precisa ser alguém experiente, a SPV tem que ser externa, é marcada pela escuta qualificada, o território geográfico é um dificultador. E não compreende ou necessita de mais elementos para compreender também aparecem em uma entrevista cada uma dessas respostas.

Podemos perceber que algumas considerações aqui trazidas evidenciam algumas dificuldades de muitos estados em compreender o que seria a SVT, apesar das normativas já publicadas.

4.1.5 Diferença entre SVT e outras ações de capacitação

Quando solicitado aos participantes da pesquisa que fosse diferenciado a SVT de outras modalidades de ações de capacitação ou formação não temos tanta confluência de ideias, o que aponta para a necessidade de normativas e momentos pedagógico que contribuam para essa distinção. Para dez estados a marca maior de diferenciação é que a SVT teria, ao longo do desenvolvimento de sua execução, uma temporalidade maior que as outras ações de capacitação.

A própria Resolução do CNAS Nº6 de 2016 apesar de não marcar carga horária, pontua que sua realização deve ter uma duração mínima de 6 meses e carga horaria mensal mínima de 4 horas de realização de atividade, preferencialmente devendo ser executada em encontros quinzenais. Carregada de ações constituintes que serão feitas nas etapas de desenvolvimento da SVT e atravessada por dimensões político pedagógicas que necessitam ser problematizadas ao longo de sua realização, podemos perceber que, a partir da Resolução do CNAS Nº6 de 2016, o tempo mínimo proposto pelo documento não será suficiente para a concretização dos objetivos de uma SVT, além de que as somas das horas mínimas dos encontros ao longo do meses mínimos de realização totalizarão 24 horas de atividade de SVT, tempo equivalente ou menor a carga horaria proposta pela PNEP do SUAS (2013) para as capacitações introdutórias, que podem conter de 20 a 40 horas em sua realização

Tabela 6 – Matriz de síntese: diferenças entre a SVT e outras modalidades de capacitação

Dimensão de categoria	TOTAL (p=19)

4.1.6 Desafios para realizar supervisão técnica

Oportunizar aos estados que elenquem as crenças que eles possuem sobre dificuldades que poderão enfrentar na realização da SVT pode contribuir para elucidação do tipo de apoio ou orientação a serem dadas a esses entes federados. Para doze dos respondentes da presente pesquisa que não realizaram SVT em seus estados ter uma equipe técnica que é responsável pela execução ou pela coordenação dessa ação de capacitação reduzida torna-se um desafio para sua execução. Em sete das entrevistas o recurso financeiro surge como obstáculo na realização da SVT nos estados, ou seja, a falta de um recurso específico, “carimbado”, destinado nomeadamente para essa ação, oportuniza que ela seja preterida frente a outras demandas da Gestão do Trabalho e Educação Permanente.

A falta de orientações que sejam mais claras sobre como desenvolver a SVT, ainda que existam as normativas já publicadas sobre o tema, aparece em distintos momentos dos encontros e aqui, na hora do questionamento sobre os desafios para a realização da SVT, ela surge em quatro das entrevistas como elemento complicador à sua implantação.

Em quatro das entrevistas surge a rotatividade dos servidores como uma dificuldade a ser enfrentada por quem desenvolve a SVT, tal evento tão presente na Assistência Social como já problematizado por autores como Cordeiro e Sato (2017), Pereira, Tassigny e Bizarria (2017) Santos e Jesus (2018), entre outros, parece reverberar em todas as ações que acontecem dentro do SUAS, fragilizando sua efetividade nas mais diversas operacionalizações das Proteções Sociais ofertadas na Assistência Social e não diferente de outras ações a rotatividade também parece impactar na SVT.

Em diferentes momentos, em diversos estados, em distintos contextos desse mapeamento a rotatividade de um dos agentes que compõem a operacionalização dos SUAS se apresenta aqui nessa pesquisa como elemento dificultador do desenvolvimento das ações de SVT.

Em três das entrevistas aparece como dificuldade para a realização da SVT a necessidade de convencer o (a) trabalhador(a) do SUAS a participar dessa ação, tal fato ainda pode se dar por aquilo que Campos e Garcia (2007) aponta sobre os processos de supervisão, para eles a Supervisão não deve estar ligada às funções de controle, exame ou fiscalização de serviço, ainda que afirmem os autores que a história da Supervisão aponta que muitas vezes ela ganhou exatamente esse indesejado contorno.

Dois estados trazem a dificuldade de determinar uma equipe para tal ação, bem como falam da dificuldade de organizar um tempo no trabalho para a realização dessa ação. Essa dificuldade impacta diretamente na efetividade de uma ação de SVT, uma vez que a PNEP (2013) e a Resolução Nº6 de 2016 do CNAS apontam que é no serviço, no tempo de trabalho que deve acontecer a SVT.

Tabela 7 – Matriz de síntese: Dificuldade para a realização de SVT

Dimensão de categoria	TOTAL (p=19)

O desconhecimento da equipe sobre o que é SVT surgem em duas das entrevistas realizadas. Em apenas uma reunião surgem os seguintes desafios: o supervisor precisa ter manejo entre os interesses da Política Pública e da Política Partidária, a gestão precisa entender a importância da SVT, o estado precisa de capacitação sobre o tema, mais documentos normativos precisam ser publicados, o deslocamento da equipe apresenta-se como elemento dificultador, a Educação Permanente ter outras demandas e as normativas sobre a SVT mostram-se ambíguas para os estados.

4.1.7 Potências do estado para realizar supervisão técnica

O desenvolvimento das atividades socioeducativas na Assistência Social junto às populações em situação de vulnerabilidade e risco social vai ser estruturando em produzir junto às famílias, sujeitos e comunidades a compreensão de que é na busca pelo reconhecimento das próprias potências que soluções possíveis para as demandas desse público podem surgir com efetividade. Tal noção pode ser aqui conclamada, na medida que possibilitamos esses estados que não realizaram SVT refletir sobre o que há de características no próprio ente federado que possibilitaria a realização de uma ação de SVT no âmbito do SUAS

Para doze estados é a presença de técnicos qualificados na Gestão do Trabalho e Educação permanente que seria a primeira característica positiva desse estado para a realização de SVT. Tal cenário pode ser bastante proveitoso para a realização de Supervisões de maneira direta ou interna, ou ainda processo de coordenação de uma SVT externa ou indireta.

O apoio da gestão de governo parece em cinco das entrevistas. Para três dos estados suas equipes são criativas. Dois estados trazem a Escola de Governo como um agente potencializador. Esse mesmo número se repete para os estados que tem poucos municípios e um estado não soube responder.

Em apenas uma vez ao longo das reuniões surgem exemplos de características positivas dos estados como: diversidade na caracterização dos municípios, ter saldo do CAPACITA SUAS e ter uma boa relação com os municípios.

Tabela 8 – Matriz de síntese: Potências para o desenvolvimento da SVT

Dimensão de categoria	TOTAL (p=19)

4.1.8 Existência de PEP? Como foi construído?

Dez estados afirmam que há um Plano de Educação Permanente. Oito advogam que esta sendo construído. Um estado afirma não ter PEP. Dos estados que não realizaram SVT e que afirmam ter um PEP ou que estão a construir seis informam que ele é produto de parcerias com outros setores ou departamentos. Seis estados afirmam categoricamente que os seus PEP foram construídos a partir de diagnósticos de perfis e de necessidades dos (as) trabalhadores (as) do SUAS e cinco trazem a utilização de formulários como via de produção dos dados a serem considerados na produção do Plano de Educação Permanente. É valido pontuar que na utilização de levantamentos de necessidade de capacitação ou mesmo a produção e diagnóstico sobre o tema são muito pertinentes a elaboração dos PP como podemos perceber na PNEP (2013).

Quatro estados trazem a participação dos NUEP's na construção do PEP e dois apontam para a participação das Escolas de Estado.

Tabela 9 – Matriz de síntese: Existência e modo de produção do PEP

Três não souberam responder e em uma reunião pelo menos saíram respostas como: foi construído de maneira participativa, teve a participação do Conselho Estadual de Assistência Social.

4.1.9 Previsão de realização de ações de STV no PEP

No PEP construídos pelos estados em sete há a previsão da realização de STV, mas em doze não existe a previsão. Há estados que dizem que não há previsão por necessitarem de mais orientações para sua realização e um estado diz que não tem equipe ainda para tal. Tal dado reitera a necessidade de ações de discussão sobre o tema da SVT com esses entes federados.

Tabela 10 – Matriz de Síntese: Previsão de SVT no PEP

Dimensão de categoria	TOTAL (p=19)

4.1.10 Capacitação da equipe sobre SVT

Quando questionamos sobre a existência de alguém nas equipes da gestão estadual da Assistência Social que tenha participado de capacitações a maioria afirma que não dezessete. Apenas dois afirmam que tem alguém que tenha participado de alguma ação de capacitação sobre o tema.

Tabela 11 – Matriz de Síntese: alguém capacitado na equipe

Dimensão de categoria	TOTAL (p=19)

4.1.11 Planos do estado a respeito da supervisão técnica

Finalizando nosso contato para tentar compreender como se dá a relação dos estados que não desenvolveram SVT com essa modalidade de capacitação, perguntamos quais os planos desse ente federado sobre essa temática.

Sete estados afirmam que diz que executará sem aprazar tempo, seis que vão executar quando entender como deve acontecer sua implantação. Dois estados afirma que vão executar a SVT quando tiverem equipe para fazer.

Em pelo menos uma reunião aparecem os seguintes planos: garantir primeiro o funcionamento do NUEP, fazer uma SVT primeiro com a equipe estadual, realizar quando tiver equipe para, realizar uma SVT sobre o PBF, qualificar o PEP e produzir curso sobre o tema para os municípios.

Tabela 12 – Matriz de Síntese: plano do estado sobre a SVT

Dimensão de categoria	TOTAL (p=19)

4.1.12 Algo mais?

Para finalizar nosso contato com os estados era perguntado sobre há existência de alguma dimensão ou crença sobre a SVT que não havia sido questionado pelo pesquisador, mas que o estado gostaria de expressar. A maioria dos que se expressam nesse momento afirma que não, sete. E em pelo menos uma das entrevistas aparecem falas como: A SVT deveria envolver mais departamentos não só a EP, SVT como a ação de capacitação mais importante, que os estados tenham encontros periódicos para realizar troca de experiências.

Tabela 13 – Algo mais

Dimensão de categoria	TOTAL (p=19)

4.2 Análise dos formulários a respeito da operacionalização da atividade denominada pelo estado como de supervisão

4.2.1 Categorização das atividades realizadas pelos entes federados

Nesse instante do mapeamento nos aproximamos dos entes federativos que desenvolveram alguma ação de Supervisão. Nos interessa compreender como se deu a operacionalização dessas ações, quais instrumentais e metodologias foram utilizados por esses entes e apreender quais aspectos foram garantidos dos parâmetros propostos pelas normativas do SUAS, aproximando-os da Resolução Nº 6 de 2016 do CNAS e quais pontos de diferenças foram apresentados por essas ações as distanciando, em alguma dimensão, do mencionado documento, tudo isso na perspectiva de entender como novas orientações podem ser construídas para os próximos que se lançarem nas terras férteis e promissoras de qualificação no trabalho afiançados pela SVT no âmbito do SUAS.

4.2.2 Forma de execução

O parágrafo 3º do Artigo 6º da Resolução Nº 6 de 2016 do CNAS propõe que “A Supervisão Técnica poderá ser considerada interna, quando o supervisor integrar o quadro de profissionais da Assistência Social; ou, externa, quando requerer especialistas externos em temáticas relacionadas ao trabalho desenvolvido pela (s) equipe (s) profissional do SUAS.” 80% dos estados que executaram alguma ação de supervisão a realizaram de maneira interna com equipes da própria secretaria do ente federado executando essa ação. Todos os estados que ainda estão desenvolvendo ação de SVT também a realizam dessa mesma maneira.

Durante o processo de análise dos dados que se seguem serão agrupados os dados dos estados que realizaram ação de SVT, como por eles classificados, mas que tiveram características diferentes ou que distanciaram de alguma maneira sua ação do que é proposto pela Resolução do CNAS Nº 6 de 2016, os dados dos estados que estão executando SVT nesse momento e os dados do estado que realizou conforme os parâmetros propostos pelo documento em tela para fins de comparação. Os dados referentes ao primeiro grupo de estados serão os primeiros apresentados na matriz de síntese se repostas, na coluna do meio estarão os dados dos estados que estão desenvolvendo SVT e os dados do estado que realizou a SVT de acordo com a normativa estarão à direita das matrizes de síntese que se seguem.

O estado que desenvolveu de acordo com os parâmetros da Resolução Nº 6 de 2016 do CNAS a executou de maneira indireta através de IE, bem como um dos estados que em algum instante se distancia dos parâmetros da resolução acima citada.

Tabela 14. Diferenças entre a Supervisão Técnica e o Apoio Técnico

Dimensão	Realizaram com algum nível de distanciamento da normativa (p=5)	Estão realizando (p=2)	Realizou a partir da normativa. (p=1)	TOTAL (p=8)

4.2.3 Âmbito da oferta

No artigo 7º da resolução Nº 6 de 2016 do CNAS , a Supervisão Técnica pode ser oferecida em:

- I. âmbito local: compreendendo equipes profissionais de um Município e do Distrito Federal;
- II. âmbito regional: compreendendo equipes profissionais de mais de um Município, coordenada em âmbito estadual ou por meio de consórcios intermunicipais ou termo de cooperação ou de fomento.
- III. âmbito estadual: compreendendo a equipe estadual, responsável pelas funções de gestão e pela execução dos serviços de caráter regional.
- IV. âmbito nacional: compreendendo a equipe do Governo Federal, responsável pela gestão e coordenação nacional da PNAS.”

O estado que realizou a supervisão de acordo com os parâmetros do SUAS a executou em âmbito estadual, tendo os servidores da própria secretaria como alvo da SVT, o mesmo se deu com um dos estados que aparecem representados na segunda coluna tabela que se segue.

Na oferta em nível local, temos um estado que está a desenvolver e um ente federado que responde como quem finalizou ação de SVT. E na oferta em âmbito regional, temos três entes federados que já concluíram suas ações de supervisão e um que está realizando por agora.

Tabela 15. Matriz de Síntese: Âmbito da oferta

Dimensão	Realizaram com algum nível de distanciamento da normativa (p=5)	Estão realizando (p=2)	Realizou a partir da normativa. (p=1)	TOTAL (p=8)

4.2.4 Duração

O parágrafo § 1º do artigo 6º da Resolução Nº 6 de 2016 do CNAS afirma que a Supervisão Técnica “configura-se como ação contínua de qualificação profissional que deve ser estruturada por um período de, no mínimo, 06 (seis) meses”.

Vemos que todos os entes federados cumprem esses parâmetros da resolução quando observamos a tabela abaixo. Um dos entes federados que se encontram na segunda coluna da tabela abaixo descreve sua ação de supervisão com alguma dificuldade de apontar a temporalidade de sua execução.

Tabela 16. Matriz de Síntese: Duração

Dimensão	Realizaram com algum nível de distanciamento da normativa (p=5)	Estão realizando (p=2)	Realizou a partir da normativa. (p=1)	TOTAL (p=8)

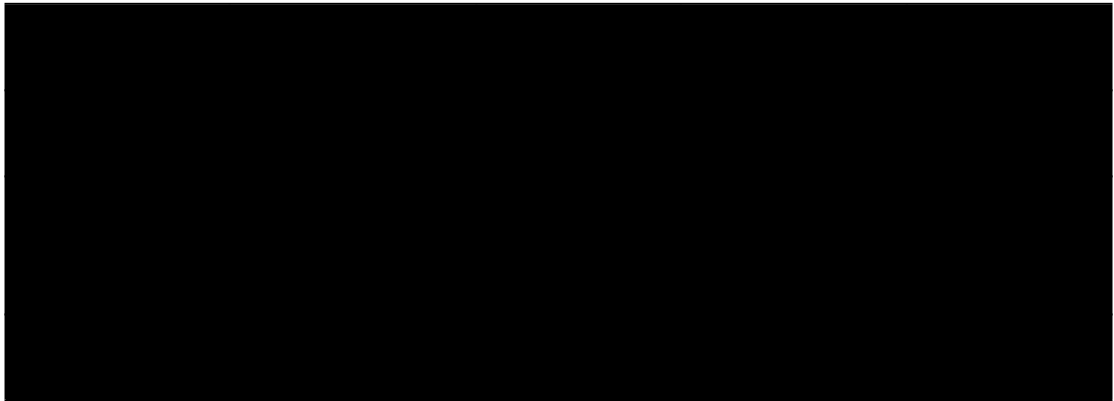
4.2.5 Periodicidade da ação de Supervisão

Ainda no artigo 6 da Resolução Nº 6 de 2016 do CNAS o parágrafo 2º diz quem “devem ser previstas, no mínimo, 04 (quatro) horas mensais para Supervisão Técnica para cada grupo de trabalho com no máximo 20 profissionais, com periodicidade, preferencialmente, quinzenal.”

O estado que desenvolveu sua SVT de acordo com os parâmetros da resolução em discussão, aponta que os encontros com as equipes que estavam a participar da ação eram semanais, 40% dos estados da segunda coluna junto com um que ainda está desenvolvendo realizavam seus encontros de maneira mensal. Um dos entes federados afirma que os encontros de supervisão aconteciam com intervalo bimestral o que a distância desse parâmetro da resolução que aqui estamos usando como norte de execução dessa ação de capacitação. Um dos estados preenche de maneira equivocada o formulário e uma outro não informa esse dado.

Tabela 17. Periodicidade

Dimensão	Realizaram com algum nível de distanciamento da normativa (p=5)	Estão realizando (p=2)	Realizou a partir da normativa. (p=1)	TOTAL (p=8)



4.2.6 Perfil do mediador:

No que diz respeito ao perfil do mediador, ou seja do supervisor, podemos perceber que a Resolução Nº6 de 2016 do CNAS propõe dois perfis. Art. 12 Na seleção do supervisor interno ou externo, deve-se considerar os seguintes perfis:

“I – supervisor interno:

- a) ser trabalhador da assistência social, preferencialmente efetivo, com mais de cinco anos de atuação na política de Assistência Social e experiência na gestão e no provimento de serviços e benefícios;
- b) dominar conhecimentos teóricos sobre as ações cotidianas, tais como legislações e orientações técnicas;
- c) apresentar perfil de liderança democrática de equipe;
- d) apresentar capacidade de escuta qualificada e compartilhamento de experiências; e)
- e) apresentar capacidade de promover a organização dos processos, pelo diálogo e levantamento de situações do cotidiano a serem superados coletivamente.

II – supervisor externo:

- a) ser profissional com expertise sobre determinada área, preferencialmente integrante de Instituições de Ensino credenciada na Rede Nacional de Educação Permanente do SUAS – RENEPSUAS, convidado a partir das necessidades de aprendizagem identificadas pela equipe;
- b) apresentar capacidade de identificar e propor soluções para superação de problemas e dificuldades, visando ao aprimoramento dos processos de trabalho;
- c) possuir experiência prática e pedagógica articulada com conhecimento teórico;
- d) ser especialista sobre determinado tema do cotidiano dos processos de trabalho, incluindo questões de natureza educacional, psicológica, interrelacional e técnica.”

Podemos perceber que ser profissional do SUAS foi a característica que se sobressaiu frente às que compõem os perfis dos (as) supervisores (as) nas ações que foram ou estão sendo realizadas, aparecendo tal marca em 75% das entrevistas. Contudo é válido afirmar que uma característica não exclui ou invalida a outra. Ter formação na área de humanas aparece no mesmo número de vezes que a característica de ser o (a) supervisor (a) especialista sobre determinado tema do cotidiano dos processos de trabalho.

E por fim é importante falar que um dos supervisores que desenvolveu um das ações em um dos entes federados não possui nível superior. Esse exemplo abre a possibilidade de problematizarmos mais sobre as atribuições do supervisor, bem como quais competências ele necessita para desenvolver essa ação que discute sobre assistência social, mas necessita de conhecimento e habilidades do campo das ciências educacionais.

Tabela 18. Matriz de Síntese: Perfil do supervisor

Dimensão	Realizaram com algum nível de distanciamento da normativa (p=5)	Estão realizando (p=2)	Realizou a partir da normativa. (p=1)	TOTAL (p=8)

4.2.7 Número de participantes

Quanto ao número de participantes nessas ações de capacitação, podemos lembrar que a resolução que estamos usando como farol para a execução dessa ação de capacitação, afirma que devem participar dessas turmas no máximo 20 pessoas. Da para perceber alta variabilidade de participantes nas turmas dos entes federados que desenvolveram alguma ação de supervisão.

O estado que desenvolveu a SVT de acordo com os parâmetros produziu 3 turmas de 20 pessoas. Os estados que estão desenvolvendo possuem turmas menores uma de 14 pessoas e outro com turmas de 6 pessoas. Um dos estados fez com uma turma de 30 pessoas o que o distanciou da resolução que aqui tratamos. Um fala de 12 pessoas no total, outro 184 e por fim um dos entes apresenta 450 pessoas como beneficiárias de ação de supervisão, sendo esse ultimo caso formado de pequenas turmas o que inviabiliza mediante equipe de supervisoras reduzida o cumprimento da temporalidade proposta para a duração dessa ação de capacitação.

Tabela 19. Número de participantes

Dimensão	Realizaram com algum nível de distanciamento da normativa (p=5)	Estão realizando (p=2)	Realizou a partir da normativa. (p=1)	TOTAL (p=8)

4.2.8 Supervisão técnica destinada a quais equipes de profissionais?

Perguntamos aos entes federados que alguma ação de supervisão realizou quais equipes participaram das ações de capacitação. As equipes de gestão seja estadual ou municipal aparecem em 75% das ações de SVT, inclusive do estão que realizou de maneira paramentada segundo à Resolução Nº 6 de 2016 do CNAS.

Mais de 62% desses entes federados acreditam terem ou estarem supervisando técnicos de nível superior da PSB, metade deles informa que são os técnicos de nível superior da PSE que são os beneficiários da ação de supervisão. Profissionais de nível médio surgem como participantes de 37,5% das ações de supervisão realizadas, mesma porcentagem de ações destinadas a técnicos de nível médio da PSE.

Tabela 20. Matriz de Síntese: Equipes participantes

Dimensão	Realizaram com algum nível de distanciamento da normativa (p=5)	Estão realizando (p=2)	Realizou a partir da normativa. (p=1)	TOTAL (p=8)

4.2.9 Atribuições das equipes de profissionais envolvidas

Sobre as atribuições das equipes de profissionais participantes da atividade de Supervisão Técnica, o estado que seguiu as normativas do SUAS sobre SVT no âmbito do SUAS junto com 80 % dos entes federados que em alguma dimensão se distanciaram da resolução norteadora afirmam que são ações de gestão que fazem parte das atribuições dos profissionais envolvidos na supervisão.

Esse mesmo estado e 40% dos que estão representados na segunda coluna da tabela que se apresenta abaixo afirmam que as atribuições das pessoas que participaram das supervisões estão relacionadas à planejamento de ações do SUAS. Todos os estados que estão desenvolvendo junto com 40 % dos entes que fizeram com alguma diferença da resolução categorizam as atribuições dos participantes de suas ações de capacitação como relacionadas às ofertas dos serviços socioassistenciais.

Todos os estados que estão desenvolvendo alguma ação de supervisão nesse momento junto com um dos estados da segunda coluna da tabela afirmam que as atribuições dos participantes dessas atividades estão relacionadas ao desenvolvimento de atividades relacionadas ao Trabalho Social com famílias. Um estado traz como atribuição da equipe participante de sua ação de supervisão o trabalho em instituições de acolhimento, bem como o mesmo número e categoria de ente federado traz a sistematização de informações como atribuição da equipe participante de sua ação de supervisão.

Tabela 21. Matriz de Síntese: Atribuições das equipes de profissionais envolvidas

Dimensão	Realizaram com algum nível de distanciamento da normativa (p=5)	Estão realizando (p=2)	Realizou a partir da normativa. (p=1)	TOTAL (p=8)

4.2.10 Aspectos do trabalho social desenvolvido pela(s) equipe(s) que motivaram a realização SVT

Quando a temática surge no Núcleo Nacional de Educação Permanente do SUAS e é criado um grupo de trabalho para a discussão sobre tema da SVT, leituras e produções teóricas foram surgindo junto com a ideia de se promover um levantamento de práticas de Supervisão Técnica no âmbito da Assistência Social. O GT então produz um formulário a ser preenchido por estados e municípios que quisessem sua experiência compartilhar.

No bloco do questionário reservado ao diagnóstico da ação de supervisão foi perguntado quais os Aspectos do trabalho social desenvolvido pela(s) equipe(s) motivaram a realização SVT. A dimensão de categorização aqui nomeada de necessidade de aprimoramento dos serviços ofertados foi um aspecto do trabalho que motivou a realização da SVT para o estado que a fez de acordo com as normativas do SUAS junto a um representante de cada um das outras categorias de entes federados representados na matriz de síntese que se segue.

A execução financeira e orçamentária aparece para dois entes federados como motivação para a realização da supervisão. A pandemia e suas vivências surgem em igual número nesse mapeamento. A implantação da Gestão do Trabalho e o fomento competências socioprofissionais para a gestão foram outros fatores que motivaram a realização da SVT para o estado que fez em conformidade com as normativas do SUAS.

Tabela 22. Matriz de Síntese: Aspectos do trabalho social desenvolvido pela(s) equipe(s) que motivaram a realização SVT

Dimensão	Realizaram com algum nível de distanciamento da normativa (p=5)	Estão realizando (p=2)	Realizou a partir da normativa. (p=1)	TOTAL (p=8)



O cuidado como forma de prevenção ao adoecimento mental, a região do país com alta disparidade econômica e a ampliação da oferta do PAIF aparecem em pelo menos uma das entrevistas. A necessidade de construção e Projeto Técnico Político e Metodológico do CREAS surge como motivação de um dos estados que estão desenvolvendo supervisão e um dos estados não realizou diagnóstico, o que fragilizou sua ação de supervisão e a distanciou da normativa.

4.2.11 Limitações, dificuldades e desafios identificados ao trabalho da(s) equipe(s)

É interessante pontuar a diversidade de dificuldades identificadas ao trabalho das equipes que participaram das ações de supervisão elencadas pelos representantes dos entes federados, o que promove a cada entrevista uma situação de desafio nova. No processo de categorização das falas coletadas nos formulários as dimensões de texto relacionadas à rotatividade dos trabalhadores dessas equipes e a fragilidade dos vínculos de trabalho desses participantes das ações de supervisão técnica sem mostram as que mais aparecem falam que as orbitam.

Tal constatação aponta para a noção de que a SVT por si, não pode dar conta dos principais desafios que podem estar a se apresentar às equipes que participam dessas atividades, ou seja, os (as) servidores (as) que estão fazendo o SUAS acontecer. Ter essa clareza nos evidência não ser messiânica a SVT, mas essas questões podem ser postas no processo de supervisão e na agenda diária da Gestão do Trabalho do SUAS.

Tabela 23 - Matriz de Síntese: Aspectos do trabalho social desenvolvido pela(s) equipe(s) que motivaram a realização SVT

Dimensão	Realizaram com algum nível de distanciamento da normativa (p=5)	Estão realizando (p=2)	Realizou a partir da normativa. (p=1)	TOTAL (p=8)

Adoecimento de profissionais	2	1	-	3
Logística para manter a supervisão	1	-	1	2
Equipe reduzida para promover a supervisão	1	-	-	1
Necessidade de supervisão externa para qualificar as ações das supervisoras internas	1	-	-	1
Equipe alvo da SVT reduzida	1	-	-	1
Desmotivação dos profissionais avo da SVT	-	1	-	1
Falta de identidade de trabalhador do SUAS	-	1	-	1

O estado que desenvolveu a sua SVT de acordo com a normativa nos alerta para os desafios de se ter uma equipe alvo dessa intervenção reduzida, para a presença de situações de adoecimento de alguns funcionários ao longo do tempo, bem como nos alerta esse estado para momentos de desmotivação dessa equipe e a falta da identidade desses profissionais como trabalhadores do SUAS também como desafios postos à SVT.

Equipe reduzida para o desenvolvimento da supervisão, dificuldade com logística para manter a supervisão, a pandemia, uma melhor gerência do SISC, frágil entendimento dos conceitos relacionados ao público prioritário do SCFV, a impossibilidade de se realizar SVT de maneira mensal, diferenciação entre o que grupo PAIF e SCFV, dificuldade de compreender ações proativas e preventivas no CRAS, a padronização das ações a serem ofertadas pelas supervisoras – tentativa de uso de uma mesma metodologia (SCRUM), foram alguns dos desafios postos nesse primeiro momento e que serão revisitados na análise da entrevistas.

4.2.12 Potencialidades e habilidades identificadas que favorecem o trabalho social das equipes de profissionais

Como proposta de compreensão de como se deu a operacionalização da ação de supervisão nos entes federados perguntamos sobre as potencialidades e habilidades identificadas nas equipes que participaram da supervisão.

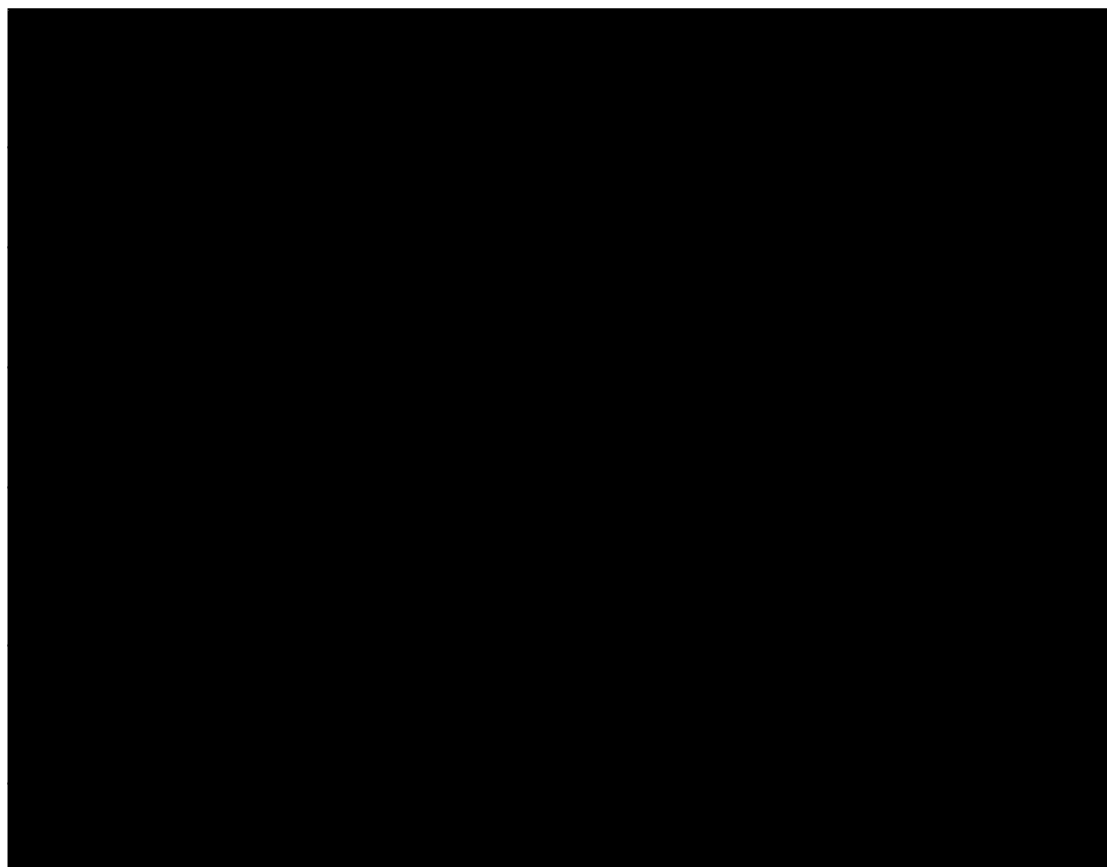
O acolhimento da equipe surge como potencialidade para o desenvolvimento da ação de supervisão em três entrevistas. Bem como a participação da equipe também aparece no mesmo quantitativo de entrevistas realizadas. O interesse em aprender de semelhante maneira é elencado como potência para a realização da supervisão propostas pelos entes federados.

O reconhecimento da importância do tema da supervisão pelos participantes foi citado como ponto positivo para a realização dessa ação por um estado que está em desenvolvimento de supervisão e por um ente federado que a realizou com alguns pontos de diferença da resolução que está balizando as ações aqui analisadas. Nesse último grupo de estados, vemos 40% apontando para a compreensão do conteúdo trabalhado como habilidade extraída da ação de supervisão.

O estado que realizou a SVT conforme as normativas, traz como potência o perfil profissional semelhante dos participantes. A troca de experiências com o supervisor, o uso de tecnologias, o conhecimento das especificidades do orçamento da Assistência Social, a boa comunicação com as equipes, o conhecimento do território por parte dos técnicos, o conhecimento dos usuários por parte dos técnicos e ressignificação de processos de trabalho foram citados em pelo menos uma das entrevistas.

Tabela 24. Matriz de Síntese: Potencialidades na realização SVT

Dimensão	Realizaram com algum nível de distanciamento da normativa (p=5)	Estão realizando (p=2)	Realizou a partir da normativa. (p=1)	TOTAL (p=8)



4.2.13 Instrumentos de levantamento das demandas/temas

Para podermos perceber a diversidade de metodologias, instrumentais e ferramentas de levantamento de demandas que possam tornar-se temas geradores de SVT perguntamos aos entes federados quais os instrumentos que foram por eles utilizados.

Cinco entes federados apontam as reuniões com as equipes como via de escuta de demandas. Quatro estados elencam os formulários eletrônicos como via de coleta de dados. As visitas técnicas se configuraram como instrumental de conhecimento da realidade das equipes que participaram das ações de supervisão de três entes federados.

Rodas de conversa surgem como ferramenta de coleta de dados para os dois estados que estão desenvolvendo alguma ação de supervisão. O estado que executou sua SVT de acordo com as normativas do SUAS propõe que suas vias de levantamento de dados para o planejamento da SVT foram: Levantamento de perfil dos profissionais, levantamento de dificuldades dos trabalhadores e oficina de elaboração de diagnóstico.

O questionário é evidenciado por dois entes federativos. A Metodologia do Grupo Focal, o uso de um curso de Gestão do SUAS, a dinâmica de grupo “Carro veloz no Precipício” surge em pelo menos uma das entrevistas

Tabela 25. Matriz de Síntese: Instrumentais para levantamento de dados

Dimensão	Realizaram com algum nível de distanciamento da normativa (p=5)	Estão realizando (p=2)	Realizou a partir da normativa. (p=1)	TOTAL (p=8)

4.2.14 Temas e demandas levantadas

A partir dos dados levantados com o uso dos instrumentais e metodologias acima citadas foram levantadas os seguinte temas e demandas. O cotidiano dos serviços técnicos foi a dimensão que mais glutinou enunciados categorizados a partir dos formulários preenchidos pelos entes federativos, três ao total. A execução financeira aparece como demanda para dois estados que fizeram levantamentos. Em mesmo número aparece o tema do PAIF e execução dos SCFV. O cotidiano da gestão aparece para dois entes federativos, inclusive para o estado que seguiu a resolução.

O estado que executou a SVT conforme a paramentação da Resolução norteadora da análise produzida por esse mapeamento fala que a demanda levantada foi a construção da Identidade de trabalhador do SUAS na equipe, e as atribuições da gestão no SUAS, bem como seus fluxos e processos de trabalho, liderança e comunicação e Planejamento e avaliação da gestão por resultados seriam os temas levantados.

[illegible]

Em pelo menos uma das entrevistas aparece o tema os aspectos emocionais no trabalho, demora nas licitações e gastos com recursos, características dos grupos PAIF e SVCF, preenchimento de RMA e SISC e Ações do PAEFI com temas geradores da SVT.



4.2.15 Principais temas trabalhados

Uma vez perguntado sobre os temas elencados, foi questionado os temas que foram trabalhados. A oferta de oferta dos serviços e Programas da PSB e PSE juntos aglomeram respostas categorizadas de cinco dos oito entes federativos que desenvolveram alguma ação de supervisão em seu território. A gestão do SUAS foi tema do estado que executou a SVT de acordo com as normativas e de um outro ente federado, bem como a discussão sobre as seguranças socioassistenciais.

A execução financeira e orçamentaria foi tema de dois estados que tiveram suas ações de supervisão com alguma distinção da Resolução Nº 6 de 2016 do CNAS.

Tabela 27. Matriz de Síntese: Demandas e temas levantados

Dimensão	Realizaram com algum nível de distanciamento da normativa (p=5)	Estão realizando (p=2)	Realizou a partir da normativa. (p=1)	TOTAL (p=8)

Temas que foram elencados apenas em uma das entrevistas como geradores de supervisão: Aspectos socioemocionais no trabalho, Prestação e contas, Convênio, Sigilo, Escuta ativa, Estudos de caso, Rede socioassistencial, IGD-SUAS e IGD-PAB e Projeto Técnico Político e Metodológico.

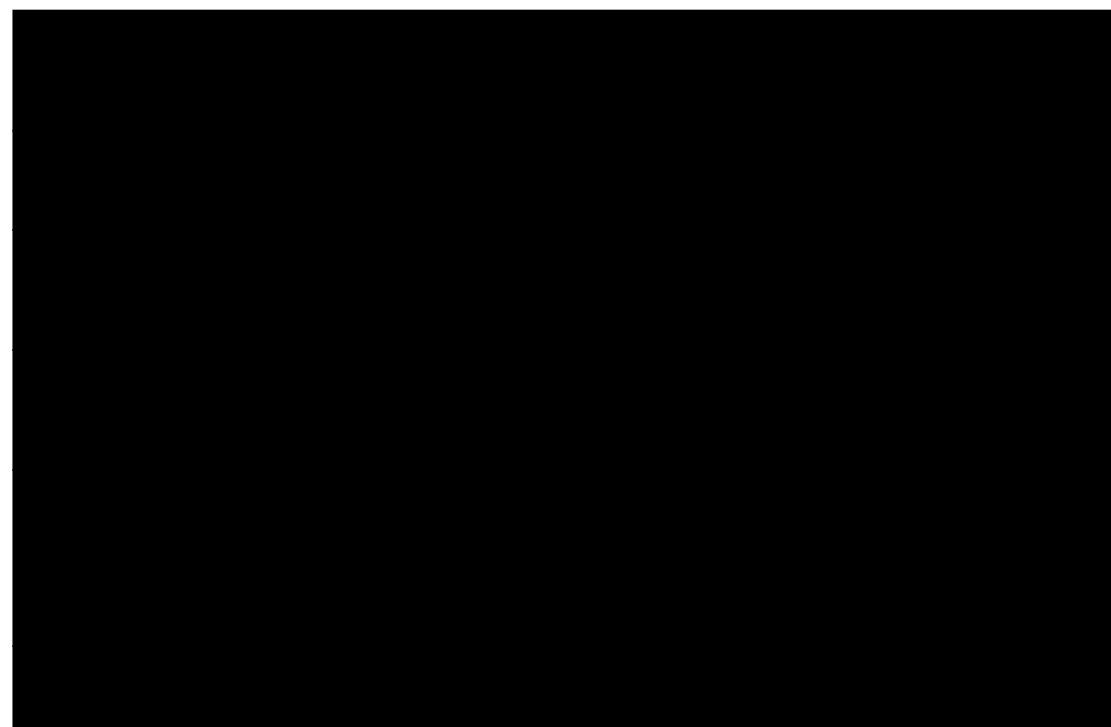
4.2.16 Principais desafios (técnicos, éticos, políticos, financeiros, etc.) para tratar destes temas

Aprofundando o conhecimento sobre execução das ações de supervisão promovidas pelos entes federativos perguntamos quais os desafios para o trabalho com os temas elencados. A execução dos saldos em conta- financeiro foi o desafio que mais apresentou respostas, dois estados o elencam. Ao que se repete como desafios gerais na execução de SVT apresentados pelo dobro de estados durante o momento das entrevistas.

No mais, vemos ser dito apenas uma vez a disponibilidade da equipe em participar, os recursos tecnológicos necessários no trabalho com os temas, garantir a participação dos responsáveis pela execução financeira e orçamentária no Curso Ofertado, equipe reduzida, logística para acessar os municípios, mobilização dos gestores para enviar técnicos, ausência de um processo de supervisão/consultoria para a própria equipe de supervisão. Um estado não respondeu.

Tabela 28. Matriz de Síntese: Desafios para trabalhar os temas

Dimensão	Realizaram com algum nível de distanciamento da normativa (p=5)	Estão realizando (p=2)	Realizou a partir da normativa. (p=1)	TOTAL (p=8)



4.2.17 Procedimento de análise dos dados levantados na SVT

Para analisar os dados coletados ao longo do planejamento e execução da ação de supervisão foi perguntado aos participantes do presente mapeamento quais as vias de análise por eles utilizadas. Vemos com as respostas trazidas pelos questionários aplicados que as Visitas técnicas e os registros das reuniões foram as vias de análise que mais se repetiram nas ações dos entes federativos que desenvolveram alguma ação de supervisão.

As respostas que saíram apenas uma vez em alguns instantes podem gerar a sensação de algum nível de fragilidade na hora da análise dos dados coletados nas supervisões. A produção de tabela e análise dos instrumentais utilizados surgem em uma das reuniões, bem como exame do perfil da equipe e das estruturas organizacionais dos equipamentos aparecem como vias de análise de dados, a Metodologia Design Thinking, Mapa da empatia e análise de problemas são algumas técnicas postas por alguns entes federativos.

Tabela 29 - Matriz de Síntese: Procedimentos de análise dos dados

Dimensão	Realizaram com algum nível de distanciamento da normativa (p=5)	Estão realizando (p=2)	Realizou a partir da normativa. (p=1)	TOTAL (p=8)

4.2.18 Objetivos a serem alcançados com a SVT

Foram perguntados os objetivos determinados das ações de supervisão desenvolvidas pelos entes federados, ofertar dos serviços e programas de acordo com as normativas do SUAS, aparece como o objetivo que mais coaduna respostas a partir da categorização dos enunciados presentes nos formulários, quatro entes assim respondem.

Para dois estados estava nos seus objetivos da supervisão por eles desenvolvidas acompanhar e fortalecer as equipes da gestão orçamentária do SUAS. Capacitar para a organização de fluxos e fornecer subsídios técnicos, teóricos e metodológicos foram alguns dos objetivos do estado que realizou a SVT de acordo com as normativas do SUAS.

Tabela 30. Matriz de Síntese: Objetivos

Dimensão	Realizaram com algum nível de distanciamento da normativa (p=5)	Estão realizando (p=2)	Realizou a partir da normativa. (p=1)	TOTAL (p=8)
Oferta dos serviços e Programas de acordo com as normativas do SUAS.	1	2	1	4

Em pelo menos uma das reuniões surgem foram elencados os seguintes objetivos: discutir temas socioemocionais, elaboração de Projeto Técnico Político e Metodológico do CREAS, aprimorar os sistemas da rede SUAS, qualificar o atendimento socioassistencial ofertado nas unidades dos CRAS, contribuir com a integração das equipes de execução do PAIF.

4.2.19 Metodologias utilizadas na SVT

No âmbito da operacionalização das ações de supervisão perguntamos aos entes quais as metodologias foram utilizadas ao longo da execução da SVT. As reuniões com as equipes foram as ações que foram mais mencionadas pelos executores de ações de supervisão, inclusive pelo estado que a executou conforme as normativas junto de mais outros 3 entes.

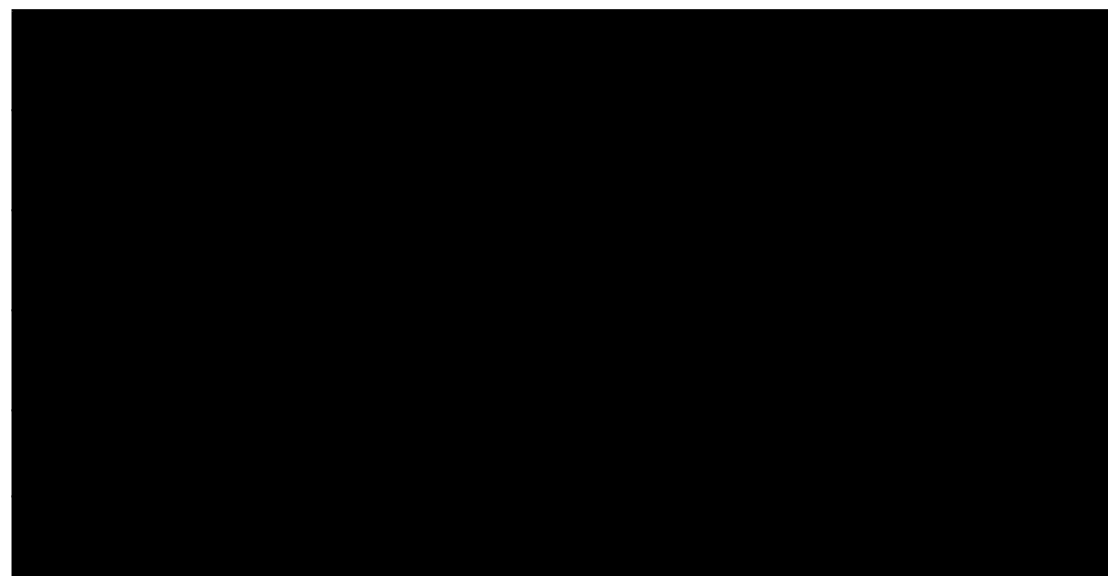
As rodas de conversa são citadas por um estado que esta desenvolvendo ação de supervisão junto com mais outros três que a fizeram com alguma diferença da resolução que estamos aqui tratando.

O uso de aulas, é afirmado como via de execução pelo estado que fez SVT junto com outros dois. Bem como videochamadas e encontros virtuais mediados pelo uso de recursos audiovisuais são citados em três formulários como estratégia de execução dos objetivos da supervisão. Mesmo número se repete entre os estados que usam de oficinas para discutir estratégias de planejamento no trabalho a ser desenvolvido.

A técnica do Design Thinking foi citado pela estado que executou conforme normativas sua supervisão, bem como por outro ente federado. Mesmo número de entes federados, mas não os mesmos apresentam o uso de dinâmicas de grupo para tal, bem como o estudo de casos. E a mesma frequência se apresenta entre os entes que usam a visita técnica como ferramenta para essa ação.

Tabela 31 Matriz de Síntese: Metodologias utilizadas

Dimensão	Realizaram com algum nível de distanciamento da normativa (p=5)	Estão realizando (p=2)	Realizou a partir da normativa. (p=1)	TOTAL (p=8)



Em pelo menos uma das entrevistas surgem as seguintes metodologias que foram trabalhadas em ações de supervisão: Estratégias de mobilização, acolhida aos municípios, elucidação sobre os temas, construção de plano operacional, metodologia do World café e o mapa mental.

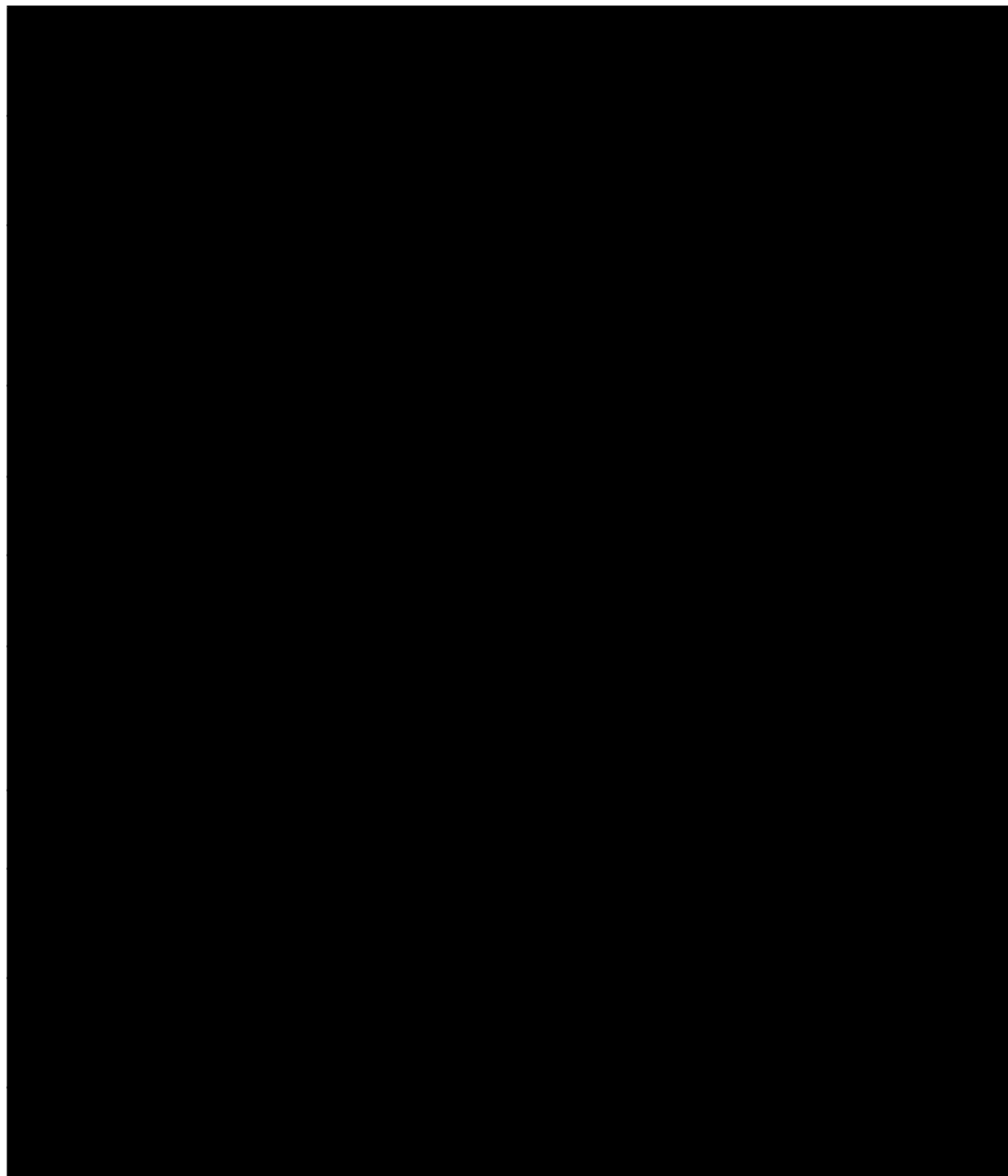
4.2.20 Relato sobre o processo de execução das ações

No processo de descrição de um breve relato sobre a execução da ação de supervisão vemos a grande maioria dos entes federados afirmarem que houve uma boa adesão dos participantes, 87,5% dos entes trazem a referida resposta. Em três das entrevistas realizadas saem respostas que apontam para produção de feedbacks positivos sobre a ação de supervisão, inclusive sustentada essa resposta pelo estado que realizou a SVT de acordo com as normas.

Dois dos entes federativos que respondem esse questionamento nos lembram que as ações planejadas na ação de supervisão tiveram base nos levantamentos de necessidades das equipes, esse mesmo número de respondentes aponta para produção de reflexões sobre os temas no desenvolvimento da ação de capacitação e em tal quantitativo existem falas que apontam que houveram mudanças na metodologia mediante a realidade dos municípios durante a execução da supervisão.

Tabela 32 - Matriz de Síntese: Metodologias utilizadas

Dimensão	Realizaram com algum nível de distanciamento da normativa (p=5)	Estão realizando (p=2)	Realizou a partir da normativa. (p=1)	TOTAL (p=8)



Na descrição dos entes federados de suas ações de supervisão o estado que realizou conforme as normativas do SUAS afirma que era realizadas avaliações a cada encontro. Outras ações surgem pelo menos uma vez nas entrevistas como: realização de momentos práticos, realização de momentos lúdicos, boa avaliação dos participantes, a execução financeira melhorou depois da supervisão, houve estados que perceberam a não adesão de alguns trabalhadores ao processo de supervisão.

4.2.21 Estratégias de monitoramento - formulário

Foi perguntado aos entes federados as vias de produção de monitoramento das ações de supervisão. As categorias que mais coadunam respostas foi a utilização de reuniões e a produção de relatórios de visita como vias de monitoramento.

Dois entes federativos falam sobre a produção de instrumentais de observação das ações como vias de monitoramento, o mesmo quantitativo, ressalta a existência de instrumentais utilizados pelas equipes que estavam sendo alvo da supervisão para avaliar a atividade, inclusive pelo estado que cumpriu as prerrogativas propostas pela Resolução Nº 6 de 2016 do CNAS.

Um estado fala do levantamento das dificuldades e potencialidades como instrumento de monitoramento, bem como o uso de formulários eletrônicos, e até a percepção subjetiva aparecem como via de monitoramento, propostas por algum dos entes federativos que realizaram supervisão, elemento que pode não necessariamente dar conta de um efetivo monitoramento.

Tabela 33. Matriz de Síntese: Monitoramento - Formulário

Dimensão	Realizaram com algum nível de distanciamento da normativa (p=5)	Estão realizando (p=2)	Realizou a partir da normativa. (p=1)	TOTAL (p=8)

Dois estados afirmam não ter tido nenhuma ação de monitoramento e o estado que fez de acordo com as legislações do SUAS traz o evento de culminância como ação de monitoramento.

4.2.22 Mudanças com relação ao fazer profissional das equipes após a supervisão técnica

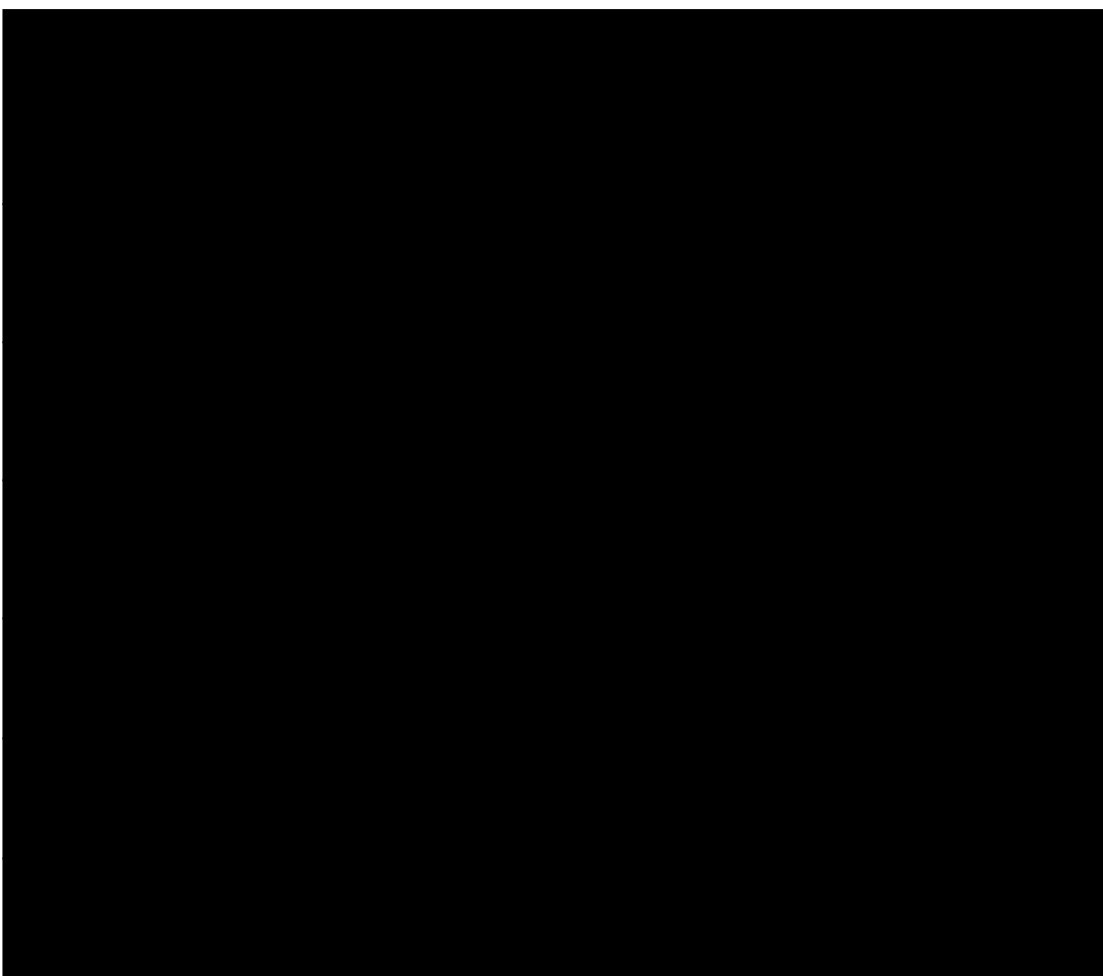
Ainda no formulário foi dada a possibilidade dos participantes do mapeamento indicarem se houve a existência de mudanças em relação ao fazer profissional das equipes depois delas terem participado da supervisão técnica.

Segundo o estado que realizou sua SVT de acordo com os parâmetros da resolução Nº 6 de 2016 do CNAS, houve apropriação dos subsídios teóricos e técnicos necessários a execução dos serviços por parte dos técnicos que estiveram presentes nessa ação de capacitação, outro ente federativo responde na mesma perspectiva. A adesão da equipe à SVT foi outra dimensão categorizada como resposta ao questionamento por parte de dois estados.

O aprimoramento do trabalho e maior uso do planejamento surgem também como resposta do primeiro estado citado. Em pelo menos uma das entrevistas surge afirmações como: maior integração entre a equipe e apoio mútuo, melhor entendimento sobre grupos PAIF e do SCFV e das situações prioritárias do SISC, fortalecimento dos vínculos entre estado e municípios, atividades de recepção no CRAS foi ressignificada, informatização, organização e registro de demandas, contribuiu para a vigilância socioassistencial e contribuiu para o planejamento das ações no território.

Tabela 34. Matriz de Síntese: Mudanças após a SVT

Dimensão	Realizaram com algum nível de distanciamento da normativa (p=5)	Estão realizando (p=2)	Realizou a partir da normativa. (p=1)	TOTAL (p=8)



4.2.23 Meios e Recursos identificados durante o processo da Supervisão Técnica como necessários para a construção coletiva de superação e respostas aos desafios diagnosticados no processo de trabalho da(s) equipe(s)

Uma vez que o inciso IV do artigo 5º da resolução Nº 6 de 2016 do CNAS propõe que a SVT deve “produzir subsídios para a proposição de novas práticas e técnicas profissionais, metodologias e novos processos e rotinas de trabalho, visando a superação de desafios, limitações e dificuldades enfrentadas pelas equipes profissionais do SUAS” foi perguntado se houve reconhecimento de algum meio ou recurso na SVT como necessário para a construção coletiva de superação aos desafios diagnósticos nos processos de trabalhos das equipes. Os encontros presenciais foi o único elemento apontado por mais de um ente federativo, nessa pergunta.

Dois estados não responderam esse questionamento, inclusive o que segue a normativa, e os demais apontaram alguns meios como: a aceitação do tema da equipe, a reflexão sobre os serviços, o reconhecimento de que o trabalhador não está só, a produção de diálogos entre gestores e técnicos de contabilidade, o planejamento orçamentário realizado com a participação da gestão e controle social, o aprimoramento do conhecimento, o uso de capacitação permanente, a discussão direta com os servidores, o uso de metodologias colaborativas e participativas, a horizontalidade na tomada das decisões, a construção negociada de fluxos de trabalho, a constância no processo de supervisão e o apoio da gestão aparecem como Meios e Recursos identificados durante o processo da Supervisão Técnica como necessários para a construção coletiva de superação e respostas aos desafios diagnosticados no processo de trabalho da(s) equipe. Tais respostas apontam para a diversidade de possibilidade de se fazer os objetivos serem alcançados da SVT.

4.2.24 Limites e entraves identificados para a resolução de problemas e desafios diagnosticados no processo de trabalho da(s) equipe(s) e que se mantêm após o processo de Supervisão Técnica.

Nesse questionamento vemos se repetir em maior número a resposta que traz um desafio que já foi posto pelos respondentes para o desenvolvimento de ações de supervisão, a fragilidade do vínculo trabalhista.

Três estados não respondem e desafios como vulnerabilidade dos usuários, demora nos processos licitatórios, falta de planejamento orçamentário de maneira participativa nos municípios, dificuldades na execução dos recursos, logísticas para ir até os municípios que estão participando das supervisões, pouca mobilização dos gestores para o envio dos técnicos nas ações de supervisão, equipe estadual não capacitada no tema da supervisão e a SVT estar ainda acontecendo são alguns desafios postos pelos entes federativos.

Novamente é importante pontuar a importância da SVT, mas de igual lembrar sua não possibilidade de todos os problemas do SUAS resolver.

4.2.25 Formas de acompanhamento e avaliação dos resultados alcançados

Sobre as formas de acompanhamento e avaliação dos resultados da SVT 5 estados afirmam utilizar de formulários de acompanhamento, três não respondem e um afirma eu faz uso dos relatório de monitoramento e assessoria.

Tabela 35. Matriz de Síntese: Forma de acompanhamento dos resultados

Dimensão	Realizaram com algum nível de distanciamento da normativa (p=5)	Estão realizando (p=2)	Realizou a partir da normativa. (p=1)	TOTAL (p=8)

4.2.26 Monitoramento dos resultados

Sobre os processos de monitoramento dos resultados três estados não respondem a esse questionamento do formulário, dois afirmam que faz uso de formulários, um aponta o acompanhamento do município como via de monitoramento, o uso de ações remotas também é aqui elencado. Para um dos entes ao término de cada encontro é construído um relatório, bem como um deles afirma não haver um instrumento específico para tal ação.

Tabela 36. Matriz de Síntese: Forma de monitoramento dos resultados

Dimensão	Realizaram com algum nível de distanciamento da normativa (p=5)	Estão realizando (p=2)	Realizou a partir da normativa. (p=1)	TOTAL (p=8)

4.2.27 Rotina de acompanhamento de implementação de respostas identificadas na Supervisão Técnica

A rotina de acompanhamento das supervisões vai sendo feita por instrumentais de avaliação de acordo com três estados, inclusive para o que a realizou de acordo com a normativa. O acompanhamento da equipe surge também em três formulários preenchidos pelos entes federativos.

Dois afirmam que não tem uma rotina estabelecida, ao que pode fragilizar a efetividade da ação de SVT e um estado não respondeu.

Tabela 37. Matriz de Síntese: Rotinas de acompanhamento das respostas

Dimensão	Realizaram com algum nível de distanciamento da normativa (p=5)	Estão realizando (p=2)	Realizou a partir da normativa. (p=1)	TOTAL (p=8)

4.2.28 Replicabilidade e certificação

Todos os estados afirmam ser possível produzir algum nível de replicabilidade de sua ação de supervisão técnica no âmbito do SUAS. E sobre os meios de certificação o estado que realizou sua SVT de acordo com as normativas do SUAS junto com outros dois estados que a certificação se dá pelo cumprimento de 75% de presença nas atividades de supervisão. Um estado afirma certificar a partir da realização de uma ação de compartilhamento de boas práticas. Um estado diz que haverá certificado quando o NUEP estiver funcionando e outro ente federativo diz que não há certificação. Esses dois últimos casos fragilizam o seguimento da resolução que estamos aqui tratando.

4.3 Análise das entrevistas com os estados que realizaram algum tipo de Supervisão

4.3.1 O que é SVT

Nesse instante da pesquisa havia o interesse de tentar compreender a realização da SVT sob o norteamento da Resolução do CNAS Nº 6 de 2016. Para iniciar foi perguntado para o representante do estado qual a compreensão dele sobre o que seria a SVT.

Quatro dos estados que realizaram com alguma dimensão distinta da normativa coadunam com dois estados que estão nesse momento realizando SVT apontando eles para uma compreensão de SVT como capacitação a partir de reflexões sobre o cotidiano do trabalhador.

A SVT marcada como processo de capacitação atravessado por planejamento de cada etapa de sua execução nas entrevistas de 3 estados, dois do primeiro grupo da matriz de síntese e um dos estados que estão desenvolvendo a SVT.

A representante do estado que realizou a SVT conforme orientação das normativas do SUAS e um representante dos estados que estão desenvolvendo SVT traz a definição de SVT como modalidade de capacitação relacionada a processos de trabalho, o que aponta para uma definição coadunada com as normativas.

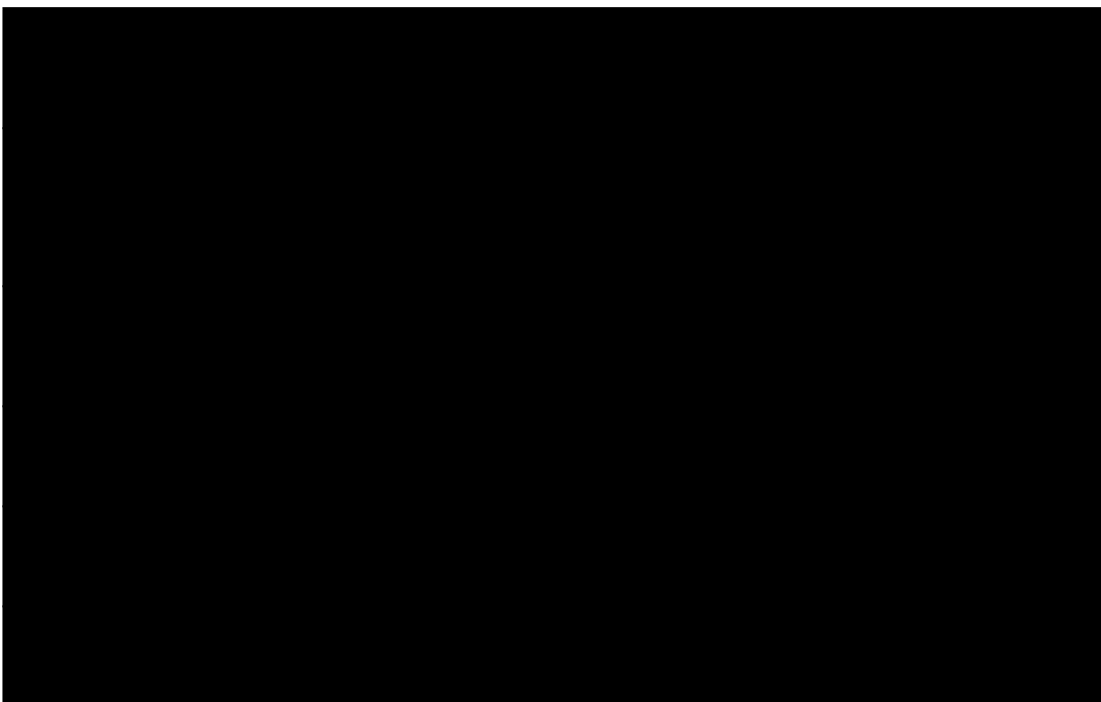
Dois estados apontam que a SVT traz semelhanças com o assessoramento técnico. Tal crença de alguns estados pode contribuir para realização de ações de apoio técnico que possam estar sendo confundidas com a SVT. Daí se apresenta a importância da existência de normativas que diferenciem essas ações de aproximação da União com os estados e a importância da realização dessas ações seguindo os parâmetros de cada atividade no SUAS, contribuindo dessa maneira para o desenvolvimento de atividades precisas, fundamentadas legal e ético-politicamente, estruturadas a partir de arcabouços teóricoprático exequíveis e mais fáceis de serem monitoradas e avaliadas frente à sua efetividade.

Um dos estados que diferenciaram suas ação de SVT com a normativa e um que ainda esta desenvolvendo a SVT elencam como marca da SVT ser ela uma capacitação contínua. A mesma quantidade de entes federados, mas de estados diferentes afirma que para sua execução precisa que seja separado um tempo no trabalho. Essa mesma quantidade propõe que ela sirva ao processo de qualificação do trabalho, bem como da mesma maneira dois estados acham que ela se concretiza como uma discussão das normativas na prática.

Em pelo menos uma das entrevistas saíram as seguintes características sobre a SVT: sua duração mínima é de seis meses, que ela é uma reflexão coletiva, que SVT é advinda da fragilidade do estado em assessorar os municípios, que a SVT tem público alvo variado, que ela é uma forma complementar de capacitação e que encontros presenciais, encontros virtuais e visitas técnicas seriam elementos constituinte da SVT. O apoio técnico ainda parece como análoga com a SVT.

Tabela 38. Matriz de Síntese: Compreensão do que é SVT

Dimensão	Realizaram com algum nível de distanciamento da normativa (p=5)	Estão realizando (p=2)	Realizou a partir da normativa. (p=1)	TOTAL (p=8)



4.3.2 Diferenças entre a SVT e outras modalidades de capacitação

Na tentativa de aprofundar nossa compreensão de como os estados percebem a SVT, perguntamos sobre quais as diferenças entre esse tipo de capacitação e as demais propostas pela PNEP (2013). O estado que executou de maneira condizente à Resolução Nº 6 do CNAS 06 de 2016 traz algumas considerações que são compartilhadas por outros estados. Para esse estado e para 5 dos outros estados que realizaram com alguma diferença da proposta pela resolução, o foco principal da SVT é a centralidade dos processos de trabalho. Para esse estado e para 4 do grupo que aparece na segunda coluna da matriz de síntese a SVT parte de um diagnóstico ou outros processos de reconhecimento de necessidades.

Quatro dos estados que se distanciaram sob algum aspecto da Resolução durante a realização da SVT mais um dos que estão realizando, lembram que elas devem ser planejadas. O estado que realizou a SVT em conformidade com as normativas e três dos estados que realizaram SVT de maneira distinta às normativas do SUAS apontam para uma compreensão de que outras ações de capacitação podem ser manejadas como complemento da SVT.

Quatro entes federados pertencentes ao último grupo citado no parágrafo anterior caracteriza a SVT a partir de seu objetivo em qualificar o trabalho, bem como o mesmo número a caracteriza mediante seu aspecto contínuo, em comparação as outras ações pontuais de capacitação.

Dois desses estados no geral apontam que a SVT trabalha com temas e subtemas geradores e em pelo menos uma reunião foram elencadas que a SVT é responsável pela produção de aprendizagem significativa, que a SVT traz benefícios ao trabalhador, benefício ao usuário, que há busca por resultados no desenvolvimento de ações de SVT e que as ações de capacitação são pontuais.

Tabela 39. Matriz de Síntese: Diferenças entre a SVT e outras modalidades de capacitação dos SUAS – Estados que realizaram Supervisão

[illegible]

4.3.3 Diferença entre SVT e APT

Em 03 de dezembro de 2019 no site do MDS são publicadas o que seriam ações de apoio técnico, as quais, conforme previsto na NOB-SUAS 2012, são de competência dos estados e da União, bem como o apoio técnico aos estados constitui-se como competência da União. Nesse sentido, a União e os estados devem se atentar para as dificuldades enfrentadas pelos entes federados na implementação do SUAS e apoiá-los técnica e financeiramente. Ações de apoio técnico e financeiro à gestão descentralizada do SUAS compreendem, entre outras ações:

- I. capacitação;
- II. elaboração de normas e instrumentos;
- III. publicação de materiais informativos e de orientações técnicas;
- IV. assessoramento e acompanhamento;
- V. incentivos financeiros.

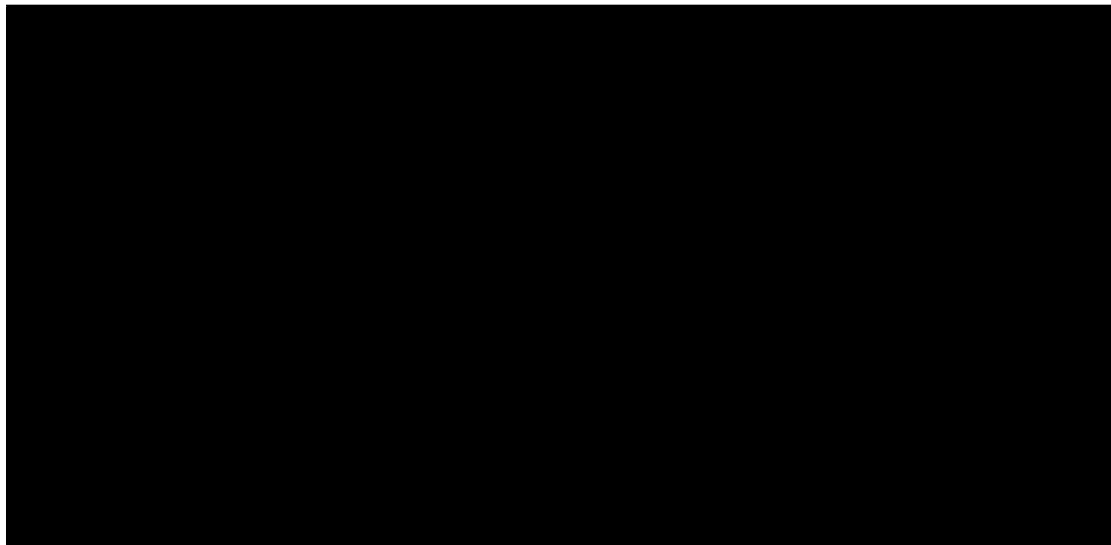
Foi perguntado aos representantes dos estados as diferenças entre as ações de APT quando comparadas as de SVT. O estado que desenvolveu SVT de acordo com a Resolução do CNAS Nº6 de 2016 ele coaduna com 4 dos entes federados que não assim a fizeram, bem como com os dois estados que se encontram desenvolvendo SVT, afirmando que o APT é mais pontual do que a SVT, ou seja, limita-se uma intervenção com temporalidade curta e que se extingue em si mesma. Apenas essa primeira dimensão de categorização se mostra expressiva, no mais vemos que para três entes federados a SVT tem como objetivo qualificar as práticas do SUAS.

Na entrevista com o estado que realizou a SVT de acordo com as normativas e em uma das entrevistas com estados que estão desenvolvendo a SVT sua diferenciação em relação ao APT é que a primeira tem uma temporalidade maior em sua execução. Para um ente federado que realizou a SVT trazendo diferenças referente à normativa do tema no SUAS e um dos estados que está a executar SVT agora, ela aparece como caracterizada por ações de acompanhamento do município.

Para dois estados a SVT possui integração com outras formas de capacitação. Mesma frequência se repete na dimensão na qual o APT aparece como aquela ação que serve para tirar dúvidas e levar informações aos (as) trabalhadores (as). Mesmo número se dá na dimensão de que o APT acontece com a participação ativa dos municípios. É importante pontuar que o estado que realizou a SVT a diferencia do APT por ser ela com uma temporalidade maior e ela se concretiza a partir de uma visão mais ampliada sobre a demanda de capacitação.

Tabela 40. Matriz de Síntese: Diferenças entre a Supervisão Técnica e o Apoio Técnico

Dimensão	Realizaram com algum nível de distanciamento da normativa (p=5)	Estão realizando (p=2)	Realizou a partir da normativa. (p=1)	TOTAL (p=8)



Em apenas uma reunião surgem proposições que caracterizam a SVT como sinônimo de acompanhamento, ela como diálogo mais horizontalizado, ou seja, mais democrático entre os (as) operadores (as) do SUAS, vemos o apontamento da SVT constituída de visitas técnicas, que a STV é caracterizada por momentos de avaliação, que o APT é constituído de um plano de providências frente à uma adversidade que o ente federado venha a estar passando.

Por fim, é importante exemplificar como via de reafirmar a necessidade de produção de momentos ou materiais de elucidação sobre a caracterização da SVT, bem como sua distinção de outras ações de apoio da gestão estadual ou do governo federal, os instantes nos quais há afirmação de que seriam sinônimas essas duas ações e mediante a presença de estados que afirmam não entender as diferenças entre SVT e APT.

4.3.4 A SVT compõe ou compunha o PEP do estado na época

O Art. 8º da Resolução Nº 6 do CNAS de 2016 afirma que a implementação das ações de Supervisão Técnica no SUAS deve estar respaldada no diagnóstico de problemas e levantamento de necessidades de capacitação e de formação identificados no Plano de Educação Permanente de cada ente federado. Nessa perspectiva perguntamos aos entes federados que afirmavam ter realizado ou estarem realizando a SVT se ela compõe ou estava prevista sua realização no Plano de Educação Permanente (PEP) do Estado durante a sua execução.

Tabela 41 - Matriz de Síntese - A Supervisão Técnica e Plano de Educação Permanente

Dimensão	Realizaram com algum nível de distanciamento da normativa (p=5)	Estão realizando (p=2)	Realizou a partir da normativa. (p=1)	TOTAL (p=8)

O estado que realizou a SVT conforme a normativa, junto com os dois estados que estão desenvolvendo SVT nesse momento e a maioria dos estados que realizaram de maneira distinta da resolução em tela garantiram a efetivação de do artigo 8º. Mas é válido pontuar que dois estados não tinham em seus PEP's a previsão de execução e SVT. Tal característica associada a outras diferenças em relação a Resolução 06/2006 possibilitaram a identificação desses estados como entes federados que produziram SVT diferente da proposta pelo documento acima citado.

4.3.5 Objetivo da SVT - Entrevista

Após a pergunta sobre o PEP, foi questionado sobre quais seriam os objetivos da SVT para tais estados. O que realizou a SVT nos moldes das normativas do SUAS, bem como um que está desenvolvendo nesse momento juntos com três do que não o fizeram seguindo completamente as normativas, afirmam que o objetivo dela é a qualificação do serviço. Tal estado junto com 3 dos outros propõem que ela serve à produção de reflexões sobre a atuação dos (as) servidores (as) no desenvolvimento de seu trabalho.

Tabela 42 - Matriz de Síntese: Objetivos da Supervisão Técnica

Dimensão	Realizaram com algum nível de distanciamento da normativa (p=5)	Estão realizando (p=2)	Realizou a partir da normativa. (p=1)	TOTAL (p=8)

Para 2 dos entes federativos que desenvolveram sua SVT diferente dos pressupostos da Resolução do CNAS Nº 6 de 2016 e um que está desenvolvendo no presente tempo a SVT tem como meta promover orientações sobre os serviços. Para dois entes federados a SVT objetiva fortalecer os vínculos entre os (as) técnicas atuantes no SUAS e a gestão do estado.

Em apenas uma das reuniões a SVT é caracterizada como tendo o objetivo de qualificar as orientações prestadas pelo estado aos municípios, serve para qualificar a gestão financeira do SUAS. Algumas respostas apontam para maneira como foi realizada a SVT em tal estado, um deles afirma que sua SVT foi executada de maneira informal sem planejamento, ao que podemos questionar se cabe nesse caso a titulação de SVT em tal ação, e uma desses estados afirma que a sua SVT teve como objetivos discutir a atuação em instituições de acolhimento para crianças e adolescentes.

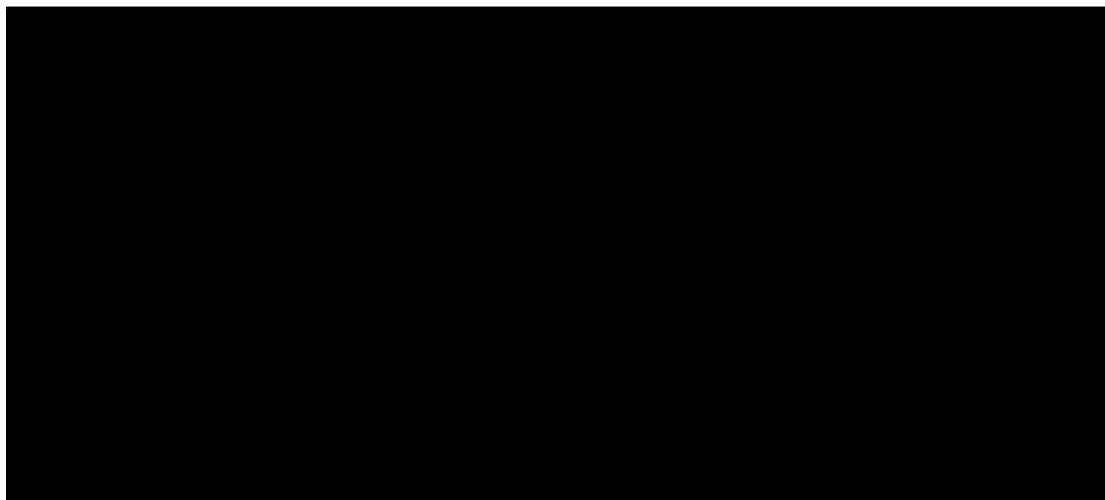
4.3.6 Momentos ou situações nas quais a supervisão técnica serviu de espaço, de escuta entre as equipes ou entre as trabalhadoras

Na tentativa de compreendermos a quão fidedigna foi a SVT desenvolvida pelos estados perguntamos aos seus representantes sobre o cumprimento do Inciso I O Art. 5º da Resolução do CNAS Nº 6 de 2016 que traz dentre os objetivos específicos dessa ação de capacitação o intuito de “I. promover um espaço de escuta e de diálogo entre membros da (s) equipe (s).”

Todos os entes federados apontam que esse objetivo era alcançado nas reuniões de execução da SVT ou de avaliação da ação de SVT. Quatro chega a propor que eram possibilitados momentos de Feedback das ações desenvolvidas juntos aos seus participantes. Os dois estados que estão desenvolvendo a SVT e um dos que compõem a segunda coluna da matriz de síntese que segue abaixo, dizem que essa escuta se deu quando foi realizado o levantamento das demandas dos (as) técnicos e no estímulo à participação durante as atividades.

Tabela 43 - Matriz de Síntese: Supervisão Técnica e Escuta dos (as) trabalhadores (as)

Dimensão	Realizaram com algum nível de distanciamento da normativa (p=5)	Estão realizando (p=2)	Realizou a partir da normativa. (p=1)	TOTAL (p=8)



Aparece em uma das reuniões a proposição de que a tal escuta se materializou durante a discussão sobre prevenção e adoecimento mental e no instante da revisão dos projetos pedagógicos das casas de acolhimento do estado.

4.3.7 Levantamento das competências que eram necessárias à SVT

A execução da SVT caracteriza-se como ação de capacitação, de acordo com a PNEP SUAS (2013). Dessa maneira ao desenvolver qualquer ação de produção e aprendizagem precisamos entender quais conhecimentos, habilidades e atitudes merecerão ser trabalhadas ao longo dessa ação de capacitação.

O artigo 8º da Resolução do CNAS Nº 6 de 2016 orienta que “a implementação das ações de Supervisão Técnica no SUAS deve estar respaldada no diagnóstico de problemas e levantamento de necessidades de capacitação e de formação identificados no Plano de Educação Permanente de cada ente federado e, ainda, terá como base um roteiro específico, do qual deverá constar:

- I. diagnóstico, contendo, dentre outros:
 - a) equipes de profissionais envolvidas;
 - b) trabalho social desenvolvido;
 - c) atribuições das equipes de profissionais;”

Uma vez que trata-se de uma ação de capacitação, a SVT pode contribuir na resolução dos problemas e necessidades a partir do fomento à competências junto aos (às) trabalhadores (as) na tentativa de superação de tal situação ou de produção de novas metodologias ou ações por parte do participantes da supervisão.

Na perspectiva a Gestão de Competência enquanto estratégia de produção de conhecimento, habilidades e atitudes para o enfrentamento das adversidades próprias das organizações e serviços (AMORIM e SILVA, 2011) entender quais conhecimentos, quais habilidades e quais atitudes são necessárias para mitigação dos problemas das equipes do SUAS que participaram das ações de SVT desenvolvidas pelos estados se mostrou necessária. Tanto para a compreensão se houve pelo estado o cumprimento do artigo 8º da resolução em discussão, bem como para descrever a multiplicidade de ações que podem atender a esse artigo, perguntamos como se deu o levantamento dessas competências a serem fomentadas na SVT.

É importante pontuar que todos os estados, paramentando-se de maneira fidedigna ou não da resolução do CNAS Nº6 de 2016, realizaram ações que puderam levantar as necessidades dos trabalhadores e conteúdos a serem trabalhados nos encontros.

O estado que realizou a SVT nos moldes das normativas dos SUAS referente ao tema mais 2 dos outros que fizeram com algum elemento distanciado da normativa e um que está desenvolvendo afirmam que realizaram um Diagnóstico de Necessidade de Supervisão. É importante pontuar que o primeiro estado citado nesse parágrafo advoga que fez um primeiro diagnóstico, mas que a empresa contratada para a execução realizou um diagnóstico complementar, usando oficinas para tal.

Uma peculiaridade levantada na entrevista com o estado que seguiu fielmente a resolução que tratamos nesse documento, é que todo o tempo a equipe coordenadora e a executa tiveram o cuidado de dividir em turmas de 20 pessoas as equipes que participariam da SVT para tender o critério proposto pelo parágrafo segundo do artigo sexto da resolução.

Tal estado junto com um dos estados que estão desenvolvendo e quatro dos demais entes federados asseguram que o levantamento das competências a serem trabalhadas foram elencadas a partir dos objetivos da entrega dos produtos finais da SVT. novamente aqui vemos uma perspectiva de produção de algo, materializado no cotidiano de trabalho, como componente da SVT.

Dos estados que em algum momento sua ação de SVT técnica tenha se distanciado dos parâmetros da Resolução Nº 6 de 2016, quatro afirmam que utilizaram de algum instrumental para reconhecimento de necessidades de supervisão, bem como um que esta desenvolvendo presentemente. O mesmo número lembra que foi a partir da escuta das dificuldades dos trabalhadores que que eles se aproximaram do intuito do questionamento nesse instante da entrevista.

Quatro entes federados afirmam que o levantamento das competências a serem trabalhadas na SVT se deu tomando como norteamento as orientações técnicas sobre o tema. Três estados alegam ter utilizado como reconhecimento das habilidades, atitudes e conhecimentos a serem fomentadas em suas equipes na SVT as solicitações dos municípios e o acompanhamento dos municípios que já realizam.

Aparece em uma reunião dos estados que não conseguiu realizar a SVT de acordo com os parâmetros da resolução, a dificuldade de estabelecimento de temporalidade nas ações de SVT, sendo este um fator que distanciou a sua SVT dos parâmetros da mesma. Em pelo menos em uma das entrevistas surge a noção de que o reconhecimento das competências a serem fomentadas na SVT partiram da centralidade do trabalho da equipe que participou da SVT e a utilização de indicadores de sistemas do MDS como norteador da estimulação desses conhecimentos.

Independente da forma como foi realizada podemos perceber que várias são as ferramentas, metodologias e vias de dados para a produção do levantamento das competências a serem fomentadas nas ações de SVT.

Tabela 44 - Matriz de Síntese: Levantamento das competências da SVT

Dimensão	Realizaram com algum nível de distanciamento da normativa (p=5)	Estão realizando (p=2)	Realizou a partir da normativa. (p=1)	TOTAL (p=8)

4.3.8 Estratégias para o fomento das competências

Sobre as estratégias a serem utilizadas pelos estados na estimulação de conhecimentos, atitudes e habilidades que possam responder as demandas trazidas pelos levantamentos ou diagnósticos realizados, vemos baixas coadunações produzidas na categorização que segue mediante a diversidade de ações utilizadas.

O estado na coluna mais à direita junto três dos demais estados elencam os seminários e oficinas como ações componentes de sua SVT. quatro entes federados apontam para o uso de dinâmicas de grupo, como elemento fomentador de aprendizagens.

O fomento às competências objetivadas na SVT em quatro dos entes federados respondentes se deu através do trabalho com os temas próprios da SVT. Três estados propõem ter usados ações virtuais, também três desses estados temos o uso das normativas da PNAS (2004) como vias de fomento às competências reconhecidas como necessárias às equipes.

Em pelo menos um dos encontros com os estados vemos o uso do diagnóstico como elemento estimulador das aprendizagens, o estabelecimento de carga horária a ser utilizada em todos os encontros, bem como a determinação do cronograma a ser executados, surge também a noção de alta variabilidade de tempo para a realização dos encontros e sua durabilidade com equipes distintas de municípios participantes, ao que pode comprometer o seguimento fiel da Resolução Nº 6 de CNAS de 2016.

Também surgiu apenas uma vez, mas que pode ganhar contorno potentes em suas adaptações na realização da SVT ações como: uso de curso, uso de vídeo, produção de cartilha, o diferencial do supervisor na condução a SVT, o estabelecimento de um técnico de referência para cada município e a negociação entre a equipe coordenadora e a executora sobre as metodologias a serem utilizadas.

Tabela 45 - Matriz de Síntese: Fomento das competência da SVT

Dimensão	Realizaram com algum nível de distanciamento da normativa (p=5)	Estão realizando (p=2)	Realizou a partir da normativa. (p=1)	TOTAL (p=8)

4.3.9 Monitoramento frente aos objetivos - Entrevistas

O artigo 8º em seu inciso III propõe que a SVT deve possuir formas de acompanhamento da aplicação das respostas formuladas e de avaliação e monitoramento dos resultados alcançados.

Três estados que fizeram SVT de maneira distinta à posta pela Resolução Nº 6 do CNAS de 2016 mais um que esta em vias de execução afirmam que utilizaram para monitorar os resultados de suas ações a análise de indicadores e sistemas do MDS. O mesmo número do primeiro grupo de estados acima citados advoga ter realizado avaliações junto aos (às) trabalhadoras em cada encontro, utilizando de instrumentais diversos.

As visitas aos municípios aparecem como via de monitoramento para três estados e a realização de diagnósticos aparecem em duas reuniões como ferramenta de monitoramento. É válido pontuar que dois entes federativos afirmam que não possuem meios estruturados de monitoramento, o que distanciou sua classificação como estado que realizou a SVT de acordo com as normativas do SUAS.

O estado que realizou a SVT de acordo com a Resolução Nº 6 de 2016 da CNAS traz a contribuição de que o monitoramento se dava pela realização de reuniões de alinhamento entre os demandantes e os supervisores e a construção de um grupo gestor para exatamente monitorar a SVT.

Surgem em pelo menos uma das entrevistas ferramentas como relatório do supervisor e percepção do supervisor como via de monitoramento, o uso da avaliação de reação a cada encontro, o acompanhamento do plano de providências, o uso do assessoramento, o monitoramento virtual e o reconhecimento de que o ente federado entrevistada na ocasião necessitaria de uma consultoria para pensar sobre esses processos de monitoramento

Tabela 46 - Matriz de Síntese: Ações de monitoramento

Dimensão	Realizaram com algum nível de distanciamento da normativa (p=5)	Estão realizando (p=2)	Realizou a partir da normativa. (p=1)	TOTAL (p=8)



4.3.10 Avaliação geral

No que diz respeito a avaliação geral da SVT vemos maneiras distintas maneiras dela acontecer juntos aos estados que realizaram alguma ação de SVT, independente da formatação. O estado que seguiu as normativas do SUAS propõe que a cada encontro acontecia a avaliação frente aos objetivos da SVT, bem como era proposto a avaliação e reação dos participantes. Dois dos estados que realizaram de maneira distinta a da Resolução e um que está desenvolvendo afirmam que a avaliação se dava em reunião com as equipes participantes, e a mesma quantidade diz que havia um formulário específico para tal ação.

Dois grupos trazem que sua SVT obteve uma avaliação positiva das equipes. E um ente federado, ao que serviu de ponto de classificação dele como ente que realizou de maneira distinta à Resolução afirmam que percebem que precisa ser estruturada ainda essa avaliação para entender quais repercussões que sua SVT pode agenciar. Um estado afirma não ter condições de avaliar mediante a ação não ter findando.

Tabela 47 - Matriz de Síntese: Ações de avaliação no geral

Dimensão	Realizaram com algum nível de distanciamento da normativa (p=5)	Estão realizando (p=2)	Realizou a partir da normativa. (p=1)	TOTAL (p=8)

4.3.11 Efeito da supervisão técnica no exercício das atribuições dos (as) servidores (as)

O inciso II do Art. 5º da Resolução Nº 6 de 2016 traz como um dos objetivos específicos da Supervisão Técnica no SUAS, “II. contribuir para o aperfeiçoamento profissional, técnico e ético-político dos trabalhadores do SUAS, buscando, de forma contínua e permanente, a qualidade e a efetividade no exercício de suas atribuições.”

Foi então perguntado aos representantes dos estados que realizaram alguma ação de capacitação por eles denominada de supervisão técnica quais efeitos foram percebidos no exercício das atribuições dos servidores mediante a realização da SVT.

No processo de categorização das respostas de todos os estados, independente da classificação nesse documento proposta, foi perceptível que dos oito estados que desenvolveram ou estão desenvolvendo alguma ação de STV, sete avaliam positivamente o efeito da SVT no exercício das atribuições dos (as) servidores (as). Um estado afirma não ter conseguido avaliar tal questão, o que fragiliza sua possibilidade de avaliar a efetividade de sua ação de SVT, especialmente a partir dos parâmetros da resolução norteadoras desse mapeamento.

Alguns efeitos positivos são apontados pelos entes federados que falam dos aspectos positivos no exercício das atribuições dos (as) trabalhadores (as). O estado que realizou conforme as normativas, mais um que está desenvolvendo e um representante dos estados que diferenciaram algum aspecto de sua supervisão da Resolução afirmam que houve um entendimento das atribuições técnicas a partir da execução da SVT.

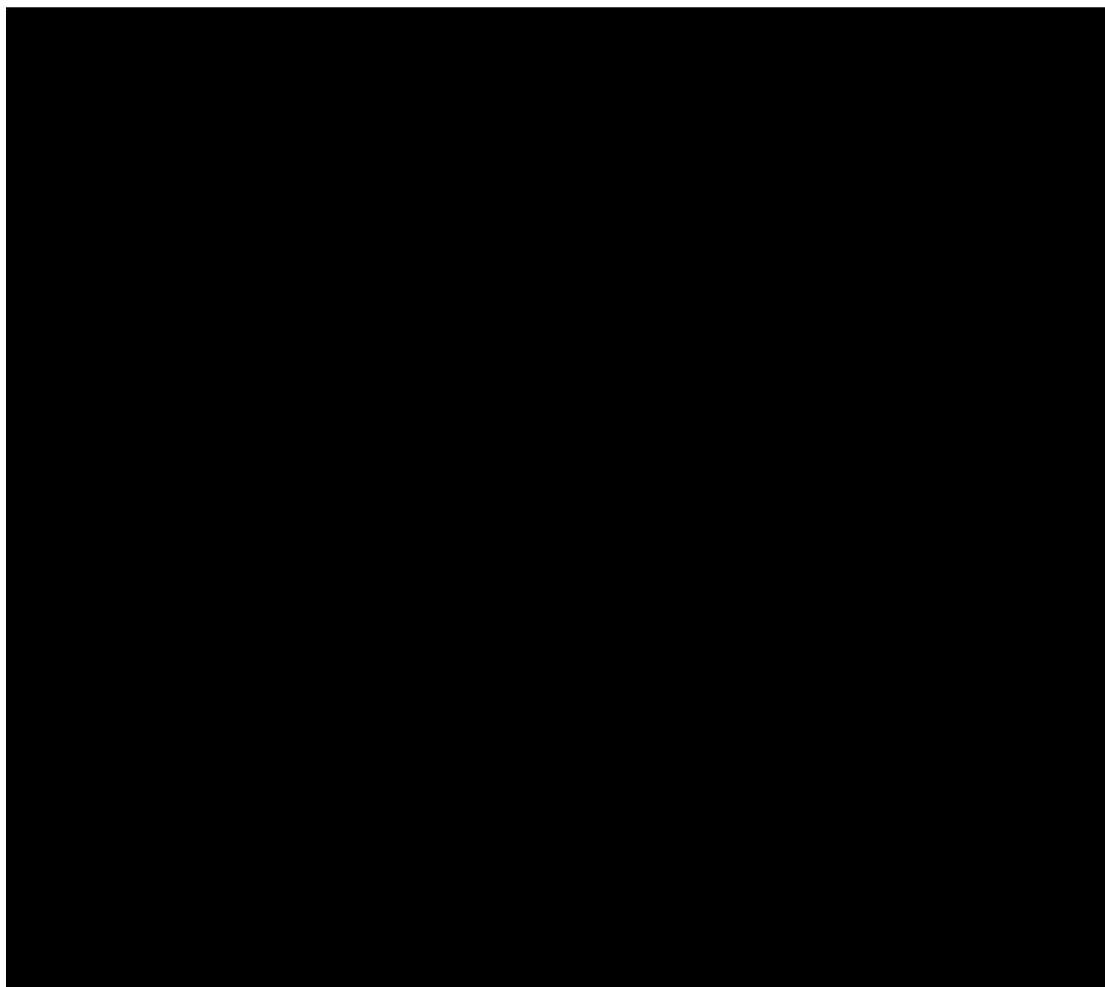
Dois entes federados que não conseguiram seguir a Resolução Nº 6 de 2016 afirmam que medem esses efeitos em reuniões periódicas com as equipes. Essa mesma quantidade nesses estados propõe que ainda esta se materializando esse impacto.

Um desses últimos estados junto com outro que está em desenvolvimento da SVT nos alertam que a rotatividade dos técnicos no serviços aonde estão acontecendo essas ações impacta na avaliação desses efeitos. Dois entes federados afirmam não conseguiram avaliar, um porque ainda está acontecendo a SVT e o outro porque já havia concluída a SVT, mas afirma ter enfrentado de dificuldades para realizar essa avaliação, o que fragiliza a avaliação dos impactos de essa intervenção de supervisão. Dois outros entes federados afirma enfrentar dificuldades para realizar essa avaliação.

O estado que realizou SVT conforme as normativas do SUAS traz alguns outros efeitos atribuídos a realização dessa ação e capacitação. Maior integração com a equipe, ao que um outro estado com formatação distinta de SVT também repete e sua entrevista. O primeiro estado citado ainda menciona a melhora na comunicação entre os setores que participaram da SVT e a produção de novas ações de trabalho como efeito da SVT nas atribuições dos servidores.

Tabela 48 - Matriz de Síntese: Efeitos da SVT no exercícios das atribuições dos (as) trabalhadores (as)

Dimensão	Realizaram com algum nível de distanciamento da normativa (p=5)	Estão realizando (p=2)	Realizou a partir da normativa. (p=1)	TOTAL (p=8)



Aparece em pelo menos uma reunião falas que a equipe é reduzida para avaliar ,o que impacta na execução da SVT de acordo com a resolução em tela, o uso de processos de feedback para avaliar esse impacto e a construção de novas oficinas a partir das avaliações realizadas nos encontros anteriores.

4.3.12 Efeito dessa supervisão técnica na execução dos serviços

Na Resolução Nº 6 de 2016 do CNAS o Art. 4º afirma que A Supervisão Técnica tem por objetivo geral “fornecer subsídios teóricos, metodológicos, técnicos, operativos e éticos para a construção crítica e criativa de novas alternativas de intervenção aos trabalhadores do SUAS e elevar a qualidade do provimento dos serviços, programas, projetos, benefícios socioassistenciais e transferência de renda e da gestão do Sistema, contribuindo para a ressignificação das ofertas da Assistência Social e potencializando o pleno cumprimento de suas funções e seguranças afiançadas, na perspectiva da garantia de direitos.”

Dessa maneira perguntamos aos representantes dos estados como eles avaliam o efeito da SVT na execução dos serviços. Vemos que as respostas são diversas e poucas delas orbitam a mesma categoria de dimensão da matriz de síntese que se segue.

Três estados afirmam que houve uma qualificação na oferta de alguns serviços relacionados ao tema da supervisão, bem como dois afirmam que com a supervisão houve um maior conhecimento da realidade dos municípios.

O estado que fez de acordo com as normativas do SUAS e que um está desenvolvendo contribuem com a discussão afirmando que é necessária que aconteçam reuniões de alinhamento para ir vendo como o SVT tem que ser conduzida.

Dois estados que fizeram de maneira diferente a da resolução Nº 6 e um que está realizando SVT afirmam que houve uma melhor devolutiva nos resultados das equipes que participaram da SVT. Dois estados afirmam que não conseguiram avaliar os efeitos da SVT no provimento de serviços, o que distancia suas modalidades de supervisão da proposta pela resolução em discussão.

O ente federado que realizou sua SVT de acordo com as normativas traz a realização de uma Mostra de Práticas como ação final da SVT e via de avaliação dos efeitos dela sobre a execução de serviços.

Tabela 49 - Matriz de Síntese: Efeitos da SVT no exercícios na execução dos serviços

Dimensão	Realizaram com algum nível de distanciamento da normativa (p=5)	Estão realizando (p=2)	Realizou a partir da normativa. (p=1)	TOTAL (p=8)

4.3.13 Decisão sobre a escolha do material bibliográfico usado na SVT

Sobre o material pedagógico e fonte bibliográfica utilizada nos momentos de aprendizagem estimulados durante as ações compunham a SVT apenas um estado não traz a afirmação que faz uso dos documentos e normativas do SUAS sobre as temáticas de suas supervisões.

A escuta dos trabalhadores e de suas necessidades foi uma ferramenta metodológica utilizada por cinco estados para a escolha do acervo bibliográfico da SVT realizada, incluindo o estado que seguiu a Resolução que estamos aqui tratando. Esse mesmo estado junto com outro ente federado que está realizando nesse momento a sua SVT e dois estados que fizeram de maneira diferente ao da Resolução afirmam que compõem seus materiais pedagógico da SVT referências bibliográficas sobre o tema de sua supervisão.

O uso de metodologias diferentes, assim descritas pelos respondentes das entrevistas, para a escolha do material pedagógico foi apontado pelo estado orientado pelas normativas do SUAS na hora da execução da SVT e por um ente federado que se distanciou da resolução. Esse primeiro estado chega a citar o Design Thinking que é uma metodologia de aprendizagem organizacional usada para a criação de novos produtos, serviços, processos ou para a resolução de problemas das instituições.

Tabela 50 - Matriz de Síntese: Escolha do material bibliográfico

Dimensão	Realizaram com algum nível de distanciamento da normativa (p=5)	Estão realizando (p=2)	Realizou a partir da normativa. (p=1)	TOTAL (p=8)

Em apenas uma reunião foi citado o uso da Projeto Pedagógico ou da Matriz pedagógica da SVT como norteadora para a escolha do material bibliográfico das supervisões realizadas, bem como a Escola de Gestão do Estado e o Conselho Estadual de Assistência Social também aparecem como fontes de sugestão para a escolha de material a ser utilizado na SVT.

4.3.14 Produção novas ferramentas e novas tecnologias a partir da SVT

A Resolução Nº 6 de 2016 do CNAS no início de seu artigo 4º propõe que “ A Supervisão Técnica tem por objetivo geral fornecer subsídios teóricos, metodológicos, técnicos, operativos e éticos para a construção crítica e criativa de novas alternativas de intervenção aos trabalhadores do SUAS”, bem como no inciso IV do Art. 5º lembra-nos que entre os objetivos específicos da Supervisão Técnica no SUAS está o de “V. produzir subsídios para a proposição de novas práticas e técnicas profissionais, metodologias e novos processos e rotinas de trabalho, visando a superação de desafios, limitações e dificuldades enfrentadas pelas equipes profissionais do SUAS”.

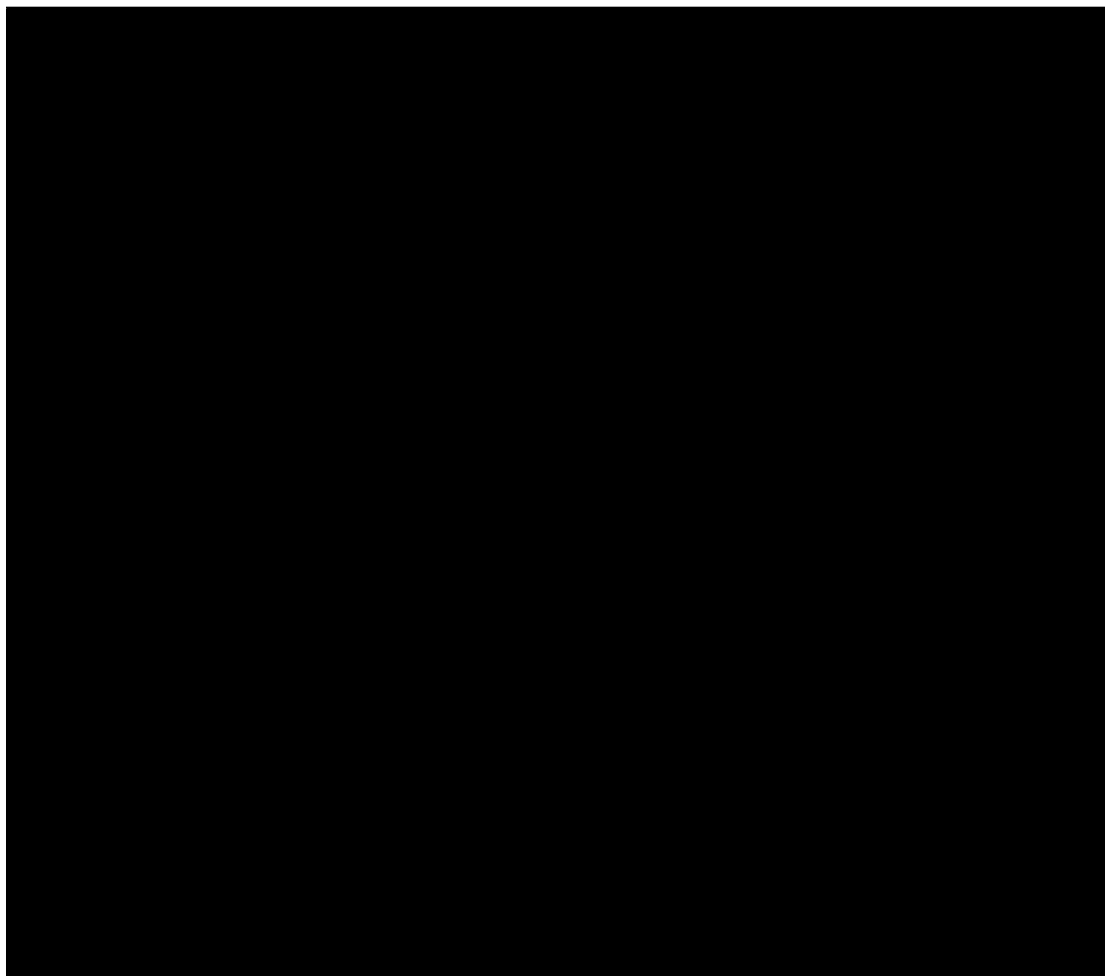
Dessa maneira buscamos compreender se houve a produção de alguma nova ferramenta ou maneira nova de se executar os serviços que foram temas das supervisões produzidas pelos entes federados.

O ente federado que executou a SVT de maneira análoga à resolução acima citada traz a produção de uma agenda regulatória do SUAS em seu estado como resposta ao presente questionamento.

Contudo tivemos vários outros produtos e ferramentas citadas como fruto da supervisão desenvolvidas por esses entes. Como o aprimoramento do PP de uma instituição de acolhimento de crianças e adolescentes, novos instrumentais que passam a ser utilizados pela Vigilância Socioassistencial, a adequação de instrumentais usados na gestão e provimento dos serviços e benefícios, alteração no fluxo de acolhimento migratório, produção de cartilha sobre o tema, melhora na execução e produção de dados sobre o SCFV e a saída do senso comum na hora da execução dos serviços socioassistenciais. Bem como tivemos um estado que não soube responder essa pergunta.

Tabela 51 - Matriz de Síntese: Novas ferramentas e tecnologias a partir da Supervisão Técnica

Dimensão	Realizaram com algum nível de distanciamento da normativa (p=5)	Estão realizando (p=2)	Realizou a partir da normativa. (p=1)	TOTAL (p=8)



4.3.15 Planejamento dos momentos pedagógicos da supervisão

Ouvir como são planejados os momentos pedagógicos ou de promoção de aprendizagem executados ao longo das supervisões produzidas por esses entes federados pode contribuir para compreendermos como pode se dar de maneira efetiva esse planejamento e quais ferramentas podem compor essa etapa.

Todos os entes federados que se desenvolveram alguma supervisão, exceto um, afirmam que o planejamento se dava a partir das reuniões com os envolvidos na SVT, escutar essas pessoas era a melhor via de planejar esses momentos educacionais. Esse primeiro dado levantado ajuda a compreender o fato de que todos os estados, exceto que fez a SVT, reafirmam que o planejamento dos momentos pedagógicos se dava através do reconhecimento da realidade de cada equipamento que tinha sua equipe como participante do momento de supervisão. Três entes federados que realizaram a supervisão com algum distanciamento dos parâmetros da Resolução Nº 6 advogam ter usado as normativas do SUAS na hora do planejamento das ações.

Dois desses estados junto com um que está ainda desenvolvendo propõem que é a partir do nível de conhecimento dos (as) trabalhadores (as) que são feitos os planejamentos. Bem como foi colocado pelo que executou norteado pela resolução sua SVT e um que dela se distanciou o uso de encontros virtuais como via de planejamento dos momentos pedagógicos.

Tabela 52 - Matriz de Síntese: Planejamento dos momentos pedagógicos da supervisão

Dimensão	Realizaram com algum nível de distanciamento da normativa (p=5)	Estão realizando (p=2)	Realizou a partir da normativa. (p=1)	TOTAL (p=8)

Surge em pelo menos uma das entrevistas fala como o uso do assessoramento como via de planejamento da SVT, a realização de um Seminário de Avaliação, o repasse de materiais didáticos, bem como a liberdade metodológica que possibilitava ao supervisor decidir sobre tal planejamento.

4.3.16 Execução dos momentos pedagógicos

Se no tópico anterior temos um questionamento sobre como era planejados os momentos pedagógicos da SVT, nesse instante tentamos compreender a diversidade de vias de execução de atividades que possam compor a SVT.

O Art. 14 da Resolução Nº 6 de 2016 nos aponta quais “ações e estratégias educativas podem ser realizadas, de forma articulada e complementar às ações de Supervisão Técnica, tais como:

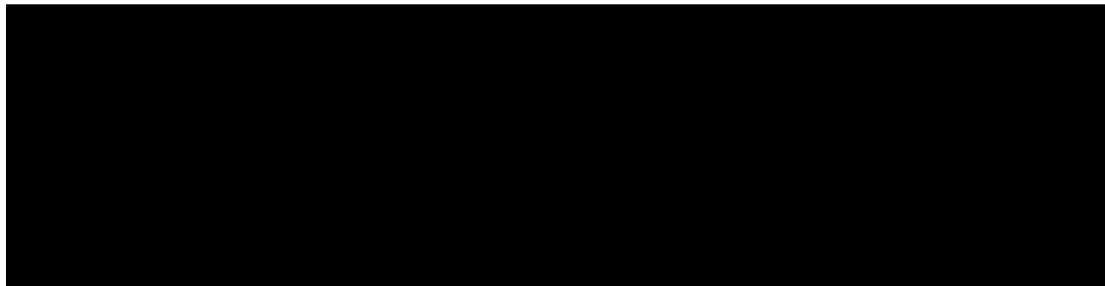
- I. seminários;
- II. mesas redondas;
- III. jornadas;
- IV. oficinas.“

A maioria dos respondentes trazem a apresentação e repasse de materiais didáticos sobre os temas da supervisão como vias de execução e tais instantes de capacitação. A culminância com a realização de evento maior é citada pelo estado que desenvolveu sua SVT de acordo com as normativas do SUAS, junto com dois estados que dessa resolução, por vezes, se distanciou, e mais estado que ainda esta desenvolvendo. Dois desse último grupo de entes federados e os estados que ainda estão realizando supervisão trazem as visitas aos equipamentos como ferramenta pedagógica. O uso das oficinas aparece em três entrevistas, bem como noção de que tais momentos devem partir da realidade da equipe que está participando da supervisão.

O uso de momentos híbridos, virtual e presencial, foram ferramentas de estimulação de aprendizagem dos estados que fez sua supervisão de acordo com as normativas, bem como para um estado que dela se distanciou. O uso de assessoramento surgiu como instrumental pedagógico usado na supervisão do último grupo de estados citados. A discussão coletiva, o estudo de casos e a construção de um plano de providências para a equipe aparece pelo menos uma vez nas entrevistas.

Tabela 53 - Matriz de Síntese: Execução dos momentos pedagógicos da supervisão

Dimensão	Realizaram com algum nível de distanciamento da normativa (p=5)	Estão realizando (p=2)	Realizou a partir da normativa. (p=1)	TOTAL (p=8)



4.3.17 Produção de autorreflexão sobre processos de discriminação e estigmatizadores

O artigo 5º da Resolução Nº 6 de 2016 do CNAS quando discorre sobre os objetivos específicos da SVT traz no inciso “VI. promover processos de reflexão e autorreflexão que contribuam para o rompimento com práticas preconceituosas, assistencialistas e estigmatizadoras, e para a ampliação da percepção sobre si e seu papel, sobre o outro e sobre a sociedade brasileira, na perspectiva do direito e do respeito à diversidade.

Tomando como sabe esse parâmetro foi perguntado aos representantes dos entes federados que participaram do presente mapeamento como a supervisão por eles executadas promoveram momentos de reflexão junto ao (as) trabalhadores (as) sobre possíveis práticas discriminatórias e preconceituosas que podem ocorrer no âmbito do SUAS.

Na tentativa de produção de reflexões sobre os processos discriminatórios que podem atravessar a execução de serviços ou na concessão de benefícios no SUAS, o uso de dinâmicas de grupo ou metodologias criadas pelas supervisoras aparecem como ferramenta para o estado que seguiu as normativas na execução de sua SVT e para outros três que não conseguiram executar de maneira fidedigna à resolução.

As rodas de conversa se mostram ferramentas utilizadas para três dos entes federados classificados no último grupo citado no parágrafo anterior, e para um estado que está desenvolvendo sua STV. A produção de reflexões sobre as práticas profissionais foram vias de reflexão sobre essa problemática para dois estados. E em pelo menos uma das entrevistas aparecem as seguintes estratégias: discutindo interseccionalidade, trazendo o tema no evento de culminância, falando sobre ética e um ente federado afirma não ter planejado essa discussão, o que fragiliza sua ação na categorização dela como afiançada pela resolução que estamos a discutir e por ela ser norteados.

Tabela 54 - Matriz de Síntese: Reflexões sobre práticas discriminatórias no SUAS

Dimensão	Realizaram com algum nível de distanciamento da normativa (p=5)	Estão realizando (p=2)	Realizou a partir da normativa. (p=1)	TOTAL (p=8)

4.3.18 Troca de experiência e de trabalho colaborativo

No inciso VII do artigo 5 da Resolução Nº 6 de 2016 do CNAS aparece como objetivo específico da SVT “desenvolver capacidade de trabalho colaborativo, horizontal e interdisciplinar entre os membros da (s) equipe (s), proporcionando o compartilhamento de experiências e conhecimentos entre as diferentes equipes profissionais do SUAS”.

Perguntamos então como acreditavam os respondentes terem garantido esse objetivo nas suas ações de supervisão. As rodas de conversa surgem como ferramenta para se lograr êxito frente a tal objetivo para três entes federados. Mas é importante pontuar a tentativa de dois estados, que mesmo apresentando alguns pontos de distanciamento da resolução que aqui tratamos na execução de supervisão, produziram cartilhas sobre a temática de sua supervisão como forma de trabalho colaborativo. O estado que seguiu a normativa proposta traz a produção de uma agenda regulatória como via de concretização de tal ação colaborativa entre os (as) trabalhadores (as) que participaram de sua SVT.

Tabela 55 - Matriz de Síntese: Troca de Experiências de Trabalho Colaborativo

Dimensão	Realizaram com algum nível de distanciamento da normativa (p=5)	Estão realizando (p=2)	Realizou a partir da normativa. (p=1)	TOTAL (p=8)

A produção de um Projeto Pedagógico para uma instituição de acolhimento de crianças e adolescentes, a própria produção do diagnóstico que deu base para o planejamento da supervisão e o uso de estudos de caso parecerem em pelo menos uma das reuniões com os entes federados.

4.3.19 Reconhecimento do território

Ainda no artigo 5º artigo da Resolução Nº 6 do CNAS de 2016, onde são apresentados os objetivos específicos da SVT, no inciso VIII é apresentado o objetivo de “estimular a construção de ações voltadas ao território como meio de ampliar o conhecimento sobre as necessidades, demandas sociais e potencialidades da população e do território para o fortalecimento do vínculo comunitário e de sua capacidade protetiva.”

Nesse sentido foi perguntado como as ações de supervisão puderam contribuir para o reconhecimento do território de atuação da equipe participante dessa ação de capacitação. O estado que realizou a partir da resolução acima citada, mais um ente federado que está realizando e um que realizou de maneira diferente à referida resolução avaliam que tal objetivo da SVT foi contemplado através das discussões a respeito das dinâmicas sociais desses territórios, acontecendo de maneira pontual para três desses últimos estados.

Ações que pudessem contribuir para o reconhecimento da realidade local foi assinalado como estratégia do estado que seguiu a normativa, mais de mais um que está realizando SVT e um que realizou de maneira distinta.

Trabalhar os próprios temas da SVT agenciaria o reconhecimento do território para dois entes federados. Bem como para esse mesmo quantitativo a busca pela superação das dificuldades apontadas ao início da SVT seriam a via de garantir o reconhecimento do território. Em duas reuniões aparecem as dinâmicas de grupo como viabilizadoras desses reconhecimentos.

Tabela 56 - Matriz de Síntese: Reconhecimento do território

Dimensão	Realizaram com algum nível de distanciamento da normativa (p=5)	Estão realizando (p=2)	Realizou a partir da normativa. (p=1)	TOTAL (p=8)

Em pelo menos uma reunião surge o uso da discussão sobre referência e contrarreferência e o incentivo à produção de um diagnóstico socioterritorial como vias de obtenção desse objetivo na SVT.

A agenda regulatória, produto da SVT do estado que a realiza conforme as normativas, surge nesse momento da entrevista como alicerçadora desse objetivo, ao que por ser recorrente vezes enunciado como advindo da SVT nos faz pensar que um mesmo material, ferramenta, metodologia e/ou tecnologia fruto da SVT pode atender distintas dimensões apresentadas na resolução norteadora dessa forma de capacitação.

4.3.20 Fortalecimento de vínculos dessas trabalhadoras com a comunidade

Para a compreensão da importância que o Fortalecimento de Vínculos com a Comunidade tem como objetivo específico da SVT, garantido no inciso VIII da Resolução Nº 6 do CNAS de 2016, precisamos lembrar que desde a PNAS (2004) e reverberado em todas as outras normativas do SUAS, o fortalecimento de vínculo com a comunidade ergue-se como objetivo de ações destinadas às populações, famílias, sujeitos, gestores, trabalhadores (as) e agentes de controle social, ou seja, a todos os atores do SUAS.

Porém por vezes essas atividades são difíceis de mensurar na execução diária das ações das Proteções Sociais do SUAS. Temos poucos estudos que tentam de alguma maneira avaliar a efetividade dessas atividades de fortalecimento de vínculos com a comunidade. Lucena Filho (2022) aponta para a extrema fragilidade desse objetivo em pesquisa comparativa de avaliação de efetividade de MSE por parte de egressos de MSE em meio aberto e seus familiares. Logo, qualquer ação que se apresente como efetiva nesse objetivo merece ser considerada e divulgada na tentativa de adaptação e replicabilidade nas mais diversas ações do SUAS.

Os representantes dos estados que estão desenvolvendo SVT nesse momento trazem informações que puderam ser categorizadas na perspectiva de que as próprias reflexões sobre o cotidiano de trabalho advindos da SVT poderiam promover esse tipo de fortalecimento de vínculos.

Dois dos representantes dos estados agrupados na segunda coluna dessa matriz abaixo representada tem suas falas agrupadas na categoria que sintetiza a ideia de que as atividades do reconhecimento da demanda da SVT podem ter contribuído para o fortalecimento de vínculos.

O estado que realizou a SVT de acordo com as normativas percebe que depois da SVT a equipe estadual melhorou seus processos comunicacionais com os municípios, apresentando um processo de trabalho qualificado como produto da SVT.

Tabela 57 - Matriz de Síntese: Fortalecimento de vínculos com a comunidade

Dimensão	Realizaram com algum nível de distanciamento da normativa (p=5)	Estão realizando (p=2)	Realizou a partir da normativa. (p=1)	TOTAL (p=8)

Em pelo menos uma das entrevistas foi elencado a construção do produto final da SVT como agenciadora do fortalecimento de vínculos entre a equipe e a comunidade na qual está inserida essa equipe. E um dos estados que estão desenvolvendo traz a rotatividade da equipe técnica que esta sendo alvo da supervisão como um processo dificultador do fortalecimento de vínculos. Esse último apontamento foi em outro momento sinalizado em entrevistas com os estados que não realizaram SVT.

4.3.21 Participação de diferentes profissionais e gestores

Foi perguntado aos representantes dos estados que desenvolveram algum tipo de atividade de supervisão junto a equipe de trabalhadores ou gestores do SUAS se houve a participação de diferentes profissionais, diferentes equipes ou diferentes níveis de proteção e se houve a participação de gestores nas turmas as repostas foram todas afirmativas.

Tabela 58 - Matriz de Síntese: Participação de diferentes atores

Dimensão	Realizaram com algum nível de distanciamento da normativa (p=5)	Estão realizando (p=2)	Realizou a partir da normativa. (p=1)	TOTAL (p=8)

4.3.22 Avaliação das trabalhadoras da SVT

Intentando conhecer diferentes ferramentas que possam contribuir com os processos de avaliação e monitoramento da SVT, foi perguntado aos participantes do mapeamento quais as vias de avaliação da execução da SVT por parte dos trabalhadores alvo da supervisão.

O estado que norteou-se pela resolução que estamos aqui constantemente a elencar, fala no uso de formulário de avaliação, assim como um dos estados que está executando ações de SVT e três do que realizaram com alguma diferença da resolução em tela. Descrevendo um pouco mais o primeiro estado e um do último grupo mencionado usam a terminologia de avaliação de reação aplicada a cada encontro da supervisão.

As rodas de conversa surgem em três entrevistas como ferramenta desse tipo de avaliação. Em pelo menos um das reuniões surgem experiências como uso de formulário anônimo, reunião de avaliação virtual, avaliações orais, o uso do evento de culminância como uma via de produção de avaliação dos participantes da SVT que estiveram presentes.

Tabela 59 - Matriz de Síntese : Vias de avaliação da SVT por parte dos (as) trabalhadores (as)

Dimensão	Realizaram com algum nível de distanciamento da normativa (p=5)	Estão realizando (p=2)	Realizou a partir da normativa. (p=1)	TOTAL (p=8)

4.3.23 Dimensões éticas trabalhadas com a SVT

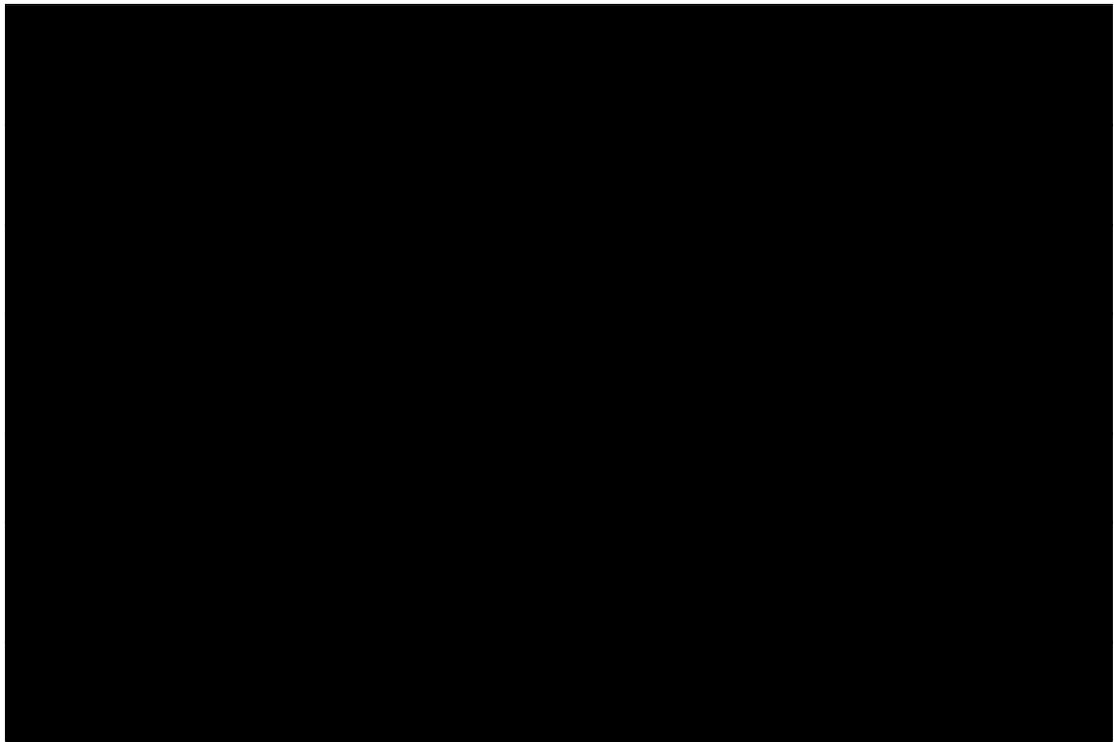
Para entender como as discussões sobre a ética permearam a realização das ações de supervisão dos estados que de alguma maneira as realizaram, foi questionado aos entes federados quais questões éticas e como elas foram trabalhadas na supervisão.

Quatro entes federados apontam para a discussão sobre sigilo profissional e processos éticos no SUAS como via de resposta ao questionamento feito pelo pesquisador.

O estado que executou a SVT de acordo com as normativas do SUAS afirma que foi realizada discussão sobre éticas nas relações socioprofissionais e interpessoais assim como um outro estado. O primeiro estado também junto a outro ente federado afirma que a discussão sobre a identidade do trabalhador do SUAS agenciou reflexões sobre a ética. A discussão sobre ética na administração pública apareceu em dois relatos, bem como a garantia de direitos. Em pelo menos uma das entrevistas apareceram as discussões de éticas atreladas à concessão de BE, construção de relatório coletivo de diferentes profissionais, o respeito profissional e a guarda documental.

Tabela 60 - Matriz de Síntese: Dimensões éticas

Dimensão	Realizaram com algum nível de distanciamento da normativa (p=5)	Estão realizando (p=2)	Realizou a partir da normativa. (p=1)	TOTAL (p=8)



4.3.24 A Interdisciplinaridade

O inciso II do artigo 2º da Resolução Nº 6 de 2016 do CNAS afirma que a SVT deve ter foco na intersetorialidade, dessa maneira foi perguntado como foi garantida essa recomendação. Todos os entes federados que desenvolveram alguma ação de supervisão, independente de sua fidedignidade a resolução em questão afirmam que a presença de equipes multidisciplinares nas turmas de supervisão garantiu tal foco. O estado que executou a SVT conforme a resolução traz que esse foco esteve presente pelo fato da equipe executora da SVT ser também formada por equipe multidisciplinar.

Dois estados apontam a discussão sobre os papéis das equipes como garantidora de tal foco e um ente federado fala sobre a discussão a respeito do Trabalho Social com Famílias, como via de produção das reflexões interdisciplinares.

Tabela 61 - Matriz de Síntese: Interdisciplinaridade

Dimensão	Realizaram com algum nível de distanciamento da normativa (p=5)	Estão realizando (p=2)	Realizou a partir da normativa. (p=1)	TOTAL (p=8)



4.3.25 Historicidade

A historicidade, associada a diversidade sociocultural e territorial, aparece no inciso V do 2º artigo da Resolução Nº 6 de 2016 do CNAS. De conceituação complexa, podemos perceber que as formas como ela aparece nas entrevistas vão ao encontro da noção de produção histórica sobre pessoas e eventos.

Para quatro entes federados a historicidade foi garantida quando se discutia a história da cidade ou território, a história da Assistência Social surge como ferramenta de garantia desse foco.

O estado que executou sua SVT de acordo com a normativa acima citada fala que o resgate da história do participante foi uma via de amarração desse foco junto à temática da supervisão desse estado, também assim garantido por outro ente federado. Surge em uma das reuniões o uso de dados do município e a produção de reflexões sobre a história do equipamento como ferramentas que almejavam a garantia de tal foco na supervisão.

Tabela 62 - Matriz de Síntese: Historicidade

Dimensão	Realizaram com algum nível de distanciamento da normativa (p=5)	Estão realizando (p=2)	Realizou a partir da normativa. (p=1)	TOTAL (p=8)

4.3.26 Houve aprendizagem significativa

Uma vez que aparece no inciso III do 2º artigo da Resolução Nº 6 de 2016 do CNAS o foco na aprendizagem significativa durante a execução da SVT, perguntou-se como foi avaliado se houve a produção de aprendizagem significativa.

Tabela 63 - Matriz de Síntese: Aprendizagem Significativa

Dimensão	Realizaram com algum nível de distanciamento da normativa (p=5)	Estão realizando (p=2)	Realizou a partir da normativa. (p=1)	TOTAL (p=8)

A percepção por parte da equipe executora de que houve qualificação nos serviços ofertados apareceu como ferramenta de compreensão surgimento de alguma aprendizagem significativa após a supervisão foi apontada por três entes federados. Bem como o mesmo número fala do processo de acompanhamento da equipe enquanto via dessa avaliação.

Estado que realizou a SVT de acordo com a normativa aponta para a realização de evento de culminância como dia de se tornar um mostra final das aprendizagens significativas fruto da SVT. Em pelo menos uma das entrevistas aparece o uso de dinâmicas de grupo como ferramenta avaliadora, bem como o uso de uma avaliação final e a discussão das supervisoras.

4.3.27 Integração da SVT com outras ações de capacitação ou formação da PNEP

O artigo Art. 14 da resolução Nº 6 de 2016 do CNAS propõem que "outras ações e estratégias educativas podem ser realizadas, de forma articulada e complementar às ações de Supervisão Técnica, tais como:

- I. seminários;
- II. mesas redondas;
- III. jornadas;
- IV. oficinas.”

Sete estados independente de seu formato de supervisão utilizaram cursos como ações complementares as ações de supervisão eu desenvolveram. As oficinas foram utilizadas pelo estado que seguiu a normativa do SUAS e por outro ente federado. O CAPACITA SUAS aparece como ferramenta complementar em uma das entrevistas e o apoio técnico, bem como houve estado que afirma que nada utilizou como ação integrativa à sua supervisão.

Tabela 64 - Matriz de Síntese: Aprendizagem Significativa

Dimensão	Realizaram com algum nível de distanciamento da normativa (p=5)	Estão realizando (p=2)	Realizou a partir da normativa. (p=1)	TOTAL (p=8)

4.3.28 Facilidades em desenvolver SVT

De maneira a compreender as peculiaridades de cada ente federado na sua tentativa de realizar ações de supervisão técnica no âmbito do SUAS foi perguntado quais as facilidades que o ente federado ele vivenciou em sua execução.

O apoio da gestão foi o fato que mais se repetiu, três estados, a área geográfica aparece em duas reuniões. O estado que desenvolveu a SVT de acordo com as normativas afirma que as facilidades por ele vivenciadas durante sua SVT foram a crença dos participantes na própria ação e crença que ela também não seria a resolução de todos os seus problemas. Ter liberdade criativa, adesão dos municípios, ter um espaço na agenda do trabalhador e ter trabalhadores que executassem a SVT surgem cada elemento em pelo menos uma entrevista.

Tabela 65 - Matriz de Síntese: Potencialidades na execução da SVVT – entrevista com estados que realizaram supervisão.

Dimensão	Realizaram com algum nível de distanciamento da normativa (p=5)	Estão realizando (p=2)	Realizou a partir da normativa. (p=1)	TOTAL (p=8)

4.3.29 Dificuldades em desenvolver SVT - entrevistas

Por fim foi perguntado aos entes federados quais as principais dificuldades por eles enfrentadas na realização de suas ações de supervisão. A maioria fala da equipe executora reduzida, seis, seguindo da metade que aponta para a falta de recurso financeiros específicos.

A pandemia aparece como elemento dificultador para o estado que realizou a SVT de acordo com os parâmetros nacionais e para outro entende federado, e o primeiro estado mencionado no presente parágrafo a falta de subsídios teóricos que norteassem o planejamento da SVT também foi desafiador, mas não impeditivo para sua realização.

Em pelo mesmo uma das entrevistas vemos falas relacionadas rotatividade das equipes e fragilidades dos vínculos empregatícios das mesmas, a burocracia institucional e os conflitos interpessoais dos trabalhadores como desafios postos à realização de ações de supervisão.

Tabela 66 - Matriz de Síntese: Desafios entrevista estados que fizeram supervisão

Dimensão	Realizaram com algum nível de distanciamento da normativa (p=5)	Estão realizando (p=2)	Realizou a partir da normativa. (p=1)	TOTAL (p=8)

Algumas considerações



O trabalho de mapeamento possibilita a quem se debruça sobre uma realidade, na tentativa de conhecê-la, o encontro com elementos que constituem aquilo que está sendo representado na produção da informação.

Mapear a ocorrência de execução de ações de Supervisão Técnica no âmbito do SUAS junto aos estados e ao Distrito Federal, não foi uma tarefa simples ou plana porque tentar produzir categorias referente a situação desses entes federativos junto à essa modalidade de capacitação extrapola a caracterização desses estados como apenas os que fizeram ou não fizeram supervisão.

Um espectro de situações vai ser perfilando ao longo da tentativa de representação gráfica do objetivo desse mapeamento, levando a compreensão da existência de estados que não conseguiram fazer STV (17), da existência de estados que já fizeram, mas que não há registros sobre tal ação (2), o que colocou esses entes federativos no lugar de quem não fez, os estados que estão fazendo (2), os entes que fizeram, mas que devido alguma circunstância se distanciaram de alguns dos parâmetros trazidos na Resolução Nº6 de 2016 do CNAS (5), e um estado que conseguiu fazer segundo tais parâmetros (1) se aproximando efetivamente das normativas dessa ação. É perceptível então, alguns distanciamentos e algumas aproximações das ações de supervisão desses entes federativos das normativas do SUAS.

Dos vinte e seis estados e o distrito federal de nosso país, 70,3% deles não desenvolveram nenhuma ação de Supervisão Técnica no âmbito do SUAS, por motivações e razões legítimas, mediante a complexidade dessa modalidade de capacitação.

Aproximadamente 22,2% dos entes federados de nossa nação ainda que vivenciando todos os desafios que os demais estados experimentaram e outros próprios de seus territórios, arriscaram-se tentando desbravar as terras da SVT. Desses entes federativos, cinco realizaram suas ações de supervisão com alguns distanciamentos dos parâmetros postos pela normativas do SUAS, um estado conseguiu realizar a SVT seguindo o que preconizado na Resolução Nº6 de 2016 do CNAS.

Outros 7,4% dos estados estão, nesse momento de produção do presente mapeamento, executando ações por eles denominadas de Supervisão Técnica, norteados por suas compreensões a respeito da Resolução Nº6 de 2016 do CNAS.

Ao nos aproximarmos dos estados que não conseguiram realizar nenhuma ação de SVT vemos que suas motivações parecem legítimas. Doze estados apontam para a necessidade de mais conhecimento da Resolução como fator que impossibilitou a realização de uma ação de SVT em tal local. O motivo que aparece sequente ao não conhecimento suficiente para a realização de SVT é a equipe reduzida, oito estados trazem tal afirmação. A equipe reduzida também aparece como desafio para quem executou.

Fica evidente que para algumas Secretarias de Estado o quantitativo de funcionários presentes na gestão do Trabalho e Educação Permanente não conseguem dar conta da sua execução, ao que apostar em processos licitatórios que possibilitem a execução dela de maneira indireta pode ser uma via de concretização dessas ações.

A rotatividade de trabalhadores que poderiam ser os responsáveis pela execução ou coordenação de ações de supervisão técnica aparece nas entrevistas de seis estados. Dado esse que se repete todas as vezes que são pontuados desafios para a realização da SVT.

A expectativa de dezesseis estados em relação ao apoio do MDS para a realização de SVT em seus entes federativos é que ele possa fornecer orientações, para além das existentes, sobre como pode se concretizar a realização de uma ação de SVT. Esse dado se correlaciona com a primeira motivação que mais aparece para a não realização da SVT: a necessidade de mais conhecimento sobre o tema.

Dez estados acreditam que a contribuição do MDS pode ser no formato de capacitação sobre o tema a ser ofertado às equipes estaduais. Para nove é na produção de Manuais e Guias de Orientação Técnica que o MDS pode contribuir para a realização dessa ação de capacitação por parte das Secretarias Estaduais que se responsabilizam pela operacionalização do SUAS.

Quando perguntados sobre como tentam dar conta das demandas de capacitação mediante a não realização de SVT, quinze estados afirmam que o fazem realizando cursos de capacitação, como os mais variados temas, formatos e públicos alvo no SUAS. Oito estados afirmam que é na realização de apoio técnico e nas suas diversas vias de execução que se daria a compensação desses estados mediante a não realização de SVT.

Percebemos que para o grupo de estados que não desenvolveram ação de SVT, ela estaria articulada, produzida e executada a partir de situações e ações próprias do cotidiano de trabalho na Assistência Social. Para dez estados a marca maior de diferenciação entre a SVT e outras modalidades de capacitação, é que a SVT teria, ao longo do desenvolvimento de sua execução, uma temporalidade maior que as outras ações de capacitação.

Podemos perceber que há um certo nível de compreensão entre todos os respondentes da pesquisa sobre o que seria SVT. Contudo, cabem orientações sobre suas diferenciações junto às outras ações de capacitação, formação e apoio técnico, bem como o norteamiento de vias de concretização dos objetivos da SVT, de acordo com as normativas do SUAS e as formas de materialização dos próprios focos da PNEP (2013).

Sobre os desafios postos à realização da SVT, para doze dos respondentes da presente pesquisa, que não realizaram SVT em seus estados, ter uma equipe técnica reduzida que é responsável pela execução ou pela coordenação dessa ação de capacitação torna-se um desafio para sua implantação. Em sete das entrevistas o recurso financeiro surge como obstáculo na realização da SVT nos estados, ou seja, a falta de um recurso específico,

“carimbado”, destinado nomeadamente para essa ação, oportuniza que ela seja preterida mediante outras demandas da Gestão do Trabalho e Educação Permanente.

No campo da potência para a realização da SVT, para doze estados é a presença de técnicos qualificados na Gestão do Trabalho e Educação permanente que seria a primeira característica positiva desse ente federativo para a realização dessa ação. Tal cenário pode ser bastante proveitoso para a realização de Supervisões de maneira direta ou interna, ou ainda processo de coordenação de uma SVT externa ou indireta.

Dos estados que não realizaram SVT, nove afirmam que há um Plano de Educação Permanente. Oito advogam que está sendo construído. Um diz que não há. Nos PEP que foram construídos por esses estados, em sete há a previsão da realização de STV, mas em 11 não existe a previsão.

Já sobre os estados que realizaram alguma ação de supervisão podemos afirmar que 80% a executaram de maneira interna com equipes da secretaria do próprio estado ou do DF. Todos os estados que ainda estão desenvolvendo ação de SVT também a realizam dessa mesma maneira.

O estado que desenvolveu SVT de acordo com os parâmetros da Resolução Nº 6 de 2016 do CNAS, a realizou de maneira indireta através de IE, bem como um dos estados que em algum instante se distanciou dos parâmetros da resolução acima citada na sua execução de sua ação de supervisão.

As durações de realização da SVT que mais apareceram no mapeamento foram de seis à oito meses, com a periodicidade mensal sendo a mais contemplada. O perfil do supervisor que mais apareceu no mapeamento foi o do profissional do SUAS (75%) e Formação em Ciências Humanas, mas é importante pontuar que houve a execução de uma ação de Supervisão por um profissional do SUAS, com ampla experiência, mas sem ensino superior. Esse fato serve de consigna de reflexão sobre o perfil de tal mediador, não tendo o presente mapeamento o interesse de aqui produzir algum juízo de valor sobre o caso.

O número de participantes foi bem diverso, tivemos ações que apontam a existência de SVT com 6 até 450 participantes, sendo muito importante pontuar que um número tão grande de participantes junto às equipes reduzidas para executar a SVT produz fragilidades na execução dessas ações, repercutindo em distanciamentos de algumas dessas intervenções junto às normativas que trazem o máximo de 20 pessoas por cada turma.

As equipes que participaram dessas ações de supervisão estão em sua maioria ligadas à Gestão do SUAS, depois técnicos de nível superior da PSB e técnicos de nível superior da PSE. Das atribuições das equipes de profissionais envolvidas, a maioria aponta para ações de gestão do SUAS 80%, bem como equipes responsáveis pela oferta de serviços socioassistenciais.

A necessidade de aprimoramento dos serviços ofertados foi um aspecto do trabalho que mais motivou a realização da SVT. Sobre as dificuldades identificadas na produção de diagnóstico da SVT, no formulário parece a rotatividade dos (as) trabalhadores (as) e fragilidade de vínculos empregatícios dessas pessoas. Nas entrevistas com esses federativos essa situação se repete.

Como potencialidade na execução das ações de SVT foram apontados em sua maioria o acolhimento da equipe e a participação como aspectos positivos. No que diz respeito ao levantamento das demandas das equipes, a maioria elenca as reuniões com as elas como via de escuta de demandas. Quatro estados apontam os formulários eletrônicos como via de coleta de dados.

Nas entrevistas o estado que desenvolveu e um outro afirmam que realizaram um diagnóstico de necessidade de supervisão. Esse mesmo estado ainda afirma que o levantamento das necessidades levava em consideração os objetivos finais da SVT.

Das temáticas percebidas como importantes a serem trabalhadas no cotidiano dos serviços técnicos, surge como principais temas geradores: a gestão no SUAS, bem como a oferta dos serviços e programas da PSB e PSE. Dos desafios na execução da SVT, a questão financeira aparece nos formulários e nas entrevistas.

Quando perguntados sobre os objetivos das ações de supervisão desenvolvidas pelos entes federados, a oferta dos serviços e de programas de acordo com as normativas do SUAS surge na maioria das entrevistas, bem como aparece o objetivo de qualificar os serviços, ao que esses intentos parecem ir ao encontro um do outro.

Sobre as metodologias utilizadas como vias de fomento às competências, nos formulários e nas entrevistas vemos as reuniões, rodas de conversa, seminários e oficinas como ações que ganham maior destaque.

A respeito da produção de monitoramento das ações de supervisão, as categorias que mais coadunam respostas foi a utilização de reuniões e a produção de relatórios de visita como vias de monitoramento. Nas entrevistas aparecem a utilização de indicadores, de sistemas e a avaliação de cada encontro. Mas, o monitoramento aparece como fragilidade em alguns entes federados frente aos seus objetivos.

A respeito das mudanças com relação ao fazer profissional das equipes após a supervisão técnica, houve apropriação dos subsídios teóricos e técnicos necessários a execução dos serviços. Bem como nas entrevistas com os estados que fizeram alguma supervisão, aparece que em 87,5% delas é feita uma avaliação positiva do impacto da SVT no exercício das atribuições das servidoras. Quando avaliam o impacto da SVT na execução e oferta dos serviços, a categoria que mais aglutina resposta é a qualificação do serviço como impacto da SVT.

Sobre os limites e entraves identificados para a resolução de problemas e desafios diagnosticados no processo de trabalho da(s) equipe(s) e que se mantêm após o processo de Supervisão Técnica a fragilidade do vínculo trabalhista reaparece como desafio, já que a SVT não resolve fragilidade de vínculo empregatício.

Sobre as formas de acompanhamento e avaliação dos resultados da SVT, a maioria dos estados que supervisão executaram, afirmam utilizar de formulários de acompanhamento e avaliação.

Todos esses estados afirmam ser possível produzir algum nível de replicabilidade de sua ação de Supervisão Técnica no âmbito do SUAS. Sobre os meios de certificação, o estado que realizou sua SVT de acordo com as normativas do SUAS junto com outros dois estados afirmam que a certificação se dá pelo cumprimento de 75% de presença nas atividades de supervisão. Um estado afirma certificar a partir da realização de uma ação de compartilhamento de boas práticas, outro diz que haverá certificado quando o NUP estiver funcionando e um ente federativo afirma que não há certificação.

Quando iniciamos as entrevistas vemos que a maioria dos entes federativos que realizaram alguma ação de supervisão a compreende como SVT como capacitação a partir de reflexões sobre o cotidiano do trabalhador.

Dois esses estados apontam que a SVT traz semelhanças com o assessoramento técnico. Tal crença de alguns estados pode contribuir para realização de ações de apoio técnico que possam estar sendo confundidas com a SVT. Daí se apresenta a importância da existência de normativas que diferenciem essas ações.

Todos os entes federados que realizaram ações de supervisão apontam que espaço de escuta e diálogo entre membros da (s) equipe (s) era viabilizado nas reuniões de execução. Nas entrevistas percebemos que independente da forma como foi realizada a SVT várias são as ferramentas, metodologias e vias de dados para a produção do levantamento das competências a serem fomentadas nessas ações.

Sobre o material pedagógico e fonte bibliográfica utilizados nos momentos de aprendizagem estimulados durante as ações que compunham a SVT, em 87,5 % dos estados que a executaram, há o uso de documentos e normativas do SUAS.

Vários foram os produtos e ferramentas citadas como fruto da supervisão desenvolvidas pelos entrevistados como por exemplo a construção e uma agenda regulatória, o aprimoramento do PP de uma instituição de acolhimento de crianças e adolescentes, novos instrumentais que passam a ser utilizados pela Vigilância Socioassistencial, a adequação de instrumentais usados na gestão e provimento dos serviços e benefícios, alteração no fluxo de acolhimento migratório, produção de cartilha sobre o tema, melhora na execução e produção de dados sobre o SCFV e a saída do senso comum na hora da execução dos serviços socioassistenciais



Na tentativa de produção de reflexões sobre os processos discriminatórios que podem atravessar a execução de serviços ou na concessão de benefícios no SUAS, o uso de dinâmicas de grupo ou metodologias criadas pelas supervisoras aparece como ferramenta para o estado que seguiu as normativas na execução de sua SVT. As rodas de conversas, a troca de experiências e a produção de cartilhas sobre a temática de sua supervisão aparecem como formas de trabalho colaborativo.

Para a produção de conhecimento sobre os territórios, as discussões a respeito das dinâmicas sociais desses foram agenciadas por alguns desses estados. Todos os entes federados que realizaram alguma ação de Supervisão afirmam ter tido a presença de diferentes profissionais nas atividades.

No que diz respeito à avaliação de quem participa da SVT são apontados pela maioria de quem realizou o uso de formulários de avaliação das ações e as rodas de conversas. O sigilo profissional foi a via de maior produção de reflexões sobre os processos éticos no SUAS.

Todos os entes federados que desenvolveram alguma ação de supervisão, independentemente de sua aproximação ou distanciamento da resolução em questão, afirmam que a presença de equipes multidisciplinares nas turmas de supervisão garantiu a interdisciplinaridade. Para quatro entes federados a historicidade foi garantida quando se discutia a história da cidade ou território, a história da Assistência Social surge como ferramenta de garantia desse foco. Um deles trouxe a historicidade apenas na produção de dados e relatórios e não como foco, o que distanciou esse estado de promover ação de SVT de acordo com as normativas do SUAS.

Sete estados independente de seu formato de supervisão utilizaram cursos como ações complementares as ações de supervisão que desenvolveram. As oficinas foram utilizadas pelo estado que seguiu a normativa do SUAS e por outro ente federado.

No que diz respeito as facilidades do ente federado para desenvolver sua SVT, o apoio da gestão foi o fato que mais se repetiu, a área geográfica aparece em duas reuniões. O estado que desenvolveu a SVT de acordo com as normativas afirma que a as facilidades por ele vivenciadas durante sua SVT foram a crença dos participantes na própria ação.

Por fim foi perguntado aos entes federados quais as principais dificuldades por eles enfrentadas na realização de suas ações de supervisão. A maioria fala da equipe executora reduzida, seguindo da metade que aponta para a falta de recurso financeiros específicos.

O mapeamento aqui apresentado possibilitou o reconhecimento de que a falta de mais orientações sobre a execução da SVT, para além das já existentes, mergulhada à um cenário de presenças de equipes reduzidas na GTEP, aparecem como principais situações que distanciaram a grande maioria dos estados da possibilidade de realizar ações de SVT de acordo com as normativas do SUAS.



Mas, em semelhante ocasião, podemos testemunhar os relatos que trazem o comprometimento das próprias equipes como potência para garantir ações que se aproximem de tal via de capacitação. É entre distanciamentos e aproximações da Resolução Nº6 de 2016 do CNAS que vemos os entes federativos sendo aqui apresentados.

Percebemos então, que é através de produções de mais orientações sobre o tema e na garantia de equipe suficiente para a sua execução, que a SVT pode se concretizar como ferramenta de capacitação no trabalho do SUAS

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alvarenga, E.M. (2014). Metodologia da Investigação Quantitativa e Qualitativa. 2ª edição. Edicção Gráfica: Assunção: Paraguai.

Amorim, T.N.G.; Silva, L.B. (2011). Gestão por Competências: nuances e peculiaridades. In. REUNA. V.16. n.1, Belo Horizonte.

Bardin, L. (1979). Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70.

Brasil, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Atualizada em 2008.

_____, (2004). Ministério de desenvolvimento social e combate à fome. Política Nacional de Assistência Social (PNAS) - Brasília, secretaria Nacional de Assistência Social.

_____, (2005) Ministério de desenvolvimento social e combate à fome. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB/SUAS, Secretaria Nacional de Assistência S nº 109, de 11 de novembro de 2009, publicada no DOU em 25 de novembro de 2009. Brasília.

_____, (2013). Política Nacional de Educação Permanente do SUAS: PNEP/SUAS. 1. ed. Brasília: MDS, 2013. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/livros/politica-nacional-de-educacao-permanente-do-suas-pnep-suas>. Acesso 21 de julho de 2024.

Campos, C.E.A; Garcia, J.(2007). Contribuições para a supervisão dos programas sociais com foco na família. IN. Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. 1 p. 95-104 jan./jun. 2007

Caparrós, M.E.; Beneyto, M.A.L.; Soto, P.V. (2013). *El proceso de supervisión en las prácticas de trabajo social. In: Departamento de Trabajo Social y Servicios Sociales. Universidad de Alicante.*

Cariaga, M.H.; Silva, M.J.A. (2016). Caminhos da formação: os desafios da supervisão de estágio no curso de Serviço Social de Miracema do Tocantins. IN. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 125, p. 85-100, jan./abr. 2016

Carmona, R. G.; Santos, D. R. (2019). A supervisão técnica em serviços do SUAS: uma competência profissional em construção no Serviço Social. in. Revista Humanidades em Perspectivas | vol.2 n.1 | jul/dez 2019

Carpenter, J.; Webb, C. *Effective supervision in social work and social care. In. Social Care Institute for excellence. Disponível em:*
https://www.drugsandalcohol.ie/18661/1/SCIE_briefing43_Effective_supervision.pdf

Cordeiro, M.P; Sato, L. (2017). Psicologia na política de assistência social: trabalho em um “setor terceirizado” IN. Estud. psicol. (Campinas) 34 (1) • Jan-Mar 2017

Cruells, C. P. (2014). *Trabajo Social y Supervisión: un encuentro necesario para el desarrollo de las competencias profesionales*. In. https://www.researchgate.net/publication/233425288_Trabajo_social_y_supervision_un_encuentro_necesario_para_el_desarrollo_de_las_competencias_profesionales_Documentos_de_Trabajo_social

Freitas, M.D.P.A. (2013). *Supervisão na Formação em Serviço Social*. Tese apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de doutor em Serviço Social. Coimbra: Portugal.

Guerra, Y.; Braga, M.E. (2019). *Supervisão em Serviço Social*. Disponível em <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/46m757L928C08m9UzW7b.pdf>.

Lucena Filho, E.L. (2022) *Medidas Socioeducativas: Efetividade a partir de Estudo Comparativo das Representações Sociais de Egressos do Serviço e de Familiares de Egressos*. Tese de Doutorado em Estado e Sociedade da UFSB.

Mello-Silva, L.L. (1999). Estágio profissionalizante em orientação profissional: experiência de supervisão em um curso de psicologia (I). Rev. ABOP [online]. 1999, vol.3, n.1, pp.119-135. ISSN 1414-8889.

Minayo, M.CS. (1993). *O Desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde*. 6ª edição. São Paulo: Hicitec.

Moldavia (2008). *The Mechanism of Professional Supervision in Social Assistance*. Minister of Social Protection, Family and Child.

Neves, I. (2007). *Formação Prática e a Supervisão da Formação*. IN. Saber (e) Educar 12. Disponível em http://repositorio.esepf.pt/bitstream/20.500.11796/716/2/SeE12A_FormacaolvoneNeves.pdf

Pereira, M.E.R; Tassigny, M.M.; Bizarria, F.P.A. (2017). *Terceirização e Precarização do Trabalho na Política Pública de Assistência Social*. IN. Administração Pública e Gestão Social, 9(3), jul.-set., 2017, 171-183ISSN 2175-5787

Pescaru, C.M.; Dumitrescu, A.M.;Pescaru, M. (2020) *The Valences of The Supervision Process within the Social Assistance Services*. In. *Revista Universitară de Sociologie*. Year XVI, Issue 1/2020

Pretoria (2020). *Chapter Two: Social Work Supervision*. Disponível em <https://repository.up.ac.za/bitstream/handle/2263/26952/02chapter2.pdf>

Richardson, R.J. (1999) *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. 3ª edição. São Paulo: Atlas.

Saraiva, L.A.; Nunes, M.L.T. (2007). A supervisão na formação do analista e do psicoterapeuta psicanalítico. IN. Estudos de Psicologia 2007, 12(3), 259-268

Santos, V.N.; Jesus, Q.P.P. (2018). Condições de Trabalho de Assistentes Sociais na PSB/Suas em Municípios Do TIR/Ba. In. Sociedade em debate. acesso 19 de junho de 2024. Disponível em <http://dx.doi.org/10.47208/sd.v28i1.2923>.

Souza, M. R.. Estratégias de supervisão técnica no âmbito proteção social básica. Oikos: Família e Sociedade em Debate, v. 33, n.2, p.01-23, 2022. <http://dx.doi.org/10.31423/2236-8493.v33i2.14742>

Oliveira, J.A. (2019). Supervisão como orientação para a prática profissional: permitindo a criatividade na profissão. Dissertação de Mestrado a ULHT. Disponível em https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/40891/1/ulfpie053517_tm.pdf

Tavora, M.T. (2002). Um Modelo de Supervisão Clínica na Formação do Estudante De Psicologia: A Experiência Da UFC. IN. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 7, n. 1, p. 121-130, jan./jun. 2002

Veragra, S. C. (1997) Projetos e relatórios de pesquisa em Administração. São Paulo: Atlas.

Apêndice A - Formulário de Mapeamento

Saudações,

Conforme orientado no e-mail que seu setor recebeu, segue um formulário para preenchimento. O presente instrumento é uma adaptação do Formulário de Mapeamento de Experiências de Supervisão Técnica no SUAS da Coordenação-Geral de Gestão do Trabalho e Educação Permanente do SUAS (CGGTEP), do DGSUAS/SNAS, em parceria com o CONGEMAS, o FONSEAS, o Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social, da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, e a Faculdade Pitágoras de Medicina de Eunápolis, realizado no ano de 2022. Na ocasião houve o interesse de oportunizar a estados e municípios o compartilhamento de experiências de Supervisão Técnica no SUAS.

Como alguns estados participaram do Mapeamento, mas outros não, acredito que a aplicação de um instrumental trazendo informações semelhantes e análogas, a esses estados que não se fizeram presentes, pode contribuir para a compreensão de como os entes federados e o distrito federal estão pensando e executando ações de Supervisão Técnica no Âmbito do SUAS, junto com as entrevistas virtuais semiestruturadas que já estão acontecendo com os estados que responderam ao então formulário do Mapeamento de Experiências de Supervisão.

Assim o presente instrumento, tal qual o primeiro, busca identificar e sistematizar experiências de Supervisão Técnica, alinhadas ao preconizado na Política Nacional de Educação Permanente do SUAS (PNEP/SUAS) e à Resolução CNAS nº 06 de 13 de abril de 2016, que estabelece parâmetros para a Supervisão Técnica no SUAS.

Este formulário deverá ser preenchido por instituições e/ou pessoas responsáveis diretamente pela execução da supervisão técnica nos estados e/ou municípios, caso tenha sido realizado alguma ação dessa natureza.

Dividido em 4 grandes blocos, solicita-se que em cada item o(s) respondente(s) busque (em) detalhar o processo de Supervisão Técnica desenvolvido, contribuindo para um diagnóstico nacional sobre esta ação.

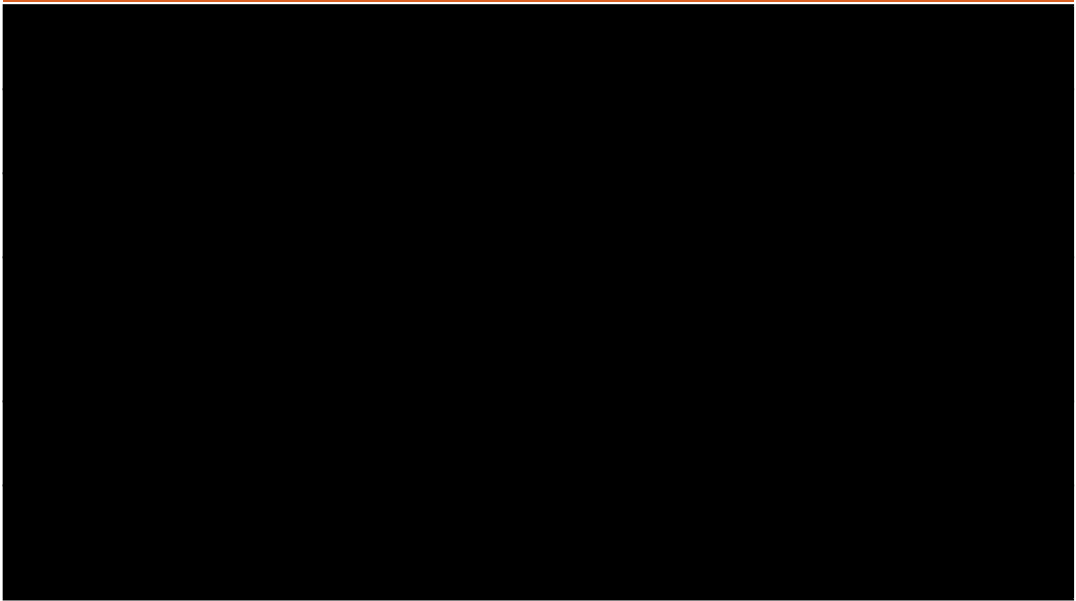
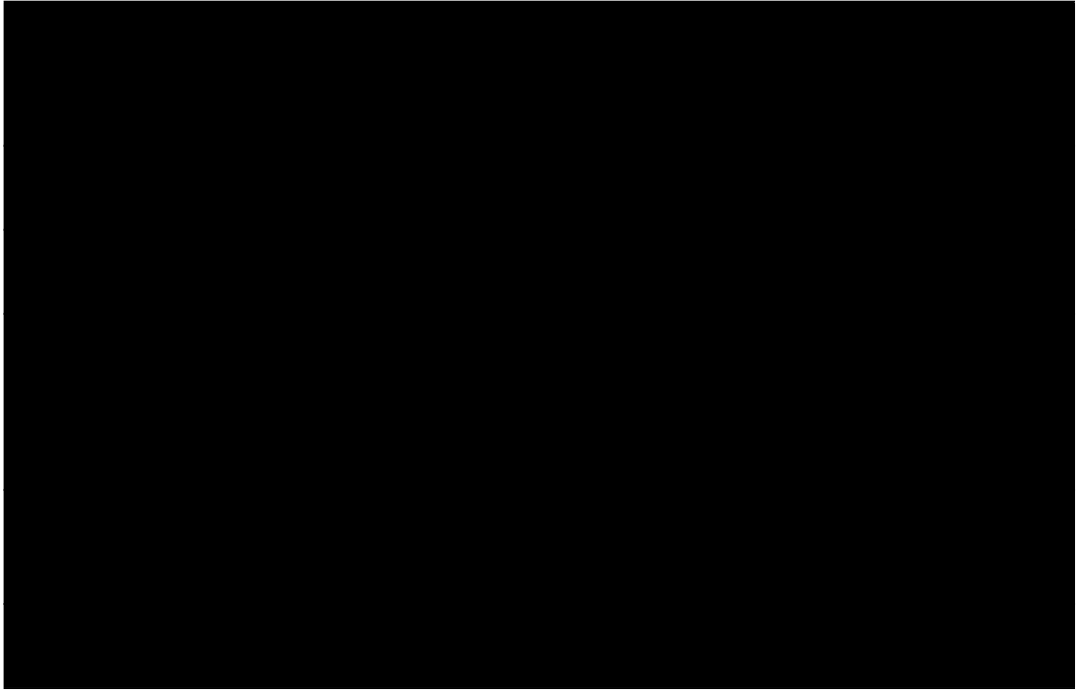
Dúvidas e outros esclarecimentos poderão ser encaminhados para o consultor responsável pelo desenvolvimento do Levantamento Nacional de ações de Supervisão Técnica no âmbito do SUAS, conforme documento anexo ao e-mail recebido.

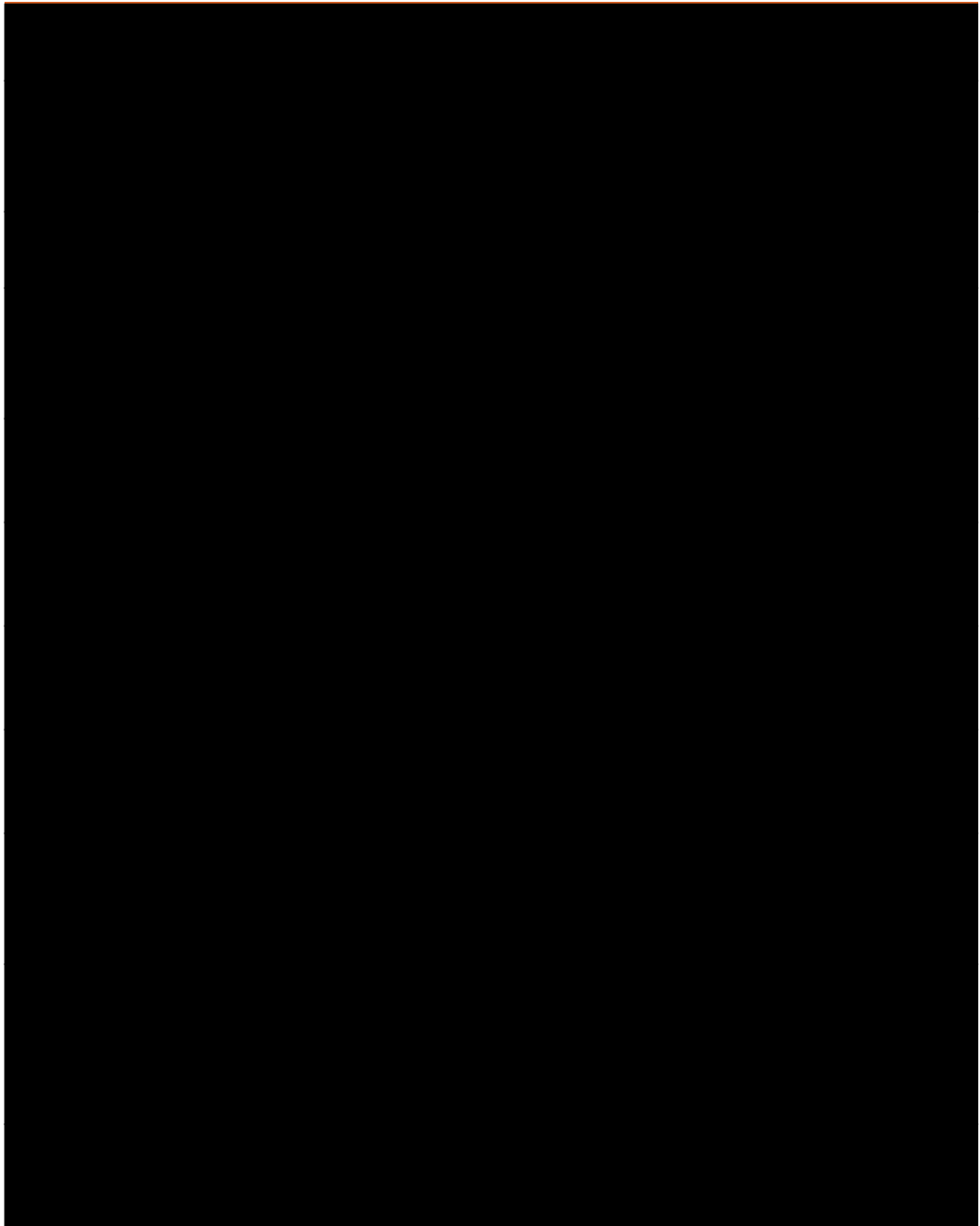
E-mail: everaldolauritzenpsi@gmail.com

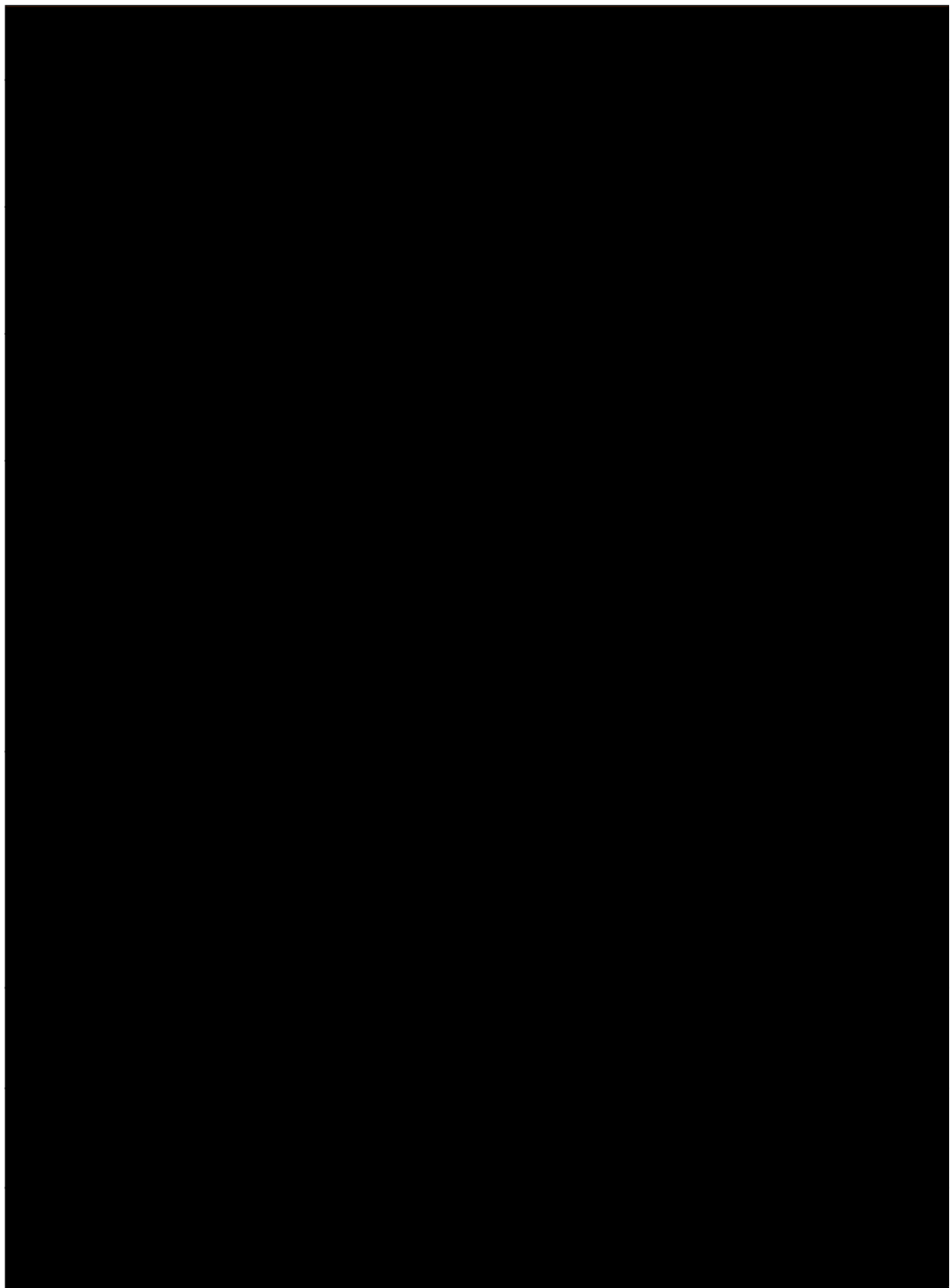
Contato telefônico e Whatsapp: (73) 99124-9796

FORMULÁRIO DE RELATO DE EXPERIÊNCIAS DE SUPERVISÃO TÉCNICA NO SUAS









Agradeço pela participação! Fim.

Após preencher o formulário, envie o documento para o e-mail: everaldolauritzenpsi@gmail.com

Apêndice B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Olá, você está participando de um mapeamento de iniciativas de capacitação em serviço, no âmbito do SUAS, em formato de supervisão técnica, sob a responsabilidade do psicólogo Everaldo Lauritzen Lucena Filho. Esse levantamento tem como objetivo compreender como é que se deu a execução de ações de supervisão junto aos estados do país. Tal estudo é importante porque os seus resultados podem ajudar o MDS a preparar materiais técnicos que contribuam para a efetivação de tal ação de capacitação no nosso país. Eu vou fazer umas perguntas que você pode responder livremente, não existe resposta nem certa, nem resposta errada. Quero saber tua opinião e as tuas impressões sobre o tema. Você não precisa responder todas as perguntas se não quiser, é um direito teu. Não tem o menor problema de em qualquer momento você dizer que quer desistir ou quer parar. Além disso, mesmo você topando participar pode se recusar a continuar participando em qualquer momento, sem nenhum prejuízo pessoal. Se depois desse nosso encontro, você tiver alguma dúvida, você pode me perguntar pelo telefone do WhatsApp que a gente tem se comunicado ou pelo e-mail.

Apêndice C - Roteiro de entrevistas para estados que não realizaram ações de SVT

1. Quais motivos impossibilitaram o estado de realizar alguma ação de Supervisão Técnica?
2. Como pode a União contribuir para a realização de ações de Supervisão Técnica no estado?
3. Como o estado tenta compensar a não realização de Supervisão Técnica frente às demandas de capacitação no Estado?
4. Como vocês compreendem ser a Supervisão Técnica?
5. Como ela se diferencia das outras ações de capacitação da PNEP?
6. Quais os desafios para a realização da Supervisão Técnica?
7. Quais as potências que o Estado possui para a realização da supervisão técnica?
8. Há plano de educação permanente no estado? Como foi construído?
9. Há no plano de educação permanente previsão de realização de ações de Supervisão Técnica?
10. Há alguém na equipe que tenha realizado alguma capacitação sobre a temática?
11. Quais os planos do estado referente ao tema?

Apêndice D - Roteiro de entrevista semiestruturada supervisão técnica para estados que realizaram alguma ação de Supervisão

1. Na opinião de vocês o que é supervisão técnica?
2. O que a diferencia a SPT das outras ações de formação e capacitação de educação permanente?
3. Como vocês diferenciam supervisão de apoio técnico?
4. A supervisão técnica compõe o plano de educação permanente do Estado ou Município?
5. No geral, qual foi o objetivo da supervisão técnica de vocês?
6. Poderia exemplificar momentos ou situações nas quais alguma supervisão técnica serviu de espaço de escuta entre equipes ou trabalhadoras?
7. Como vocês realizaram o levantamento de competências necessárias para o processo/tema/serviço de supervisão que desenvolveram?
8. Quais estratégias foram utilizadas para o fomento das competências necessárias ao processo/tema/serviço de supervisão que desenvolveram?
9. Como vocês monitoravam se estavam a lograr êxito na aquisição de tais competências necessárias ao processo/tema/serviço de supervisão que desenvolveram?
10. Como vocês avaliam/avaliaram se lograram êxito na aquisição de tais competências necessárias no processo/tema/serviço de supervisão que desenvolveram?
11. Como vocês avaliam o impacto da supervisão técnica no exercício das atribuições das servidoras?
12. Como vocês avaliam o impacto da supervisão na execução e oferta dos serviços?
13. Como vocês decidem sobre o material bibliográfico a ser utilizado pela supervisão técnica?
14. Como que a supervisão técnica de vocês produziu novas ferramentas ou metodologias para superação de desafios? E se produziu novas ferramentas e metodologias, quais são?
15. Como são planejados os momentos pedagógicos da supervisão?
16. Como são executados os momentos pedagógicos?
17. Quais as práticas utilizadas para produção de autorreflexão por parte dos supervisionados sobre os processos de discriminação?
18. Quais ações de troca de experiências e trabalho colaborativo foram produzidos na supervisão técnica?
19. Como essas ações de supervisão puderam contribuir para o reconhecimento do território?
20. Como essas ações puderam produzir vias de fortalecimento de vínculos com a comunidade?
21. Tinham participação de diferentes profissionais? Diferentes equipes em um mesmo processo? Diferentes níveis de Proteção social? Tinha participação de gestores?
22. Quais as vias de avaliação dos trabalhadores frente ao processo de avaliação?
23. Quais dimensões éticas puderam ser trabalhadas com a supervisão?
24. Como a interdisciplinaridade pode ser garantida na supervisão técnica?
25. Como a historicidade pode ser garantida na supervisão técnica?

- 
26. Como foi avaliada se houve aprendizagem significativa com a supervisão?
 27. Como outras ações de capacitação e de formação, que integram os Percursos Formativos estabelecidas pela PNEP/SUAS, estavam articuladas e integradas com a Supervisão Técnica?
 28. Quais as facilidades para se realizar uma supervisão técnica?
 29. Quais as dificuldades para se realizar uma supervisão técnica?



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO